



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA**

**Raquel Mesquita Almeida**

**IDENTIDADES E ECONOMIA: VALORIZANDO O PAPEL DE  
SUBJETIVIDADES NÃO-HEGEMÔNICAS NA PESQUISA ACADÊMICA E  
NAS VIVÊNCIAS COTIDIANAS DE TRABALHADORAS LÉSBICAS E  
BISSEXUAIS**

Brasília  
2020

**Raquel Mesquita Almeida**

**IDENTIDADES E ECONOMIA: VALORIZANDO O PAPEL DE  
SUBJETIVIDADES NÃO-HEGEMÔNICAS NA PESQUISA ACADÊMICA E  
NAS VIVÊNCIAS COTIDIANAS DE TRABALHADORAS LÉSBICAS E  
BISSEXUAIS**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Economia pelo Departamento de Economia da Universidade de Brasília.

Orientador: Prof. Dr. Mauro Boianovsky

Brasília  
2020

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

Raquel Mesquita Almeida

### **IDENTIDADES E ECONOMIA: VALORIZANDO O PAPEL DE SUBJETIVIDADES NÃO-HEGEMÔNICAS NA PESQUISA ACADÊMICA E NAS VIVÊNCIAS COTIDIANAS DE TRABALHADORAS LÉSBICAS E BISSEXUAIS**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Economia no Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade de Brasília.

A candidata foi considerada \_\_\_\_\_ pela seguinte banca examinadora:

---

Prof. Dr. Mauro Boianovsky (UnB)

---

Profa. Dra. Daniela Freddo (UnB)

---

Profa. Dra. Liana Bohn (UFSC)

Brasília  
2020

“Não precisa ser Amélia pra ser de verdade  
Cê tem a liberdade pra ser quem você quiser  
Seja preta, indígena, trans, nordestina  
Não se nasce feminina, torna-se mulher”  
(Bia Ferreira)

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de agradecer a todos que contribuíram direta ou indiretamente para que esta pesquisa fosse realizada. Primeiramente, aos meus pais por terem me sustentado em Brasília desde a graduação. A minha companheira, Tainá, pelo apoio emocional. Ao meu orientador, Mauro Boianovsky, por ter acreditado nesse projeto e permitido que ele seguisse adiante. Às minhas amigas, Raíssa Vieira e Clarissa Santos por terem revisado o texto e contribuído com comentários. À Catarina Barcelos por ter me auxiliado com as regressões econométricas e com comentários. À Elenir Magalhães por ter me enviado sua monografia de graduação e o arquivo Stata com os códigos que utilizou. Ao professor dr. André Leclerc, pelos comentários e lições sobre filosofia da linguagem.

Agradeço também ao meu psicólogo, Hélio Borges Júnior, pelo suporte emocional ao longo de todo o Mestrado. Como em toda pós-graduação, este foi um período cheio de ansiedade e frustrações, embora tenha sido um momento de enorme crescimento pessoal e acadêmico.

Agradeço especialmente à Rede Lilith por ter me apoiado na pesquisa qualitativa e no engajamento das participantes. À CAPES, pela bolsa de mestrado ao longo do ano de 2018. À Universidade de Brasília, por ser um ambiente democrático e inclusivo, permitindo que eu tivesse uma formação mais plural do que teria em outras universidades. Espero que essa dissertação seja o início de uma carreira acadêmica próspera em que eu possa contribuir ativamente para a sociedade, especialmente para a luta das minorias.

## RESUMO

O objetivo deste trabalho é discutir o papel das identidades na pesquisa acadêmica e nas relações econômicas. Para isso, é preciso levar as identidades a sério, sendo necessário, como pré-requisito, rejeitar a objetividade da Economia Positiva. Para fazê-lo, este trabalho discute as duas metodologias consideradas pelo *mainstream* como vetores da objetividade: o refutacionismo popperiano e o formalismo matemático. Defende-se que a metodologia popperiana se assenta sobre a epistemologia do mesmo autor, a qual é apresentada no segundo capítulo. Já o formalismo é trabalhado no quarto capítulo, em que se questiona o seu uso retórico, usando como base teórica McCloskey (1994). Em substituição à filosofia modernista da Economia, adota-se uma abordagem Pós-Moderna, valendo-se, principalmente, do pensamento de Lyotard (2013 [1979]) e Foucault (1984). Com isso, a ideia de que existe uma referencial de verdade estável é questionada em nome de verdades contexto-relativas. Se há diversas verdades, perspectivas não-ortodoxas são igualmente legítimas, o que leva à valorização do Feminismo e da Teoria *Queer* na Economia. Para ilustrar empiricamente o uso da abordagem Pós-Moderna na Economia, foram feitas uma pesquisa quantitativa e outra qualitativa, ambas abordando a temática da homofobia no mercado de trabalho. Na parte quantitativa, foram feitas regressões econométricas usando o Método de Mínimos Quadrados (MQO) e o Modelo de Dois Estágios de Heckman de correção de viés de seleção a partir de dados do Censo 2010. Já na parte qualitativa, é usada a abordagem de Gergen e Gergen (1988) para análise de narrativas. Essas narrativas foram coletadas por meio do método de entrevista em profundidade mesclado com a técnica de grupo focal. Pela parte qualitativa do trabalho, conclui-se que o Pós-Modernismo contribui não só teórica, mas, sobretudo, empiricamente para o estudo de problemas econômicos.

**Palavras-chave:** Pós-Modernismo; Teoria Queer; Feminismo; Mercado de trabalho; Metodologia; Economia Positiva; Formalismo Matemático; refutacionismo; Identidade.

## ABSTRACT

This dissertation aims to discuss identities' role on academic research and on economic interaction in daily lives. To accomplish that, we must take identities seriously, and, in order to do that, first of all, it is quite essential to reject the assumption of Positive Economics' objectivity. To make that discussion, the research presents two methodologies considered by the mainstream as the main vectors of objectivity on Economics: the Popperian refutationism and the mathematical formalism. Here, it is advocated Popper's methodology is based on the epistemology of the same philosopher, which is presented on the second chapter. On the other hand, the mathematical formalism is presented on the fourth chapter, where it is questioned his rhetorical purpose, using as theoretical support McCloskey (1994). Instead of modernist philosophy on Economics, it is adopted a Postmodern approach, based, mainly, on Lyotard's (2013 [1979]) and Foucault's (1984) theories. Therefore, the assumption that exist a stable truth referential is questioned on behalf of contextual truths. If there are many truths, instead of only one, non-orthodox perspectives become as legitimate as the orthodox one. Thereby, Feminism and *Queer* Theory on Economics can be revalorized. In order to illustrate the Postmodern approach on Applied Economics, on the last chapter, it is presented two studies about homophobia on labor market: the first of them, it is based on quantitative method; the second, it is based on qualitative method. On the quantitative part, it was used the Brazilian Census 2010 to estimate two regressions using, respectively, Ordinary Least Squares (OLS) and Heckman's Two Stages Method of Selection Bias Correction. On the qualitative section, it has been used Gergen & Gergen's (1988) self-narratives method to analyze interviews from lesbian and bisexual female workers, collected using deep interview and focal group techniques. Based on the qualitative section of the applied research, it is possible to conclude that Postmodernism contributed both theoretically and, foremost, empirically to economic issues investigations.

**Keywords:** Postmodernism; Queer Theory; Feminism; Labor Market; Methodology; Positive Economics; Mathematical Formalism; Refutationism; Identity.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>1 OBJETIVIDADE E DICOTOMIA ENTRE ECONOMIA POSITIVA E NORMATIVA .....</b>	<b>7</b>
1.1 Origens da dicotomia.....	8
1.2 Breve digressão sobre a Economia Normativa ou a Nova Teoria do Bem Estar .....	10
1.3 Contemporaneizando a dicotomia – séculos XX e XXI .....	13
1.4 Crítica a Blaug.....	19
<b>2 EPISTEMOLOGIA POPPERIANA, INDIVIDUALISMO METODOLÓGICO E OBJETIVIDADE</b>	<b>22</b>
2.1.1 Epistemologia evolucionista e a metodologia popperiana .....	22
2.1.2 A Teoria dos Três Mundos de Popper (1975 [1973]) .....	25
2.1.3 Epistemologia popperiana e Economia.....	28
2.2 <i>Homo economicus</i> enquanto objeto de estudo da Economia .....	32
2.3 História do individualismo metodológico no pensamento econômico neoclássico .....	39
2.3.1 Microeconomia neoclássica: modelo de equilíbrio geral de Arrow-Debreu e teoria dos jogos.....	40
a) Modelo de Equilíbrio Geral de Arrow-Debreu.....	40
b) Teoria dos jogos .....	43
2.3.2 Macroeconomia microfundamentada.....	44
2.4 Conclusão .....	46
<b>3 O MODERNISMO DE POPPER E A “CONDIÇÃO PÓS-MODERNA” DA CONTEMPORANEIDADE .....</b>	<b>49</b>
3.1 A tradição do modernismo na teoria da ciência: Popper como herdeiro de Descartes .....	50
3.1.1 O racionalismo clássico .....	51
3.1.2 O convencionalismo.....	53
3.1.3 O racionalismo crítico de Popper.....	53
3.2 A epistemologia pós-moderna .....	56
3.2.1 A ciência pós-moderna como jogo de linguagem .....	56
3.2.2 Crítica à separação entre os três mundo de Popper (1975 [1973]) e perspectiva pós-moderna .....	62
3.3 Pós-Modernismo e a Economia.....	70
<b>4 FORMALISMO MATEMÁTICO E A RETÓRICA DA ECONOMIA.....</b>	<b>75</b>
4.1 “Virada formalista” na Economia .....	77
4.2 A retórica do formalismo matemático .....	81
4.3 Teoria dos atos de fala.....	83
4.4 Conclusão.....	86
<b>5 ACADEMIA COMO LÓCUS DE DISPUTAS ENTRE IDENTIDADES PELO REGIME DE VERDADE HEGEMÔNICO .....</b>	<b>88</b>
5.1 O <i>self</i> modernista.....	88
5.2 O processo de saturação social e o <i>self</i> pós-moderno.....	91
5.3 Saturação social e identidades sociais .....	94

5.3 Economia e identidades.....	99
5.4 Feminismo e Economia.....	101
5.5 Conclusão.....	108
<b>6 MERCADO DE TRABALHO COMO LÓCUS DE DISCRIMINAÇÃO CONTRA LGB: SALÁRIO E VIVÊNCIA COTIDIANA .....</b>	<b>110</b>
6.1 Como os economistas explicam?.....	111
6.1.1 Revisão de literatura .....	112
6.1.2 Características demográficas da população LGB brasileira.....	118
6.1.3 Metodologia.....	121
6.1.4 Resultados.....	122
6.1.5 Limitações das regressões.....	127
6.2 Mercado de trabalho como um lócus econômico de vivência de identidades sociais.....	128
6.2.1 Desenho de pesquisa.....	129
6.2.2 Participantes.....	130
6.2.3 Entrevistas.....	131
6.2.4 Transcrição.....	132
6.2.5 As construções das identidades LB.....	132
a) Lesbianidade e bissexualidade como prática homossexual .....	132
b)Mulher LB vs. Homem “macho” .....	136
6.2.6 Vivências LB no mercado de trabalho .....	138
6.2.7 Resiliência – estratégias de superação da discriminação no mercado de trabalho .....	142
a) Autopreservação como estratégia de proteção .....	143
b)Mobilização de meios institucionais de combate à discriminação .....	144
6.3 Conclusão.....	148
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>150</b>
<b>8 BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>153</b>
<b>9 ANEXO I – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO .....</b>	<b>161</b>
<b>10 ANEXO II – ROTEIRO DE ENTREVISTAS .....</b>	<b>162</b>
<b>11 ANEXO III – QUADRO GERAL DAS ENTREVISTADAS .....</b>	<b>163</b>

## **LISTA DE FIGURAS**

**FIGURA 1:** A Dicotomia a Economia Positiva e a Normativa

**FIGURA 2:** Feminilidade vs. Masculinidade como fulcro das dicotomias da ciência econômica

## **LISTA DE TABELAS**

**TABELA 1** - Quantitativo de casais heterossexuais e LGB conforme dados do Censo 2010

**TABELA 2** - Nível de escolaridade dos indivíduos casados

**TABELA 3** - Rendimento médio por subconjunto amostral e teste de médias.

**TABELA 4** - Resultados das regressões para homens

**TABELA 5** - Resultados das regressões para mulheres

## INTRODUÇÃO

Desde os primórdios da Economia, há preocupação com a objetividade e com a superação positiva de teorias. Ou seja, os economistas desejam, por meio da aplicação do método científico, conhecer progressivamente as essências que compõem a realidade, aproximando-se da Verdade. Progresso, concepção essencialista de verdade, objetividade, método dedutivo, essas são algumas das características que permitem associar Economia ao Modernismo. Porém, o que acontece com esse campo de estudo se forem questionados os pressupostos modernistas supracitados? Rejeitar a concepção essencialista de verdade inviabiliza a objetividade e, portanto, “anything goes” ou ainda é possível escolher entre teorias concorrentes? Se não há uma essência que caracteriza o *Homo economicus*, então, como defini-lo e analisá-lo? Como conduzir pesquisa empírica se não há Verdade absoluta pré-existente no mundo exterior à espera de ser descoberta? Essas são algumas das perguntas que este trabalho pretende responder.

“Pós-Modernidade”, “Modernidade tardia”, “Modernidade Líquida” são termos utilizados para caracterizar a atual conjuntura social, cultural, política, econômica e produtiva. Esses termos fazem referência ao processo de aceleração e aprofundamento da dinâmica de transformação constante que marca a modernidade (HALL, 2019 [1992]). Como destaca o sociólogo Giddens (*apud* Hall, 2019 [1992]), as sociedades modernas têm como característica principal a mudança constante. Por isso, muitos autores, como Bauman (2000), não utilizam o termo Pós-Modernidade, pois o prefixo “pós” dá a ideia de superação, substituição de uma fase por outra, o que não ocorre. Na verdade, há aceleração e aprofundamento das mudanças de modo a propiciar processo de deslocamento de estruturas sociais e psíquicas (LACLAU, 1990 *apud* HALL, 2019 [1992]). Ou seja, proposições que antes eram certas sobre a natureza, a vida sócio-econômica e a psique humana são postas em xeque (HALL, 2019 [1992]). Tal aceleração é propiciada pela melhoria dos meios de comunicação e transportes, que – nas palavras do geógrafo David Harvey (*apud* HALL, 2019 [1992]) – causam a “compressão do espaço-tempo”, marcada pelo encurtamento das distâncias e do tempo de deslocamento. Conforme será visto no capítulo 5, o psicólogo social Kenneth Gergen (2000) conceitua as tecnologias atuais de transporte e comunicação como os meios de saturação social devido a

seus efeitos sobre a concepção de indivíduo.

É possível subdividir os impactos da compressão do espaço-tempo em seis níveis de análise: a) econômico-produtivo, com a fragmentação das cadeias de valor e a emergência do capitalismo pós-industrial, marcado pela revolução tecnológica e informacional (SUSEN, 2015, p. 34); b) epistêmico, com a visão de que a ciência é um jogo de linguagem como os demais, o que propicia proliferação de discursos e quebra do monopólio epistêmico da ciência (ibid., p. 35); c) político, com o enfraquecimento de ideologias modernas<sup>1</sup> (ibid., p. 35); d) organizacional, com a desburocratização típica do neoliberalismo e desmanche dos sistemas de bem-estar social (SUSEN, 2015, p. 35-36); e) filosófico, com a desconstrução de conceitos caros para a ciência modernista, como a ideia de progresso (SUSEN, 2015, p. 37); e f) cultural, com a fragmentação do indivíduo e das identidades (SUSEN, 2015, p. 36; GERGEN, 2000). Para este trabalho, será de especial interesse os níveis de análise epistêmico, filosófico e cultural, visto que os objetivos da pesquisa são: criticar a objetividade do discurso acadêmico em Economia, questionar a unicidade do arquétipo de agente econômico, i.e., o caráter essencialista do Homo economicus; valorizar discursos não hegemônicos dentro da Economia, como o trabalho de feministas e de teóricos *queer*; valorizar perspectiva mais compreensiva de problemas econômico por meio de estudo qualitativo sobre vivência de mulheres lésbicas e bissexuais (LB) no mercado de trabalho. Portanto, este trabalho se vincula à ótica pós-moderna na medida em que critica o que é visto como pressuposto na Economia, entendida como ciência moderna<sup>2</sup>, sendo a Pós-Modernidade definida pela postura crítica de seus teóricos em relação à modernidade<sup>3</sup>:

---

<sup>1</sup> Segundo Susen (2015):

[...] because we have been witnessing the decline of traditional political ideologies, we now effectively live in a *postideological age*. To be clear, this is not to posit that individual and collective actors have ceased to generate ideas or to mobilize more or less coherent sets of background assumptions when attributing meaning to, and interacting with, the world. Rather, this is to acknowledge that, in the context of postmodernity, big-picture ideologies – such as anarchism, communism, socialism, liberalism, conservatism, and fascism – have lost the considerable influence they once had. (SUSEN, 2015, p. 35, *grifo no original*)

<sup>2</sup> Um debate mais aprofundado sobre o caráter científico e modernista da Economia pode ser encontrado em BENTON, Raymond Jr. “A hermeneutic approach to Economics: if Economics is not a Science, and if it is not merely mathematics, then what could it be?”, In: SAMUELS, Warren J. (ed.). **Economics as Discourse: an analysis of the language of Economics**. New York: Springer Science +Business Media, LLC, 1990, pp. 65-89.

<sup>3</sup> Por sua fluidez, qualquer definição de Pós-Modernidade seria limitada e inútil. Por isso, este trabalho considera Pós-Modernidade como um espírito crítico em relação a estruturas e conceitos modernistas.

Finally, we think that in relation to these previous notions and sometimes distinct from them, postmodernism has been intended and utilized as a critique, that is, as a critical stance attempting to create thought and action ‘outside’ of the perceived constraints of modernism. (CULLENBERG et al., 2001, p. 5)

Assim, Pós-Modernismo é tudo o que escapa das amarras modernistas, sejam elas os limites disciplinares, a noção de Verdade absoluta ou, ainda, a existência de essências no mundo exterior (MCCLOSKEY, 1998). Além de utilizar tal definição negativa, este trabalho prioriza a concepção de Pós-Modernismo enquanto uma condição, a qual é tipificada pelo fim das meta-narrativas iluministas, dentre as quais destaca-se o fim da grande narrativa do progresso da ciência (CULLENBERG et al., 2001, p. 9). O conhecimento científico não é visto, então, como processo cumulativo que se aproxima da Verdade. Tampouco há uma Verdade, vista como uma essência cognoscível do mundo exterior (ibid., 11). O que há são verdades contexto-relativas (LYOTARD, 2013 [1979]).

Seguindo metodologia do Wittgenstein de *Investigações Filosóficas*, Lyotard (2013 [1979]) defende há tantos jogos de linguagem quanto formas de vida. Cada jogo é caracterizado por regras, que determinam quais lances de linguagem são permitidos e quais não são. Nesse sentido, formas de vida distintas geram jogos díspares e, portanto, diversas condições de verdade contexto-relativas. As identidades culturais também encontram fulcro em formas de vida distintas. Porém, não há entre essas e aquelas correspondência perfeita, logo não se trata de uma infraestrutura econômica/cultural/social determinando as identidades ou a psique humana, aos moldes do estruturalismo. Ao invés disso, há processo complexo de fragmentação e deslocamento do sujeito moderno (HALL, 2019 [1992], p. 10): por um lado, as identidades sociais se tornaram múltiplas e conflitantes, não sendo possível organizá-las por meio de uma metaidentidade, como classe social ou nacionalidade; por outro lado, a forma como o indivíduo se vê e se identifica tornou-se fragmentária, logo a personalidade perde sua coesão e caráter essencialista que gozava anteriormente. Como destaca Hall (2019 [1992]):

O sujeito, previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas. Correspondentemente, as identidades, que compunham as paisagens sociais “lá fora” e que asseguravam nossa conformidade subjetiva com as “necessidades” objetivas da cultura, estão entrando em colapso, como resultado de mudanças estruturais e institucionais. O próprio

processo de identificação, através do qual nos projetamos em nossas identidades culturais, tornou-se mais provisório, variável e problemático.

Esse processo produz o sujeito pós-moderno, conceitualizado como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente. A identidade torna-se uma “celebração móvel”. (HALL, 2019 [1992], p. 11)

Assim como Hall (2019 [1992]), este trabalho entende como identidade o processo contínuo de identificação do sujeito, o qual ocorre por meio de sistemas de diferença: ela ocorre em processo de encontro com o outro (HALL, 2019 [1992], p. 25). Nesse encontro, realçam-se as diferenças entre o “eu” e o “outro”, e as similaridades do “nós”. Além disso, a identidade é entendida como produto da “fase do espelho” de que fala Freud (*apud* HALL, 2019 [1992]), em que o indivíduo procura dar coerência ao seu ser fragmentário, construindo representação de sua identidade como algo unificado, propiciando-lhe dar sentido unívoco a sua experiência (*ibid.*, p. 24).

Partindo dessa definição de identidade como construção contínua, este trabalho analisa o papel que elas têm sobre duas arenas: a) no interior da pesquisa acadêmica, por meio de questionamentos da objetividade do *mainstream* promovidos por feministas e teóricos *queer*; b) no mercado de trabalho, em especial, na vivência de trabalhadoras lésbicas e bissexuais. No caso da pesquisa acadêmica, nota-se que, ao ser rejeitada a objetividade da Economia, torna-se importante avaliar as identidades daqueles que realizam a pesquisa, pois essas irão influenciar tanto o pesquisador individual quanto a comunidade acadêmica. Assim, teorias vistas como objetivas são produto da subjetividade de homens, brancos, heterossexuais, anglo-saxões, de meia idade. Dessa forma, o capítulo 5 aborda o papel das identidades na pesquisa acadêmica e como o questionamento da objetividade do *mainstream* ocorre desde o final do século XX em trabalhos de feministas e de teóricos *queer*. A superação da objetividade também acarreta a suplantação da homogeneidade do comportamento humano. Assim, ao invés de tratar de um homem econômico estilizado, torna-se preciso avaliar os corpos dos diversos agentes econômicos. Ou seja, os indivíduos não são semelhantes a partículas que se movem de modo homogêneo estando submetidas às mesmas restrições e leis de comportamento. Ao invés disso, para analisar o comportamento econômico, é preciso reconhecer a importância da corporalidade dos agentes e, conseqüentemente, de suas identidades. Se no capítulo 5 é tratado, sob o ponto de vista da história das ideias, o questionamento do *mainstream*, no último capítulo, é analisado a influência das identidades

dos agentes econômicos no mercado de trabalho, tema caro para a Microeconomia Aplicada. Portanto, quando se fala de identidades no capítulo 5, está se falando da expressão de subjetividades não-hegemônicas na pesquisa acadêmica. Já no capítulo 6, identidades se referem à heterogeneidade de vivências que elas propiciam aos agentes econômicos no mercado de trabalho.

Portanto, na Pós-Modernidade, as identidades estão em constante movimento. Os indivíduos as reformulam ao sabor dos contextos e dos jogos de linguagem que estão travando no momento. Assim, ao contrário de Akerlof e Kranton (2010), este trabalho não associa identidades a categorias sociais, dado o caráter estanque destas e à fugacidade daquela. Além disso, como destaca Badgett (1995a), ao classificar indivíduos em categorias, silenciam-se minorias, produzindo visão limitada e enviesada. Valoriza-se, dessa forma, a multiplicidade do *self* pós-moderno e as diversas lutas pelo reconhecimento que são travadas contemporaneamente (BAUMAN, 2004; HALL, 2019 [1992]). Essas lutas se expressam por meio da linguagem, havendo uma disputa política entre jogos de linguagem distintos para estabelecer o regime de verdade dominante (LYOTARD, 2013 [1979]; FOUCAULT, 1984).

Reconhecer o papel das identidades e das verdades contexto-relativas que elas produzem exige, primeiramente, rejeitar a hipótese de objetividade da Economia. Por isso, o primeiro capítulo se destina a fazer um apanhado da dicotomia entre Economia Positiva e Normativa ao longo da história do pensamento econômico. Dada a valorização do método de Popper (2002 [1935]), considerado o mais adequado para se alcançar a objetividade nas ciências econômicas (BLAUG, 1991), a proposta epistemológica desse filósofo será discutida no capítulo 2. Defende-se que a metodologia popperiana se fundamenta sobre sua epistemologia e, devido à pluralidade de trabalhos metodológicos em Economia sobre o refutacionismo popperiano (CALDWELL, 1991), optou-se por focar uma discussão epistemológica. O terceiro capítulo apresenta o pensamento dos pós-estruturalistas, em especial de Lyotard (2013 [1979]) e Foucault (1984). Ao final do capítulo, é feito um breve apanhado da literatura pós-moderna na Economia, cujo objetivo é ilustrar a influência do pensamento filosófico apresentado para o campo econômico. Outra metodologia relevante para a Economia é o Formalismo Matemático (MCCLOSKEY, 1994). Por isso, o capítulo 4 aborda o caráter retórico do uso da lógica formal pelos economistas. No capítulo 5, são

abordados o *self* pós-moderno (GERGEN, 2000) e a importância contemporânea das identidades para a pesquisa acadêmica (BAUMAN, 2004; AKERLOF & KRANTON, 2010), em especial, a emergência do pensamento feminista e da Teoria Queer na Economia a partir do final do século XX. Por fim, no capítulo 6, é ilustrado empiricamente as teorias apresentadas: nele, são contrapostos dois modelos explicativos: 1) o modelo de explicação que segue as recomendações retóricas da Economia, qual seja: uso da Econometria (MCCLOSKEY, 1994); 2) resultados de pesquisa qualitativa.

Pela adoção da perspectiva pós-moderna, este trabalho rejeita a segmentação entre disciplinas acadêmicas, que marca a produção de conhecimento na Modernidade. Ao invés de se limitar ao campo da Economia, foram arregimentados teorias e métodos da Filosofia, Sociologia e Psicologia Social, em prol de uma explicação mais ampla de problemas econômicos. Procedimento similar foi feito por Butler (1990), o que ela justifica da seguinte forma no prefácio de *Problemas de Gênero*:

Philosophy is the predominant disciplinary mechanism that currently mobilizes this author-subject, although it rarely if ever appears separated from other discourses. This inquiry seeks to affirm those positions on the critical boundaries of disciplinary life. The point is not to stay marginal, but to participate in whatever network of marginal zones is spawned from disciplinary centers and which, together, constitute a multiple displacement of those authorities. The complexity of gender requires an interdisciplinary and postdisciplinary set of discourses in order to resist the domestication of gender studies or women studies within the academy and to radicalize the notion of feminist critique. (BUTLER, 1990, p. xi)

Assim, a Economia é a disciplina mobilizada por esta autora-agente, embora o tema das identidades e a valorização delas na academia e na vivência dos agentes econômicos perpassasse diversas disciplinas, não sendo possível limitar o presente trabalho ao campo da Economia. Ao mesmo tempo, defende-se que esta é uma pesquisa em Economia na medida em que centra seus esforços em explicar questões desse campo de estudo, sejam elas teóricas ou empíricas, além de visar o empoderamento agentes, seja por meio da valorização de pesquisas marginais, seja por meio da valorização de vivências específicas de corpos subalternos.

# 1 OBJETIVIDADE E DICOTOMIA ENTRE ECONOMIA POSITIVA E NORMATIVA

A dicotomia entre Economia positiva e normativa perpassa o desenvolvimento da história do pensamento econômico. Ela está baseada na crença de que é possível separar fatos e valores, sendo a Economia positiva “in principle independent of any particular ethical position or normative judgements” (FRIEDMAN, 1966, p. 4). O critério de demarcação entre a Economia Positiva e a Normativa é o método científico (MCCLOSKEY, 1998, p. 175), a função dos economistas enquanto cientistas é classificar as proposições em científicas ou não científicas e fazer avançar o “sistema de generalizações”<sup>4</sup> que é utilizado para “fazer predições corretas” (FRIEDMAN, 1966, p. 4).

À guisa de introdução, a estrutura dicotômica que pauta o pensamento econômico *mainstream* pode ser sintetizada pela figura abaixo, baseada em figura similar extraída do livro *The Rhetoric of Economics* de Deirdre McCloskey (1998). O objetivo deste capítulo é contribuir para a discussão da dicotomia, endossando uma visão crítica.

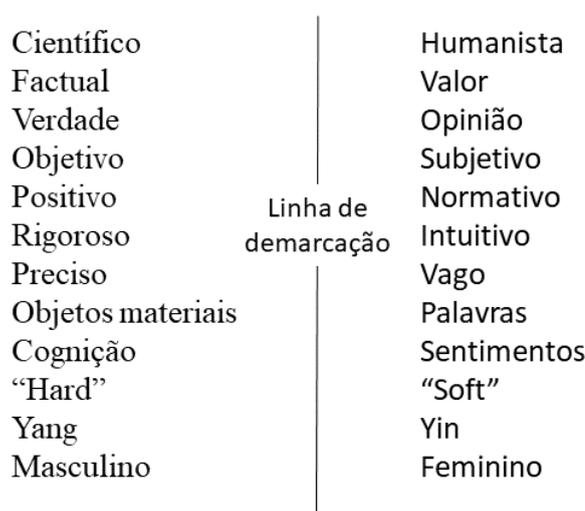


Figura 1: A Dicotomia a Economia Positiva e a Normativa (figura desenvolvida a partir de imagem similar contida em MCCLOSKEY, 1998, p. 176)

<sup>4</sup> “Scientific progress comes only when we strive to maximize the role of facts and minimize the role of values” (BLAUG, 1992, p. 134)

Este capítulo está estruturado em quatro partes. Na primeira, será apresentada a origem da dicotomia entre fatos e valores na Economia. A segunda seção apresenta a Nova Teoria do Bem-Estar e discute se ela faz parte da Economia Positiva ou se é sinônimo da Economia Normativa. Na terceira seção, são apresentados argumentos favoráveis e contrários à dicotomia: de um lado, Lionel Robbins, Max Weber, Schumpeter e Milton Friedman; de outro, Gunnar Myrdal e Hands. Na última parte do capítulo, serão criticados os argumentos de Blaug (1992) a favor da objetividade da Economia Positiva.

### 1.1. Origens da dicotomia

Na filosofia, a separação lógica entre “descrição” e “prescrição” foi estabelecida por David Hume no *Tratado sobre a Natureza Humana*. Nessa obra, ele afirmava que: “one cannot deduce ought from is” (BLAUG, 1992, p. 112), o que ficou posteriormente conhecido como “a guilhotina de Hume” (BLACK, 1970, p. 24, *apud* BLAUG, 1992, p. 113). A impossibilidade lógica de deduzir o “dever ser” do “ser” é o corolário das dicotomias entre fatos e valores, objetivo e subjetivo, positivo e normativo, ciência e arte (BLAUG, 1992, p. 112-113). Já no século XX, G. E. Moore introduziu o termo “falácia naturalista” para o erro lógico de tentar derivar uma proposição ética (“an ‘ought’”) de uma descritiva (“an ‘is’”) (HANDS, 2012, p. 221).

Inspirados pela filosofia de Hume, os economistas John Stuart Mill e Nassau Senior introduziram a distinção entre a “ciência” e a “arte” no campo da Economia Política (MONGIN, 2018, p. 3)<sup>5</sup>. Em seu ensaio *On the Definition of Political Economy and the*

---

<sup>5</sup> [Science and art] “differ from one another as the understanding differs from the will, or as the indicative mood in grammar differs from the imperative. The one deals in facts, the other in precepts. Science is a collection of truths; art, a body of rules, or directions for conduct. The language of science is, This is, or, This is not; This does, or does not, happen. The language of art is, Do this; Avoid that. Science takes cognizance of a phenomenon, and endeavours to discover its law; art proposes to itself an end, and looks out for means to effect it.

If, therefore, Political Economy be a science, it cannot be a collection of practical rules; though, unless it be altogether a useless science, practical rules must be capable of being founded upon it” (MILL, 1874 [1844], p. 88)

*Method of Investigation Proper to It*, John Stuart Mill (2008 [1836]) buscou fundar a Economia Política enquanto ciência, fixando seus aspectos constitutivos, quais sejam: sua definição e seu método.

A Economia Política fora definida por Stuart Mill (2008, [1836]) como:

The Science which traces the laws of such of the phenomena of society as arise from the combined operations of mankind for the production of wealth, in so far as those phenomena are not modified by the pursuit of any other object (MILL, 2008 [1836], p. 43)

Segundo esse economista, existiam dois métodos científicos: um a priori e outro a posteriori. O primeiro estaria baseado no raciocínio dedutivo e em hipóteses abstratas, enquanto o segundo seria baseado na indução. Mill (2008, [1836]) estabelece o método a priori como o típico da Economia Política, logo essa ciência seria baseada na construção de hipóteses abstratas. Dentre elas, destaca-se a definição arbitrária de homem, sendo entendido como aquele que busca obter “the greatest amount of necessities, conveniences, and luxuries, with the smallest quantity of labour and physical self-denial” (MILL, 2008 [1836], p. 45). O filósofo reconhece que sua definição de homem não é realista, porém a abstração da realidade é um pré-requisito para o método a priori (ibid., p. 42). Tal método foi desenvolvido por René Descartes em contraposição ao método a posteriori derivado dos escritos de Bacon (PERRY, 2015, p. 245).

McCloskey (1998) sustenta que “modernism is the program of Descartes, regnant in philosophy since the seventeenth century, to build knowledge on a foundation of radical doubt” (MCCLOSKEY, 1998, p. 141). Tendo em vista a prevalência do método a priori desde os escritos de Mill até a ortodoxia atual, pode-se concluir que Descartes continua influenciando a Economia Positiva - entendida como a única Economia científica pelo *mainstream*. Isto posto, pode-se classificar os economistas *mainstream* como modernistas. O Modernismo vê a ciência como “axiomatic and mathematical, and takes the realm of science to be separate from the realm of form, value, beauty, goodness, and all things unmeasurable” (ibid., p. 142). Como para o Modernismo um campo de estudo só é legítimo se seguir o método científico, a definição de Stuart Mill de Economia Política como uma ciência axiomática que se vale do método de Descartes é um argumento retórico, cujo objetivo é dar legitimidade ao estudo dos fenômenos econômicos. Daí a importância da iniciativa de Mill de

definir a Economia Política como uma ciência livre de valores e distinta da arte: apenas se ela assim o fosse, seu estudo seria legítimo.

## 1.2. Breve digressão sobre a Economia Normativa ou a Nova Teoria do Bem Estar

No final do século XIX, Neville Keynes estabeleceu uma classificação tricotômica para a então Economia Política. Para esse autor, ela podia ser: 1) uma ciência positiva; 2) uma ciência normativa; 3) uma arte (BLAUG, 1992, p. 122):

[...] a positive Science may be defined as a body of systematized knowledge concerning what is; *normative* or *regulative* science as a body of systematized knowledge relating to criteria of what ought to be, and concerned therefore with the ideal as distinguished from the actual; an art as a system of rules for the attainment of a given end. The object of a positive science is the establishment of uniformities, of a normative science the determination of ideals, of an art the formulation of precepts. (KEYNES, J. N., 1999 [1891], p. 22, itálico no original)

A ciência normativa faria a ligação entre os conhecimentos produzidos pela ciência positiva da Economia Política e a formulação de ideais (“arte”) (BLAUG, 1992, p. 122). A tese de Neville Keynes de que é possível haver um estudo que seja ao mesmo tempo científico e normativo foi suplantada pela dicotomia proposta por Lionel Robbins (1935), o qual relega toda normatividade ao campo da “arte”. Apesar da ideia tricotômica de Economia ter sido abandonada, é possível encontrar influências do pensamento de Neville Keynes (1999 [1891]) na Nova Economia do Bem-Estar (BLAUG, 1992, p. 122):

Normative economists typically attempt to offer policy advice while setting aside considerations such as “intrinsic rights to certain goods, moral reasons, social concerns.” They focus exclusively on welfare, which they associate with preference and willingness to pay. So normative economics is welfare economics. Normative economists also typically make inferences concerning welfare on the basis of data concerning willingness to pay, and these inferences are inevitably biased toward the preferences of those who are rich. (HAUSMAN & MCPHERSON, 2008, p. 234)

Portanto, atualmente, a Economia Normativa é entendida como sinônimo de Economia do Bem-Estar. Analogamente à Economia Política Normativa proposta por Neville Keynes (1999, [1891]), a Economia do Bem Estar estabelece critérios do que é desejável,

quais sejam: o economista deve se preocupar apenas com o bem-estar e não com outros valores, como liberdade ou justiça; o bem-estar é entendido como a satisfação das preferências individuais; tal satisfação ocorre quando há equilíbrio de mercado e se alcança, pelos teoremas do bem-estar<sup>6</sup>, o Ótimo de Pareto<sup>7</sup> (HAUSMAN & MCPHERSON, 2008, p. 230). Esses critérios se assestam sobre uma moral baseada no individualismo, na racionalidade e na busca do interesse próprio (HAUSMAN & MCPHERSON, 2008, p. 234-235).

Tendo em vista a centralidade da Nova Economia do Bem-Estar para o *mainstream*, há uma série de esforços para desvincula-la da ideia de arte, legitimando-a como parte da ciência econômica. Dentre esses esforços, destaca-se o trabalho de Kaldor e Hicks (BLAUG, 1992, p. 123; HAUSMAN & MCPHERSON, 2008, p. 243-248). O objetivo de Kaldor e Hicks (1939, *apud* HAUSMAN & MCPHERSON, 2008, p. 243) foi estabelecer um critério livre de valores para melhorias no sentido de Pareto, evitando o problema identificado por Robbins da comparação cardinal de utilidades (BLAUG, 1992, p. 123; ROBBINS, 1935, p. 123).

Como a Economia do Bem-Estar apenas descreve uma alocação de recursos em que não é possível melhorar o bem-estar de alguém sem piorar o de outrem, não prescrevendo alocações desejáveis, ela é considerada pelo *mainstream* como livre de valores. Dessa forma, o critério de Pareto não forneceria prescrições políticas e disso decorre seu pertencimento à Economia Positiva (BLAUG, 1992, p. 126). Portanto, o aspecto normativo da Economia do Bem-Estar só ocorreria quando o economista saísse da descrição e passasse para a prescrição política de uma alocação que seria desejável.

Devido à influência dos teoremas do bem-estar sobre a Economia *mainstream*, o equilíbrio de competição perfeita é utilizado como um *benchmark*, logo pode ser interpretado como um ideal normativo (HAUSMAN & MCPHERSON, 2008, p. 243). Por ser um *benchmark*, o equilíbrio competitivo de mercado é considerado desejável, sendo o tipo ideal com o qual se compara equilíbrios fáticos. Logo, o conceito paretiano atua como “a Trojan

---

<sup>6</sup> O Primeiro Teorema do Bem-Estar estabelece que um equilíbrio de mercado perfeitamente competitivo é também eficiente no sentido de Pareto. Já o Segundo Teorema diz que todo ótimo de Pareto pode ser alcançado por meio do mecanismo de mercado desde que seja feita a adequada redistribuição das dotações iniciais (HAUSMAN & MCPHERSON, 2008, p. 242)

<sup>7</sup> O Ótimo de Pareto é uma situação em que não é há trocas mutuamente vantajosas, isto é, não é possível melhorar a utilidade de alguém sem piorar a de outrem (BLAUG, 1992, p. 124).

horse smuggling ethical commitments into the theoretical citadel of positive mainstream economics” (HAUSMAN & MCPHERSON, 2006, p. 67-68 *apud* HANDS, 2012, p. 225).

Similarmente aos metodólogos *mainstream* contemporâneos (BLAUG, 1992), Pareto acreditava que seu conceito de otimalidade pertencia à esfera positiva. Ele e Walras (*apud* BLAUG, 1992) contribuíram para a formulação da dicotomia positivo-normativo atual em Economia: esses autores deram uma nova formulação à dicotomia entre ciência e arte, denominando a ciência econômica de Economia Pura, e a “arte”, de Economia Aplicada (BLAUG, 1992, p. 122). Para Pareto, o conceito de otimalidade pertencia à Economia Pura, pois não visava a solução de problemas práticos (*ibid.*, p. 123). Comentando os escritos de Pareto, Lionel Robbins (1935) destaca que aquele economista preferiu utilizar a palavra “otimalidade” ao invés de “utilidade”, tendo em vista a cardinalidade deste último termo

Como aponta Robbins (1935, p. 125) e Hands (2012, p. 234), há um vínculo histórico entre a Economia e o Utilitarismo. Embora a escolha do termo otimalidade seja uma tentativa retórica de Pareto de se afastar do Utilitarismo, segundo Hands (2012), a doutrina utilitarista é um pressuposto moral adotado pelos economistas. Assim, quando na Economia positiva chega-se à conclusão de que certa política pública gera mais utilidade que outra, então a prescrição política decorre imediatamente da descrição dos fatos:

[...] if our economic analysis tells us that "policy X (ceteris paribus) makes people better off than policy Y" then it immediately follows that the society ought to do X (rather than Y) [...] this does not say that we can infer ought from (only) is, but if a community has a shared moral presupposition, as most economists do (Dasgupta 2005), then in practice all that is required to know what ought to be done is to know what will actually happen (Davis 1991). This means that as a practical matter among economists, knowing (positively) what is, tells us exactly what (normatively) ought to be (HANDS, 2012, p. 234).

Nesse ponto, Robbins (1935) apresenta posição contrária à de Hands (2012), como pode ser visto no excerto abaixo:

[...] suppose that, proceeding on this basis, we had succeeded in showing that certain policies had the effect of increasing "social utility", even so it would be totally illegitimate to argue that such a conclusion by itself warranted the inference that these policies ought to be carried out. For such an inference would beg the whole question whether the increase of satisfaction in this sense was socially obligatory. And there is nothing within the body of economic generalisations, even thus enlarged by the inclusion of elements of conventional valuation, which affords any means of deciding this question. Propositions involving "ought" are on an entirely different plane from propositions involving "is" (ROBBINS, 1935, p. 126).

Portanto, não há consenso sobre o caráter positivo ou normativo do conceito de Ótimo de Pareto. Para alguns, ele pertence à esfera normativa (HANDS, 2012; HAUSMAN & MCPHERSON, 2008), para outros, ele respeita a dicotomia (ROBBINS, 1935; BLAUG, 1992). Essa mesma divergência se expressa na classificação da Nova Economia do Bem-Estar, pois aqueles que defendem o caráter positivo do ótimo de Pareto qualificam a Nova Economia do Bem-Estar como parte da Economia Positiva.

Este trabalho defende a necessidade de superar a dicotomia. Por sua vinculação à filosofia moral utilitarista (HANDS, 2012), a Economia do Bem-Estar e o Ótimo de Pareto são conceitos imbuídos de aspectos valorativos. Logo, classificar a Nova Economia do Bem-Estar como uma teoria positiva é um argumento retórico, cujo objetivo é dar legitimidade a essa agenda de pesquisa. Por outro lado, a Economia do Bem-Estar não se resume a prescrições políticas, descrevendo alguns comportamentos humanos, como a dinâmica das trocas. Por conseguinte, essa agenda de pesquisa apresenta traços valorativos e positivos, rompendo a dicotomia. Ao fazê-lo, ela demonstra como a separação entre Economia Positiva e Normativa é artificial. Blaug (1992) reconhece que a dicotomia é uma construção mental sem embasamento empírico, mas, para ele, trata-se de uma divisão “salutar”, na medida em que permite escolher entre teorias antagônicas, o que propicia o progresso do pensamento econômico (BLAUG, 1992, p. 129). No segundo capítulo, a questão do progresso na teoria econômica será discutida com mais afinco. Por ora, argumenta-se que, sendo a Economia uma ciência social, rejeitar a dicotomia é importante para não deslegitimar vozes dissonantes: “Methodology and its corollary, the Demarcation Problem (What is Science? How is It to be distinguished from nonscience?), are ways of stopping conversation by limiting conversation to people on our side of the demarcation line.” (MCCLOSKEY, 1998, p. 162).

### **1.3. Contemporaneizando a dicotomia – século XX e XXI**

Na primeira metade do século XX, Lionel Robbins (1935) elaborou a definição de Economia que atualmente é encontrada nos livros-texto: “Economics is the science which

studies human behaviour as a relationship between ends and scarce means which have alternative uses” (ROBBINS, 1935, p. 15). Nesse sentido, a Economia é uma ferramenta que permite sopesar as implicações das diferentes escolhas que os indivíduos podem fazer. Quanto às escolhas sociais, os economistas não podem julgá-las como “boas” ou “más”, apenas como “econômicas” ou “não-econômicas” (ibid., 128-129). Ou seja, Robbins (1935) reafirma a guilhotina de Hume, pois o economista não deve se posicionar sobre o objetivo de política econômica, apenas sobre a adequação ou inadequação dos meios que foram adotados para os fins pré-estabelecidos: “Economics is neutral as between ends. Economics cannot pronounce on the validity of ultimate judgments of value.” (ibid., p. 131). Portanto, Robbins (1935) reafirma a dicotomia entre fatos e valores, Economia e Ética:

Economics deals with ascertainable facts; ethics with valuations and obligations. The two fields of enquiry are not on the same plane of discourse. Between the generalisations of positive and normative studies there is a logical gulf fixed which no ingenuity can disguise and no juxtaposition in space or time bridge over. (ROBBINS, 1935, p. 132)

Robbins (1935) solapa a tentativa de Neville Keynes (1999 [1891]) de construir uma ponte entre a “arte” da política econômica e a Economia Positiva. Segundo aquele economista, proposições descritivas e prescritivas/valorativas são de tal modo distintas que não podem ser confundidas. Logo, não poderia haver uma Economia Normativa que também fosse científica. É por causa disso que Robbins (1935) defende, como foi visto na seção anterior, que o conceito de Ótimo de Pareto se localiza plenamente no campo da Economia Positiva.

Robbins (1935) foi fortemente influenciado pelo pensamento de Max Weber (ROBBINS, 1935, p. 133). Weber reconhecia que, nas ciências sociais, aspectos culturais do pesquisador se imiscuíam na pesquisa (WEBER, 2008 [1949], p. 64), porém ele acreditava que era possível realizar uma ciência social destituída de valores. A perspectiva de Weber é similar à de Schumpeter (2008, [1948]), pois, para esse economista, os cientistas sociais estão suscetíveis ao “Viés Ideológico”, o qual é distinto de simples valores, visto que esses são controláveis, enquanto aquele molda a compreensão de mundo do pesquisador: “For ideologies are not simply lies; they are truthful statements about what a man thinks he sees” (SCHUMPETER, 2008 [1948], p. 211). Tal viés influi na fase pré-científica da pesquisa, i.e.,

nas perguntas de pesquisa e na escolha dos fatos a serem analisados (ibid., p. 212). Contudo, o método científico representa um tratamento objetivo do viés, excluindo-o da análise. Portanto, o viés ideológico se expressa apenas no “contexto da descoberta”, sendo extirpado do “contexto da justificação”.

Since the source of ideology is our pre- and extrascientific vision of the economic process as of what is – causally or teleologically – important in it and since normally this vision is then subjected to scientific treatment, it is being either verified or destroyed by analysis and in either case should vanish *qua* ideology (SCHUMPETER, 2008 [1948], p. 213)

Assim como Schumpeter (2008 [1948]), Weber acreditava ser necessário remover a subjetividade da pesquisa científica. Para isso, ele defendia que os cientistas sociais deveriam construir enunciados demonstráveis universalmente. Para alcançarem a universalidade, tais enunciados deveriam buscar a objetividade: « dans la sphère des sciences sociales une démonstration scientifique, méthodiquement correcte, qui prétend avoir atteint son but, doit pouvoir être reconnue comme exacte également par un Chinois ou plus précisément doit avoir cet objectif » (WEBER, 1992, p. 130 *apud* TAOUIL, 2000, p. 61). Se os enunciados forem objetivos, eles podem ser comunicados intersubjetivamente e submetidos a testes empíricos (ibid., p. 61). Como a objetividade é necessária nas ciências sociais, Weber adota a guilhotina de Hume e uma separação estrita entre fatos e valores, o que, na Economia, culmina com a distinção entre Economia Positiva e Normativa:

Weber établit une dichotomie tranchée entre les questions de compréhension et de détermination des causes des faits sociaux et celles afférents aux valeurs. Cette dichotomie a pour corollaire la séparation entre l’interprétation rationnelle qui consiste à mettre en évidence des rapports de causalité et l’interprétation évaluative dont l’objet est de formuler des jugements appréciatifs ou dépréciatifs. L’interprétation rationnelle repose sur des énoncés de fait dont les caractéristiques constitutives sont l’objectivité et l’universalité (TAOUIL, 2000, p. 60)

A partir da publicação de “The Methodology of Economics” por Friedman em 1953, o debate em torno da dicotomia entre Economia Positiva e Normativa passou a se pautar sobre as definições dadas por esse artigo. Para Friedman (1966), a Economia Positiva não depende de julgamentos de valor, enquanto a Economia Normativa se alicerça sobre o sistema de generalizações fornecido pela Economia Positiva:

Positive economics is in principle independent of any particular ethical position or normative judgments. As Keynes says, it deals with "what is," not with "what ought to be." [...] Normative economics and the art of economics, on the other hand, cannot be independent of positive economics. Any policy conclusion necessarily rests on a prediction about the consequences of doing one thing rather than another, a prediction that must be based – implicitly or explicitly - on positive economics. (FRIEDMAN, 1966, p. 4-5)

Adotando como ponto de partida a separação estrita entre fatos e valores, Friedman (1966) advoga que a Economia Positiva pode alcançar o mesmo nível de objetividade que as ciências naturais (ibid., p. 4). Ele reconhece que na Economia, assim como em outras ciências sociais, o pesquisador é parte de seu objeto de estudo, dificultando a consecução de uma pesquisa objetiva. Por outro lado, isso dá ao pesquisador dados não disponíveis a um físico, por exemplo (ibid., 5). Outro elemento que aproxima a Economia Positiva das ciências naturais (como a Física) é o fato de não haver em nenhuma delas experimentos que sejam totalmente controlados (ibid., p. 10)<sup>8</sup>. Portanto, Friedman (1966) defende que a Economia Positiva deve ser julgada pelo mesmo critério que as ciências naturais, ou seja, as teorias científicas, tanto no campo da Economia Positiva como no da Física, devem ser avaliadas pelo seu poder preditivo e não pela adequação de suas hipóteses à realidade fática (FRIEDMAN, 1966, p. 15). O contraste entre as predições teóricas e os dados é o teste empírico para as teorias, porém, não há um teste definitivo, que permita asseverar a validade de uma teoria. Logo, as hipóteses científicas são apenas provisoriamente válidas (ibid., p. 9). Isso, como será visto no capítulo 2, se assemelha à metodologia popperiana de validade provisória das teorias. Contudo, Friedman (1966) não é popperiano, adotando, por sua vez, o Instrumentalismo metodológico, caracterizado pela máxima “as if” (CALDWELL, 1980, p. 367-8).

Via de regra, os economistas que defendem a existência de uma dicotomia entre fatos e valores, acreditam que a Economia Positiva pode alcançar a objetividade assim como as ciências naturais. Assim, não haveria razão para diferenças metodológicas significativas entre as ciências humanas e as naturais. Logo, esses pensadores adotam o monismo. Conforme foi visto anteriormente, para Stuart Mill (2008 [1836]), o método a priori era adequado tanto para

---

<sup>8</sup> Segundo Friedman (1996), há fatores supervenientes tanto em experimentos da Física quanto da Economia, logo o cientista não tem controle absoluto de todos os elementos que influenciam o experimento, embora aja “como se” controlasse, assumindo hipóteses sobre o comportamento de variáveis.

a Economia Política quanto para a Geometria; já para Friedman (1966), o instrumentalismo se aplica tanto à Economia quanto à Física. Por outro lado, aqueles que criticam a dicotomia, adotam o dualismo. Ou seja, eles defendem que a Economia, enquanto ciência social, não pode alcançar a objetividade, logo deve utilizar métodos distintos das ciências naturais. É nessa perspectiva que se insere o pensamento de economistas como Myrdal (1970 [1969]), Hands (2012) e McCloskey (1983, 1998).

Se, como foi visto acima, para Friedman (1966), o “dever ser” depende do que “é”, mas o contrário não ocorre, para Hands (2012), “ser” e “dever ser” são interdependentes. Devido a essa interdependência, não haveria uma dicotomia positivo-normativo em Economia, pois o “ser” e o “dever ser” estão imbricados, numa relação mutuamente constitutiva (HANDS, 2012, p. 236). Um dos argumentos utilizados por Hands (2012) para embasar sua tese vem da crítica feita pela Economia Experimental à Escolha Racional: para compreender os comportamentos individuais, é preciso considerar o fato de que se vive em sociedade. Assim, para Hands (2012), “o que deve ser” determina em alguma medida “o que é”, pois os seres humanos são seres sociais, imbuídos de valores, os quais alteram os comportamentos (HANDS, 2012, p. 235). Outro argumento se refere ao fato de os imperativos morais serem condicionais. Desse modo, “o que deve ser feito” ou “o que pode ser feito” depende da situação fática, depende do que “é”. Mas o que pode ser feito também condiciona em última análise “o que é” (ibid., p. 17-18). Por conseguinte, a Economia Positiva e a Normativa não são categorias estanques.

Segundo Myrdal (1970 [1969]), os valores são endógenos à análise econômica. Por isso, a Economia assim como as demais ciências sociais não pode utilizar o mesmo método que as ciências naturais, pois as teorias se assestam sobre critérios éticos e, como tal, não é possível obter regularidades ou constantes (TAOUIL, 2018, p. 66). Ademais, as ciências sociais são incapazes de produzir resultados aceitáveis por todos, logo não é possível alcançar a universalidade, considerada por Weber o corolário da objetividade.

Para Gunnar Myrdal (1970 [1969]), o cientista social está sujeito à influência de três fontes de subjetividade: a) herança dos escritos passados, baseados em filosofias morais e metafísicas; b) tradição cultural em que está imiscuído, i.e., seu meio social; c) idiossincrasias de sua personalidade (MYRDAL, 1970 [1969], p. 7-8). Estes três elementos subjetivos vão se

expressar nas pesquisas de dois modos: por meio de crenças ou por meio de valores (ibid., p. 18). Os valores são constituídos por proposições valorativas, i.e., o que deveria ser. Já as crenças “expresan nuestras ideas acerca de cómo es o fue en verdad la realidad” (ibid., p. 19). Como o ideal de objetividade torna os valores ilegítimos, esses são disfarçados como crenças nas pesquisas. Pelo estudo científico, os pesquisadores pretendem tornar suas crenças conhecimentos válidos (ibid., 23-24). Portanto, “una ciencia social ‘desinteresada’ no ha existido nunca y, por razones lógicas no puede existir jamás” (MYRDAL, 1970 [1969], p. 59). Se não pode existir tal ciência social desinteressada, Myrdal (1970 [1969]) conclama os cientistas a exporem seus valores abertamente, especificando-os (ibid., p. 59). Para Myrdal (1970 [1969]), tal honestidade intelectual é a única forma de objetividade que as ciências sociais são capazes de alcançar (ibid., p. 60).

Quando os cientistas sociais – dentre eles, os economistas – ocultam seus valores, eles os objetificam, reificando preconceitos populares que lhe são idiossincráticos (ibid., p. 56). Logo, cabe ao cientista social ter consciência de seus valores e se expressar politicamente contra os preconceitos em voga (ibid., 55). Portanto, Myrdal (1970 [1969]) rompe a separação entre a Economia Positiva e a arte da política econômica, pois em suas teorias, os economistas deveriam fazer avançar valores como liberdade e igualdade (TAOUIL, 2018, p. 66).

Comparando a perspectiva de Hands (2012) e a de Myrdal (1970 [1969]), pode-se concluir que, para aquele, não há uma prevalência ontológica entre fatos e valores, i.e., eles estão numa relação recíproca. Myrdal (1970 [1969]), por seu turno, coloca os valores no centro da ontologia das ciências sociais. Nesse sentido, não haveria fatos sem valores, visto que esses dão sentidos àqueles: “‘Sin valoraciones’, escribió mi difunto amigo Louis Wirth, con el que coincidía en estos asuntos, ‘no tenemos interés, o sentido de la relevancia o de la significación y consecuentemente la investigación no tiene objeto’ (MYRDAL, 1970 [1969], p. 55).

Comentando os escritos de Myrdal, Taouil (2018) critica a prevalência dada por ele aos valores em relação aos fatos. Segundo esse crítico, se há uma impregnação absoluta de valores nas teorias, seus postulados não podem ser confrontados. Essa preocupação de confrontar teorias e escolher uma que seja mais adequada também é uma preocupação de Blaug (1992).

#### 1.4. Crítica a Blaug

Na perspectiva do autor de *The Methodology of Economics*, o que distingue a Economia positiva e a normativa é que, naquela, as proposições são classificadas como “verdadeiras” ou “falsas”, enquanto nessa elas são consideradas “certas” ou “erradas” (BLAUG, 1992, p. 113). Para classificar uma proposição como “verdadeira” ou “falsa”, a Economia positiva se vale de métodos interpessoalmente testáveis, ou, nos termos de Nagel (1961, p. 492-5, *apud* BLAUG, 1992, p. 115) de julgamentos metodológicos e não morais (BLAUG, 1992, p. 114). Por conseguinte, Blaug (1992) acredita que a objetividade da Economia Positiva não repousa sobre a ausência de vieses do pesquisador, mas sim, sobre o fato de a atividade científica ser eminentemente social, logo as críticas feitas por outros acadêmicos a quaisquer hipóteses têm a função salutar de depurar os vieses (*ibid.*, p. 117; p. 131).

Para que seja possível à comunidade acadêmica depurar vieses, Blaug (1992) adota hipóteses que ele não explicita. Interpretando Blaug (1992) à luz da Estatística, pode-se inferir que ele adota a hipótese de que a comunidade acadêmica é composta por um número grande de agentes ( $n \rightarrow \infty$ ). Esses agentes seriam escolhidos ao acaso, de modo que, na comunidade, diversos vieses estariam representados (aleatoriedade). Conforme o Teorema do Limite Central<sup>9</sup>, dado o número grande de agentes ( $n \rightarrow \infty$ ), cada qual com suas idiosincrasias (amostra independente e identicamente distribuída), se os valores/vieses fossem dispostos num *continuum*, a média amostral seguiria uma distribuição Normal. Uma das características da Normal é ser uma distribuição simétrica em torno da média. Assim, seria possível excluir *outliers* e, na média, não haveria viés. Contudo, o que esta dissertação defende é que a comunidade acadêmica não é um meio social onde os agentes são escolhidos de forma randômica. Logo a amostra não é independente nem identicamente distribuída. Isso fica claro na sobrerrepresentação de economistas homens, ocidentais, brancos e heterossexuais no *mainstream*. Portanto, há preconceitos que tendem a ser reafirmados mesmo se a pesquisa se

---

<sup>9</sup> Pelo Teorema do Limite Central, se a amostra for aleatória e a variância for finita, à medida que  $n$  aumenta, há uma convergência em distribuição da média amostral para uma Normal, i.e.,  $\bar{X} \xrightarrow{D} N(\mu, \sigma^2/n)$  (MEYER, 1987).

basear em hipóteses falseáveis e estiver sujeita ao escrutínio da academia. É nesse sentido que Myrdal (1970 [1969]) afirma:

[...] los científicos en cualquier condicionamiento institucional y político particular se mueven como rebaños, reservando sus controversias y originalidades particulares para los asuntos que no cuestionan el sistema fundamental de prejuicios que comparten (MYRDAL, 1970 [1969], p. 57).

Nesse sentido, o julgamento metodológico das teorias não lhes dá objetividade, mas sim objetifica preconceitos de identidades sociais dominantes, dando aparência de universalidade a perspectivas parciais (NELSON, 1995, p. 3). Como a comunidade acadêmica não questiona o “sistema fundamental de preconceitos que compartilham”, teorias que se adequam a tais preconceitos tendem a ser aceitas mais facilmente do que aquelas que os contestam (MCCLOSKEY, 1994). Assim, quando uma teoria é aceita pela comunidade acadêmica como parte da Economia Positiva, é dado aos seus aspectos valorativos uma aparência de objetividade e neutralidade. Ou seja, as crenças e os valores do pesquisador foram legitimadas como conhecimentos, ocultando sua subjetividade.

Blaug (1992) teme que, se a dicotomia entre fatos e valores fosse abandonada na Economia, a escolha entre teorias concorrentes seria “a matter of personal choice” (BLAUG, 1992, p. 121)<sup>10</sup>. Nesse sentido, não haveria um critério objetivo para separar as “boas” das “más” teorias e, se não é possível fazê-lo, o progresso na Economia ficaria ameaçado. Conforme foi visto acima, as teorias são aceitas pelos pares na medida em que satisfazem os valores dominantes da comunidade acadêmica. Autores desconstrutivistas como McCloskey (1998) e Rosetti (2001) contradizem o temor de Blaug (1992) afirmando que:

not all beliefs are equally valid, not all interpretations are equally good. Meanings are constrained by the interpretive community, or the marketplace of ideas. While the standards of meaning and valuation are subjective (or contingent, or based on a particular perspective), they are not arbitrary. This is not a case of ‘anything goes’. The quality of a model, or a narrative, or a translation, cannot be judged by how close it comes to reflecting or encapsulating its True version, for there is no True version. Nonetheless, it can be judged against qualities *esteemed* by the relevant communities, e.g. parsimony, elegance, high R-squared (ROSETTI, 2001, p. 308-9, grifo no original)

---

<sup>10</sup> Na visão de Blaug (1992), a dicotomia seria uma “convenção metodológica terapêutica” (BLAUG, 1992, p. 129).

Portanto, mesmo com a rejeição da dicotomia, nem todas as teorias seriam aceitas como legítimas. Apenas seria evidenciada a parcialidade da Economia Positiva, abrindo espaço para novos debates.

Outro ponto passível de crítica do texto de Blaug (1992) é aquele em que ele critica Myrdal (1970 [1969]), afirmando que há concepções teóricas que são objetivas. Uma delas, é a elasticidade da demanda:

Because if I can assert that the import elasticity of demand for automobiles in Britain in, say, 1979 is 1.3 and this number is either true or false regardless of my wishes or yours, I have produced at least one proposition in positive economics whose objectivity does not depend on declaring my values. (BLAUG, 1992, p. 121)

Taouil (2018) critica justamente esse trecho, defendendo que há duas formas de definir elasticidade: uma estatística e outra teórica. A Economia se apoia sobre a segunda definição, a qual, por sua vez está baseada na racionalidade do consumidor que atua como tomador de preços no mercado competitivo de bens finais (TAOUIL, 2018, p. 64). Logo, “l’elasticité est une abstraction qui est loin d’être neutre puisqu’elle renvoie aux présupposés de l’égalité des individus, à la rationalité du consommateur et au principe d’efficience” (TAOUIL, 2018, p. 65). Conclui-se que, mesmo a fórmula matemática da elasticidade, que aparentemente não tem nenhuma carga valorativa embutida, traz em seu bojo construções teóricas em que valores intersubjetivos estão presentes. Portanto, mesmo a elasticidade da demanda não pertence somente à Economia Positiva, apresentando aspectos normativos.

Por fim, levando a dicotomia ao paroxismo, pode-se contestar o caráter científico de *The Methodology of Economics*. Mesmo reconhecendo que, na prática, os economistas não seguem fielmente o método popperiano, Blaug (1992) não se preocupa em descrever o *modus operandi* da pesquisa econômica, dedicando seus esforços a prescrever uma metodologia ideal. Como Blaug (1992) acredita que apenas a Economia Positiva é científica e que essa não deve fazer prescrições, infere-se que Blaug (1992) se localiza no campo da Economia Normativa, pois ele próprio faz prescrições metodológicas ao longo de sua obra. Porém, a Economia Normativa não é considerada científica pelo autor. Dessa forma, o trabalho de Blaug (1992) seria classificado por ele mesmo como um livro artístico. Para que essa obra seja considerada científica, é preciso rejeitar a dicotomia, o que Blaug (1992) rechaça.

## **2 EPISTEMOLOGIA POPPERIANA, INDIVIDUALISMO METODOLÓGICO E OBJETIVIDADE**

O livro *A lógica da descoberta científica* de Karl Popper foi publicado originalmente em alemão em 1933. A primeira tradução para o inglês ocorreu nos anos 50, favorecendo a difusão da metodologia popperiana nas ciências sociais aplicadas. Na Economia, o método popperiano de pesquisa foi introduzido por Terence Hutchison (1938, *apud* LIPSEY, 2008, p. 526). A partir de então, a metodologia defendida por Popper (2002 [1935]) passou a ser prescrita como a ideal para pesquisas no âmbito da Economia Positiva (BLAUG, 1992; LIPSEY, 2008). Como a metodologia popperiana se assenta sobre a epistemologia objetivista defendida pelo filósofo (POPPER, 1975 [1973], p. 141; UDEHN, 2001, p. 208), diferentemente do enfoque metodológico de Caldwell (1991), este trabalho irá abordar a epistemologia de Popper. Nesse sentido, a obra *Conhecimento Objetivo* será fundamental para a análise empreendida na primeira parte deste capítulo.

A segunda parte do capítulo será dedicada à questão do individualismo metodológico na Economia. Ao final, conclui-se que a adoção do individualismo metodológico é um pré-requisito para os economistas formularem teorias com pretensão de universalidade/objetividade, i.e., teorias que farão parte da Economia Positiva, cujo histórico foi visto no capítulo anterior.

### **2.1.1 Epistemologia evolucionista e a metodologia popperiana**

Em *Conhecimento Objetivo*, Popper (1975 [1973]) desenvolve uma epistemologia evolucionista: assim como as espécies biológicas evoluem por meio da seleção natural, as teorias também o fazem por meio do método científico popperiano, denominado falseacionista (POPPER, 1975 [1973], p. 141). Tal noção epistemológica será vista abaixo, porém, antes, será abordada a metodologia popperiana, cuja aplicação é o instrumento de seleção de teorias. O falseacionismo se baseia na discussão crítica de conjecturas concorrentes. Para que as hipóteses (conjecturas) sejam discutidas criticamente, elas devem

ser testáveis. Logo, o critério de demarcação entre ciência e pseudociência se baseia no caráter disposicional da teoria de ser testável empiricamente (COSTA, 2007). Quando há a formulação de novas conjecturas, para que elas sejam incluídas no debate científico, devem ser avaliadas a priori quanto a seu conteúdo e força: quanto mais restritiva for uma teoria, maiores suas proibições e sua testabilidade (POPPER, 1975 [1973], p. 141). Por seu turno, conjecturas pouco restritivas favorecem a inclusão de hipóteses *ad hoc*, logo não são científicas (CALDWELL, 1991). Uma vez legitimadas como científicas, as teorias são submetidas a testes empíricos. Esses testes consistem na dedução lógica de predições - i.e., enunciados singulares - que são refutados ou corroborados pela experiência empírica (COSTA, 2007). Se tais enunciados forem refutados, a teoria malogra e é abandonada. Se forem corroborados, a teoria é aceita provisoriamente (CALDWELL, 1991, p. 3-4). A aceitação apenas provisória de teorias dá ao conhecimento um caráter conjectural (ibid., p. 4). Assim, o progresso científico ocorre a partir da refutação das teorias que não sobreviveram aos testes empíricos e de sua substituição por outras conjecturas, as quais, se corroboradas pelos testes, serão provisoriamente aceitas até serem substituídas por hipóteses melhores. Portanto, há um processo de seleção de teorias semelhante à evolução darwinista.

Em síntese, na visão de Popper (1975 [1973]), o progresso científico segue o seguinte esquema (POPPER, 1975 [1973], p. 120):

$$P_1 \rightarrow TT \rightarrow EE \rightarrow P_2 \quad (1)$$

A partir de um problema inicial ( $P_1$ ), a mente humana cria uma teoria testável ( $TT$ ), a qual é submetida à crítica racional sistemática ou a testes empíricos. Esses são os métodos que propiciam a eliminação de erros ( $EE$ ), i.e., refutação de teorias falsas. Por fim, novas conjecturas surgem da própria criatividade humana ( $P_2$ ).

Meu esquema funciona através da eliminação de erros, e no nível científico através da crítica consciente sob a ideia reguladora da procura da verdade.

A crítica, sem dúvida, consiste na procura de contradições e em sua eliminação: a dificuldade criada pela demanda de sua eliminação constitui o novo problema ( $P_2$ ). Assim, a eliminação do erro leva ao crescimento objetivo de nosso conhecimento – de conhecimento no sentido objetivo. Leva ao crescimento de verossimilitude objetiva: torna possível a aproximação da verdade (absoluta) (POPPER, 1975 [1973], p. 126-127).

Portanto, o progresso científico seria um processo de seleção darwinista de teorias, as quais seriam cada vez mais verossimilhanças à realidade fática (ibid., p. 143, 146). Contudo, o

pesquisador não consegue saber se sua hipótese alcançou a verdade<sup>11</sup>, por isso o aspecto conjectural e provisório do conhecimento. Ao pesquisador, somente é possível falsear conjecturas, mas não, confirmá-las (CALDWELL, 1991; SCHMIDT & SANTOS, 2007). Isso se relaciona à rejeição da lógica indutiva e da epistemologia subjetivista em que ela está baseada (POPPER, 1975 [1973], p. 143-144). Ou seja, Popper (1968 *apud* COSTA, 2007) concorda com a crítica feita por Hume à indução (POPPER, 1968, p. 438 *apud* COSTA, 2007, p. 17). Hume mostra que, mesmo que um enunciado universal tenha sido corroborado pelas evidências disponíveis, não é possível assegurar que sempre o será, tendo em vista a infinidade de instâncias confirmadoras. Metaforicamente, “independentemente de quantos casos de cisnes brancos possamos observar, isso não justifica a conclusão de que todos os cisnes são brancos” (POPPER, 2001, p. 28 *apud* SCHMIDT & SANTOS, 2007, p. 5), pois há uma infinidade de cisnes e, para confirmar a hipótese de todos serem brancos, seria necessário observar toda a população de cisnes, o que é impossível.

O problema da indução não se limita ao teste de teorias e à impossibilidade de testar todas as instâncias verificadoras. Outro problema está na derivação de leis gerais. Segundo o Positivismo Lógico, a indução estaria presente tanto na avaliação de teorias quanto em sua formulação. Nesse sentido, a partir de observações de eventos da realidade seria possível estabelecer uma lei geral, a qual poderia ser verificada ou não pela observação empírica (COSTA, 2007). Conforme aponta Hume, não é possível derivar leis gerais de enunciados particulares (BLAUG, 1992; COSTA, 2007). Retomando o exemplo dos cisnes, mesmo que todos os espécimes observados hoje fossem brancos, não há garantias de que, no futuro, assim o serão. Portanto, não bastaria observar toda a população mundial de cisnes para, por indução, desenvolver a regra geral de que só há cisnes brancos, pois seria preciso observar os cisnes do presente, do passado e do futuro para assegurar a veracidade dessa proposição.

A metodologia endossada pelos positivistas lógicos ficou conhecida como verificacionismo, pois o objetivo dos testes era verificar teorias e, se elas não fossem comprovadas, cabia ao cientista encontrar a “causa perturbadora” que acarretou a não verificação (BLAUG, 1992, p. 4). Feito isso, tornar-se-ia possível adaptar a teoria, incluindo a causa perturbadora identificada. Conforme foi visto acima, o falseacionismo popperiano se contrapõe ao verificacionismo positivista na medida em que Popper (1975 [1973]) é crítico da

---

<sup>11</sup> O processo de pesquisa empírica é conduzido por seres humanos e, segundo Popper (1975 [1973]), “como todo trabalho humano”, o trabalho de pesquisa “é falível” (POPPER, 1975 [1973], p. 122). O “*fallibilism*” é a razão pela qual o conhecimento é sempre provisório (CALDWELL, 1991, p. 3-4).

indução e da epistemologia subjetivista. Segundo esse filósofo, a epistemologia subjetivista centra o progresso do conhecimento sobre a observação individual da realidade. A observação está baseada nas percepções sensoriais humanas. Como a observação é ponto de partida e de chegada dos verificacionistas, servindo desde a formulação até o teste de teorias, o foco da epistemologia endossada por eles é sobre o processo de conhecimento que ocorre na mente humana, visto que é ela que dá inteligibilidade às observações da realidade (POPPER, 1978).

Por seu turno, Popper (1975 [1973]) destaca que a mente humana interpreta o mundo a partir de teorias e preconceitos. Portanto, é inadequado tratar a observação da realidade feita a partir dos sentidos como um “dado” (POPPER, 1975 [1973], p. 144; BARTLEY, 1976). É por causa disso que a objetividade e a universalidade das teorias científicas não dependem da imparcialidade do pesquisador individual: o processo mental do pesquisador é impregnado de preconceitos, mas o conteúdo de seu pensamento alcança a objetividade na medida em que é submetido à crítica racional intersubjetiva (COSTA, 2007).

À epistemologia subjetivista, Popper (1978) contrapõe a epistemologia objetivista, a qual ele endossa:

De um ponto de vista objetivista, a epistemologia torna-se a teoria do crescimento do conhecimento. Torna-se a teoria da solução de problemas ou, em outras palavras, a construção, discussão crítica, avaliação e teste crítico de teorias conjecturais concorrentes. (POPPER, 1975 [1973], p. 141).

Assim, a epistemologia objetivista é o estudo da evolução das conjecturas e teorias, i.e., dos conteúdos de pensamento e de como evoluem a partir da crítica racional e dos testes empíricos. Ao contrário da epistemologia subjetivista, na objetivista, não se estuda o processo da mente humana, mas sim a evolução do conhecimento em si, sem necessitar de um sujeito conhecedor (POPPER, 1975 [1973], p. 108).

### **2.1.2 A Teoria dos Três Mundos de Popper (1975 [1973])**

Como foi visto acima, é negado ao indivíduo cognoscente alcançar a objetividade, contudo, existe um corpo de conjecturas que são objetivas e aceitas provisoriamente como verdadeiras. Portanto, o processo de pensamento do indivíduo cognoscente constitui o conhecimento subjetivo, enquanto o conteúdo de seu pensamento é o conhecimento objetivo

(POPPER, 1975 [1973], p. 115; POPPER, 1978). Esse conteúdo se torna objetivo quando é socializado por meio da linguagem<sup>12</sup>. Por sua objetividade, as conjecturas são autônomas em relação aos pesquisadores que as formularam, constituindo um mundo à parte (POPPER, 1975 [1973], p. 108).

Contrapondo-se ao materialismo (monismo) e ao dualismo mente-corpo, Popper (1975 [1973], p. 152) apresenta uma visão pluralista, que distingue a existência de três mundos:

Nesta filosofia pluralista, o mundo consiste de, pelo menos, três submundos ontologicamente distintos; ou, como eu diria, há três mundos: o primeiro é o mundo material, ou o mundo dos estados materiais; o segundo é o mundo mental, ou o mundo de estados mentais; e o terceiro é o mundo dos inteligíveis, ou das *ideias no sentido objetivo*; é o mundo de objetos de pensamentos possíveis: o mundo das teorias em si mesmas e de suas relações lógicas, dos argumentos em si mesmos, e das situações de problema em si mesmas (POPPER, 1975 [1973], p. 152, *grifo no original*).

Para Popper (1978), sua metodologia é realista (“*threefold realism*”), na medida em que os três mundos são reais. Ele considera real tudo que tem efeito causal sobre objetos físicos. Nesse sentido, o mundo 3 é real na medida em que altera o mundo 1. Esse efeito causal é mediado pela ação humana, i.e., pelo mundo 2 (POPPER, 1978). Portanto, o mundo 3 apenas interage com o mundo 1 a partir da mediação do 2. Ademais, as interações entre os mundos se dão aos pares: de forma imediata entre 1 e 2, e entre 2 e 3; de forma mediata entre 1 e 3 (POPPER, 1978).

A epistemologia popperiana é evolucionária na medida em que, tanto o progresso da ciência segue mecanismo de seleção natural darwinista, quanto os três mundos surgem um a partir de outro, por meio de evolução sucessiva, visto que o mundo subsequente retroalimenta àquele que o antecede, modificando-o (POPPER, 1978). O primeiro mundo a surgir é o dos objetos físicos e, sua subdivisão mais relevante, qual seja: a dos organismos vivos. O mundo 2 surge como um produto evolucionário do mundo dos organismos, na medida em que a espécie humana desenvolve sua mente e consciência de si e de seu meio (POPPER, 1978). Todos os animais apresentam linguagem. Contudo, apenas o ser humano desenvolveu suas funções superiores: enquanto a linguagem dos outros animais apresenta a função de auto-expressão e de sinalização, somente a linguagem humana desenvolve as funções descritiva e argumentativa. A função de auto-expressão visa a comunicação do estado de um determinado

---

<sup>12</sup> Isso, conforme será visto no próximo capítulo, significa que, para Popper (1975 [1973]), toda linguagem é social, logo a tradução dos processos mentais no código linguístico dá comunicabilidade e objetividade aos conteúdos da mente.

organismo; a função de sinalização é o tipo de comunicação que visa a obtenção de uma resposta de outro organismo. Por seu turno, a função descritiva tem como objetivo propiciar uma descrição ajustada à verdade. Nesse sentido, surge a preocupação com a verossimilhança entre o que é narrado e os fatos (i.e., surge a ideia reguladora de verdade) (POPPER, 1975 [1973], p. 121). Já a função argumentativa permite discutir as descrições, possibilitando analisa-las crítica e racionalmente contra a ideia reguladora de verdade (ibid., 121-122). Desse modo, com o desenvolvimento das funções superiores da linguagem, surgem as conjecturas (função descritiva) e o método científico (função argumentativa), estando ambos contidos no mundo 3. Logo, o 3 surge a partir da evolução do 2 (POPPER, 1978).

Como o mundo 3 constitui a “lógica situacional objetiva” (POPPER, 1975 [1973], p. 111), ele fornece uma moldura sobre a qual atua a mente humana, i.e., o conhecimento subjetivo (ibid., p. 145). Assim, o mundo 3 retroalimenta o 2, mas não o determina<sup>13</sup>. Similarmente, o mundo 2 cria o 3, mas não o determina, pois as teorias apresentam consequências não antecipadas, logo o mundo 3 é autônomo, assim como os demais (ibid., 119). Dessa forma, a interação entre os mundos não é determinista. Embora surjam um a partir do outro, uma vez constituídos, cada um segue trajetória autônoma, apesar de continuar a sofrer influências dos demais:

A ideia de *autonomia* é central em minha teoria do terceiro mundo: embora o terceiro mundo seja um produto humano, uma criação humana, ele cria por sua vez, como o fazem outros produtos animais, seu próprio *domínio de autonomia*. [...] a sequência dos números naturais é uma construção humana. Mas, embora criemos essa sequência, ela por sua vez cria seus próprios problemas autônomos. A distinção entre números ímpares e pares não é criada por nós: é uma consequência não pretendida e inevitável de nossa criação. (POPPER, 1975 [1973], p. 1119).

O mundo da ciência – assim como todo subconjunto do mundo 3 - é autônomo e objetivo, o que justifica a escolha da epistemologia objetivista ao invés da subjetivista. Por outro lado, o processo de evolução do mundo 3 se dá pela interação com o mundo 2, através o processo descrito na expressão (1) (ibid., p. 120). Por meio de conjecturas cada vez mais acuradas e da eliminação de erros, torna-se possível representar o mundo 1 com mais precisão:

A vida é solução de problemas e descoberta – a descoberta de novos fatos, de novas possibilidades por meio de experimentar as possibilidades concebidas em nossa

---

<sup>13</sup> Como destacam Schmidt e Santos (2007), Popper rejeita o determinismo. Nesse sentido, embora os mundos 1 e 3 forneçam uma moldura que limita a criatividade humana, eles não a determinam, havendo espaço para agência individual.

imaginação. No nível humano, esta experimentação é feita quase inteiramente no terceiro mundo, por tentativas para representar, nas teorias desse terceiro mundo, nosso primeiro mundo, e, talvez, nosso segundo mundo, com sucesso cada vez maior; tentando chegar mais perto da verdade – de uma verdade mais plena, mais completa, mais interessante, logicamente mais forte e mais relevante (POPPER, 1975 [1973], p. 146).

Em síntese, pode-se dizer que, no limite, o mundo 3 tende a representar de modo cada vez mais verdadeiro o mundo 1, embora a verdade nunca seja alcançada. Se fosse possível representar matematicamente essa ideia, a verdade seria como uma assíntota para a qual as proposições do mundo 3 convergiriam no limite.

À medida que o mundo 3 avança, ele altera o mundo 1 por meio da ação humana imbuída de teorias (ibid., 147). Assim, o mundo 1 também está em constante mudança:

As soluções experimentais que animais e plantas incorporam em sua anatomia e em seu comportamento são análogos biológicos de teorias; e vice-versa: as teorias correspondem (tal como muitos produtos exossomáticos como favos de mel, e especialmente instrumentos endossomáticos como teias de aranha) a órgãos endossomáticos e seus modos de funcionamento. Assim como as teorias, os órgãos e suas funções são adaptações experimentais ao mundo em que vivemos. E assim como as teorias, ou como os instrumentos, novos órgãos e suas funções, e também novos tipos de comportamento, exercem sua influência sobre o primeiro mundo, que podem ajudar a mudar. (POPPER, 1975 [1973], p. 143).

### **2.1.3 Epistemologia popperiana e Economia**

Discutindo com filósofos que asseveram o dualismo metodológico, Popper (1975 [1973]) defende que tanto as ciências humanas quanto as naturais utilizem o mesmo método, qual seja: o falseacionismo, baseado em conjecturas e refutações (POPPER, 1975 [1973], p. 176). Dessa forma, Popper (1975 [1973]) defende o monismo metodológico, i.e., um só método para as ciências naturais e humanas: “Elaborar a diferença entre a ciência e as humanidades tem estado em moda desde muito e tornou-se enfadonho. O método de resolver problemas, o método da conjectura e da refutação é praticado por ambas” (POPPER, 1975 [1973], p. 176).

Ao falar do método científico, Popper (1975 [1973]) focaliza as ciências naturais. Nelas, os objetos de estudos pertencem ao mundo 1, ou seja, são objetos materiais e distintos daqueles dos mundos 2 e 3. Nas ciências humanas, não está claro se os objetos de estudo pertencem ao mundo 1, pois instituições (culturais, políticas, econômicas e sociais), práticas

individuais ou sociais e contextos históricos não têm uma clara corporificação no mundo 1, não possuindo uma expressão unívoca no mundo material. Nesta seção, o objetivo será discutir em qual dos mundos popperianos está o objeto de estudo da Economia. A tese aqui defendida é de que a Microeconomia estuda um objeto pertencente ao mundo 2 (escolhas, racionalidade humana), enquanto a Macroeconomia keynesiana, objeto do mundo 3 (instituições sociais, como, por exemplo, a moeda). Como os temas de estudo não pertencem ao mundo 1, é mais difícil para a Economia adotar a epistemologia e, conseqüentemente, a metodologia popperiana, pois pertencer ao mundo 1 dá estabilidade e tangibilidade aos objetos de estudos das ciências naturais, facilitando o uso do método de conjecturas e refutações. Também permite que testes intersubjetivos tenham resultados homogêneos, independentemente de quem os realiza.

Em *Conjecturas e Refutações*, Popper (1963) contrapõe o caráter científico da teoria da gravitação de Einstein ao não-científico da Psicanálise de Freud e da Psicologia Individual de Adler (POPPER, 1963, p. 35-36).

No more than that a case could be interpreted in the light of a theory. But this meant very little, I reflected, since every conceivable case could be interpreted in the light of either Adler's theory, or equally of Freud's. I may illustrate this by two very different examples of human behavior: that of a man who pushes a child into the water with the intention of drowning it; and that of a man who sacrifices his life in an attempt to save the child. Each of these two cases can be explained with equal ease in Freudian and Adlerian terms. According to Freud the first man suffered from repression (say, of some component of his Oedipus complex), while the second man had achieved sublimation. According to Adler the first man suffered from feelings of inferiority (producing perhaps the need to prove to himself that he dared to commit some crime), and so did the second man (whose need was to prove to himself that he dared to rescue the child). I could not think of any human behavior which could not be interpreted in terms of either theory. It was precisely this fact—that they always fitted, that they were always confirmed — which in the eyes of their admirers constituted the strongest argument in favor of these theories. It began to dawn on me that this apparent strength was in fact their weakness.

With Einstein's theory the situation was strikingly different. Take one typical instance — Einstein's prediction, just then confirmed by the finding of Eddington's expedition. (POPPER, 1963, p. 36)

Enquanto as teorias de Freud e Adler fornecem a mesma explicação para fenômenos mutuamente excludentes, a teoria de Einstein não o faz. Por isso, a última é mais científica que as primeiras de acordo com Popper (1963). A questão que se coloca é por que há essa diferença e a tese endossada aqui é que, ao contrário de Freud e Adler, Einstein estuda um fenômeno físico, qual seja: a força da gravidade. Einstein mostra que não só os corpos sofriam com essa força - como se pensava na Teoria da Gravitação newtoniana – mas também a luz. A força gravitacional pertence ao mundo 1, pois, embora não seja tangível, atua de forma

padronizada sobre os objetos materiais (POPPER, 1963, p. 36). Ademais, pode-se classificá-la como elemento do mundo 1 por exclusão: ela não é um processo da mente humana, logo não pertence ao 2; tampouco é um produto da mente humana, i.e., não faz parte do mundo 3; como tudo que é real pertence a um dos três mundos na epistemologia popperiana, ela deve pertencer ao mundo 1.

A atuação padronizada da força da gravidade sobre os objetos possibilita que o ser humano estabeleça uma única ideia reguladora de verdade: não é possível que materiais idênticos reajam diferentemente à gravidade. Por causa disso, a teoria de Einstein pode fazer previsões claras e unívocas sobre o comportamento de objetos. Isso dá também às previsões um caráter ahistórico, pois as leis da Física que regem a gravitação independem do contexto histórico e das idiosincrasias da comunidade acadêmica que realiza os testes empíricos.

Portanto, a mente de Einstein (elemento do mundo 2) em contato com a lógica situacional objetiva de seu tempo (Física Newtoniana) criou uma conjectura testável empiricamente (previsão de que a distância das constelações se alteraria devido a força gravitacional que estrelas exercem sobre a luz). Por ser testável, a conjectura foi julgada válida a priori. Para fazer o julgamento a posteriori, foi feita uma expedição para Mossoró/RN onde haveria um eclipse solar, sendo possível testar se a conjectura era verossimilhante (POPPER, 1963). Como o teste corroborou a hipótese, ela foi aceita provisoriamente como parte do mundo 3 (conhecimento objetivo). Conclui-se, pois, que a epistemologia popperiana se aplica ao *modus operandi* da Teoria da Gravitação de Einstein.

A questão que se impõe é se a epistemologia popperiana, ao ser aplicada à Economia, tem capacidade de produzir conjecturas falseáveis tal qual a Teoria da Gravitação de Einstein. Para elucidar esse ponto, primeiro é preciso definir qual é o objeto de estudo da Economia. Retomando a célebre definição dada por Lionel Robbins (1935): “Economics is the science which studies human behaviour as a relationship between ends and scarce means which have alternative uses” (ROBBINS, 1935, p. 15)<sup>14</sup>. Ou seja, segundo o *mainstream*, o objeto de estudo da Economia é o processo de escolha individual ou coletiva, o qual toma a forma de maximizações de utilidade, lucro e bem-estar social, ou, por outro lado, minimização de dispêndio, custos e perda social. O fenômeno da escolha entre alternativas individuais ou

---

<sup>14</sup> A heterodoxia adota outras definições de Economia. Porém, o foco deste trabalho é discutir de modo crítico o *mainstream*. Por isso, optou-se pela definição de livro-texto de Economia, a qual é de origem ortodoxa.

coletivas é um processo da mente humana, visto que quem decide é o agente econômico ou o *policy maker*, tratando-se, pois, de um objeto de estudo que pertence ao mundo 2 e não ao 1.

Popper (1975 [1973]) é crítico do empirismo e da indução, entre outras razões, porque não há observação da realidade sensível que não esteja sujeita a teorias já existentes e a preconceitos (POPPER, 1975 [1973], p. 144). Tendo em vista as idiossincrasias a que estão sujeitos os elementos do mundo 2, esses elementos têm um caráter contextual e histórico que os elementos do mundo 1 não têm<sup>15</sup>. Por conseguinte, não se pode estabelecer uma ideia reguladora de verdade que seja unívoca e ahistórica para elementos do mundo 2. Nesse sentido, seria possível que, submetida a testes idênticos, uma mesma conjectura tenha resultados díspares. Por conseguinte, assim como a Psicanálise de Freud e a Psicologia Individual de Adler, a Economia não seria científica porque não geraria conjecturas refutáveis aos moldes da Física, visto que não há um referencial de verdade estável e externo ao observador.

Conforme foi visto no capítulo 1, o *mainstream* segue o projeto popperiano de ciência, prescrevendo o falseacionismo como a metodologia ideal para a Economia Positiva (BLAUG, 1992; CALDWELL, 1991). Como não seria possível construir hipóteses refutáveis sobre elementos do mundo 2, a Economia Positiva objetificou o processo de escolha humana, de modo a tornar o objeto de estudo da Economia um elemento do mundo 1. Essa objetificação ocorre por meio do individualismo metodológico cuja expressão máxima é a figura do *Homo economicus*.

---

<sup>15</sup> Aqui, é endossada a perspectiva de Lyotard (2013 [1979]) sobre a diferença entre ciências naturais e humanas/sociais:

Em geral, admite-se que a natureza é um adversário indiferente, mas não astuto, e distingue-se as ciências da natureza e as ciências do homem com base nesta diferença. Isto significa em termos pragmáticos que a “natureza” no primeiro caso é o referente, mudo, mas tão constante quanto um dado lançado um grande número de vezes, a respeito do qual o cientistas trocam os enunciados denotativos que são os lances que eles fazem uns aos outros, enquanto no segundo caso, sendo o homem o referente, é também um parceiro que, falando, desenvolve uma estratégia, inclusive mista, diante da do cientista: o acaso com o qual este se choca então não é de objeto ou de indiferença, mas de comportamento ou de estratégia, isto é, agonístico. (LYOTARD, 2013 [1979], p. 104)

## 2.2 *Homo economicus* enquanto objeto de estudo da Economia

A definição de *Homo economicus* foi formulada originalmente por John Stuart Mill (2008[1836]). Para entender o papel do homem econômico na definição e no método da Economia Política, é preciso antes fazer algumas considerações sobre as características da Economia Política identificadas por Stuart Mill (2008[1836]). Este economista concebia a Economia Política como uma ciência abstrata, tendo em vista a impossibilidade de aplicar o método indutivo de Bacon, baseado no “*experimentum crucis*” (MILL, 2008 [1836], p. 47). Ou seja, na Economia Política, assim como nas demais ciências morais, não era possível realizar testes empíricos definitivos, controlando as variáveis, de modo a estabelecer relações causais (ibid., p. 47-48). Desse modo, John Stuart Mill (2008[1836]) defende que o único método apropriado para estudar a Economia Política é o hipotético-dedutivo (método a priori) (ibid., p. 45). Contudo, a indução (método a posteriori) também teria seu papel: para aplicar os princípios gerais da Economia Política a casos específicos, é preciso considerar as “causas perturbadoras” de cada caso (ibid., 49). Essas causas perturbadoras seriam identificadas pela indução. Assim, o método dedutivo seria responsável pela construção de hipóteses, enquanto o indutivo, pela verificação delas nos casos práticos.

Tendo em vista o método a priori, o homem econômico seria um axioma (“*assumed premises*”) sobre o qual é possível deduzir relações causais que explicam/predizem o comportamento da Economia Política em abstrato (ibid., p. 46). Isto significa que, na prática, nem os seres humanos nem as economias se comportam tal qual o que fora especificado no modelo. Portanto, o homem econômico é uma abstração:

Geometry presupposes an arbitrary definition of a line, “that which has length but not breadth.” Just in the same manner does Political Economy presuppose an arbitrary definition of man, as a being who invariably does that by which he may obtain the greatest amount of necessaries, conveniences, and luxuries, with the smallest quantity of labour and physical self-denial with which they can be obtained in the existing state of knowledge. (MILL, 2008[1836], p. 45).

Assim, o homem econômico de Mill (2008[1836]) buscaria maximizar seu prazer e minimizar seu esforço. Esse comportamento humano seria o axioma sobre o qual se deduziriam leis gerais para a Economia Política em abstrato. Por causa disso, Popper (1966[1945], p. 88-89, *apud* UDEHN, 2001, p. 43) afirmava que Stuart Mill (2008[1836]) seguia uma metodologia psicologista, em que “social laws can and should be reduced to

psychological laws” (UDEHN, 2001, p. 43), visto que é a psicologia humana que explica, em última análise, o comportamento genérico da Economia Política. Lars Udehn (2001) destaca que o psicologismo de Mill (2008[1836]) é um tipo de individualismo metodológico (ibid., p. 44).

Após Stuart Mill (2008[1836]) lançar as bases do individualismo metodológico, esse se tornou dominante na Economia Positiva, sendo retomado por diversos teóricos, como Edgeworth, Jevons, Max Weber, Menger, von Mises e Hayek (FONSECA, 2003; UDEHN, 2001). Tal qual Stuart Mill (2008[1836]), Jevons e Edgeworth utilizam o *Homo economicus* do tipo psicológico, o qual é concebido por Edgeworth como “uma máquina de prazer”. Essa definição facilita “o emprego de termos da mecânica e do raciocínio matemático na ciência social” (FONSECA, 2003, p. 194)<sup>16</sup>. Dessa forma, a definição de um arquétipo de comportamento humano (“máquina de prazer”) possibilita o uso do método das ciências naturais. Esse arquétipo dá regularidade às reações humanas, pois estabelece um padrão de comportamento. Com isso, a Economia consegue transformar um processo complexo da mente humana (escolha entre alternativas excludentes - elemento do mundo 2) num processo uniforme e objetificado (“máquina de prazer” - elemento do mundo 1).

Apesar de Stuart Mill (2008[1836]) ter sido o primeiro a definir o homem econômico, ele não defendia explicitamente o individualismo metodológico. O primeiro a fazê-lo foi Carl Menger, contudo, ele não utilizava este termo, mas sim “atomismo”<sup>17</sup> (UDEHN, 2008, p. 94). Carl Menger defendia o uso do método empiricista defendido por Bacon (ibid., p. 87). Para aplica-lo, era necessário reduzir todos os fenômenos econômicos à sua unidade básica constitutiva, qual seja, o comportamento humano. Apenas o comportamento humano podia ser observado, logo ele deveria ser o objeto de estudo da Economia. Assim, Menger defende o atomismo, ou seja, o individualismo metodológico:

The starting-point of Menger’s analysis is the isolated individual, represented by Robinson Crusoe alone on his island (pp. 133ff), but the same principles of economising govern the behaviour of individuals exchanging goods on a market. This is Menger’s ‘atomistic’ method, which would later become known as ‘methodological individualism’ (see Hayek, 1973: 8; 1978: 276f). (UDEHN, 2001, p. 88)

---

<sup>16</sup> No capítulo 5 será retomada a metáfora da máquina na descrição do *Homo economicus*. Lá, será visto como essa figura arquetípica é compatível com a Modernidade.

<sup>17</sup> O primeiro a utilizar o termo “individualismo metodológico” foi Joseph Schumpeter para diferenciá-lo do individualismo político (UDEHN, 2001, p. 104). Apesar de ter sido influenciado por Weber, Schumpeter não adere ao individualismo metodológico, defendendo uma metodologia pluralista (ibid., 105-106).

Como destaca Udehn (2001), o individualismo metodológico de Menger era, assim como o de Mill (2008[1836]), psicologista. Para Menger, a psicologia do homem econômico está baseada na tentativa de satisfazer suas necessidades. Von Wieser e Böhm-Bawerk ampliam essa concepção, afirmando que o comportamento humano busca a satisfação dos desejos (UDEHN, 2001, p. 93).

Fora os primeiros economistas austríacos, durante a Revolução Marginalista, o *Homo economicus* do tipo lógico sobrepujou o do tipo hedonista na teoria econômica. Ao contrário da primeira versão

Aqui, abre-se mão do princípio do egoísmo e do hedonismo desenfreado para se colocar ênfase sobre a racionalidade da escolha, a maneira (racional) de se alcançar determinados fins, independente de quais sejam. Nessa ótica, por definição o indivíduo busca seu interesse-próprio, independente de qual seja ele, e atinge a maximização de sua utilidade subjetiva (ANGELI, 2011, p. 6)

Por esse foco na escolha dos melhores meios para alcançar fins determinados subjetivamente, o *Homo economicus* do tipo lógico é aquele que possui uma racionalidade instrumental, i.e., orientada para a maximização de sua utilidade subjetiva (ANGELI, 2011, p. 6). As origens desse tipo homem econômico remetem ao pensamento de Heinrich Dietzel (DIETZEL, 1883, 1884 *apud* UDEHN, 2001, p. 93). A partir do trabalho de Dietzel, o individualismo metodológico psicologista passou a adotar como pressuposto de comportamento humano o homem econômico do tipo lógico ao invés do hedonista, permitindo que o agente econômico maximizasse quaisquer desejos e não apenas o prazer.

O *Homo economicus* do tipo lógico se popularizou a partir do trabalho de Max Weber (UDEHN, 2001, p. 93-94). Esse filósofo acreditava que a História do Ocidente se caracterizava por uma crescente racionalização (UDEHN, 2001, p. 95). Dessa forma, assumir que o *Homo economicus* possui racionalidade perfeita é uma hipótese justificada heurísticamente por ser uma tendência do comportamento humano (*ibid.*, p. 96):

He [Max Weber] is careful to point out that economics is not about real human beings, but about a constructed economic subject with certain ideal characteristics. Among the most important features of this ideal figure are those that define her/his rationality: perfect knowledge of the situation (the alternatives) and perfect understanding of the most adequate means to realize the various alternatives. (UDEHN, 2001, p. 95)

Influenciado por Weber e Menger, Mises adota o individualismo metodológico (*ibid.*, 107). Para ele, apenas o indivíduo pode ser observado empiricamente, logo ele é a base para a praxeologia (entendida como “a general theory of action, which included economics, as its

most developed branch” (ibid., p. 107)). Para ele, o comportamento do homem econômico é baseado na troca, i.e., na escolha racional: “All rational action is economic. All economic activity is rational action. All rational action is in the first place individual action. Only the individual thinks. Only the individual reasons. Only the individual acts” (MISES, 1951 [1922], p. 113 *apud* UDEHN, 2001, p. 108).

Por adotar a tese ontológica de que apenas os indivíduos agem, Mises defende que é somente na ação individual que as estruturas sociais existem. Nesse sentido, a estruturas sociais não são autônomas em relação a suas partes constitutivas (indivíduos) (ibid., p.109). Essa perspectiva é contrária ao universalismo, que, no final do século 19, encontrava expressão no idealismo dialético hegeliano:

For the purposes of science we must start from the action of the individual because this is the only thing of which we can have direct cognition. The idea of a society that could operate or manifest itself apart from the action of individuals is absurd. Everything social must in some way be recognizable in the action of the individual. What would the mystical totality of the universalists be if it were not alive in every individual? Every form of society is operative in the actions of individuals aiming at definite ends. What would a German national character be that did not find expression in the Germanism of individuals? What would a church be that did not express the faith of individuals? (MISES, 1976[1933], p. 43 *apud* UDEHN, 2001, p. 109).

Assim como Mises, Hayek nega que estruturas sociais tenham uma existência autônoma em relação aos indivíduos. Portanto, para analisar fatos sociais, o estudo das ações e pensamentos individuais deve ser o ponto de partida, visto que os indivíduos são as parcelas constitutivas das estruturas sociais. Nesse sentido, Hayek reafirma o individualismo metodológico como uma alternativa ao coletivismo (ibid., p. 118). Além disso, como “society exists only in the minds and actions of individual human beings” (ibid., p. 120), o individualismo metodológico é uma necessidade epistemológica para compreender qualquer fenômeno social (ANGELI, 2011, p. 11).

Embora Popper (1975 [1973]) seja posterior a Hayek (1943 *apud* UDEHN, 2001), pode-se inferir que Hayek seria crítico à epistemologia de Popper (1975 [1973]) na medida em que aquele reafirma a dualidade corpo-mente ao contrário desse, que a substitui pela Teoria dos Três Mundos. Nesse sentido, para Hayek, estruturas sociais (como classes sociais, linguagem, instituições) não seriam objetivas, mas sim subjetivas, visto que só existiram como construções da mente humana. Logo, se Hayek (1943 *apud* UDEHN, 2001) e Popper (1975 [1973]) tivessem dialogado sobre epistemologia, Hayek negaria a autonomia do mundo 3:

Social facts, including not only human actions and written language, but also ‘things’ such as tools, food, medicine and weapons, are subjective in contrast to the objective character of natural facts. ‘Collective wholes’ are not observable, and do not exist as definite objects, independent from the ‘theories’ people have about them. Collective wholes are ‘created by an act of construction or interpretation’. Terms denoting collective wholes refer to certain activities of individuals. (UDEHN, 2001, p. 119)

Em sua crítica ao cientificismo, Hayek afirma que as ciências sociais têm um objeto de estudo essencialmente distinto daquele das ciências naturais, visto que o objeto das sociais é subjetivo, enquanto o das ciências naturais são elementos físicos ou biológicos e, portanto, objetivos. Nesse sentido, Hayek postula um tipo de dualismo metodológico:

In the natural sciences complex phenomena are observed; material things which, for their explanation, must be analysed into their component parts. Their method, therefore, is ‘analytic’. In the social sciences the opposite is the case. We know by direct acquaintance only the parts; the individuals, from which the complex phenomena must be constructed. The method of the social sciences, therefore is ‘compositive’, or ‘synthetic’ (HAYEK, 1942–4, p. 287; 1955, p. 39 *apud* UDEHN, 2001, p. 117)

Na perspectiva de Hayek, o papel das ciências sociais é construir modelos que expliquem fenômenos sociais complexos. Esses modelos têm como base as ações individuais e suas consequências intencionais e não intencionais (*ibid.*, p. 120).

Outro aspecto que vale ressaltar é que Hayek defende que o individualismo metodológico é indissociável do individualismo político. Ou seja, Hayek e Mises (explícita ou implicitamente) não separam a defesa de uma análise científica centrada no indivíduo de prescrições políticas que defendam menor intervencionismo estatal (*ibid.*, p. 119)<sup>18</sup>. Por outro lado, Weber e Schumpeter distinguem o individualismo metodológico e o político, defendendo uma análise científica centrada no indivíduo e que seja livre de valores e prescrições (*ibid.*, p. 120). Conforme se verá mais a frente, essa perspectiva de individualismo metodológico “value free” será retomada por Arrow (1994).

Popper fora aluno de Mises e amigo de Hayek, havendo certa continuidade entre o individualismo metodológico austríaco e o popperiano. Apesar disso, eles não são semelhantes. Como foi visto na seção anterior, Popper, ao contrário de Mises, era contrário à

---

<sup>18</sup> Hayek (1948 *apud* UDEHN, 2001) diferencia o “falso” individualismo do “verdadeiro”. Enquanto o primeiro propõe desenhos institucionais que visam a planificação social; o segundo reconhece que fenômenos sociais são resultados não intencionais e não esperados de ações humanas, o que, por seu turno, embasa a defesa do liberalismo econômico (*ibid.*, p. 119-120).

aplicação do método indutivo de Bacon às ciências em geral por acreditar que não há observação destituída de teorias (UDEHN, 2001, p. 201):

[...] in the social sciences it is even more obvious than in the natural sciences that we cannot see and observe our objects before we have thought about them. For most of the objects of social science, if not all of them, are abstract objects; they are theoretical constructions. (Even ‘the war’, or ‘the army’ are abstract concepts, strange as this may sound to some. **What is concrete are the many who are killed; or the people in uniform, etc.**). These objects are the result of constructing certain models (especially of institutions), in order to explain certain experiences – a familiar theoretical method in the natural sciences (where we construct our models of atoms, molecules, solids, liquids, etc.). (Popper, 1944–5, III: 80; see also 1957: 135 *apud* UDEHN, 2001, p. 201, *grifo nosso*)

Portanto, o que há de concreto nas construções teóricas são os indivíduos, logo “our task is to analyse our sociological models carefully in descriptive or nominalist terms, viz., *in terms of individuals*, their attitudes, expectations, relations, etc. – a postulate which may be called ‘methodological individualism’.” (POPPER, 1944-5, p. III: 80; 1957, p. 136 *apud* UDEHN, 2001, p. 201).

Sendo a Economia uma construção teórica, ela é abstrata. Logo, conceitos como “economia de trocas”, “livre concorrência” etc. devem ser estudados a partir do comportamento dos indivíduos. Porém, não se trata de estudar toda e qualquer ação ou motivação, mas sim um comportamento estilizado. O conceito de *Homo economicus* é produto dessa tentativa de estilizar o comportamento humano.

Popper reage contra o psicologismo, rejeitando, pois, o homem econômico do tipo hedonista. Em lugar do psicologismo, ele propõe um individualismo metodológico institucionalista (UDEHN, 2001, p. 202). Esta abordagem está baseada na análise situacional:

‘Situational analysis’ is Popper’s final name for a methodological tool which he had earlier called ‘logical’ or ‘rational’ reconstruction, the ‘zero method’, the ‘logic of the situation’ and ‘situational logic’. It is a **method for constructing models in social science, based on the assumption that people act rationally in the pursuit of their ends**. If we know people’s ends, the situation in which they act when seeking these ends and assume that they act rationally, i.e., choose the adequate means for attaining their ends, then, we can explain why they acted as they did. A problematic feature of Popper’s situational analysis is the status of the rationality principle. Popper denies that the rationality principle is psychological, or even empirical. According to him it is not a theory or a testable hypothesis, but a principle *a priori*. It is false, however, and therefore not valid *a priori*. But although false, it is a good approximation to reality (*ibid.*, p. 206-207, *grifo nosso*).

Na visão popperiana, a análise situacional seria o método da Economia marginalista (UDEHN, 2001, p. 207). Portanto, esse filósofo defende a aplicação do individualismo metodológico que marca o *mainstream* econômico a outras ciências sociais. Popper reconhece

que o pressuposto de racionalidade da ação humana é falso, porém, assim como Weber, Popper considera que, embora falsa, essa premissa é uma aproximação da realidade, ou seja, é verossimilhante.

Segundo Popper (1968 *apud* UDEHN, 2001), as instituições são qualquer arranjo social feito pelo homem, como escolas, a linguagem, a escrita etc. (ibid., p. 202). Em trabalhos posteriores, quando Popper desenvolve sua epistemologia baseada nos Três Mundos, ele classifica as instituições como elementos do mundo 3, i.e., objetos autônomos capazes de influenciar a atuação dos indivíduos (mundo 2) (ibid., p. 209). Logo, a ação racional dos indivíduos é cerceada pelos limites impostos pelas instituições (ibid., p. 207). Por considerar as instituições autônomas em relação aos indivíduos, o individualismo metodológico popperiano é incompatível com a versão austríaca que o inspirou:

The main difference between Popper and the Austrians, however, is that Popper rejects the subjectivism of the latter. Methodological individualism is no longer a corollary of an intersubjective theory of society. According to Popper, subjectivism leads to psychologism and, ultimately, to a genetic concern with the origins of society. In order to avoid this predicament, Popper adopts institutionalism. What is more, institutions are conceived of as objective elements of social reality, not as ideas in the minds of individuals. (ibid., p. 210)

Apesar de divergirem quanto à autonomia das instituições, tanto a metodologia austríaca de Hayek quanto a de Popper se baseiam no individualismo, sendo o comportamento individual equacionado com a escolha racional. Dessa forma, o objeto de estudo das ciências sociais e da Economia Positiva, mais especificamente, seria o *Homo economicus* do tipo lógico, i.e., um arquétipo de comportamento humano, logo uma objetificação de um processo da mente. Construir esse arquétipo é necessário para que um elemento do mundo 2 (processo decisório) seja tratado como do mundo 1 (comportamento racional), o que permite o uso do método científico de conjecturas e refutações.

Diferentemente de Hayek, Popper estabelece como método das ciências sociais a análise situacional, que se baseia na construção de modelos de escolha racional sujeita a restrições institucionais. As instituições seriam, então, exógenas, visto que pertencem ao mundo 3, que é autônomo em relação ao mundo 2. Isso contrasta com o individualismo psicologista dos austríacos, que defende que as instituições sociais são endógenas, pois só existiriam nas ações dos indivíduos. Ou seja, para os austríacos, instituições seriam consequências e não causas do comportamento humano (ARROW, 1994, p. 3; UDEHN, 2001, p. 109). A classificação das instituições como variáveis exógenas (individualismo

institucional) ou endógenas (psicologismo) tem sido uma questão relevante para os economistas ao longo da história do pensamento econômico. Na próxima seção será apresentado como individualismo psicologista foi adotado pelo *mainstream* e algumas das limitações encontradas.

### 2.3 História do individualismo metodológico no pensamento econômico neoclássico

O individualismo metodológico é um dos pilares sobre o qual se assenta a Economia ortodoxa (NELSON, 1986; 1989 *apud* UDEHN, 2001, p. 228). Na ortodoxia, o individualismo está presente desde as origens com Adam Smith (UDEHN, 2001, p. 242). Atualmente, o individualismo metodológico é utilizado tanto em modelos de concorrência perfeita, como o Modelo de Equilíbrio Geral de Arrow-Debreu, quanto em modelos em que há interação dinâmica entre os agentes (Teoria dos Jogos) (UDEHN, 2001). Ambos são vistos na primeira subseção a seguir. Atualmente, as pesquisas no âmbito da Microeconomia ortodoxa consistem na construção de modelos matemáticos que reproduzem o comportamento da economia<sup>19</sup>:

**“In most mathematical and, generally, in most deductive studies in the social sciences, the starting point is the behavior of the individual.** Each individual is conceived of as acting in the way determined partly by his psychology and his physical surroundings and partly by the actions of others (Arrow, 1968[1951], p. 640 *apud* UDEHN, 2001, p. 244, *grifo nosso*)

Nesse sentido, o individualismo metodológico seria um pressuposto necessário para a construção de estudos científicos baseados na lógica dedutiva<sup>20</sup>. Essa citação de Arrow (1968[1951] *apud* UDEHN, 2001) reforça a tese de que a metodologia científica está imbricada com o individualismo metodológico. Logo, adotar o individualismo é um mecanismo utilizado pela Economia Positiva para se afirmar enquanto ciência.

Conforme será visto na segunda subseção deste tópico, na Macroeconomia, a partir da década de 70, a “revolução keynesiana” e a síntese neoclássica foram progressivamente criticadas, emergindo teorias macroeconômicas microfundamentadas. Com isso, o

---

<sup>19</sup> Tais modelos formais serão discutidos mais a fundo no capítulo 4.

<sup>20</sup> Como visto anteriormente, tal ideia está presente desde Stuart Mill (2008 [1836]).

individualismo metodológico também se tornou dominante na Macroeconomia (ibid., 239-240). A seu lado, tornou-se hegemônica a ideia de que o “equilibrium is the telos of the economic system” (ibid., p. 240). Disso decorre a importância crescente dos modelos de equilíbrios geral para a Macroeconomia.

Segundo Udehn (2001), a Economia neoclássica segue o individualismo metodológico psicologista. Nele, conforme foi visto anteriormente, somente são variáveis exógenas os estados psicológicos dos agentes e as restrições da natureza. Assim, ao contrário do individualismo institucionalista, no psicologista, as instituições são endógenas, mesmo que no curto prazo sejam consideradas como dadas: no longo prazo, elas se ajustam, logo as instituições atuais são vistas resultado de maximizações passadas (HARGREAVES HEAP & VAROUFAKIS, 1995, p. 32 *apud* UDEHN, 2001, p. 253).

### **2.3.1 Microeconomia neoclássica: modelo de equilíbrio geral de Arrow-Debreu e teoria dos jogos**

#### **a) Modelo de Equilíbrio Geral de Arrow-Debreu**

O Modelo de Arrow-Debreu (1954 *apud* UDEHN, 2001) formaliza matematicamente o equilíbrio geral walrasiano. Arrow (1994) destaca que a Economia neoclássica se baseia em interações entre indivíduos, sendo o equilíbrio geral o protótipo do comportamento econômico concorrencial:

The prototypical economic model, despite battering, is general competitive equilibrium. Individuals and firms take prices as given. Individuals choose consumption demands and offers of labor and other assets, subject to a condition that receipts cover expenditures. Firms choose inputs and outputs subject to the condition that the outputs be producible given the inputs. How they make these choices depends on many factors: tastes, attitudes toward risk, expectations of the future. But, it is held, these factors are individual. (ARROW, 1994, p. 4)

Assim, o comportamento da economia de mercado é explicado pelas ações individuais. Nesse sentido, “the individual in economy or in the society is like the atom in chemistry” (ARROW, 1994, p. 3). Embora a formulação original Arrow e Debreu (1954 *apud* UDEHN, 2001) tenha se baseado na racionalidade instrumental do *Homo economicus*, Arrow (1994) destaca que o equilíbrio geral se adequa à racionalidade limitada, sendo os axiomas de escolha racional uma simplificação útil à construção de modelos:

The individualist viewpoint is in principle compatible with bounded rationality, with violations of the rationality axioms, and with the biases in judgment characteristic of human beings. The additional step to rational choice is, of course, of the greatest practical importance to theory formation, but it is not in principle necessary for the individualist viewpoint. (ARROW, 1994, p. 4).

O modelo de Arrow-Debreu (1954 *apud* UDEHN, 2001) se vale, pois, do *Homo economicus* de tipo lógico, o qual utiliza sua racionalidade instrumental para maximizar seu bem-estar (ANGELI, 2011). Em suas escolhas racionais, cada individual está sujeito a restrições impostas pelo meio físico e pelas ações dos demais agentes. Esse vínculo estratégico entre as ações individuais é resultado da influência da teoria dos jogos sobre a modelagem de Arrow e Debreu (1954 *apud* UDEHN, 2001). Ao formularem o modelo, esses economistas se utilizaram da teoria matemática dos jogos desenvolvida por von Neumann e Morgenstern (ARROW & HAHN, 1971 *apud* UDEHN, 2001, P. 250). Apesar da formulação teórica original de Arrow-Debreu (1954 *apud* UDEHN, 2001) afirmar que cada agente leva em consideração as ações dos demais em sua maximização, como se trata de um modelo de concorrência perfeita, os agentes são tomadores de preços. Nesse sentido, apesar de estarem previstas interações estratégicas entre os agentes, essas de fato não ocorrem (*ibid.*, 251).

Na perspectiva de Udehn (2001), se os indivíduos são tomadores de preços, então não é possível explicar a determinação dos preços de mercado por meio de uma análise que se baseie unicamente no individualismo metodológico psicologista, pois esse não conseguiria explicar como o sistema de preços emerge já que todos os agentes os tomam como dados. Ademais, nas economias modernas, os preços são monetários e a moeda, enquanto instituição social, não é explicável sob a ótica do psicologismo (*ibid.*, p. 248). Analogamente, Boland (1986 *apud* UDEHN, 2001) afirma que o que de fato há no Modelo de Arrow-Debreu é um individualismo institucionalista no curto prazo e um psicologismo no longo, visto que no curto prazo diversas instituições são consideradas como dadas (dentre elas, o sistema monetário de preços). Além disso, os reais agentes na Economia capitalista não são os indivíduos, mas sim firmas e famílias, o que traz dificuldades para a adoção do individualismo metodológico *stritu sensu*:

On closer scrutiny, then, the ‘individual’ agents of economic theory are really collective agents. How does this square with methodological individualism? The apparent answer would seem to be: not at all (Udehn, 1987: 185). There are two ways out of this dilemma for the methodological individualist. The first is to stretch the notion of an ‘individual’ so as to include households and firms [...] I find this solution question-begging and a bit desperate. I agree, of course, that it is possible and, even, necessary to treat collectivities as unitary actors, or ‘individuals’, for

many purposes in social science, but this does not save methodological individualism (Hindess, 1984; 1986: 115–19; 1988: 44–8). Methodological individualism was always about individual human beings. The second way out is more consistent with original methodological individualism. It is to reduce all collective action to the actions of individual human beings. (UDEHN, 2001, p. 247)

Ao modelar famílias e firmas como decisores unitários ou tratar instituições como resultado de agregação de escolhas racionais individuais, torna-se preciso que haja uma coordenação entre as ações particulares para que se alcance o resultado de equilíbrio. Em Walras, por meio do “tateamento”, o leiloeiro conseguia ditar os preços de equilíbrio (ibid., p. 248). Em Arrow e Debreu (1954 *apud* UDEHN, 2001), não há a figura do leiloeiro, o que acarreta dificuldades para a teoria lidar com contextos de desequilíbrio. Em situações de desequilíbrio, pelo menos um agente não está maximizando. Isso se explica se houver restrição institucional sobre o comportamento individual, o que reforça a tese de Boland (1986 *apud* UDEHN, 2001) de que o individualismo institucional é mais adequado no curto prazo para a teoria de equilíbrio geral (ibid., p. 249).

A ausência do leiloeiro e a metodologia psicologista trazem dificuldades para a determinação, unicidade e estabilidade do equilíbrio de mercado. Se os agentes não estiverem adotando estratégias consistentes com o resultado de equilíbrio, não há mecanismo de ajuste que permita que esse seja alcançado. Logo o equilíbrio pode não ser alcançado, tornando-se indeterminado. Ademais, “in order to obtain uniqueness and stability, however, we must assume that the behaviour of individuals is orderly” (UDEHN, 2001, p. 249). Esse ordenamento dos comportamentos individuais é garantido pela difusão do conhecimento técnico em Arrow (1994). Respondendo ao problema da falta de coordenação entre os comportamentos individuais, Arrow (1994) destaca que “individual behavior is always mediated by social relations. These are as much a part of the description of reality as is individual behavior” (ARROW, 1994, p. 5). Uma relação social relevante para ordenar ações individuais é a transmissão de conhecimento técnico e científico. Para tanto, o conhecimento deve ser reproduzível (ibid., p. 6). O conhecimento reproduzível é social, na medida em que é transmissível por meio da comunicação intencional (livros, cursos etc.) e não-intencional (imitação das atitudes de outros). O papel do conhecimento como uma instituição social ordenadora do comportamento humano é compatível com o individualismo metodológico institucional de Popper. Ademais, a preocupação de Arrow (1994) com a reproduzibilidade do conhecimento é análoga à de Popper (1975 [1973]): para ser parte do conhecimento objetivo e, portanto, do mundo 3, uma conjectura deve ser traduzível, i.e., seu conteúdo deve ser

compreendido de forma similar por diversos processos da mente (elementos do mundo 2). Conclui-se, pois, que o individualismo metodológico institucionalista é mais adequado que o psicologismo para a Teoria de Equilíbrio Geral de Arrow-Debreu.

## **b) Teoria dos jogos**

A utilização da teoria dos jogos na Microeconomia é uma resposta às limitações dos modelos de equilíbrio de Walras e Pareto. Ambos consideravam a economia como resultado da interação entre inúmeros “Robinsons Crusoé”: cada agente maximizaria sua satisfação individual sujeito a restrições do meio físico sem considerar as ações de outros membros da sociedade (VON NEUMANN & MORGENSTERN, 1953, p. 15 *apud* UDEHN, 2001, p. 251). Essa visão atomista dos comportamentos individuais foi desafiada pela teoria dos jogos, que propõe a existência de interações estratégicas entre os agentes. Na teoria dos jogos, é possível superar a incompatibilidade entre individualismo e determinação dos preços, visto que esses seriam resultantes de interações estratégicas entre agentes racionais, logo são determinados endogenamente (UDEHN, 2001).

Segundo Arrow (1994):

The current formulation of methodological individualism is game theory [...] The outcome or payoff of the game for each player is a function of the strategies of all the players. Hence, all the interactions among players are embodied in the payoff functions. The choice of actions is totally individualistic (ARROW, 1994, p. 4)

Considerando as ações estratégicas entre os agentes, o resultado de equilíbrio competitivo seria resultado de um jogo cooperativo. Contudo, em casos de desequilíbrio, não há garantias de retorno ao resultado ótimo, sendo possível múltiplos equilíbrios. Para lidar com esse problema e garantir determinação, unicidade e estabilidade do equilíbrio, a teoria dos jogos considera que as interações sociais estão sujeitas a “regras do jogo”:

In real life, however, most games are social situations created by institutional and structural constraints [...] ‘rules of the game’:

1 The *social conventions* observed by the players (e.g., legal or moral rules).

2 The *laws of nature* (e.g., the physical, chemical, and biological laws governing the performance of the human body and of material equipments used).

3 The initial *distribution of resources* (e.g., bodily strength, economic resources, military equipment) among the players – including the initial distribution of *information, technological knowledge, and practical skill*. (UDEHN, 2001, p. 252-253, *grifo no original*).

Ou seja, embora o individualismo metodológico psicologista seja amplamente utilizado pela Microeconomia e pela teoria dos jogos, considerar as restrições institucionais é necessário na construção de modelos. Assim, a metodologia do individualismo institucional defendida por Popper se mostra a mais adequada para a atual Microeconomia positiva<sup>21</sup>.

### 2.3.2 Macroeconomia microfundamentada

A Macroeconomia foi fundada como uma disciplina autônoma em relação à Microeconomia por John Maynard Keynes (1973[1936] *apud* UDEHN, 2001) a partir da publicação da *Teoria Geral*. Ao contrário da abordagem microeconômica, a Macroeconomia se ocuparia do comportamento do sistema econômico como um todo, valendo-se, em suas análises, de variáveis agregadas, como renda nacional, desemprego e investimento agregado (UDEHN, 2001, p. 233). Elas teriam um comportamento próprio, que não seria totalmente descrito pela soma das partes: “I argue that important mistakes have been made through extending to the system as a whole conclusions which have been correctly arrived at in respect of a part of it taken in isolation” (KEYNES, 1973 [1936], p. xxxii *apud* UDEHN, 2001, p. 233). Por isso, o individualismo metodológico seria inadequado para analisar a Macroeconomia na visão de Keynes.

Ao invés do individualismo metodológico, Keynes (1973 [1936] *apud* UDEHN, 2001) propõe a adoção de uma metodologia holística:

[..] it is standard among social holists to maintain that social wholes have an existence apart from, or over and above, individual human beings. It is no less common for individualists to deny that there is anything over and above individuals. While holists insist that there are other units of analysis than individual human beings, such families, firms and economic systems, individualists retort that our

---

<sup>21</sup> Referindo-se a seu trabalho teórico no âmbito da Microeconomia, Shubik (1982 *apud* UDEHN, 2001) destaca a importância das instituições para a modelagem: “my basic approach to economics is through the construction of mathematical models in which ‘the rules of the game’ derive not only from the economics and technology of the situation, but from the sociological, political, and legal structure of society as well.” (Shubik, 1982, p. 10 *apud* UDEHN, 2001, p. 253)

knowledge of such units can only be derived from knowledge about individuals (UDEHN, 2001, p. 237)

Na metodologia holística keynesiana, haveria três tipos de variáveis independentes: a) psicológicas (“espírito dos animais” e não *Homo economicus* neoclássico); b) técnicas; c) institucionais. Udehn (2001) aponta que, pelo fato das variáveis psicológicas serem uma variável independente, Keynes microfundamenta sua teoria macroeconômica. Contudo, esses microfundamentos não são os mesmos da teoria neoclássica, porque se baseiam na preferência pela liquidez do indivíduo:

Keynes’s ‘microfoundations’ was not neoclassical. On the contrary, Keynes derived the neoclassical view of economic man and assumed more ‘animal spirits’ instead. Keynes’s basic psychological assumption concerns the propensity to consume, which in its turn is subject to a preference for liquidity, or a propensity to hoard (UDEHN, 2001, p. 233).

Apesar de ter microfundamentos, mesmo que distintos dos neoclássicos, a Macroeconomia keynesiana é questionada desde seus primórdios por não derivar o comportamento dos agregados macroeconômicos das ações individuais. Este é o chamado “problema da agregação”, sobre o qual Hayek e Koopmans centraram suas críticas à Macroeconomia keynesiana e à Econometria (UDEHN, 2001, p. 238).

Para conciliar a Macroeconomia e a Economia neoclássica, economistas - como John Hicks, Oskar Lange, Paul Samuelson, Lawrence Klein e Don Patinkin - fizeram uma releitura de Keynes à luz da teoria de equilíbrio geral walrasiana. Isso ficou conhecida como “síntese neoclássica” ou “neo-walrasiana”, na qual foi introduzido o “diagrama IS-LM”. No modelo IS-LM, a economia keynesiana passou a ser tratada como um caso especial do modelo geral baseado nas curvas IS (igualdade entre poupança e investimento) e LM (igualdade entre demanda e oferta de moeda) (ibid., 238). Para autores pós-keynesianos, como Robert Clower (1965 *apud* UDEHN, 2001), a síntese neoclássica foi, na verdade, uma “contrarrevolução keynesiana” (ibid., p. 239). Apesar de a síntese keynesiana ter tentado tornar Keynes neoclássico, o modelo IS-LM ainda carecia de microfundamentos (UDEHN, 2001).

A partir da crise dos anos 70, surgem alternativas microfundamentadas à Keynes: o monetarismo de Milton Friedman e a teoria das expectativas racionais de Lucas e Sargent (ibid., 239):

The main message of both revolutions [monetarism and rational expectations] was that the neoclassical synthesis is not neoclassical enough and, in fact, fails to provide adequate microfoundations. Instead of providing microfoundations for Keynesian macroeconomics, they wanted to drop Keynes altogether and build a new

macroeconomics directly on neoclassical foundations. Both monetarism and the 'new classical economics' are based on the neoclassical assumptions of maximising behaviour and equilibrium. (ibid., p. 239-240)

Pela importância do equilíbrio para o monetarismo e para os novos clássicos, a questão dos limites do individualismo metodológico para a análise do Equilíbrio Geral se torna também relevante para a Macroeconomia contemporânea.

Conforme foi visto anteriormente, as escolhas racionais são a principal característica do *Homo economicus* do tipo lógico. Com Lucas e Sargent (1981 *apud* UDEHN, 2001), escolhas racionais tornam-se sinônimo de expectativas racionais: os agentes maximizam fazendo o melhor uso possível da informação disponível, nesse sentido, políticas econômicas esperadas pelos agentes, não teriam efeito real (ibid., 240). Pode-se concluir que Lucas e Sargent alteraram o padrão psicológico que o *Homo economicus* deveria seguir: o conceito de racionalidade se modifica (ANGELI, 2011).

Atualmente, as teorias macroeconômicas se baseiam na construção de modelos abstratos em que há apenas um ou poucos agentes representativos. Segundo Udehn (2001), os modelos com agente representativo, ao levar o individualismo metodológico ao limite, equalizando o comportamento individual e o agregado, violam o próprio pressuposto do individualismo, aproximando-se de uma abordagem coletivista. Assim: "To treat the economy as a whole, as if it were an individual is no less holistic, and no less problematic, than to invoke national interests, folk souls, collective consciousness, social needs and the like" (UDEHN, 2001, p. 241).

Portanto, a Macroeconomia contemporânea seguiu uma trajetória paradoxal: buscando microfundamentar a Macroeconomia de modo a adequá-la ao individualismo metodológico, os novos clássicos adotaram uma modelagem baseada na figura do agente representativo. Modelos com agente representativo beiram o coletivismo, que, por sua vez, é a antítese do individualismo.

## 2.4 Conclusão

O falseacionismo popperiano é prescrito como a metodologia ideal a ser adotada pela Economia (BLAUG, 1992). Como Popper (1975 [1973]) baseia sua metodologia na

epistemologia evolucionária dos Três Mundos, analisá-la torna-se relevante para o estudo da Economia *mainstream*. Em *Conhecimento Objetivo*, Popper (1975 [1973]) defende a existência de três mundos autônomos e correlacionados: 1) o dos objetos físicos; 2) o dos processos mentais; 3) o dos conteúdos do pensamento (conhecimento objetivo). O mundo 3 forneceria uma moldura para atuação da criatividade humana (mundo 2). Ao contrário do que argumenta Udehn (2001), o individualismo institucional defendido por Popper é compatível com sua epistemologia evolucionária: as instituições (elemento do mundo 3) restringem a livre escolha dos indivíduos, porém o mundo 3 não atua de forma imediata sobre o 1, sendo necessária ações individuais. Logo, há “quase-ações” (“*quasi-actions*”) das instituições, mas elas não agem de fato (POPPER, 1976[1962], p 333 *apud* UDEHN, 2001, p. 207).

Durante a história recente do pensamento econômico, o *mainstream* adotou explícita ou implicitamente o individualismo psicologista. Porém, dadas as limitações do psicologismo para a Teoria do Equilíbrio Geral de Arrow-Debreu, pode-se afirmar que a Microeconomia usa implicitamente a abordagem institucional no curto prazo e a psicologista no longo, quando tenta endoginizar as instituições. Tal interpretação é similar à defendida por Boland (1986 *apud* UDEHN, 2001).

Popper afirma que para modelar o comportamento individual, é necessário considerar que as escolhas subjetivas são racionais. Nesse sentido, mesmo no individualismo popperiano, apenas um tipo de processo mental é aceitável: aquele baseado na escolha racional. Limitar a ação individual à escolha racional é destituir o agente econômico de subjetividade:

Ferreira (2003) percebe que o conceito neoclássico de indivíduo implica, na verdade, a sua própria negação enquanto detentor de livre agência e capacidade de escolha, na medida em que sua ação é sempre univocamente determinada pelo critério de maximização das utilidades subjetivas, de modo a garantir o alcance do ponto de equilíbrio ótimo do sistema econômico (ANGELI, 2011, p. 7).

Portanto, o individualismo metodológico tanto em sua forma psicologista quanto institucional são modos de objetificação do processo mental humano, o qual é, antes de tudo, subjetivo. Assim, um elemento do mundo 2 (processo de escolha) se torna uma “coisa” do mundo 1 (escolha racional). Esse procedimento permite aos cientistas sociais analisar seu objeto de estudo de um modo similar aos cientistas naturais. Ou seja, é a objetificação do processo mental por meio da criação do homem econômico do tipo lógico que possibilita a adoção do monismo metodológico e a construção de teorias pretensamente objetivas no campo das humanidades e, mais especificamente, da Economia. Assim, a separação entre

Economia Positiva e Normativa é consequência dessa coisificação do objeto de estudo da Economia apresentada neste capítulo.

### 3 O MODERNISMO DE POPPER E A “CONDIÇÃO PÓS-MODERNA” DA CONTEMPORANEIDADE

No capítulo anterior, foi apresentada a concepção epistemológica de Karl Popper (1975 [1973]). Como foi visto, ela está baseada na existência autônoma de Três Mundos: (1) o mundo material; (2) o dos estados mentais; e, finalmente, (3) o dos conteúdos da mente (ibid., p. 75). Para ele, todos os três mundos são reais (POPPER, 1978). O objetivo da atividade científica seria, por meio da razão, construir conjecturas sobre o mundo 1, as quais seriam expostas a testes intersubjetivos. Se sobreviverem a esses testes, elas são provisoriamente aceitas. Pelo fallibilismo, a mente humana não consegue representar com perfeição a Verdade<sup>22</sup>. Porém, por meio das refutações e da construção de conjecturas mais acuradas, a atividade científica progride rumo a representações cada vez mais verossimilhantes à Verdade (POPPER, 1975 [1973], p. 126-127).

Conforme será visto a seguir, a epistemologia popperiana se classifica como modernista. O Modernismo é uma visão de mundo decorrente do Iluminismo e está baseada no ideal de emancipação do homem por meio da razão (SUSEN, 2015, p. 12-13; p. 15). Assim, a racionalidade humana seria o elemento fundacional para a aquisição de conhecimento objetivo sobre o mundo real (ibid., p. 8). Nesse sentido, por meio do método e da linguagem científica, seria possível construir representações do mundo tal qual ele é. Ou seja, já existiriam leis e verdades universais no mundo material, as quais podem ser descobertas por meio do método científico (ibid., p. 41).

One of the major aspirations of modernist philosophers of Science was to furnish rational foundations for knowledge. Rules of scientific conduct were developed so that all the disciplines might proceed more efficiently to build objectively grounded knowledge of their subject matter. This assumed first that there were basic subject matters to be known about, and second that it was the task of scholars to produce accurate accounts of these domains. Thus, such topics as “the solar system”, “the biological system”, “economic behavior”, and the like are “out there”, existing independently of the scholar. And proper research should bend itself toward true portrayals of what is there. (GERGEN, 2000, p.89)

---

<sup>22</sup> Optou-se por utilizar a letra maiúscula em “Verdade” para caracterizar a verdade absoluta, objetiva, entendida como conjunto de essências existente no mundo material, a serem descobertas pela razão (CHIAPPIN, 2008, p. 183). McCloskey (1998, p. 181) também utiliza “Verdade” (“*capital-T*”) para se referir à verdade absoluta.

Em síntese, o Modernismo se baseia em três pilares: a) existência da Verdade objetiva (mundo exterior visto como referencial de verdade estável e observável); b) razão como elemento fundacional do conhecimento; c) grande narrativa do progresso (GERGEN, 2000, p. 86).

Em Popper (1975 [1973]), notam-se as características supracitadas do pensamento Modernista: o mundo 1 precede os demais (epistemologia evolucionária), sendo, pois, ontológica e epistemologicamente autônomo em relação aos estados e conteúdos da mente (mundos 2 e 3). Por conseguinte, o mundo exterior fornece um referencial de Verdade estável, sendo ele o objeto da pesquisa científica. Usando a razão, a mente humana (mundo 2) constrói hipóteses refutáveis que, uma vez provisoriamente aceitas nos testes empíricos, são consideradas representações verossimilhantes do mundo 1. Assim, o ideal popperiano de progresso científico se fundamenta na refutação de hipóteses e construção de novas conjecturas, as quais tendem a representar com mais fidedignidade a realidade objetiva<sup>23</sup>. Logo, nota-se a importância das ideias de progresso, Verdade e razão para a epistemologia evolucionária popperiana.

Tendo em vista a importância do Modernismo e da metodologia de Popper para a Economia (MCCLOSKEY, 1998, p. 141; BLAUG, 1992), torna-se necessário, para os objetivos deste trabalho, avaliar os vínculos entre a filosofia popperiana e o Modernismo, expressos, especialmente, em sua metafísica (CHIAPPIN, 2008, p. 167). Por isso, antes de apresentar uma crítica pós-moderna à Popper (1975 [1973]), serão apresentados os pontos de continuidade e de descontinuidade da metafísica de Popper em relação ao racionalismo clássico (CHIAPPIN, 2008). Uma vez caracterizada como modernista a epistemologia de Popper (1975 [1973]), essa será posta em contraste com uma abordagem alternativa (pós-cartesiana). Na última parte do capítulo, serão apresentadas algumas contribuições acadêmicas de economistas que se vinculam à tradição pós-moderna.

### **3.1. A tradição do modernismo na teoria da ciência: Popper como herdeiro de Descartes**

O programa de pesquisa racionalista está baseado no pressuposto de “isomorfismo estrutural” entre fatos e suas descrições: é preciso haver uma correspondência entre

---

<sup>23</sup> Ver equação (1), página 23.

proposição e fenômeno descrito para que a primeira seja verdadeira (CHIAPPIN, 2008). Para acessar à verdade, o racionalismo se subdivide em duas correntes: a) intelectualista, na qual tal acesso ocorre por meio da razão; b) empiricista, por meio dos sentidos. Os principais fundadores do intelectualismo foram Descartes e Kant, e, do empiricismo, Hume. Como será visto adiante, Popper é herdeiro de ambas as vertentes do racionalismo (CHAPPIN, 2010, p. 160).

Tendo em vista o desenvolvimento científico e os questionamentos à mecânica newtoniana, o racionalismo clássico tornou-se alvo de críticas dos convencionalistas, principalmente a tese de que “conhecimento é conhecimento certo” (ibid., p. 158). Como será visto adiante, ao passo que endosse o programa racionalista, Popper (1983 *apud* CHIAPPIN, 2008) incorpora tais questionamentos, desenvolvendo o racionalismo crítico, sendo esse um meio termo entre fundacionalismo e o convencionalismo (ibid., p. 155).

### **3.1.1 O racionalismo clássico**

Segundo McCloskey (1998): “Philosophically speaking, modernism is the program of Descartes, regnant in philosophy since the seventeenth century, to build knowledge on a foundation of radical doubt” (ibid., p. 141). Sendo assim, o ponto de partida para se discutir o Modernismo é o pensamento de Descartes.

Em *Regras para a Direção do Espírito*, Descartes estabelece que o objetivo da epistemologia é definir as condições para julgar, de modo conclusivo, a veracidade de proposições (“juízos”) a partir de uma base de conhecimento verdadeira (CHIAPPIN, 2008, p. 169). Tal base de conhecimento é formada por essências, i.e., definições tautológicas do mundo material a partir de suas propriedades inerentes, que, sendo estáticas, servem como uma base estável para a justificação última de proposições (ibid., p. 183). Portanto, julga-se o valor de verdade das proposições quando elas são confrontadas com essa base estável composta por essências. Se houver correspondência entre as essências do mundo exterior e o conteúdo proposicional, prova-se a Verdade da asserção. Contudo, as provas também são expressas por proposições, logo seu valor de verdade deve ser julgado (LYOTARD, 2013 [1979], p. 45). Para garantir a veracidade da base do conhecimento, Descartes desenvolve o “Cogito”, cuja perfeição deriva Deus (ibid., p. 45). Tanto o sujeito transcendental de Kant

quanto o Cogito são um modelo ideal de homem, sendo essa a base subjetiva do conhecimento verdadeiro:

O sujeito cognoscente é expresso segundo um modelo ideal de homem. Descartes designa-o como cogito, e Kant, sujeito transcendental. Por meio desse modelo, ambos resolvem o problema da garantia da verdade da base. A estratégia é atribuir ao sujeito cognoscente as faculdades capazes de, em situações ideais, e por meio de suas operações de indução e dedução, conhecer com certeza a verdade das proposições que formam o conhecimento. (CHIAPPIN, 2008, p. 150)

A partir do método da dúvida, Descartes conclui que a mente (“Cogito”) é uma essência pensante que não depende de base material (corpo, mundo exterior) (DESCARTES, 1973 [1637] *apud* GERBER, 1997). Logo, a mente existe fora do tempo e do espaço. Ela não pode ser objeto de investigação tal qual o corpo (GERBER, 1997, p. 6). Além disso, ela é perfeita e indivisível, sendo, pois, a fonte da veracidade das essências que formam a base contra a qual se atribui valor de verdade às proposições (TREPANIER, 2016). Por seu turno, o corpo é imperfeito, divisível, e mensurável, logo sujeito a investigação e experimentação (GERBER, 1997, p. 6):

When developing his method of doubt, Descartes ended up with one of the most famous philosophical dicta ever: ‘*Cogito ergo sum*; ‘I think, therefore I am.’ Thought, for Descartes, could not exist except as an essentially thinking thing or substance. Thus *res cogitans* (thinking things) exist outside time and space, lack location and are unobservable to outside investigators, while the body, *res extensa* (extended things) is measurable and can be investigated and experimented upon (GUTTENPLAN, 1994 *apud* GERBER, 1997, p. 6, *grifo no original*)

Assim, Descartes desenvolve o dualismo entre mente e corpo, do qual derivam-se outras dicotomias: razão/emoção, natureza/sociedade, objetividade/subjetividade, positivo/normativo (GERBER, 1997, p. 14; RORTY, 1979).

Assim como Descartes, Hume acreditava que conhecimento é conhecimento certo, o que torna central o problema da justificação de provas. Diferentemente de Descartes que atribuía ao “Cogito” a função de base primordial para a veracidade das proposições, Hume defendia que as proposições deveriam ser contrapostas à experiência empírica para serem validadas (CHAPPIN, 2008, p. 151). Contudo, toda proposição empírica é particular, i.e., não reflete todo o universo possível de eventos. Disso decorre o problema da indução, qual seja: como derivar proposições universais verdadeiras a partir de proposições particulares? (Ibid., p. 152). Conforme foi visto no primeiro capítulo, Hume acreditava que a indução não era um método capaz de conduzir ao conhecimento certo da realidade (ibid., p. 170). Do problema da indução, decorre o ceticismo de Hume: a razão humana não consegue garantir a verdade das

proposições universais que descrevem as leis da natureza, podendo apenas verificar proposições particulares (ibid., p. 159).

### **3.1.2 O convencionalismo**

As inovações científicas dos séculos XVIII, XIX e XX - em especial as teses sobre eletromagnetismo, termodinâmica e, finalmente, a Teoria da Relatividade de Einstein - evidenciaram que a mecânica newtoniana não unificara a ciência nem fornecera uma base de proposições universais verdadeiras (CHIAPPIN, 2008, p. 160). Tendo em vista essas críticas acrescidas ao ceticismo de Hume decorrente da impossibilidade de leis gerais serem obtidas por meio da observação de eventos particulares, os físicos Poincaré e Duhem desenvolveram o Convencionalismo. Segundo essa abordagem, as teorias científicas não poderiam ser julgadas como verdadeiras ou falsas, mas sim como adequadas ou inadequadas para resolver um determinado problema empírico (ibid., p. 160-161).

Para os convencionalistas, quando as teorias falhassem ao serem submetidas a testes empíricos, ao invés de elas serem refutadas e consideradas falsas, elas deveriam ser ajustadas. Portanto, o método científico se destina à solução de problemas e à adequação *ad hoc* de teorias, não sendo seu papel fornecer parâmetros para o julgamento da veracidade de qualquer asserção científica (ibid., p. 161). Poincaré e Duhem priorizam a construção de modelos ao invés da teorização, visto que aqueles são instrumentos para solucionar problemas empíricos específicos (ibid., p. 172).

### **3.1.3 O racionalismo crítico de Popper**

Popper comunga da crítica convencionalista ao caráter definitivo do conhecimento (ibid., p. 172). Porém, ao contrário dessa corrente, ele acredita que é possível julgar o valor de verdade das teorias (POPPER, 1983, p. 20 *apud* CHIAPPIN, 2008, p. 173): embora não seja possível confirmar de modo definitivo uma proposição, é possível falseá-la (CHIAPPIN, 2008, p. 185; CALDWELL, 1991; SCHMIDT & SANTOS, 2007). Para que isso ocorra, tal

teoria precisa ter uma base empírica: apenas asserções sobre a realidade empírica são falseáveis, logo são científicas (CHIAPPIN, 2008, p. 182). Tal preocupação com a empiria e a desconfiança com a capacidade da indução de estabelecer leis gerais é uma herança do empiricismo de Hume (POPPER, 1968, p. 438 *apud* COSTA, 2007, p. 17). A preocupação empírica de Popper está expressa em sua Teoria dos Três Mundos quando ele define todos os três mundos como reais: o Mundo 1 é composto pela realidade material exterior ao indivíduo, já o Mundo 2 e o 3 são reais na medida em que alteram o Mundo 1 (POPPER, 1978). O Mundo 3 - constituído pelo conhecimento objetivo - assenta-se sobre uma noção de Verdade como correspondência: a proposição descreve objetivamente a realidade (POPPER, 1983, p. 26 *apud* CHIAPPIN, 2008, p. 179). Conforme foi visto nas seções anteriores, essa noção de Verdade como correspondência se originou no pensamento de Descartes, sendo uma marca da epistemologia modernista (HOSKING, 2002; RORTY, 1996).

Assim como os racionalistas clássicos, Popper defende que existe a Verdade e que conhecê-la é o objetivo da pesquisa científica: “truth – absolute truth – remains our aim” (POPPER, 1983, p. 25 *apud* CHIAPPIN, 2008, p. 178). Porém, ao contrário dos clássicos que afirmavam ser possível conhecer de modo definitivo a Verdade, Popper defende que essa é apenas um ideal do qual as hipóteses científicas se aproximam por meio do processo de conjecturas e refutações<sup>24</sup> (CHIAPPIN, 2008, p. 179). Além disso, a Verdade é um referencial que pauta a formulação de conjecturas (POPPER, 1975 [1973]). Assim como os racionalistas clássicos, Popper acredita que a Verdade é composta por essências, mas, enquanto Descartes e Kant conceituam essências como definições tautológicas (“Cogito” e sujeito transcendental) servindo como ponto de partida para o conhecimento do mundo, Popper defende que as essências são as propriedades estruturais da realidade material, sendo sua compreensão o ponto de chegada da pesquisa científica (CHIAPPIN, 2008, p. 183). Como sempre é possível à razão - iluminada pela ideia reguladora da Verdade – criar conjecturas mais verossimilhantes, o processo de compreensão das essências está em contínuo aprofundamento (*ibid.*, p. 184). Disso decorre que o processo de desenvolvimento científico é “progressivo, racional e contínuo” (*ibid.*, p. 176).

Relacionando Chiappin (2008) e a leitura de Popper (1975 [1973]) feita no capítulo anterior, infere-se que a Verdade está no Mundo 1, o qual é objetivo por ser autônomo ao Mundo 2 (conhecimento subjetivo). Orientada pelo método dedutivo, a razão constrói

---

<sup>24</sup> Ver capítulo 2.

conjecturas, as quais são parciais e imperfeitas por causa do fallibismo (CALDWELL, 1991). Mesmo assim, tais conjecturas são submetidas a testes empíricos intersubjetivos sendo possível falseá-las, mas nunca confirmá-las (CHIAPPIN, 2008, p. 185). Ao serem falseadas, as conjecturas são extirpadas do conhecimento científico (o qual é um dos elementos do Mundo 3). Se os testes falharem em rejeitá-las, elas são provisoriamente aceitas como verossimilhantes (POPPER, 1975 [1973]; CHIAPPIN, 2008, p. 186). Como os testes são intersubjetivos, há depuração de vieses (BLAUG, 1992) e, conseqüentemente, as conjecturas científicas são um conhecimento objetivo da realidade, logo é um “conhecimento sem sujeito cognoscente” (POPPER, 1975 [1973], p. 108), sendo tal abordagem contrária a Descartes e Kant, baseada em modelos ideais de homem (CHIAPPIN, 2008, p. 184).

Em síntese, a teoria da ciência de Popper é racionalista porque ele acredita que o método científico possibilita a escolha entre teorias, sendo a teoria da escolha o cerne da posição racionalista (ibid., p. 171). Ao contrário de Descartes que defendia um método de prova definitiva para proposições, o método de Popper está baseado no reconhecimento do caráter conjectural do conhecimento, sendo a Verdade um ideal do qual conjecturas verossimilhantes se aproximam. Assim, a teoria da ciência de Popper está baseada numa dinâmica de convergência para a Verdade (ibid., p. 181). Tal convergência ocorre de modo contínuo e progressivo, estando orientada pelo método racional do falseacionismo. A preocupação com a empiria e com o realismo é uma pré-condição para que, a nível metodológico, sejam possíveis testes intersubjetivos (ibid., p. 182). Portanto, a dicotomia entre corpo-mente derivada de Descartes suscita a separação entre o Mundo 1 e o Mundo 2 na epistemologia popperiana. A autonomia entre mundos material (1) e cognitivo (2) somada ao realismo da pesquisa científica constitui pré-requisito para que haja autonomia do Mundo 3, composto pelo conhecimento objetivo: como foi visto, a autonomia do Mundo 1 garante que seja possível realizar testes intersubjetivos unívocos, em que diversos pesquisadores chegam a conclusões semelhantes. Desse modo, o referencial de Verdade seria objetivo e não subjetivo. Assim, é possível conhecê-lo de modo aproximativo. Conclui-se, pois, que Popper reúne em sua teoria da ciência todas as características do Modernismo elencadas por Gergen (2000), quais sejam: crença na Verdade, no método científico racional como vetor do conhecimento e no progresso contínuo da ciência (GERGEN, 2000, p. 86).

## **3.2. A epistemologia pós-moderna**

Na primeira parte desta seção, é apresentada a perspectiva pós-moderna de ciência, conforme desenvolvida por Lyotard (2013 [1979]) e Foucault (1984). A essência do pensamento pós-moderno apresentada nesta parte fornece uma base teórica para a compreensão da crítica pós-moderna à epistemologia popperiana a ser realizada na segunda parte da seção. Nela, é endossada a tese, contrária a Popper (1975 [1973]), de que os mundos 1,2 e 3 não são ontologicamente autônomos, mas sim, mutuamente constitutivos.

### **3.2.1 A ciência pós-moderna como jogo de linguagem**

O conceito de “jogos de linguagem” desenvolvido pelo segundo Wittgenstein fornece a base para a crítica pós-moderna ao isomorfismo estrutural<sup>25</sup> (LYOTARD, 2013 [1979]; GERGEN, 2000; GERBER, 1997). Para desenvolver esse conceito, ele compara a linguagem a um jogo de xadrez: a) ambos são constituídos por regras (no caso da linguagem, regras gramaticais); b) da mesma forma que as regras do jogo de xadrez são aprendidas pelos movimentos possíveis das peças, o significado das palavras é assimilado pelo uso que se faz delas; c) fazer uma proposição é semelhante a mover uma peça (GLOCK, 1996, p. 193; LYOTARD, 2013 [1979], p. 17).

Cada jogo de linguagem está baseado numa “forma de vida”, i.e., numa formação social e cultural (GLOCK, 1996, p. 125). Por conseguinte, formas de vida diferentes acarretam jogos de linguagem distintos (ibid., p. 124-126). Ao contrário do isomorfismo estrutural, que se baseia na concepção de Verdade como representação fidedigna da realidade objetiva, o conceito de jogo de linguagem embasa uma concepção de verdade contextual, pois cada jogo acarreta um regime de verdade próprio (GLOCK, 1996, p. 126). Ou seja, para o segundo Wittgenstein, não há a Verdade absoluta, mas sim diversas verdades contexto-relativas, sendo essa tese uma das marcas do Pós-Modernismo (SUSEN, 2015).

---

<sup>25</sup> Segundo o isomorfismo estrutural, para serem verdadeiras, as proposições devem representar com precisão especular o mundo material que descrevem. Logo, trata-se de atribuição de valor de verdade por espelhamento da natureza (RORTY, 1979).

Ao aplicar o método científico verificacionista ou falseacionista aos critérios de legitimação da ciência moderna, Lyotard (2013 [1979]) evidencia que a legitimidade das provas científicas estão baseadas em narrativas metafísicas. Disso, decorre a crítica niilista de Nietzsche à ciência moderna e a tônica da crítica Pós-Moderna ao jogo de linguagem científico: ao mesmo tempo em que a ciência despreza relatos metafísicos, seu suporte último de legitimação é a própria metafísica. Vide a metafísica do Cogito de Descartes (ibid., p. 72).

Lyotard (2013 [1979]) destaca que o jogo de linguagem científico é, no Ocidente, visto como superior ao narrativo (ibid., p. 50). Enquanto o jogo de linguagem narrativo marca os relatos e costumes transmitidos de geração em geração nas sociedades tradicionais (ibid., 40), o científico apresenta uma relação diacrônica entre passado e presente: o passado representa todo o conhecimento acumulado, ao passo que o presente são as hipóteses inovadoras que, se contradizem a bibliografia, devem refutá-la (ibid., p. 48). Por conseguinte, haveria um processo cumulativo de conhecimento científico, o qual caracteriza a meta-narrativa do progresso.

O jogo de linguagem científico está subdividido em dois: o da pesquisa e do ensino. Na pesquisa, locutor e interlocutor são iguais, visto que ambos são “experts”. Expert é aquele que conhece proposições verdadeiras sedimentadas no seio da comunidade acadêmica da qual faz parte (ibid., p. 46). Por ser expert, o enunciador tem capacidade de dizer uma proposição e refutar qualquer enunciado contrário que verse sobre o mesmo referente (ibid., p. 44). O interlocutor, por sua vez, tem capacidade de convalidar a hipótese ou de refutá-la, o que exige conhecimento técnico da área do saber (ibid., p. 44). Já no ensino, o mestre (expert) passa ao aluno conhecimentos consolidados daquele campo de estudo (ibid., p. 46). Contudo, enquanto na pesquisa a relação dialógica acontece em abstrato, não se exigindo nenhuma competência específica do destinatário, no jogo do ensino, exige-se que o interlocutor (específico) seja inteligente, pois, como ele não é um destinatário abstrato, deve ter capacidade cognitiva de entender as proposições e apreendê-las (ibid., p. 47).

Quanto ao referente,

1 - O saber científico exige o isolamento de um jogo de linguagem, o denotativo; e a exclusão dos outros. O critério de aceitabilidade de um enunciado é o seu valor de verdade. Encontram-se com certeza outras classes de enunciados, como a interrogação (“Como explicar que...?”) e a prescrição (“Seja uma série enumerável de elementos...”); eles são apenas suportes na argumentação dialética; esta deve terminar em um enunciado denotativo (LYOTARD, 2013 [1979], p. 46)

Assim, a mensagem do jogo de linguagem científico é composta por proposições denotativas, não sendo aceitas não-literalidades. A validade dessas proposições deriva-se da pressuposição de que o locutor diz a verdade, tem competência para dizê-la (é “expert”) e que é possível falsear ou verificar cada proposição por meio do método científico. Mesmo assim, resta a questão de como legitimar a prova. Tentativas de solucionar esse problema são feitas desde os primórdios da filosofia Ocidental, como nos *Diálogos* de Platão (ibid., p. 52) ou ainda no *Discurso do Método* Descartes que define a perfeição de Deus como fonte última de legitimidade das proposições dedutivas (ibid., p. 45). Em sua forma final, a legitimação do referente na ciência moderna tem duas fontes: o espírito especulativo, tal qual elaborado pelo Idealismo Alemão (ibid., p. 61-65); e a ideia de emancipação, desenvolvida pela Escola de Frankfurt (ibid., 65-66).

Já no jogo de linguagem narrativo das sociedades tradicionais, não há preocupação com a legitimidade do discurso: ao reproduzir o relato, a legitimidade está dada, pois só é possível conhece-lo se o locutor já fora ouvinte, o qual, por sua vez, é um locutor em potencial (ibid., p. 39). Além disso, nos jogos narrativos, não há privilégio de proposições denotativas sobre outras: há, ao contrário do discurso científico, uma pluralidade de forças ilocucionárias, em que misturam “ideais de saber-fazer, de saber-viver, de saber-escutar, etc.” (ibid., 56). Assim, o objetivo ilucionário (“illocutionary point”<sup>26</sup>) de que fala Searle e Vanderveken (1985) pode ser múltiplo no caso dos relatos: o discurso pode visar o conhecimento, a transformação da realidade, a sua avaliação normativa, a tomada de decisões, etc. (LYOTARD, 2013 [1979], p. 56). Já no discurso científico, não cabe ao “expert” expressar proposições normativas, logo há uma separação entre os cientistas e os sujeitos práticos que tomam decisões político-sociais cujo objetivo é alcançar a justiça<sup>27</sup>. Se o cientista visa a verdade, o sujeito prático tem como meta a justiça, sendo verdade e justiça nem sempre compatíveis, embora proposições verdadeiras possam e devam, na sociedade moderna, embasar decisões políticas justas<sup>28</sup> (ibid., p. 64-65). Paradoxalmente, ao se defender o privilégio dos enunciados denotativos em detrimento dos outros, a ciência se isola dos demais elementos sociais que compõem o Ocidente e, por causa desse isolamento, em face de outras

---

<sup>26</sup> O “illocutionary point” é um dos elementos da força ilocucionária. Ele representa o objetivo da enunciação.

<sup>27</sup> A dicotomia entre positivo e normativo na Economia, trabalhada no capítulo 1, reflete a regra do jogo de linguagem da ciência moderna que separa cientistas e tomadores de decisão. Isso reforça a tese de que a Economia é uma ciência modernista.

<sup>28</sup> Como visto anteriormente, Friedman (1966) defende que decisões de política econômica devem se basear em proposições da Economia Positiva.

formas discursivas, é possível evidenciar que a ciência é um jogo de linguagem no meio de outros, considerados menos legítimos. Com a superação da Verdade em nome de verdades contexto-relativas, a Pós-Modernidade mostra que há outras verdades para além do discurso científico *mainstream*, deslegitimando-o como única fonte possível de conhecimento válido (ibid., p. 71-73):

Considere-se uma porta fechada. Entre *A porta está fechada* e *Abra a porta* não existe consequência no sentido da lógica proposicional. Os dois enunciados referem-se a dois conjuntos de regras autônomas, que determinam pertinências diferentes e, por conseguinte, competências diferentes. Aqui, o resultado desta divisão da razão em cognitiva ou teórica, de um lado, e prática, do outro, tem por efeito atacar a legitimidade do discurso de ciência, não diretamente, mas indiretamente, revelando que ele é um jogo de linguagem dotado de regras próprias (cujas condições *a priori* do conhecimento são em Kant um primeiro esboço), porém sem nenhuma vocação para regulamentar o jogo prático (nem estético, aliás). Ele é assim posto em paridade com os outros. (ibid., p. 72)

Segundo Lyotard (2013 [1979]), os vínculos sociais ocorrem por meio da linguagem (*langagier*), sendo os indivíduos equiparados a átomos nas redes de jogos de linguagem, estando em constante interação, ora atuando como locutor, ora como destinatário (ibid., p. 29-31). Ao longo das interações dialógicas que marcam os jogos de linguagem, os indivíduos buscam melhorar sua performance social, por meio de alterações nas regras do jogo (ibid., p. 17-18). Embora as regras do jogo de linguagem científico estejam cristalizadas em instituições, elas se alteram conforme a prática da comunidade acadêmica:

Sabemos que o limite que a instituição opõe ao potencial da linguagem “ em lances” nunca é estabelecido (mesmo quando ele o é formalmente). Ele mesmo é, antes, o resultado provisório e a disputa de estratégias de linguagem travadas dentro e fora da instituição. Exemplos: o jogo de experimentação sobre a linguagem (a poética) terá seu lugar numa universidade? Pode-se contar histórias no conselho de ministros? Reivindicar numa caserna? As respostas são claras: sim, se a universidade abrir seus ateliers de criação; sim, se os superiores aceitarem deliberar com os soldados. Dito de outro modo: sim, se os limites da antiga instituição forem ultrapassados (ibid., p. 32)

Portanto, nessa visão, as regras do jogo de linguagem científico (bem como as de qualquer outro jogo) são resultado de disputas políticas no seio da comunidade científica. Dada a evidência de que o jogo de linguagem científico é apenas um jogo entre outros e a contestação da Verdade modernista (vista como absoluta), abre-se espaço para a emersão de novas perspectivas no interior das comunidades científicas. No caso da Economia, tornam-se igualmente válidas perspectivas de minorias sociais: dado o critério social de legitimação da ciência, a abordagem feminista é tão legítima quanto a ortodoxa. A prevalência de uma

abordagem em detrimento da outra seria o resultado provisório da disputa política no interior da comunidade dos economistas. Por conseguinte, a ortodoxia é provisoriamente vencedora, mas nada impede sua superação futura, visto que ela não é mais (ou menos) legítima nem verdadeira que qualquer outra abordagem.

Essa disputa entre grupos sociais no interior de um jogo de linguagem implica que o critério de legitimação da ciência depende das relações de poder. Quanto a isso, Lyotard (2013 [1979]) destaca que na sociedade pós-industrial, o critério metafísico de Verdade foi substituído pelo critério de desempenho: teorias eficientes são legítimas, visto que melhoram as técnicas disponíveis possibilitando ao Estado e às empresas melhorarem sua performance político-econômica (ibid., p. 84). Isso impacta no financiamento recebido por algumas pesquisas e áreas do conhecimento técnico-científico. Dessa forma, há uma associação entre “riqueza, eficiência e verdade” (ibid., p. 81).

Assim como Lyotard (2013 [1979]), Foucault (1984) identifica na sociedade pós-industrial uma associação entre poder e conhecimento científico: o “binômio saber-poder”:

"Truth" is to be understood as a system of ordered procedures for the production, regulation, distribution, circulation, and operation of statements.

"Truth" is linked in a circular relation with systems of power which produce and sustain it, and to effects of power which it induces and which extends it. A "regime" of truth. (FOUCAULT, 1984, p. 74)

Esse filósofo considera um regime de verdade como um conjunto de regras e procedimentos que pauta a formulação de hipóteses e os métodos de teste válidos na ciência. Esse regime está imbricado nas relações de poder da sociedade em que se insere (FOUCAULT, 1984, p. 74). Nessa perspectiva, a ciência modernista tem um regime de verdade contexto-dependente, visto que é sensível às disputas de poder vigentes na sociedade contemporânea, sendo o regime dominante moldado pelos Estados, empresas e indivíduos com melhor performance no sistema social. À medida que ocorrem rearranjos das performances econômicas/políticas/culturais dos grupos sociais, há readequação das regras que permitem julgar o conteúdo vero-condicional dos enunciados:

There is a battle "for truth, " or at least "around truth" - it being understood once again that by truth I do not mean "the ensemble of truths which are to be discovered and accepted," but rather "the ensemble of rules according to which the true and the false are separated and specific effects of power attached to the true, " it being understood also that it's a matter not of a battle "on behalf" of the truth, but of a battle about the status of truth and the economic and political role it plays. It is necessary to think of the political problems of intellectuals not in terms of "science" and "ideology, " but in terms of "truth" and "power. " (FOUCAULT, 1984, p. 74)

O regime de verdade decorre, portanto, das interações sociais marcadas por relações de poder, interações essas que ocorrem através da linguagem (FRANKS & KELLER, 1996, p. 34-36). Foucault (1984) concebe poder como dominação, i.e., como capacidade de conduzir a atuação do outro (RODRIGUES, 2003, p. 113). Nas interações sociais são estabelecidos discursos (“olhares” sobre o outro). Tais discursos produzem saberes que, por sua vez, dão origem a disciplinas, cuja função é controlar os corpos<sup>29</sup> (produzir corpos dóceis) (RODRIGUES, 2003, p. 112-113). Logo, poder e saber estão umbilicalmente interligados: “Não há poder sem seu regime de verdade, e não há ‘verdade’ sem seu regime de poder” (ibid., p. 116).

Ao destacar o binômio “saber-poder”, Foucault (1984) rejeita a ideia modernista de que a Verdade é composta por essências no mundo exterior a serem descobertas (FOUCAULT, 1984, p. 72-74). Conforme visto anteriormente, ele equaliza regime de verdade a regras e procedimentos que permitem atribuir valor de verdade a enunciados. Tais regras são construídas conforme as relações de poder vigentes na sociedade (ibid., p. 60). Desse modo, as proposições não são julgadas como verdadeiras ou falsas em relação a uma Verdade imutável, pois o referencial de verdade varia conforme as relações de poder, alterando-se ao sabor das disputas entre grupos pela hegemonia sobre o significado dos signos e o regime de verdade dominante.

Portanto, o discurso científico é encarado, pelos pós-modernos, como um jogo de linguagem, cuja fonte de legitimidade é a interação comunicacional, sendo cada jogo legítimo em relação à forma de vida que corresponde (LYOTARD, 2013 [1979], p. 74). Ademais, há diversos subjogos dentro do jogo da ciência a depender da forma de vida do pesquisador. Reconhecendo-se a pluralidade dos jogos, subjogos e formas de vida, o critério de justiça da Pós-Modernidade exige a tolerância em relação a regras discursivas dissonantes e a convivência entre diversos jogos, sem silenciar jogadores ou lances (ibid., p. 119). Isso vai de encontro à ideia de Habermas de consenso universal por meio do *Diskurs*, pois, na visão pós-moderna, consenso universal só poderia ser alcançado pelo silenciamento de subjogos e formas de vida, cujo resultado é a reprodução do sistema socioeconômico vigente (ou, como diria Foucault (1984), do regime de verdade dominante) (ibid., p. 118). Por conseguinte, o

---

<sup>29</sup> Judith Butler (1989) critica o aspecto universalista do conceito de corpo em Foucault (1984). Para ela, tal universalismo torna o corpo uma arena ontologicamente distinta às relações de poder, i.e., o corpo já existiria antes do regime de verdade (BUTLER, 1989, p. 604). Ela e outras autoras feministas propõem repensar o corpo foucaultiano sob a perspectiva de gênero (MCNAY, 1991).

reconhecimento da heterogeneidade das formas de vida implica que a ciência pós-moderna se legitima pela tolerância com a pluralidade de jogos, sendo o consenso apenas provisório e parcial (ibid., p. 119).

Conforme será visto no próximo capítulo, as sociedades contemporâneas passaram por um processo de saturação social<sup>30</sup> (GERGEN, 2000): com a perda de centralidade das metaidentidades (classe social e nacionalidade), houve uma ampliação do número de identidades representadas nas “lutas pelo reconhecimento” (BAUMAN, 2004, p. 35-36). Nessas lutas, indivíduos que gozam de múltiplas identidades interagem contínua e crescentemente entre si, devido à saturação social propiciada pela melhoria nos meios de transporte e comunicação (GERGEN, 2000). Como “falar é combater” (LYOTARD, 2013 [1979], p. 17), nos jogos de linguagem travados nas batalhas pelo reconhecimento, as identidades buscam alterar as regras estabelecidas, modificando sua performance social e o regime de verdade vigente. Conclui-se, pois, que as identidades têm suas próprias formas de vida, o que acarreta jogos de linguagem distintos e disputa entre regimes de verdade. Ou seja, cada grupo tem um próprio referencial de verdade contra o qual julga a veracidade das proposições, do que decorre verdades contexto-relativas:

Agreement in form of life is logically prior to agreement in opinions. For agreement in form of life is our agreement on a shared world picture. And this world picture forms the inherited background against which we distinguish between true and false (O.C. #94, *apud* ELLENBOGEN, 2003, p. 4).

### **3.2.2 Crítica à separação entre os três mundo de Popper (1975 [1973]) e perspectiva pós-moderna**

Como foi visto acima, a ciência modernista se baseou no discurso metafísico para se legitimar. A legitimação vinda da metafísica de Descartes acarretou a prevalência do dualismo mente-corpo no pensamento moderno. Essa dicotomia é marcada pela separação entre sujeito cognoscente e seu corpo, sendo possível ampliá-la para um dualismo mais geral entre mundos

---

<sup>30</sup> Com o desenvolvimento tecnológico, há “an enormous proliferation of relationships” (GERGEN, 2000, p. 49). Tal proliferação significa mais interações entre identidades distintas, propiciando a formação do self pós-moderno, marcado pela multiplicidade e fragmentação (ibid., p. 157).

interior e exterior (“*inner/outer dualism*”) (GLOCK, 1996, p. 55). Esse dualismo caracteriza o pensamento modernista e dele decorrem diversas dicotomias, como: natureza-cultura, objetividade-subjetividade, razão-emoção, sujeito-objeto etc. (GERBER, 1997, p. 1).

Modern philosophy has been dominated by an **INNER/OUTER** dualism which distinguishes between the physical world containing matter, energy and tangible objects, including human bodies, and the private world of mental phenomena (GLOCK, 1996, p. 55, *grifo no original*)

Seguindo a classificação de Popper (1975 [1973]), os aspectos tangíveis (“outer”) - dentre eles, o corpo – fariam parte do Mundo 1, enquanto os processos mentais (“inner”), do Mundo 2. Portanto, Popper (1975 [1973]) reforça o dualismo “inner/outer” que marca a modernidade. Por outro lado, ele rejeita a tese de Descartes de que o sujeito cognoscente é origem do conhecimento (POPPER, 1975 [1973], p. 77). Para construir sua epistemologia subjetivista, Descartes se baseava na ideia de que era possível haver uma linguagem privada (ou seja, a linguagem individual como representação fidedigna da realidade material) (GLOCK, 1996, p. 57; p. 310). Contrariamente ao pai do racionalismo clássico, Popper (1975 [1973]) contesta a ideia de que o sujeito cognoscente consegue alcançar o conhecimento objetivo, pois, para ele, a observação da realidade material depende da base teórica já presente na mente do observador (POPPER, 1975 [1973], p. 77). Ou seja, não há uma observação pura da realidade, visto que, ao formular conjecturas, o Mundo 2 se utiliza do “*pool*” de teorias existentes, as quais são expressas por meio da linguagem: “todo nosso conhecimento subjetivo (conhecimento do mundo 2) depende do mundo 3, isto é, de teorias *formuladas linguisticamente* (ibid., p. 78, *grifo no original*). Nesse sentido, o Mundo 3 retroalimenta o 2. Porém, pela epistemologia evolucionária, ambos são ontologicamente independentes, pois o 2 precedeu o 3. Por outro lado, a dependência do Mundo 2 em relação à linguagem e, por sua vez, da linguagem em relação aos processos mentais, evidencia que os mundos popperianos não apenas se retroalimentam, mas sim se constituem mutuamente, logo a epistemologia evolucionária seria inadequada, pois eles estão em contínuo processo de co-formação.

Para Popper (1978), o conhecimento subjetivo (Mundo 2) é composto de proposições não traduzíveis, pois depende de valores, percepções e idiossincrasias. Logo, apenas o conhecimento objetivo é traduzível (POPPER, 1978, p. 156). Conforme foi visto no capítulo 1, a traduzibilidade é um critério estabelecido por Weber para que uma proposição científica seja objetiva (WEBER, 1992, p. 130 *apud* TAOUIL, 2000, p. 61). De um ponto de vista popperiano, a traduzibilidade reflete-se na refutabilidade: apenas conjecturas traduzíveis

podem ser submetidas a avaliação dos demais acadêmicos (testes intersubjetivos), sendo, assim, refutáveis e objetivas (POPPER, 1978, p. 159). Assim, mesmo que o Mundo 2 utilize da linguagem, ele o faz de modo idiosincrático, não sendo o conhecimento subjetivo traduzível. Por priorizar a epistemologia objetivista, Popper (1975 [1973]) privilegia os conteúdos da mente (Mundo 3) em relação aos processos da mente (Mundo 2), pois o conhecimento subjetivo não seria científico por não ser traduzível nem refutável (POPPER, 1975 [1973], p. 113).

Ao dividir processos e conteúdos da mente, Popper (1975 [1973]) questiona a existência de uma linguagem privada<sup>31</sup>: conjecturas refutáveis (as quais são expressas por meio da linguagem descritiva ou argumentativa) não estariam circunscritas à mente humana. Por outro lado, sensações, percepções e experiências sensoriais estariam restritas à mente, porque não são refutáveis, logo fazem parte do conhecimento subjetivo. Nesse sentido, Popper (1975 [1973], 1978) questiona, mas não rejeita totalmente a tese da linguagem privada: ele a aceita para o conhecimento subjetivo (processos mentais não refutáveis).

Ao contrário de Popper (1975 [1973], 1978), o segundo Wittgenstein<sup>32</sup> em *Investigações Filosóficas* rejeita totalmente a existência de uma linguagem privada (GLOCK, 1996, p. 309). Para Wittgenstein, a linguagem é uma instituição social que define parâmetros - definições ostensivas - contra as quais a mente humana compara suas percepções e sensações (por exemplo, sentimento de dor). É por meio de analogias com definições dadas pela linguagem social que a mente humana consegue compreender sensações e percepções, nomeando-as (ibid., p. 311-312).

---

<sup>31</sup> A tese da linguagem privada é sintetizada por Glock (1996):

The possibility of a private language is tacitly presupposed by the mainstream of modern philosophy from Descartes through classical British empiricism and Kantianism to contemporary cognitive representationalism. It is the result of two natural assumptions. Firstly, the meaning of words is given by what they stand for [...]. Secondly, in the case of psychological terms, what they stand for are phenomena in a mental theatre which is accessible only to the individual. Sensations, experiences, thoughts are inalienable and epistemically private (GLOCK, 1996, p. 310)

<sup>32</sup> A obra de Wittgenstein se divide em duas fases bastante distintas: 1) a do “primeiro” Wittgenstein, cuja obra principal é o *Tractatus Logico-Philosophicus*, em que ele comunga de pressupostos modernistas (como isomorfismo estrutural, verificacionismo, lógica russelliana); 2) a do “segundo” ou “último” Wittgenstein, cuja obra principal é *Investigações Filosóficas*, na qual ele critica sua obra de juventude, rompendo com a tradição filosófica (CAVASSANE, 2010; GLOCK, 1996).

Em relação ao conhecimento objetivo, Popper (1975 [1973]) acredita que não é possível haver observação empírica dos fenômenos sem conceitos e definições, os quais constituem uma linguagem social. Logo, a pesquisa empírica depende de conceitos e definições intersubjetivos e a observação e interpretação dos fenômenos<sup>33</sup> depende da linguagem<sup>34</sup>. Essa tese é defendida por Popper (1975 [1973]), quando afirma: “Sem o desenvolvimento de uma linguagem descritiva exossomática – uma linguagem que, como uma ferramenta, se desenvolve fora do corpo – nenhum objeto pode haver para nossa discussão crítica” (POPPER, 1975 [1973], p. 121). Apesar de rejeitar a tese da linguagem privada, Popper (1975 [1973]) defende o isomorfismo estrutural e a linguagem como espelho da realidade, sendo, pois, possível representar fidedignamente a realidade material (ibid., p. 146-147). Essa estabeleceria um limite para a interpretação, visto que é o referencial de verdade (ibid., p. 141).

Como Popper (1975 [1973]) fala de uma linguagem composta por conceitos e definições, evidencia-se que ele privilegia o uso das línguas arregimentadas (artificiais) em relação às naturais. Nas línguas arregimentadas, o uso das palavras é delimitado por definições. A definição de um termo constitui um *type*. Embora cada termo possa ter diversos usos (*tokens*), seu conteúdo vero-condicional está delimitado pelo *type* a que se refere, logo os *tokens* “herdam” as propriedades semânticas do *type*. Com isso, não há ambiguidades, sendo possível aplicar o esquema-T da semântica clássica<sup>35</sup> para o julgamento da veracidade das proposições (LECLERC, 2010, p. 50). Para os filósofos da linguagem arregimentada (como Frege e Carnap), as línguas naturais seriam inadequadas para expressar argumentos científicos, visto que estariam repletas de ambiguidades (idem., p. 50). Essas ambiguidades seriam expressas pelo uso de indexicais, modulações do discurso, figuras de linguagem (metáforas, ironias etc.). Pelo exposto, nota-se que Popper (1975 [1973]) contesta a ideia de linguagem privada de forma limitada pois apenas as línguas arregimentadas conseguiriam se liberar dos subjetivismos da mente humana. Contrariamente, o segundo Wittgenstein contesta

---

<sup>33</sup> Kant (1980 *apud* RODRIGUES, 2003) distingue entre “fenômeno” e a “coisa-em-si”. Segundo esse filósofo, a mente humana conhece apenas o fenômeno, ou seja, “aquilo que pode ser percebido pelo aparelho sensorial humano e conjuntamente pensado pelas categorias do entendimento” (RODRIGUES, 2003, p. 111)

<sup>34</sup> Por seu caráter social e invariável, infere-se que, ao falar em “linguagem”, Popper (1975 [1973]) se refere às línguas arregimentadas, que seguem a semântica fregeana. Por outro lado, Wittgenstein nas Investigações discute as línguas naturais.

<sup>35</sup> O esquema-T de Tarski estabelece todas as situações (s) (consideradas constantes) em que uma proposição (p) é verdadeira. Ou seja, p é uma sentença verdadeira se, e somente se, s. Para mais detalhes sobre o conceito semântico de verdade, ver TARSKI, A. “Concept of truth in formalized languages”, In: *Logic, Semantics, Metamathematics – papers from 1923 to 1938*. Hackett Publishing Company, EUA, 1983, pp.152-278.

a tese de linguagem privada, pois, tanto as línguas artificiais quanto as naturais estão baseadas em jogos de linguagens, os quais têm caráter eminentemente social.

Assim como o segundo Wittgenstein, Gergen (2000) ressalta o caráter social (relacional) dos diferentes tipos de linguagem, criticando a tese de que as palavras refletem os estados mentais. Inclusive, ele vai além, contestando a existência do *self*<sup>36</sup> como entidade autônoma das relações interpessoais. Nesse aspecto, ele apresenta posição mais radical do que Wittgenstein: se nas *Investigações*, as formas de vida fornecem insumos para a construção das regras dos jogos de linguagem, em Gergen (2000), forma de vida (individual ou coletiva) e jogo são mutuamente constitutivos, não havendo *self* autônomo em relação a interação social:

It is impossible to sustain the traditional view of language as an outer expression. Of an inner reality. If language truly served as the public expression of one's private world, there would be no means by which we could understand each other. Rather, language is inherently a form of relatedness. Sense is derived only from coordinated effort among persons. [...] meaning is born of interdependence. And because there is no self outside a system of meaning, it may be said that relations precede and are more fundamental than self (GERGEN, 2000, p. 157)

Portanto, a mente (Mundo 2) e o corpo humano (elemento do Mundo 1) dependeriam da linguagem social - elemento do mundo 3 - para compreender sensações e para desenvolver qualquer conhecimento subjetivo sobre a realidade exterior e sobre si mesmo. Embora Popper (1975 [1973]) reconheça que o Mundo 2 precisa do “*pool*” de teorias e, conseqüentemente, da linguagem para fazer conjecturas, ele não questiona a autonomia entre Mundos 2 e 3. De modo diverso, a abordagem de Wittgenstein e Gergen (2000) evidenciam que Mundos 1, 2 e 3 são mutuamente constitutivos. Ou seja, não se trata de um processo de retroalimentação entre mundos, mas sim de co-construção<sup>37</sup>.

Conforme foi visto, o segundo Wittgenstein destaca que não há referencial de verdade fora dos jogos de linguagem (GLOCK, 1996; ELLENBOGEN, 2003). Assumir que não há Verdade absoluta, mas múltiplas verdades contexto-relativas implica a rejeição de um referencial existente no mundo exterior contra o qual é possível julgar o valor das conjecturas. Essa perspectiva inviabiliza a separação entre Mundos 1 e 3.

---

<sup>36</sup> O conceito de “self” “inclui corpo físico, processos de pensamento e experiência consciente de que alguém que é único e se diferencia dos outros, o que envolve a representação mental de experiências pessoais” (GAZZANIGA & HEATHERTON, 2003 *apud* MACEDO & SILVEIRA, 2012, p. 281). No próximo capítulo, será abordado dois tipos de self: o modernista e o pós-moderno. O modernista pode ser equalizado ao *Homo economicus* devido à centralidade da racionalidade instrumental. Já o pós-moderno é um “self” relacional, não estando limitado a aspectos essencialistas (GERGEN, 2000).

<sup>37</sup> Analogamente à crítica feita por Wittgenstein, em *A Voz e o Fenômeno*, Derrida (1994 [1967]) afirma que nem mesmo os solilóquios apresentam uma linguagem privada, pois os signos e significados são sociais.

Wittgenstein's contention here is that if we want to know why the ground on which we accept a particular statement is an adequate ground upon which to claim to know that it is true, **we cannot hope to find the answer by looking further than the language game in which the statement is used. For there is no extralinguistic standard by reference to which we could assess the adequacy of our methods of testing our statements.** Thus, just as nothing determines the meanings of words other than the rules of a linguistic community for the correct and incorrect ways of using them, nothing determines the circumstances under which it is correct to predicate "is true" of a sentence other than our agreement on the conventional rules whereby we predicate "is true" of our sentences. That is, nothing determines the conditions under which we are *correct* in predicating "is true" of a sentence other than a rule of language which tells us the grounds upon which we may accept it as true. (ELLENBOGEN, 2003, p. 3, *grifo nosso*)

Dessa forma, o valor de verdade dos testes intersubjetivos depende do regime de verdade ao qual estão submetidas. Ou seja, uma refutação de uma conjectura só é verdadeira e aceitável, porque encontra reverberação no jogo de linguagem científico do qual faz parte:

"How do you prove the proof?" or, more generally, "Who decides the conditions of truth?" It is recognized that the conditions of truth, in other words, the rules of the game of Science, are immanent in that game, that they can only be established within the bounds of the debate that is already scientific in nature, and that there is no other proof that the rules are good than the consensus extended to them by the experts (LYOTARD, 1979, p. 29 *apud* GERGEN, 2000, p. 87-88).

O consenso entre experts que participam do mesmo jogo de linguagem é, como foi visto na subseção anterior, sempre parcial. Nesse sentido, cada método de teste de hipótese se aplica apenas às conjecturas formuladas no interior do jogo do qual o teste também faz parte. Se houver incompatibilidade entre método de teste e conjectura (pertencerem a jogos distintos), a refutação da hipótese tenderá a não ser aceita pela comunidade acadêmica. Isso corrobora a tese de Tomas Kuhn (1978 *apud* GERGEN, 2000, p. 91) de que nem todo fato contraditório à teoria é considerado uma refutação. Ou seja, ao fazer um teste de hipótese, o cientista despreza potenciais refutações a sua teoria se eles não se adequarem a sua perspectiva. Por sua vez, sua perspectiva decorre de sua forma de vida e dos jogos de linguagem em que está inserido. Um exemplo disso na Economia é a negativa de Arrow (1998) de abordar o racismo no mercado de trabalho norte-americano: a desigualdade salarial entre negros e brancos nos EUA não podia ser explicada pela teoria da escolha racional (ARROW, 1998, p 94). Apesar da contradição entre teoria e fenômenos empíricos, a teoria da escolha racional e o equilíbrio competitivo não foram questionados. Ao contrário, Arrow (1998) conclui que esse tema não é econômico, devendo ser abordado pela Sociologia (*ibid.*, p. 95-95). Nesse exemplo, a desigualdade salarial entre negros e brancos não foi considerada

uma potencial refutação ao *mainstream* econômico porque ela ultrapassava o jogo de linguagem vigente e não era explicado pelo regime de verdade. Logo, o modernista Arrow (1998) desclassificou o fenômeno, considerando-o não-econômico. Esse comportamento se adequa a tese de Kuhn (1978 *apud* GERGEN, 2000) supracitada.

Derrida (1978 [1967]) ressalta que a metafísica centra suas explicações em aspectos cuja presença é invariável: “eidos, arche, telos, energia, ousia (essence, existence, substance, subject), aletheia, transcendentality, consciousness, God, man, and so forth” (DERRIDA, 1978 [1967], p. 279-280). A partir de Nietzsche, tais aspectos estruturais das explicações começaram a ser questionadas. Assim, o centro das explicações metafísicas é desmantelado, sendo substituído por uma perspectiva linguística, em que não há essenciais ou Verdade fora do discurso:

[...] the structurality of structure had to begin to be thought [...]. Henceforth, it was necessary to begin thinking that there was no center, that the center could not be thought in the form of present-being, that the center had no natural site, that it was not a fixed locus but a function, a sort of nonlocus in which an infinite number of sign-substitutions came into play. This was the moment when language invaded the universal problematic, the moment when, in the absence of a center or origin, everything became discourse – provided we can agree on this word – that is to say, a system in which the central signified, the original or transcendental signified, is never absolutely present outside a system of differences. (DERRIDA, 1978 [1967], p. 280)

Conclui-se que não há referencial de verdade pré-existente aos jogos de linguagem, os quais são permeados por relações de poder. Assim, numa abordagem pós-moderna, a separação entre os Três Mundos popperianos não é viável: a realidade material que compõe o Mundo 1 não é composta por essências, logo não tem existência autônoma em relação aos jogos de linguagem, não sendo possível a esse mundo preceder os demais.

Ademais, não faz sentido se falar num conhecimento objetivo, visto que o conhecimento é produzido dentro de um regime de verdade, não havendo uma realidade objetiva composta por essências contra a qual as proposições possam ser julgadas. Uma vez questionada a “structurality of structure” (DERRIDA, 1978 [1967]), i.e., uma vez abandonado o caráter essencialista da Verdade, torna-se inviável haver um conhecimento puramente objetivo: toda proposição depende do regime de verdade, logo reflete relações sociais de poder e a forma de vida do grupo que a produziu. Assim, qualquer conhecimento é normativo, situacional, contextual, estratégico e instrumental:

As postmodern critics insist, however, such an objectivist conception of knowledge is deeply flawed for at least five main reasons. First, given that knowledge is always socially embedded, it is necessarily normative (*Erkenntnisnormativität*). Second, since knowledge is always generated from a specific position in the social space, even so-called descriptive knowledge is situation-laden (*Erkenntnisstandpunkt*). Third, to the extent that bodily actors, regardless of whether they are laypersons or experts, take on particular roles in society, knowledge is permeated by the relationally constituted functions fulfilled by those who make use of it in accordance with their contextually defined interests (*Erkenntnisfunktion*). Fourth, considering that cognitive actors are discursively competing entities, the production of knowledge is permeated by scientific power struggles (*Erkenntniskampf*). Fifth, because symbolic and informational resources can be used in various ways and for multiple reasons, the production of knowledge can be instrumentalized for extra-scientific – notably, economic – purposes (*Erkenntnisnutzung*). (SUSEN, 2015, p. 61).

Por conseguinte, na perspectiva pós-moderna, mesmo que a hipótese seja refutável, ela não é objetiva, pois faz parte de um regime de verdade, que é normativo. Dessa forma, na perspectiva pós-moderna, não faz sentido a dicotomia entre Economia Positiva e Normativa abordada no capítulo 1.

Outro argumento pós-moderno que inviabiliza a separação entre conhecimentos objetivo e subjetivo feita por Popper (1975 [1973]) é o uso das metáforas (DERRIDA, 1978 [1967], p. 279; GERBER, 1997, p. 4-6). Ao invés de serem considerados “disembodied abstractions”, os conceitos são, para os pós-modernos, metafóricos:

Metaphor here is not used in the conventional sense – i.e., as a function of language – but in terms of physical experience and thought. As Lackoff (1994: 43) point out, in contemporary metaphor research, metaphor has come to mean ‘cross-domain mapping in the conceptual system’, in other words, links established across different conceptual domains (GERBER, 1997, p. 4)

Lackoff e Johnson (1980 *apud* GERBER, 1997, p. 4) classificam as metáforas em três tipos: 1) estruturais (usadas para conceituar novas práticas que alteram o modo de vida); 2) orientacionais, em que um sistema de conceito é colocado em função de outro. Exemplo disso, são aquelas que envolvem referências espaciais e/ou temporais, como “sub/sobre”, “central/periférico”, “backward/forward” etc.; 3) ontológicas (aquelas que são diretamente relacionadas a experiência física de objetos de substâncias). Alguns exemplos de conceitos metafóricos na Economia são “racionalidade instrumental”, “*forward-looking expectations*”, “custo de oportunidade”. Na classificação exposta acima, o primeiro conceito seria uma metáfora ontológica, porque relaciona algo abstrato (razão) à experiência corporal de um objeto (instrumento); o segundo, uma metáfora orientacional; o terceiro, estrutural, pois altera a concepção de mundo dos economistas. Outra metáfora importante na Economia é a noção

de “produtividade marginal” (MCCLOSKEY, 1998, p. 18). Ela seria uma metáfora orientacional, pois traz em seu bojo a ideia espacial de “margem”.

Na classificação apresentada acima, evidencia-se que os conceitos (metáforas) estão baseados na experiência corporal, visto que, para os pós-modernos, o corpo é o centro da experiência (GERBER, 1997, p. 3). Nesse sentido, o sistema de linguagem está repleto de não-literalidades, sendo possível haver interpretações divergentes da mesma mensagem porque a experiência corporal dos participantes no jogo de linguagem é diferente (FRANKS & KELLER, 1996, p. 38). O que torna os discursos inteligíveis é o compartilhamento dos significados de palavras e do sistema sub-reptício de saliência (ibid., p. 41). Ou seja, para se entenderem, as partes em diálogo devem conhecer as regras do jogo de linguagem no qual estão inseridos. Ademais, como conceitos são metáforas, logo repletos de não-literalidades, mesmo as linguagens artificiais das ciências não seriam neutras, pois definições estão baseadas em metáforas, que, por sua vez, assentam-se sobre a experiência corporal.

Conforme foi visto na subseção anterior, na visão de Lyotard (2013 [1979]) o receptor da mensagem científica é um sujeito abstrato no jogo de linguagem da pesquisa, logo a competência linguística é exigida apenas do enunciador. Entretanto, como destaca McCloskey (1998, p. 8), o destinatário precisa conhecer minimamente o repertório conceitual daquela mensagem para que ela seja compreendida. Ou seja, emissor e destinatário devem compartilhar uma mesma forma de vida, fazendo parte de um mesmo jogo de linguagem. Exemplificando esse fenômeno na Economia, pode-se citar a publicação de um artigo acadêmico. Embora ele não tenha um destinatário específico, ele é dirigido a receptores anônimos que compartilham a forma de vida do emissor, qual seja: a formação em Economia. Como a mesma experiência acadêmica determina uma forma de vida (identidade de “economista”), há o estabelecimento de um jogo de linguagem. Nesse jogo, são desenvolvidas metáforas, que se utilizam da experiência corporal dos participantes do jogo. Como a pesquisa acadêmica é dominada por homens, brancos, anglo-saxões, heterossexuais, de meia idade, as metáforas desenvolvidas pelo *mainstream* refletem essa corporalidade (NELSON, 1995).

### **3.3 Pós-Modernismo e a Economia**

Devido à crítica pós-moderna, “estudar a realidade como ela realmente é” perde relevância em face do estudo das representações da verdade, ou seja, análises retóricas (GERGEN, 2000, p. 16): “If texts do not derive their persuasive power from ‘the way things are’, but from textual maneuvers, then attention must be directed to the ‘world as represented’ (ibid., p. 108). Tal preocupação crescente com as representações da verdade se refletem na Economia em pesquisas sobre retórica e na desconstrução de conceitos caros ao *mainstream*, como “equilíbrio”, “incerteza” e “racionalidade” (RUCCIO, 1991, p. 502).

Segundo McCloskey (1998), os textos<sup>38</sup> científicos visam o convencimento de audiências, quais sejam: os demais membros da comunidade acadêmica em que o texto foi produzido (MCCLOSKEY, 1998, p. 8). Relacionando McCloskey (1998) ao segundo Wittgenstein, infere-se que as produções acadêmicas são “lances” do jogo de linguagem da Economia, e é por meio delas que o economista (“o autor”) trabalha para melhorar sua performance (ibid., 7).<sup>39</sup> Como a retórica estuda os argumentos utilizados para convencer audiências e todo discurso em Economia visa o convencimento dos pares, torna-se necessário um estudo sobre a retórica dos argumentos e metáforas utilizados pelos economistas. Para isso, McCloskey (1998) se utiliza de métodos desenvolvidos pela crítica literária. Após a publicação de McCloskey (1983, 1998), outros economistas se interessaram pela retórica da Economia; dentre eles, destacam-se William Milberg (1988), Arjo Klamer (1990) e Jane Rossetti (1990) (RUCCIO, 1991, p. 503).

Segundo Amariglio (1988), McCloskey (1983, 1998) e Klamer (1990) foram influenciados epistemologicamente por Rorty (1979), especialmente por sua crítica à Verdade como espelho da natureza.<sup>40</sup>

with Rorty as a philosophic guide, McCloskey and Klamer have attempted to shift interest away from the philosophy of science, fixed as it is on the question of method, and have advocated the need for economists to become cognizant of the nature of their discursive practices. Following current literary theory, they have stressed the textual nature of our knowledge, and, thus, have focused on the diverse

---

<sup>38</sup> Neste trabalho, texto é entendido como sinônimo de discurso, não se limitando a textos escritos.

<sup>39</sup> McCloskey (1998, p. 23-24) compara as afirmações científicas a “atos de fala”. A teoria dos atos de fala foi desenvolvida por Austin (1962) e sistematizada por Searle e Vanderveken (1985). Um ato de fala é composto por uma força ilocucionária (F) e um conteúdo proposicional (P). A análise do conteúdo proposicional foi desenvolvida pela lógica intencional e representa o lado verocondicional de um ato de fala. Por outro lado, a ideia de força ilocucionária tenta explicar os diferentes usos que um mesmo enunciado pode ter. Essa diversidade de usos se deve, na perspectiva de Wittgenstein, aos inúmeros jogos de linguagem que os enunciados podem participar. Portanto, o conceito de força ilocucionária desenvolvido por Austin (1962) é influenciado pelo segundo Wittgenstein.

<sup>40</sup> Ver *Philosophy and the Mirror of Nature* (RORTY, 1979).

literary and rhetorical devices that economists and other scientists employ in constructing their texts (in which category they include all manner of discourse, from hallway conversations to learned monographs, in which economic ideas are generated, discussed, and transmitted). (AMARIGLIO, 1988, p. 583-584)

Amariglio (1990) critica McCloskey (1983, 1998) porque ela não aplicou o desconstrutivismo ao conceito de expectativas racionais<sup>41</sup>, base da atual Macroeconomia neoclássica. Segundo Amariglio (1990), a teoria das expectativas racionais “prioritizes the existence of the unified, totalizing rationality of an unfragmented subject in the face of uncertainty. While McCloskey derides modernism in epistemology, he applauds it in neoclassical theory” (AMARIGLIO, 1990, p. 26). Ao contrário McCloskey (1983, 1998), Klamer (1990 *apud* AMARIGLIO, 1990) critica a economia neoclássica, defendendo uma abordagem antropológica:

Klamer sees that modernism in economics goes far beyond the positivist formalism of economic methodologists. Klamer shows that from Samuelson, Hicks, and Keynes to the "new classical economists," we can discern several of the more important modernist themes: belief in the universality of formal principles; a preference for axiomatic language; reliance on the "myth" of unified subjectivity; and a choice of machine-oriented metaphors. Unlike McCloskey, Klamer notes the centrality of the rationality principle for modernism in economics. Favoring "anthropological" approaches, Klamer concludes that rationality is "unrealistic." He does not challenge the idea of a unified subjectivity. Instead, he is satisfied to point out the cultural determinations of subjectivity and the limits to rationality that such determinations impose. Unlike many of the other postmodernist theorists, Klamer does not call into question the primacy and composition of the "I." (AMARIGLIO, 1990, p. 26)

Apesar Klamer (1990 *apud* AMARIGLIO, 1990) questionar o conceito neoclássico de racionalidade, sua perspectiva se aproxima de um determinismo cultural, pois a subjetividade<sup>42</sup> é imposta aos indivíduos por sua cultura e história. Ao não permitir a reconstrução contínua das identidades, ele reforça a concepção modernista de uma subjetividade uniforme.

Para Amariglio (1990), há um debate na Economia entre Modernismo e Pós-Modernismo desde a década de 1920 em torno do conceito keynesiano de incerteza. Ao enfocarem o caráter não-probabilizável da incerteza, os pós-keynesianos (“Fundamentalist Keynesians”) se aproximam de uma leitura pós-modernista, a qual é considerada niilista

---

<sup>41</sup> Além da influência de Rorty (1979), McCloskey (1998) se vincula ao Desconstrutivismo desenvolvido por Derrida (1982). Nele, o objetivo é desconstruir textos, evidenciando seu caráter retórico.

<sup>42</sup> No próximo capítulo, será posta em questão a fragmentação do indivíduo. Ao invés de utilizar o termo “subjetividade”, lá será utilizado “identidade”, porque subjetividade pressupõe a existência de uma objetividade, que lhe é dicotômica. Aqui, preferiu-se utilizar o termo subjetividade para destacar que, ao incorrer no determinismo, Klamer (1990 *apud* AMARIGLIO, 1990) não rompe totalmente com a dicotomia sujeito-objeto.

(*ibid.*, p. 33). Por seu turno, os neoclássicos - especialmente, Frank Knight (1971 *apud* AMARIGLIO, 1990) - buscam evitar o niilismo, diferenciando incerteza e risco (probabilizável) (*ibid.*, p. 29). O arcabouço teórico neoclássico que lhe permite evitar a incerteza radical está baseado nas noções modernistas de subjetividade e racionalidade, endossadas pelo *mainstream*:

in its response to the "real indifference" of risky and uncertain situations, the essence of rational subjectivity is affirmed. As Knight explains, real indifference means that "mind" is the only helpful guide to action. In encountering uncertainty, the "mind" - in contrast to emotion or instinctive reaction - manages the behavior of agents. As Arrow puts it, for Knight, "human consciousness itself would disappear in the absence of uncertainty" (1971, p. 1). Rather than signifying the limit to intellectuality, uncertainty confirms the hierarchy of mind over body. (AMARIGLIO, 1990, p. 29)

Posteriormente, a teoria das expectativas racionais é desenvolvida pelo *mainstream* para evitar o niilismo da incerteza keynesiana (*ibid.*, p. 41). Para Amariglio (1990), o aspecto niilista da incerteza tem potencial de dismantelar o arcabouço teórico neoclássico, promovendo a superação da epistemologia modernista e sua substituição pela pós-moderna, apresentada anteriormente neste capítulo:

A thoroughly postmodern epistemology implies a rejection of all modernist concepts of rationality and subjectivity. In the case of uncertainty, it is legitimate to ask whether its nihilism would be disrupted if economists believed that there are multiple "knowledges"; that subjectivity is discursively constructed; that the "subject" is decentered (any "I" is comprised of multiple "I"s); that the objects of knowledge are produced within discourse and do not lie outside of that discourse (making the idea of acquiring information without adopting the perspective of the discourse that produced it absurd); and so on. Indeed, the true nihilism of uncertainty lies not in its application to an unknown future but to a presumably known past and present. Uncertainty has the power to deconstruct any economic discourse that starts from the modernist "entry points" of rationality and subjectivity, but only if the postmodern moments of uncertainty are allowed more freedom to operate within that discourse. (*ibid.*, p. 40-41)

Há um temor entre economistas modernistas, como Blaug (1992), e entre pós-keynesianos, como Sheila Dow (2001, p. 70), com o relativismo e o niilismo da abordagem pós-moderna na Economia. Respondendo a essa crítica, Rossetti (2001) mostra que o pós-modernismo não implica "anything goes", visto que nem todos os argumentos são válidos:

not all beliefs are equally valid, not all interpretations are equally good. Meanings are constrained by the interpretive community, or the marketplace of ideas. While the standards of meaning and valuation are subjective (or contingent, or based on a particular perspective), they are not arbitrary. This is not a case of 'anything goes'. The quality of a model, or a narrative, or a translation, cannot be judged by how close it comes to reflecting or encapsulating its True version, for there is no True version. Nonetheless, it can be judged against qualities *esteemed* by the relevant

communities, e.g. parsimony, elegance, high R-squared (ROSETTI, 2001, p. 308-9, *grifo no original*)

Ou seja, somente conjecturas que seguem as regras do jogo de linguagem vigente são aceitas. Ademais, como apontam Cullenberg et al. (2001), o Pós-Modernismo não é sinônimo de niilismo:

Though relativist nihilism is certainly one possible outcome of this anti-foundationalism, it is not the only one. Postmodern critique calls attention not only to the play of power and persuasion in the current or past status quo within scientific practice. It also calls attention to the fact that such forces are considered, in a sense, legitimate in the adjudication amongst and between discourses (CULLENBERG et al., 2001, p. 27)

Dentro da epistemologia defendida na seção anterior, o niilismo é evitado: não se rejeita a existência de qualquer verdade ou de qualquer conhecimento sobre os fenômenos, pelo contrário: há o reconhecimento de que existem diversas verdades e diversos saberes possíveis a depender do jogo de linguagem em questão. Ou seja, na perspectiva pós-moderna aqui endossada, há rejeição da Verdade em nome de múltiplas verdades, as quais estão em constante diálogo a fim de estabelecerem um regime de verdade hegemônico. Portanto, não se trata de niilismo nem de uma incomensurabilidade entre discursos que não permita diálogo. Trata-se de uma perspectiva que convida à interação dialética e que prega tolerância. Ademais, como destaca Ruccio (1991):

The postmodern stress on the discursive nature of economic "truths" means that the knowledges produced by economists (as also their usual modernist explanations of how those knowledges arose) are recast as a series of "fictions"-not in the sense that they are untrue, but in the sense that each such knowledge is one among many possible knowledges, produced within a specific discourse. This "grammatology" does not deny reference to a world outside discourse as much as it "complicates the boundary line that ought to run between the text and what seems to lie beyond its fringes, what is classed as the real" (Derrida, 1981, pp. 41-42). (RUCCIO, 1991, p. 503)

Nesse sentido, não se trata niilismo nem de se negar a existência de fenômenos fora do que é compreendido pela mente (solipsismo), mas sim de questionar as fronteiras entre realidade/ficção, real/mental, objetivo/subjetivo. Ao invés do niilismo e do solipismo, há a adoção de uma perspectiva mais consciente de sua parcialidade ("*self-reflexivity*") (CULENBERG et al., 2001, p. 21).

#### 4 FORMALISMO MATEMÁTICO E A RETÓRICA DA ECONOMIA

Conforme foi visto no primeiro capítulo, desde os primórdios, a Economia preocupa-se em ser uma ciência objetiva e, para isso, empenha-se em anular a subjetividade do locutor da mensagem científica. Para fazê-lo, de modo a tornar o discurso econômico universal, adota-se uma linguagem arregimentada (artificial), a qual é marcada, na Economia Aplicada, pelo refutacionismo popperiano como metodologia ideal (MCCLOSKEY, 1998), e, na Economia Teórica, pelo formalismo matemático (PUNZO, 1991). Allan Gibard e Hal Varian (1978 *apud* MCCLOSKEY, 1990) destacam que a teoria econômica se caracteriza crescentemente pela aplicação formal de modelos matemáticos ao invés do método popperiano de provas e refutações:

“Much of economic theorizing”, they [Gibard and Varian] noted (without intent to damn it), “consists not... of forming explicit hypotheses about situations and testing them, but of investigating economic models” [1978, p. 676]. That’s right. Economic literature is largely speculative, an apparently inconclusive exploration of possible worlds. (MCCLOSKEY, 1990, p. 14)

Ao contrário das línguas naturais, as arregimentadas são baseadas em definições e conceitos precisos, por isso, elas não permitem a maleabilidade contextual inerente às línguas naturais. Segundo Jonathan Cohen (1986 *apud* RECANATI, 2004), as línguas artificiais seriam marcadas pela insularidade dos significados, assim as enunciações seriam como “paredes de tijolos”: cada fragmento teria um sentido estável e comporia o todo. Já as línguas naturais seriam caracterizadas por uma composição interacionista: a interação contínua entre os significados das palavras e fatores pragmáticos permitiria a formação dos sentidos das frases. Nesse sentido, as enunciações das línguas naturais seriam como estruturas construídas com sacos de areais, podendo ser moldadas conforme o contexto (COHEN, 1986, p. 223-224 *apud* RECANATI, p. 132).

Pela rigidez das definições, as línguas artificiais funcionariam conforme os ditames da semântica clássica desenvolvida por Frege, Russell, Church, Tarski, Montague e Carnap (LECLERC, 2010, p. 50). Ademais, anula-se influência do contexto e da subjetividade do locutor com o uso de uma linguagem axiomática a qual consiste na:

[...] definição de símbolos que serão empregados na linguagem proposta, a forma que deverão respeitar as expressões desta linguagem para poderem ser aceitas (expressões bem formadas), e as operações que serão permitidas sobre estas

expressões, e que definem os axiomas propriamente ditos. (LYOTARD, 2013 [1979], p. 77)

Por usar uma língua arregimentada, a Economia enquanto ciência evita idiossincrasias presentes na linguagem comum: “Science, they would say, avoids being Italian or English by being formal” (MCCLOSKEY, 1990, p. 4). Na Economia, a linguagem arregimentada é levada ao paroxismo por meio do uso do formalismo matemático, derivado do pensamento de Hilbert (PUNZO, 1991; MIROWSKI, 1991). Embora diverjam em relação a prescrições de metodologia econômica, Blaug (1998) e McCloskey (1990) criticam o formalismo da pesquisa econômica recente, defendendo que a Economia seja mais empírica (ou, nos termos de McCloskey (1990, 1994), mais “quantitativa”):

The subject we economists really have been aping is mathematics. We have turned economics into a kind of social mathematics that employs words such as “price”, “market”, “commodity”. It looks like economics, but when you read an article that uses such words, all the relationships are mathematical relationships; all the inferences are mathematically drawn; and no thought is given to whether these mathematical variables, concepts, functional relationships bear any resemblance to real-world observation. Deirdre McCloskey [see Challenge, January-February 1997], whose writings I do not otherwise like, has said quite tightly that economists look to the math department, not the physics department. That is absolutely true. (BLAUG, 1998, p. 39)

Em substituição ao formalismo, Blaug (1998) propõe que os economistas sigam o empirismo orientado pela metodologia popperiana. Para McCloskey (1994), tanto o refucionismo de Popper quanto o formalismo são usados para fins retóricos. Como abordado no capítulo 4, a atividade científica é um jogo de linguagem no qual se embatem diferentes teorias, perspectivas e formas de vida. Visto que “falar é combater” (LYOTARD, 2013 [1979], p. 17), a argumentação econômica usando o formalismo ou o refutacionismo<sup>43</sup> serve para legitimar os argumentos dos economistas ao defenderem suas teorias (MCCLOSKEY, 1994). Defender uma teoria seria, portanto, persuadir os demais da validade de seu argumento, logo é uma atividade retórica (MCCLOSKEY, 1990, p. 4).

O objetivo deste capítulo é mostrar as consequências do formalismo para a Economia de um ponto de vista retórico. Assim, na primeira seção, é apresentada a “virada formalista”, ocorrida sob os auspícios do Círculo de Viena, a partir da qual o formalismo matemático ganhou relevância acadêmica na Economia (MIROWSKI, 1991; PUNZO, 1991).

---

<sup>43</sup> Como foi visto anteriormente, o refutacionismo é visto como a metodologia ideal pelo *mainstream* (BLAUG, 1992). Nesse sentido, trabalhos acadêmicos que utilizam o método popperiano de provas e refutações têm vantagem retórica, visto que são compatíveis com o jogo de linguagem dominante (para mais detalhes sobre jogo de linguagem, ver capítulo 3).

Posteriormente, são exploradas algumas de suas consequências para a Economia, especialmente seu caráter retórico. Por fim, será feita uma análise do que é entender enunciados científicos como argumentos retóricos, utilizando como método de análise a teoria dos atos de fala de Austin (1962) e Searle (1969), na forma dada por Searle e Vanderveken (1985).

#### 4.1 “Virada formalista” na Economia

Ao comentar o processo de matematização da Economia, Gerard Debreu (1984, p. 267-268 *apud* MIROWSKI, 1991, p. 153) o classifica como um movimento natural, derivado do caráter quantitativo do vetor de preços e de bens, os quais exibem isomorfismo com o espaço métrico real Euclidiano. Mirowski (1991) e Punzo (1991) mostram que o movimento de matematização da Economia não foi natural, mas sim o resultado de um processo histórico. Conforme será visto nesta seção, a matematização culminou no Equilíbrio Geral de Arrow-Debreu, tendo sido viabilizada, inicialmente, pela Revolução Marginalista e pela “virada formalista” derivada do Círculo de Viena. Não só a aceitação do método matemático pelos economistas foi paulatina, também o isomorfismo entre vetor de bens e vetor real euclidiano não é automático, mas fruto de um desenvolvimento histórico.

Mirowski (1991, p. 154) destaca que a agregação entre bens diferentes é fruto da sociedade ocidental contemporânea: de um ponto de vista individual, cada bem é único, o que inviabiliza uma agregação automática<sup>44</sup>. Ademais, em sociedades tradicionais, as unidades de medidas não são unificadas, visto que seguem um padrão antropométrico: mel era medido em mãos; área de terrenos, em passos; tecidos, em braças. Portanto:

[...] quantification is itself not an invariant in human history, even within the more limited subset of market organized structures. Prices in modern markets obviously conform to specific algebraic structures, but they are not the a priori products of nature or of the individual mind (through projection of completeness, reflexivity,

---

<sup>44</sup> Mirowski (1991, p. 154) cita como exemplo dessa inviabilidade de agregar bens distintos sob ponto de vista individual, a agregação de maçãs e laranjas. Ele se questiona como seria o espaço métrico de maçãs/laranjas. Também ressalta que cada maçã (e cada laranja) tem características próprias que a distingue do conjunto de maçãs (laranjas). Logo, cada bem é único sob ponto de vista individual.

transitivity, and so on upon preference structures); rather, they are provisional invariances imposed upon the motley variety of human perception by various conventions and social structures (MIROWSKI, 1990b *apud* MIROWSKI, 1991, p. 155).

Se a matematização não é natural, ela tampouco é inexorável, sendo fruto de escolhas sociais ocorridas no seio da comunidade acadêmica dos economistas. Ou seja, a matemática foi um jogo de linguagem que se tornou dominante no suprajogo da Economia moderna (ver capítulo 3).

A partir de 1870, houve um influxo de cientistas e engenheiros para a então Economia Política. Esses cientistas tinham um treinamento comum em Física, compartilhando um vocabulário e metáforas advindas da mecânica clássica. Isto é, compartilhavam uma forma de vida (formação acadêmica) que se traduziu num jogo de linguagem econômico que se assemelhava à Física newtoniana, em especial o equacionamento entre energia potencial e utilidade (MIROWSKI, 1991, p. 147). Dentre esses cientistas, destacam-se Pareto, Walras, Cassel e Jevons, os quais foram os principais expoentes da Revolução Marginalista (PUNZO, 1991, p. 1). Walras e Cassel foram os primeiros a desenvolverem modelos de Equilíbrio Geral. Ao contrário da versão de Arrow-Debreu, em Walras e Cassel, o equilíbrio é resultado de um estado potencialmente observável de dada economia, ou seja, é um estado entre outro que economias reais tem potencial de alcançar desde que satisfeitas as condições do modelo (PUNZO, 1991, p. 7).

No caso de Cassel, ele propõe dois modelos: um com, e outro sem crescimento econômico. Em ambos, há um número finito de serviços de fatores empregados na produção. O crescimento econômico é dado pela taxa de crescimento do fator cujo crescimento é mais lento. Se a quantidade de fatores for fixa, o crescimento é zero (modelo sem dinâmica). O problema primal descreve a alocação de fatores de produção e o equilíbrio é alcançado com igualdade em todos os mercados (PUNZO, 1991, p. 8). Segundo Punzo (1991), o modelo de Cassel está baseado numa visão intuicionista, desvendo uma economia específica, potencialmente observável. Ademais, não há garantia que o equilíbrio de Cassel seja ótimo (i.e., eficiência alocativa). Tendo em vista essas e outras limitações, o modelo foi criticado no Colóquio Matemático de Viena, de onde se originaram modelos axiomáticos para o equilíbrio geral, como o de von Neumann e, posteriormente, o de Arrow-Debreu (PUNZO, 1991, p. 10; MCCLOSKEY, 1990, p. 12).

Na visão de Punzo (1991, p.1), a Revolução Marginalista não representou uma inflexão definitiva no uso da linguagem matemática pela Economia. Mirowski (1991)

corroborar essa tese ao mostrar que, enquanto no final do século XIX, o número de produções acadêmicas em matemática econômica teve um pico devido ao trabalho dos marginalistas, nas primeiras duas décadas do século XX, esse número despencou<sup>45</sup>. Portanto, mesmo que na Revolução Marginalista haja a introdução de modelos matemáticos, eles não se tornaram dominantes até a década de 1930. Enquanto na Revolução Marginalista os economistas se inspiravam nos modelos físicos, a partir do Círculo de Viena, a inspiração se tornou o formalismo matemático de Hilbert (PUNZO, 1991, p. 13). Reagindo à descoberta da geometria não-euclidiana e à crítica feita por Gödel à incompletude da aritmética, Hilbert propõe que os modelos matemáticos abandonem qualquer pretensão euclidiana de ter conteúdo intuitivo. Logo, os modelos não teriam “*external foundations*”, apenas fundamentos lógicos internos:

Hilbert’s reaction to this crisis and to other mathematical events at the turn of this century indicated one way out: it was better to give up all Euclidian hope of assigning intuitive and empirical contents to models as scientific devices. Models and deductive structures had become coextensive. Then, for lack of anything better the external foundations, now missing, had to be replaced by the requirement of their forming a complete set of independent and coexistent axioms, and by metatheoretical principles to produce correct answers to theoretical questions generated from within the theory. (PUNZO, 1991, p. 13)

Nesse sentido, cada modelo matemático era considerado um “universo” separado, onde os axiomas definiam suas propriedades, não estando embasado em nenhuma realidade empírica específica. Hilbert influenciou a geração de economistas dos anos 30, formada por Ragnar Frisch, Tjalling Koopmans, Jan Tinbergen, Maurice Allais e Kenneth Arrow (MIROWSKI, 1991, p. 152). Também matemáticos de formação passaram a se interessar por problemas econômicos. Dentre eles, von Neumann, que aplicou análise combinatória e métodos topológicos para demonstrar a existência de equilíbrio com desigualdade para uma série de jogos (PUNZO, 1991, p. 9). A demonstração da existência de equilíbrio por von Neumann foi basilar para o desenvolvimento, já na década de 1950, do modelo de Arrow e Debreu, o qual se tornou a forma canônica da moderna teoria do Equilíbrio Geral.

Como na moderna teoria do Equilíbrio Geral, o foco passa a ser demonstrar a existência do equilíbrio para um sistema de equações posto, a Economia se torna menos quantitativa e mais qualitativa (MCCLOSKEY, 1994). A partir de então, a preocupação dos economistas converte-se em provar a existência de equilíbrio a partir de um sistema de

---

<sup>45</sup> Ver gráfico em MIROWSKI, 1991, p. 150

equações e não a viabilidade do equilíbrio para uma economia real (MCCLOSKEY, 1990, p. 12). Com isso, a Economia se afasta do paradigma da Física instaurado na Revolução Marginalista e se aproxima da Matemática Pura, visto que, na Física, a matemática é usada enquanto uma linguagem para descrever/explicar fenômenos. Se um teorema não tem intuição física, ele não é relevante para aquela comunidade acadêmica. Já no caso dos economistas, a preocupação com a aplicabilidade dos modelos é secundária em relação à elegância formal de provas lógico-dedutivas da existência de equilíbrio (ibid., p. 16):

From everywhere outside of economics except the Department of Mathematics the proofs of existence will seem strange. They do not claim to show that an actual existing economy is in equilibrium, or that the equilibrium of an existing economy is desirable. The blackboard problem thus solved derives more or less vaguely from Adam Smith's assertion that capitalism is self-regulating and good. But the proofs of existence do not prove or disprove Smith's assertion. They show that certain equations describing a certain blackboard economy have a solution, but they do not give the solution to the blackboard problem. Much less to an extant economy. Indeed, the problem is framed in such general terms that no specific solution could reasonably be expected. [...] The proofs state that somewhere in the mathematical universe there exists a solution. Lord knows what it is; we humans only know that it exists (MCCLOSKEY, 1990, p. 12)

Com a consolidação da moderna Teoria do Equilíbrio Geral, ela se tornou uma metateoria, descrevendo regras de validação e de explicação teórica de variáveis endógenas para outras formulações teóricas no campo da Economia (PUNZO, 1991, p. 5):

A metatheory is best understood as an empty container, i.e. a set of instructions as to (i) how to select undefined or primitive terms; (ii) how to combine them in well-formed formulas; (iii) how to obtain true propositions in the form of theorems via deductive reasoning. In other words, a metatheory is a handbook on how to handle scientific machinery correctly. On the other hand, there can be a unique metatheory for a whole set of theories, which belong to the different and lower (applied) levels of theorizing. Models, which are identified with theories in this jargon, are derived either via reinterpretation of primitive terms or via alternative, sometimes weaker, sets of specific assumptions. (PUNZO, 1991, p. 3)

Enquanto na Microeconomia, o Equilíbrio Geral é a metateoria dominante desde meados do século XX, na Macroeconomia, ela se consolida a partir dos trabalhos de Sargent e Lucas, com a agenda Novo Clássica, em fins do século passado (MCCLOSKEY, 1990, p. 14). Atualmente, teorias econômicas específicas são interpretadas e classificadas como casos específicos do Equilíbrio Geral de Arrow-Debreu. Elas são obtidas por meio de variações nos pressupostos da metateoria (PUNZO, 1991, p. 3; MCCLOSKEY, 1990, p. 15).

Para McCloskey (1990, 1994), o Equilíbrio Geral não consegue lidar com situações que se afastam do equilíbrio. Além disso, por ser um modelo lógico-matemático, ele tem

aplicação exata e não aproximativa (MCCLOSKEY, 1990, p. 14): se uma economia apresenta estrutura próxima do modelo descrito na teoria, mas não idêntica, os resultados descritos pelo Equilíbrio Geral se aplicam? Por isso, McCloskey (1990, 1994) defende que a Economia deveria se “quantificar”, estabelecendo resultados empíricos aproximativos. Grosso modo, se o resultado de equilíbrio for  $E$ , então seria necessário definir quantitativamente um " $\varepsilon$ "<sup>46</sup> tal que os resultados do modelo canônico de equilíbrio valham para o intervalo  $[E - \varepsilon; E + \varepsilon]$ . Porém, isso não é feito por Arrow-Debreu, sendo necessário definir uma ordem de grandeza para o distanciamento entre realidade econômica e modelo para que esse último tenha aplicabilidade empírica:

The theorems give some necessary and sufficient conditions for exact efficiency. But they do not tell how far from exactly satisfied the conditions must be to yield *approximate* efficiency. Since this is the problem, the Arrow, Debreu, and Hahn theorems are irrelevant, except under the lamppost. (MCCLOSKEY, 1994, p. 154, *grifo no original*)

#### 4.2 A retórica do formalismo matemático

De um ponto de vista pós-moderno, enunciados científicos visam a persuasão dos pares (LYOTARD, 2013 [1979]; BENHABIB, 1984; MCCLOSKEY, 1990, 1994). Assim, “A journal is where economists persuade. They persuade in beautiful figures of mathematics or of words or of statistics” (MCCLOSKEY, 1994, p. 111). A linguagem axiomática do Equilíbrio Geral seria, então, utilizada como mecanismo retórico de convencimento.

Retomando interpretação do crítico literário Gerald Bruns a Santo Agostinho, segundo o qual a obscuridade do texto bíblico cumpre uma função pragmática de arrebanhar fiéis (BURNS, 1984, p. 157 *apud* MCCLOSKEY, 1994, p. 118-119). McCloskey (1994) afirma que a obscuridade do formalismo matemático adotado como linguagem arregimentada pela Economia *mainstream* cumpre o papel de convencer audiências sobre a importância dos argumentos econômicos. O formalismo matemático também representa uma barreira de entrada ao jogo da Economia, que, uma vez superada, garante prestígio e une os “já iniciados” numa linguagem comum:

---

<sup>46</sup> “ $\varepsilon$ ” pode ser interpretado como uma constante inifitesimal contexto-específica. Ou seja, do pensamento de McCloskey (1990), infere-se que a proposta é que seja definida uma ordem de grandeza para  $\varepsilon$ , porém esse valor não é único para todas as situações econômicas, mas sim próprio de cada contexto/problema analisado.

The math is not all that difficult, although it does create an entry barrier. [...] The people who have been initiated now have a vested interest in taking the barrier seriously and paying attention to it and giving it high prestige. Otherwise, it would not serve as an entry barrier. So, after a while, they justify the entry barrier because they possess this elegant particular virtue or technique. After it is created, it justifies itself. I shall add one other thing to this: the enormous output of Ph.D.s in economics in the United States (BLAUG, 1998, p. 39-40)

Dessa forma, a partir da disseminação do Equilíbrio Geral de Arrow-Debreu como metateoria econômica, o autor implícito dos artigos acadêmicos se tornou o matemático (MCCLOSKEY, 1990, p., 114). Devido à barreira de entrada supracitada, a audiência se especializou, tornando-se um público mais seletivo (ibid., p. 118). A esse público são destinadas as mensagens formalistas da Economia, que, embora sob pretensa literalidade e objetividade, não cessam de serem retóricas:

The formal methods themselves, I should like to argue, stand on hidden arguments, unspoken metaphors, unargued appeals to authority. [...] Economists do not cease to be rhetoricians when they hang weights of axiom and specification on their understanding, letting their scholarly business be done as if by machine. They are anyway human arguers (MCCLOSKEY, 1990, p. 6)

Assim como Lyotard (2013 [1979]), McCloskey (1994) defende a tese de que qualquer enunciado expresso em língua artificial pode ser reescrito em linguagem natural, embora se perca concisão nesse processo de tradução:

Jargon is an argument in a word, and sometimes, though not always, it is more concise than ordinary language. (Economists put a lot of store on arguments being “concise”; it is one of intellectual values they have adopted from mathematicians. [...] Much economic jargon, though, hides a five-cent thought in a five-dollar word. The tip-off is a Latinate choice of words. Thus “the integrative consequences of growing structural differentiation” means in ordinary English “the need for others that someone feels when he buys rather than bakes his bread.” And “current period of responses” means “what people do now”. (MCCLOSKEY, 1994, p. 119).

Portanto, o uso da linguagem arregimentada ao invés da natural cumpre um duplo papel na argumentação científica econômica: propicia a concisão argumentativa e o convencimento dos pares. Para convencer a comunidade acadêmica, é preciso entrar no jogo de linguagem dominante, valendo-se dos métodos discursivos dominantes, quais sejam: o formalismo matemático no âmbito da Economia Teórica; o refutacionismo popperiano no âmbito da Economia Aplicada (MCCLOSKEY, 1994). Na próxima seção, será visto como enunciados econômicos que se valem do formalismo podem ser interpretados como atos de fala indiretos, em que, por meio da enunciação de um ato ilocucionário denotativo, realiza-se um ato perlocucionário cujo objetivo é a persuasão.

### 4.3 Teoria dos atos de fala

A teoria dos atos de fala foi, originalmente, proposta por Austin (1962) em *How to Do Things with Words*, em que ele enfoca os enunciados performativos, i.e., atos de fala que, por meio de sua enunciação, alteram o estado da realidade vigente (direção de ajuste: enunciado – mundo). Searle (1969) em *Speech Act: An Essay in the Philosophy of Language* incrementa a teoria proposta por Austin (1962). Em *Foundations of Illocutionary Logic*, Searle e Vanderveken (1985) formalizam a teoria dos atos de fala, dando-lhe uma interpretação lógica. A Teoria dos Atos de Fala foi desenvolvida para estudar semanticamente as línguas naturais (SEARLE & VANDERVEKEN, 1985, p. 1), mas, ao se defender que todo enunciado expresso em língua arregimentada pode ser traduzido para língua natural (LYOTARD, 2013 [1979]; MCCLOSKEY, 1994), torna-se possível aplicar essa teoria à linguagem científica da Economia. Isso será feito nessa seção.

Após essa breve digressão sobre as origens da teoria, resta definir seus componentes. Um ato de fala é qualquer iniciativa de comunicação humana, podendo ser de diversos tipos, dentre eles, são de interesse para este trabalho, os atos ilocucionários, os atos de fala indiretos<sup>47</sup> e os atos perlocucionários (ibid., p. 8).

A unidade mínima de um ato de fala - e, portanto, da comunicação humana - é o ato ilocucionário, que é composto por uma força ilocucionária (F) e um conteúdo proposicional (P) (SEARLE & VANDERVEKEN, 1985, p. 1): “Every complete sentence, even a one-word sentence, has some indicator of illocutionary force; therefore, no semantical theory of language is complete without an illocutionary component” (ibid., p. 7). Nos atos ilocucionários, força e conteúdo proposicional se conjugam formando o par F(P), representação formal do ato ilocucionário de Searle e Vanderveken (1985). Enquanto o conteúdo proposicional é a sentença propriamente dita, a força ilocucionária modula e dá sentido específico aos conteúdos proposicionais. Ou seja, enunciados semanticamente idênticos são distinguíveis no contexto de enunciação se apresentarem diferentes componentes da força (ibid., p. 7).

São, ao todo, sete componentes da força ilocucionária (F) elencados por Searle e Vanderveken (1985), os quais devem estar presentes na enunciação para que o ato

---

<sup>47</sup> As metáforas são um exemplo de ato de fala indireto. Como mostrado no capítulo 3, na perspectiva pós-moderna, os conceitos são metafóricos, logo são atos de fala indireto.

ilocucionário seja bem-sucedido e não-defectivo (ou “feliz”, nas palavras de Austin (1962)). Os sete componentes são: 1) ponto ilocucionário: representa o objetivo da enunciação, o qual pode ser, por exemplo, descrever uma situação, explicar um problema, prever um comportamento, fazer uma promessa etc. (SEARLE; VANDERVEKEN, 1985, p. 13-15); 2) grau de força do ponto ilocucionário: modula a intensidade do objetivo, por exemplo, requerer é menos intenso do que exigir, mesmo que, se bem-sucedidos, tenham o mesmo resultado (ibid., p. 15); 3) modo de realização da força: componente da força correlacionado com o grau de força (ibid., p. 15-16); 4) condições sobre o conteúdo proposicional: pressupostos da proposição que devem ser cumpridos para que ela seja consistente (ibid., p. 16); 5) condições preparatórias: pressuposições que devem estar presentes no mundo para que o ato seja bem sucedido (ibid., p. 16-17), por exemplo, é preciso ser um cientista (ou, nas palavras de Lyotard (2013 [1979]), um “expert”) para ter legitimidade de apresentar hipóteses científicas para uma comunidade acadêmica; 6) condições de sinceridade: para um ato ser não-defectivo, deve haver correspondência entre o que o locutor quer dizer (seu estado psicológico expresso na força) e o que ele diz (SEARLE; VANDERVEKEN, 1985, p. 17-18); 7) grau de força das condições de sinceridade: intensidade do estado psicológico do locutor, modulando a sua sinceridade (ibid., 19-20).

Se for desprezado o caráter retórico dos enunciados científicos, eles se classificariam como atos ilocucionários assertivos, visto que possuem como objetivo ilocucionário representar “an actual state of affairs in the world of utterance” (SEARLE; VANDERVEKEN, 1985, p. 37). Caso seja usado o método de conjecturas e refutações de Popper (1975 [1973]), a intensidade e o modo de realização da força são mais brandos do que o método formalista: enquanto o cientista popperiano conjectura, o matemático formalista prova logicamente a veracidade do enunciado. Ou seja: “degree (||assert||) > degree (||conjecture||), i.e., the degree of strength of an assertion is stronger than that of a conjecture” (SEARLE & VANDERVEKEN, p. 41). Isso se coaduna com a epistemologia popperiana que, como visto no capítulo 2, assevera que há uma aproximação paulatina da Verdade à medida que ocorre o processo de refutação de velhas conjecturas e formulação de novas (POPPER, 1975 [1973]).

McCloskey (1990, 1994) e Lyotard (2013 [1979]) destacam o uso perlocucionário dos enunciados científicos. Atos perlocucionários são aqueles que objetivam produzir um efeito sobre o destinatário da mensagem (SEARLE; VANDERVEKEN, 1985, p. 11). No caso, os

enunciados científicos são, na perspectiva pós-moderna, atos perlocucionários, porque visam convencer audiências. Como os cientistas – e, especialmente, os economistas - disfarçam seu interesse de persuadir sob suposta objetividade da linguagem arregimentada (MCCLOSKEY, 1990), os efeitos perlocucionários são alcançados de modo indireto pela realização de atos ilocucionários assertivos. Como, para Lyotard (2013 [1979]) e McCloskey (1990, 1994), todo discurso científico tem conteúdo retórico, o ato perlocucionário de persuadir a comunidade acadêmica (audiência) é inerente ao ato ilocucionário assertivo cujo conteúdo proposicional seja uma teoria/conjectura científica, ao passo que nem todo efeito perlocucionário seja intencional, pois nem todos os cientistas tem consciência do caráter retórico de suas enunciações formais.

But in addition to the illocutionary effect of understanding, utterances normally produce, and are often intended to produce, further effects on the feelings, attitudes, and subsequent behavior of the hearers. These are called *perlocutionary effects*, and the acts of producing them are called *perlocutionary acts*. For example, by making a statement (illocutionary) a speaker may convince or persuade (perlocutionary) his audience [...]. Perlocutionary effects may be achieved intentionally [...], or unintentionally [...]. (SEARLE & VANDERVEKEN, 1985, p. 11-12)

Seyla Benhabib (1984) critica a equalização feita por Lyotard (2013 [1979]) entre ato ilocucionário e perlocucionário, e, por analogia, também a visão de McCloskey (1990, 1994), embora não faça referência a essa economista. Segundo Benhabib (1984), o filósofo francês acredita que o uso primordial da linguagem é perlocucionário, logo ele não diferenciaria atos ilocucionários de perlocucionários (BENHABIB, 1984, p. 115-116). Conforme foi dito acima, de fato, atos ilocucionários e perlocucionários são realizados ao mesmo tempo no discurso científico, porém isso não significa que eles sejam indistinguíveis. Nesse sentido, economistas do *mainstream*, ao interagirem entre si nos jogos de linguagem da pesquisa acadêmica, persuadem indiretamente por meio da realização de atos ilocucionários assertivos. A diferença com os desconstrutivistas na Economia é que esses explicitam o aspecto retórico, perlocucionário, ao invés de deixá-lo implícito. Isso vai de encontro a tese de Benhabib (1984) de que atos perlocucionários só podem ser realizados se não estiverem explícitos textualmente:

According to Austin, "the illocutionary act... has a certain force in saying something; the perlocutionary act... is the achieving of certain effects by saying something" (my emphasis). For example, in saying I would shoot someone, I threaten them (illocutionary act); by saying I would shoot them, I alarm them (perlocutionary). The consequences attained by an illocutionary act can be stated at the beginning of a statement in the form of an explicit intention, "I threatened to shoot him"; in the case of a perlocutionary statement, however, the speaker can only attain the desired effect

as long as his or her intentions are not explicitly made part of the speech-act. If it is my goal to alarm someone, I do not begin a statement by saying "I want to alarm you that..." In this case my act would be illocutionary, and intended with the purpose of apprehending you about a certain state of affairs. (BENHABIB, 1984, p. 115)

Se ao explicitar a intenção perlocucionária, a enunciação perdesse seu caráter perlocucionário, textos que usam abertamente argumentos retóricos para persuadir audiências - como os de McCloskey (1990, 1994) - não convenceriam os pares, logo não seriam aceitos pela comunidade acadêmica e provavelmente não seriam publicados, pois, geralmente, o primeiro destinatário de qualquer texto acadêmico é o revisor (primeiro a ser convencido). Na perspectiva pós-moderna, a comunidade acadêmica funciona por meio da troca de argumentos e do convencimento mútuo (MCCLOSKEY, 1990, p. 4), logo enunciações científicas são perlocucionárias mesmo se o caráter retórico for explicitado. Ademais, Benhabib (1984) apresenta um temor em relação ao relativismo que a perspectiva pós-moderna tem potencial de gerar. Segundo ela:

[...] the agonistics of language can no longer distinguish between manipulative and non-manipulative uses of speech. The consequences of this position is that not truth alone, but all claims to validity are at best pious wished, at worst illusions fabricated to deceive. (BENHABIB, 1984, p. 116)

Ao contrário do que afirma Benhabib (1984), a perspectiva pós-moderna não nega a exigência de critérios de validade ou verdade. A diferença é que eles são múltiplos ao invés de únicos: como visto no capítulo 3, cada jogo de linguagem possui seu próprio regime de verdade. Adicionalmente, mesmo em face a atos perlocucionários implícitos nos atos ilocucionários científicos, a interação acadêmica não se limita à mera manipulação, mas sim a troca de argumentos persuasivos entre iguais: "If science is to cohere it must use the art of argument; and if it is to be agreed upon by free people it must argued persuasively" (MCCLOSKEY, 1990, p. 4).

#### **4.4 Conclusão**

A partir da "virada formalista", a Economia matemática se afastou do paradigma da Física e se aproximou da Matemática desenvolvida por Hilbert (MIROWSKI, 1991; PUNZO, 1991). Esse paradigma foi utilizado por von Neumann e, posteriormente, por Arrow-Debreu

para provar a existência e a eficiência do Equilíbrio Geral, desenvolvido originalmente por Walras. Com essa releitura, o modelo do Equilíbrio Geral abandonou uma visão intuicionista em prol de uma perspectiva axiomática (PUNZO, 1991). É pelo caráter axiomático que McCloskey (1990, 1994) o critica enquanto metateoria para toda a Economia, visto que, nele, não há preocupação com consistência externa, apenas com interna (PUNZO, 1991), ou seja, trata-se de uma análise qualitativa e não quantitativa, possuindo, pois, pouco valor empírico (MCCLOSKEY, 1990).

O formalismo matemático, ao lado do refutacionismo popperiano, são regras vigentes nos jogos de linguagem do *mainstream*. Por isso, eles são usados nos enunciados econômicos para fins retóricos: usá-los dá credibilidade e legitimidade à argumentação, tornando-a convincente (MCCLOSKEY, 1994). Nesse sentido, enunciados formalistas são atos perlocucionários e ilocucionários: o primeiro é realizado implícita ou explicitamente pela efetivação do segundo. Assim, atos ilocucionários e perlocucionários são realizados conjuntamente nos “lances” dos jogos de linguagem da ciência econômica, pois cada enunciação é uma tentativa de convencimento dos pares.

## 5 ACADEMIA COMO LÓCUS DE DISPUTAS ENTRE IDENTIDADES PELO REGIME DE VERDADE HEGEMÔNICO

No capítulo 2, foi mostrado que, uma vez aceita a epistemologia de Popper (1975 [1973]), a Economia precisa recorrer ao individualismo metodológico para manter a objetividade, pois o processo mental de tomada de decisão não é observável (elemento do mundo 2), mas o comportamento resultante desse processo o é (elemento do mundo 1). Enfocar esse ao invés daquele permite a construção de modelos semelhantes às ciências naturais. Tal foco no comportamento individual deu origem, na Economia, ao *Homo economicus* e, na Psicologia, às correntes comportamentais, as quais, atualmente, dialogam com a Economia, embasando pesquisas no âmbito da Economia Comportamental.

Por seu caráter modernista, a Economia assume que o comportamento individual está baseado numa natureza humana estável, i.e., numa essência (GERGEN, 2000, p. 38-40). Tal natureza humana é sintetizada, tradicionalmente, pela figura do *Homo economicus*, cujo desenvolvimento ao longo da história do pensamento econômico foi apresentado no capítulo 2<sup>48</sup>. Por seu turno, no capítulo 3, foi apresentada uma visão alternativa à epistemologia modernista popperiana.

Se, como proposto anteriormente, as concepções modernistas de essência, Verdade e objetividade forem abandonadas, então torna-se necessário revisitar o individualismo metodológico, sendo esse o objetivo deste capítulo. Na primeira seção, será apresentado o conceito de *self* modernista, conforme desenvolvido por Gergen (2000). Posteriormente, será mostrado o processo de saturação social que marca a emergência do *self* pós-moderno. Tal processo de saturação será correlacionado com a proliferação de vozes dentro da Economia, principalmente de autoras dentro do espectro feminista e da Teoria *Queer*.

### 5.1 O *self* modernista

Com o Iluminismo e as transformações sociais resultantes, há emergência do individualismo. Torna-se, pois, necessário aos indivíduos e ao Estado compreender a psique

---

<sup>48</sup> Embora o *Homo economicus* não seja real, ele é tratado “como se fosse”, pois seria a simplificação da essência humana, representando o processo de escolha racional, que é considerado a principal característica dos agentes econômicos.

humana. Respondendo a essa demanda social, surge a Psicologia como ciência e o conceito de *self* no século XIX (MACEDO & SILVEIRA, 2012, p. 282-283; GERGEN; COLLEGE, 2001, p. 805). Dessa forma, o Modernismo está presente nas raízes da Psicologia e na definição dominante de *self* que emerge e se consolida desde então:

Na Psicologia, a visão de *self* mais frequente se origina da tradição filosófica que começa em Descartes, passa por Kant e chega em Piaget (Oliveira, 2006). Trata-se do *self* como “si mesmo”, a tomada de consciência de ser uma entidade independente e autônoma em relação ao outro. Uma visão racionalista do psiquismo, que ressalta uma perspectiva individualista, pois descreve algo que se passa no interior do sujeito (MACEDO & SILVEIRA, 2012, p. 282)

Por ser uma noção modernista, a concepção de *self* é essencialista, universalista e marcada pelo dualismo mente-corpo (MACEDO & SILVEIRA, 2012, p. 282). Nesse sentido, compreender o *self* seria compreender a natureza humana: a realidade interior imutável e identificável (GERGEN; COLLEGE, 2001; GERGEN, 2000, p. 39). Gergen (2000) identifica a emergência de duas concepções essencialistas de *self* ao longo dos séculos XIX e XX: a romântica e a modernista (GERGEN, 2000, p. 6). As características essenciais do *self* romântico eram seus sentimentos profundos, quais sejam: paixão, alma, criatividade, moralidade (ibid., p. 20-27). Na virada do século XIX para o XX, a perspectiva romântica é substituída pela modernista. O *self* modernista é caracterizado por sua racionalidade, assim, a essência que diferencia o ser humano dos demais seres é sua razão (ibid., 40). Por meio dela, o indivíduo pode conhecer aproximadamente Verdade através da observação (ibid., p. 29; 32-33). Tal perspectiva é similar à concepção popperiana de Verdade vista no capítulo 2.

Uma metáfora dominante na Modernidade é a ideia de “máquina”: “Rationality, observation, progress, and essentials – all of them modernist leitmotifs – were congenial companions to the increasingly potent and pervasive image of the machine” (GERGEN, 2000, p. 36). No modernismo, a metáfora da máquina se aplica tanto às ciências, quanto à natureza humana. Em relação ao conhecimento científico:

In important respects the positivist conception of “truth through method” benefited from the metaphor of the machine. Guided by such a conception, fields of study could be viewed as “knowledge factories”, generating objective truths like so many sausages. Scholars still apply such terms as “productive”, “profitable”, and “prosperous” to research programs (ibid., p. 36).

Já no estudo do ser humano, a metáfora modernista da “máquina” expressou-se na concepção de que o *self* funcionava essencialmente como um autômato: *inputs* idênticos gerariam *outputs* padronizados, visto que todos os indivíduos compartilhariam a mesma

natureza. Isso acarretou o desenvolvimento dos testes de personalidade pela Psicologia Comportamental: como o funcionamento da personalidade se assemelhava ao de uma máquina, ela poderia ser conhecida e o comportamento individual poderia ser predito (ibid., p. 45-46). Desse modo: “In the modernist period, stable, machinelike essences replaced Satan as the fundamental source of human activity” (ibid., p. 47). Interpretando esse excerto à luz da Economia *mainstream* infere-se que as essências (racionalidade instrumental) seriam o *input*, e o comportamento (escolhas ótimas), o *output*, sendo, pois, o homem econômico um autômato. Historicamente, essa concepção está presente na Economia desde Jevons e Edgeworth. Conforme foi visto no capítulo 2, esses economistas definiam o *Homo economicus* como “uma máquina de prazer” (FONSECA, 2003, p. 194).

Além disso, o individualismo metodológico é uma constante no *mainstream* econômico desde Stuart Mill (2008[1836]). Como visto anteriormente, para o individualismo metodológico do tipo psicologista, os fenômenos econômicos são reduzíveis à análise da psicologia humana (UDEHN, 2001, p. 43). Nesse sentido, as essências do *self* econômico comporiam um modelo de homem estilizado - o *Homo economicus* - cujo comportamento possibilitaria prever e explicar o funcionamento de toda a Economia (UDEHN, 2001). Tanto o *Homo economicus* do tipo hedonista quanto o do tipo lógico teriam como essência a racionalidade (FONSECA, 2003). Logo, ambos são modernistas. O que os difere é o objetivo ao qual orientam sua capacidade racional: enquanto o hedonista visa a obtenção de prazer e a minimização da dor, o lógico visa a maximização da utilidade subjetiva (ANGELLI, 2011, p. 6). Ou seja, no *Homo economicus* do tipo hedonista, a finalidade da ação já está determinada a priori, visto que é uma propriedade da natureza humana a busca pelo prazer. Já no do tipo lógico, há uso da racionalidade instrumental para alcançar um fim individual não determinado a priori, o qual depende da função de utilidade subjetiva.

Mesmo que haja certa margem de escolha para o *Homo economicus* do tipo lógico, ainda assim, ele é também modernista, pois, embora sua função de utilidade não seja apriorística, ela é estável ao longo do tempo, pois baseia-se numa personalidade individual essencialista. Dessa forma, o axioma microeconômico da estabilidade das preferências decorre da adoção de um *self* modernista pela Economia: preferências são estáveis porque se baseiam em traços atemporais da personalidade individual (SCHILDBERG-HÖRISCH, 2018, p. 139-140).

Como o arcabouço teórico da Economia está construído sobre o individualismo metodológico, cuja expressão máxima é o *Homo economicus* do tipo lógico (ANGELLI, 2011; UDEHN, 2001), este trabalho, assim como McCloskey (1990), defende que a Economia *mainstream* é uma ciência modernista. Se, no capítulo 3, foram apresentadas as consequências do Pós-Modernismo para a Economia (estudos na área de retórica, emergência da noção de verdade contexto-relativas), nas seções que se seguem, serão apresentadas as consequências do processo de saturação social que marca a Pós-Modernidade para o *self* econômico e para a pesquisa acadêmica.

## 5.2 O processo de saturação social e o *self* pós-moderno

Na obra *The Saturated Self: Dilemmas of Identity in Contemporary Life*, o psicólogo social Kenneth Gergen (2000) analisa as consequências da condição pós-moderna para o *self*. Uma das principais marcas da Pós-Modernidade é a compressão do espaço e do tempo. Com a globalização e a melhoria das comunicações e transportes, há um encurtamento das distâncias, visto que a comunicação e o deslocamento se tornam mais fáceis (HARVEY, 2008 *apud* HALL, 2019 [1992]). Tal processo impacta diretamente a construção social e individual do *self*, visto que as tecnologias de comunicação e de transporte que comprimem o espaço-tempo são também os vetores do processo de saturação social<sup>49</sup> (GERGEN, 2000, p. 49-60).

A saturação social é marcada pela multiplicação da quantidade de contatos interpessoais estabelecidos, os quais não estão mais limitados à esfera local: é possível se reunir com pessoas do outro lado mundo e/ou, viajar longas distâncias para uma conferência, para citar alguns exemplos (GERGEN, 2000, p. 62). Se, por um lado, a saturação social multiplica a quantidade de interações sociais que os indivíduos estabelecem, por outro, ela altera a qualidade das relações já existentes na Modernidade: o tempo de duração de relacionamentos interpessoais é reduzido, tendo em vista a intensificação da quantidade de intercâmbios sociais possibilitados pelas novas tecnologias; nesse contexto, estabelecer e desfazer vínculos se tornou um processo mais rápido (GERGEN, 2000, p. 67).

---

<sup>49</sup> Gergen (2000) denomina os meios de transporte e de comunicação contemporâneos como “meios de saturação social”, visto que foram eles que possibilitaram o aumento da quantidade de interações sociais.

Portanto, o processo de saturação social é marcado, a um só tempo, pela multiplicação dos contatos interpessoais e pela maior fluidez e menor estabilidade dos relacionamentos (ibid., p. 62-68). As consequências desse processo para o *self* são a emergência de: a) “a *populating of the self*, reflecting the infusion of partial identities through social saturation” (ibid., p. 49, *grifo no original*); b) “a *multiphrenic condition*, in which one begins to experience the vertigo of unlimited multiplicity” (ibidem., *grifo no original*). Nas seções seguintes, serão explicadas essas duas características do *self* pós-moderno.

### **a) *Populating of the self***

Na saturação social, há proliferação de interações sociais, o que possibilita a cada um entrar em contato com uma miríade de outras formas de vida. Ao fazê-lo, o indivíduo pode modificar sua própria identidade e comportamento<sup>50</sup>: tona-se possível a adesão simultânea a aspectos culturais, religiosos, comportamentais díspares. Assim, ao conhecer o outro por meio das tecnologias da informação, torna-se possível ao *self* entrar em relação e adquirir características e/ou preferências que antes eram impossíveis pela ausência de contato social. Desse modo, na personalidade de cada indivíduo, estão presentes características de diversos outros, i.e., o *self* pós-moderno apresenta diversas potencialidades do ser (ibid., p. 69). Isso contrasta com o *self* modernista, que possuía uma natureza imutável e uma personalidade estável.

A personalidade estável do *self* modernista está diretamente relacionada com o axioma da estabilidade das preferências da Microeconomia, pois a personalidade essencialista e imutável garante estabilidade às preferências, que encontram fulcro na essência de cada um. Nesse sentido, apenas ao assumir *self* modernista é que se pode adotar axioma de preferências e função de utilidade estáveis no tempo (SCHILDBERG-HÖRISCH, 2018, p. 139-140). Por seu turno, o *self* pós-moderno está em mudança contínua, visto que está constantemente em contato com novas formas de vida, entrando em jogos de linguagem antes desconhecidos e estabelecendo relações antes impossíveis. Assim, os indivíduos alteram seus gostos, suas

---

<sup>50</sup> Assumindo que os indivíduos tenham alteridade de entrar em relação com os demais, o que exige reconhecimento mútuo entre eles.

funções de utilidade e comportamentos, pois a personalidade se torna um “pastiche”, possuindo várias características potenciais, as quais se expressam conforme os contextos e condições vigentes em cada momento. Como “pastiche”, o self pós-moderno é fluído, não apresentando natureza essencialista (GERGEN, 2000, p. 71):

In important sense, as social saturation proceeds we become pastiches, imitative assemblages of each other. In memory we carry others' patterns of being with us. If the conditions are favorable, we can place these patterns into action. Each of us becomes the other, a representative, or a replacement. To put it more broadly, as the century progressed selves have become increasingly populated with the character of others. We are not one, or a few, but like Walt Whitman, we “contain multitudes”. We appear to each other as single identities, unified, of whole cloth. However, with social saturation, each of us comes to harbor a vast population of hidden potentials – to be a blues singer, a gypsy, an aristocrat, a criminal. All the selves lie latent, and under the right conditions may spring to life. (GERGEN, 2000, p. 71).

O fenômeno de “povoamento do *self*” (*populating of the self*) ocorre por meio de dois processos: a) conhecer o outro e aderir a elementos de seu modo de vida (*knowing that*); b) conhecer as atitudes do outro e mobilizá-las em ações do dia a dia (*knowing how*):

When exposed to other persons, we change in two major ways. We increase our capacities for *knowing that* and for *knowing how*. In the first case, through exposure to others we learn myriad details about their words, actions, dress, mannerisms, and so on. [...] This massive increase in knowledge of the social world lays the groundwork for a second kind of learning, a knowing how. We learn how to top lace such knowledge into action, to shape it for social consumption, to act so that social life can proceed effectively. (ibid., p. 69-71, *grifo no original*)

Portanto, com a saturação social, o *self* se torna “povoado” por outros. Com isso, a personalidade e as preferências individuais ganham caráter dinâmico, sendo questionável a hipótese microeconômica de preferências individuais fixas, visto que elas mudam à medida que o *self* se torna mais povoado. Na perspectiva pós-moderna, entender esse processo de mudança é de especial interesse, o que reforça a importância de se estudar a dinâmica econômica e não apenas fazer estáticas comparativas.

#### **b) *Multiphrenic condition***

Se no processo de “povoamento” do *self* os indivíduos aderem a aspectos culturais díspares, na “multifrenia”, eles dirigem suas ações a diferentes objetivos, muitas vezes contraditórios entre si e incompatíveis com sua forma de vida, o que tem potencial de gerar

frustração (ibid., 74-76). Para descrever a busca de objetivos e desejos díspares, Gergen (2000) desenvolve o conceito de “multifrenia”: o sufixo “-frenia” se deriva do grego “freno”, que significa “mente”; a ele, é adicionado o prefixo “multi-”, que, por sua vez, origina-se do latim e significa “muitos” (POZZOBON, 2011); logo a condição multifrênica seria um estado em que a mente se tornou múltipla: múltiplos objetivos, desejos e racionalidades convivendo na mesma psique (GERGEN, 2000, p.73). Como destaca Gergen (2000), isso tem potencial de gerar, por um lado, múltiplas frustrações, pois os indivíduos não conseguem atender a todos os desejos que possuem (ibid. 74-75), e, por outro lado, um sentimento de inadequação, pois os indivíduos sentem que não conseguem corresponder aos padrões – “*social ghosts*” – de idealização (ibid., p. 76).

Quanto à racionalidade, Gergen (2000) destaca que, ao entrar em contato com formas de vida distintas, os indivíduos conhecem novas matrizes de interpretação do mundo, o que revela que a racionalidade modernista não é absoluta, mas contexto-relativa (ibid., p. 77-79). Ou seja, aquilo que é considerado racional em um contexto histórico-cultural não é racional em outro, pois “Rationality is a vital by-product of social participation” (GERGEN, 2000, p. 78). Em âmbito econômico, a condição multifrênica acarreta questionamentos ao caráter universal da racionalidade do *Homo economicus*. Na modernidade, a existência de um self essencialista possibilitava a defesa de que todos os seres humanos sujeitos a restrições similares e com preferências análogas, escolheriam de modo semelhante. Por outro lado, na Pós-Modernidade, não há essência nem racionalidade única, mas sim, várias possíveis, logo a racionalidade econômica deixa de ser ahistórica e passa a ser produto do contexto econômico e social do Ocidente industrial. Ou seja, o caráter histórico-contextual da racionalidade econômica – e da Economia enquanto “ciência” - é realçada pela multifrenia do *self*, o qual pode ser governado simultaneamente por múltiplos tipos de racionalidade contexto-relativas.

### **5.3 Saturação social e identidades sociais**

Na seção anterior, foi apresentado o pensamento de Gergen (2000) sobre a saturação social do *self*, em que esse se torna povoado e multifrênico. Por focar as (re)construções do *self*, Gergen (2000) adota como nível de análise preferencial o indivíduo. Analogamente, o sociólogo Zygmunt Bauman também aborda o processo de saturação social contemporâneo,

ou, em suas palavras, o colapso da hierarquia das identidades sociais que se seguiu à queda do muro de Berlim e à globalização, colapso esse que se manifesta na liquefação das identidades modernas (BAUMAN, 2004, p. 29). Porém, ao invés de focar a construção do *self*, Bauman (2004) estuda o processo de reconstrução contínua das identidades sociais e as múltiplas “batalhas pelo reconhecimento”<sup>51</sup> travadas contemporaneamente pelos distintos grupos identitários (ibid., p. 37).

Segundo Bauman (2004, p. 35), com a queda do Muro de Berlim e a emergência da globalização, as duas meta-identidades modernas – quais sejam: a classe social e a nacionalidade – passaram a ter sua supremacia questionada. Antes da globalização e do processo de liquefação da modernidade, a nacionalidade e a classe social estavam no topo da hierarquia das identidades, convertendo quaisquer outras em “casos específicos”, i.e., identidades secundárias (ibid., p. 36). Com a queda do muro e o fim do socialismo real, o Marxismo deixa de ser, segundo Bauman (2004), uma alternativa viável à globalização capitalista, e, ao mesmo tempo, surgem e ganham relevância política novos atores transnacionais, logo o Estado-nação perde a centralidade e onipotência que antes gozava. Assim, as duas meta-identidades veem a prevalência que outrora tinham reduzir-se, sendo equiparadas hierarquicamente a outras identidades (ibid., p. 29): por exemplo, na modernidade líquida<sup>52</sup> a luta de classes não é privilegiada em relação à luta de mulheres, de negros ou de LGBTs pela igualdade de direitos:

With class no longer offering a secure linchpin for disparate and diffuse claims, social discontent dissolved into an indefinite number of group or categorical grievances, each seeking a social anchorage of its own. Gender, race and shared colonial pasts appeared to be the most effective and promising among them. Each one, though, had a struggle to emulate the integrating powers of class that had once pretended to the status of a 'meta-identity' on a par with that claimed by nationality in the nation-building era: to the status of the supra-identity, the most general, the most voluminous and omnivorous of identities, the identity that would lend meaning to all other identities and reduce them to the secondary, dependent status of 'special cases' or 'exemplifications'. Each behaved as if it were alone in the field, treating all

---

<sup>51</sup> A noção de “reconhecimento” remonta o pensamento de Hegel (2003) que defende que a “consciência-de-si” deseja ser reconhecida pelo ser-Outro de modo a legitimar seu processo de individuação. Contemporaneamente, a luta pelo reconhecimento seria marcada por iniciativas de grupos sociais de terem sua diferença reconhecida e, sob vigência de uma pretensa isonomia do Estado de Direito, demandarem tratamento diferenciado da biopolítica, contribuindo para o aumento da igualdade substantiva.

<sup>52</sup> “Modernidade líquida” é o termo adotado por Bauman (2000) para qualificar o processo histórico em curso desde os anos 80. Ele é caracterizado pela aceleração das transformações sociais, política e produtivas, o que Harvey (2008 *apud* HALL, 2019 [1992]) denomina “compressão do espaço-tempo”. Além disso, o Estado nacional é colocado em xeque e as identidades antes sólidas e bem definidas se tornam mais fluídas. Para uma melhor caracterização do atual período histórico, ver: BAUMAN, Z. *Liquid Modernity*. Cambridge: Polity Press, 2000.

competitors as false pretenders. Each was oblivious, if not suspicious or openly hostile, to similar exclusivity claims voiced and heard by others. The 'unanticipated effect' of that was an accelerated fragmentation of social dissent, a progressive disintegration of social conflict into a multitude of intergroup confrontations and a proliferation of battlegrounds (BAUMAN, 2004, p. 36-37).

Na modernidade líquida de Bauman (2000, 2004), assim como na saturação social de Gergen (2000), os indivíduos têm mais flexibilidade, aderindo e se retirando de comunidades dinamicamente. Assim, a marca das identidades sociais nesse período é a flexibilidade: os indivíduos reconstróem continuamente seus grupos sociais e a forma como se identificam.

This is where we, the denizens of a liquid modern world, differ. We seek and construct and keep together the communal references of our identities while on the move - struggling to match the similarly mobile, fast moving groups we seek and construct and try to keep alive for a moment, but not much longer. [...] Switching on the mobile, we switch off the street. Physical proximity no longer collides with spiritual remoteness (ibid., p. 26-27).

Infere-se, pois, que o processo de liquefação da modernidade de que fala Bauman (2000, 2004) é o mesmo processo de saturação social enunciado por Gergen (2000). A formação de identidades na modernidade líquida não se limita ao espaço local, sendo possível ao indivíduo estabelecer laços comunitários com outros, mesmo à distância. Isso só é possível devido à saturação social que torna possível aos indivíduos interagirem e estabelecerem vínculos identitários independentemente da distância. Correlacionando o pensamento de Gergen (2000) e Bauman (2004), é possível inferir que o *self* modernista possuía como meta-identidades a nacionalidade e a classe social. Pela dificuldade de interagir com pessoas para além do nível local, a comunidade formada era essencialmente a comunidade real, baseada em interações cara-a-cara. Por outro lado, o *self* pós-moderno pode interagir, aderir a aspectos culturais díspares e estabelecer vínculos identitários múltiplos, a depender da ocasião e da interação social em questão. Isso é possível porque, como visto anteriormente, o *self* pós-moderno não possui essência fixa. Ademais, a saturação propicia a formação de comunidades virtuais (BAUMAN, 2004, p. 25). Portanto, para que o indivíduo possua múltiplas e dinâmicas identidades, seu *self* deve ser flexível, não estando baseado em essências fixas. Logo, embora Bauman (2004) não faça referência direta a Gergen (2000), nota-se um diálogo e uma confluência entre os pensamentos desses dois teóricos.

Para Bauman (2004), o processo de construção de uma identidade é marcado por disputas: os indivíduos lutam para determinar livremente sua identidade e para mantê-la, evitando que outrem lhes impute identidades indesejáveis:

Identity, let us be clear about it, is a 'hotly contested concept'. Whenever you hear that word, you can be sure that there is a battle going on. A battlefield is identity's natural home. Identity comes to life only in the tumult of battle; it falls asleep and silent the moment the noise of the battle dies down. Cutting both ways cannot therefore be avoided. It can perhaps be wished away (and commonly is, by philosophers striving for logical elegance), but it cannot be thought away, and even less can it be done away with in human practice. 'Identity' is a simultaneous struggle against dissolution and fragmentation; an intention to devour and at the same time a stout refusal to be eaten ... (BAUMAN, 2004, p. 77)

Como foi visto no capítulo 3, as interações sociais são mediadas pela linguagem (LYOTARD, 2013 [1979]). Por conseguinte, as batalhas de reconhecimento de que fala Bauman (2004) são travadas por meio de jogos de linguagem. Nesse sentido, as disputas entre grupos identitários por reconhecimento podem ser interpretadas à luz do método do segundo Wittgenstein, pois formas de vida distintas favorecem a criação de vínculos identitários diversos, vínculos esses que se dão por meio de jogos de linguagem. A disputa entre identidades nas batalhas de reconhecimento são, nessa perspectiva, disputas pela hegemonia sobre o regime de verdade vigente (FOUCAULT, 1984). Portanto, a visão de Bauman (2004) é compatível com a filosofia de Lyotard (2013 [1979]) e Foucault (1984) endossada por este trabalho.

As relações de poder vigentes se expressam na facilidade (dificuldade) relativa que cada grupo social enfrenta para ressignificar sua identidade. Grupos favorecidos socialmente apresentam mais flexibilidade para adotarem/abandonarem e ressignificarem identidades na Modernidade Líquida (BAUMAN, 2004, p. 38). Por outro lado, a grupos marginalizados são imputadas identidades, logo eles lutam para terem a mesma legitimidade de ressignificarem livremente suas identidades:

Let me note that identification is also a powerful factor in stratification; one of its most divisive and sharply differentiating dimensions. At one pole of the emergent global hierarchy are those who can compose and decompose their identities more or less at will, drawing from the uncommonly large, planet-wide pool of offers. At the other pole are crowded those whose access to identity choice has been barred, people who are given no say in deciding their preferences and who in the end are burdened with identities enforced and imposed by others; identities which they themselves resent but are not allowed to shed and cannot manage to get rid of. Stereotyping, humiliating, dehumanizing, stigmatizing identities... (BAUMAN, 2004, p. 38)

Como cada indivíduo possui múltiplas identidades, pertencendo, ao mesmo tempo, a diferentes níveis hierárquicos na estratificação social, geralmente, os casos de composição e decomposição livre e plena de identidades, bem como o da imputação total delas são casos extremos em um espectro. Na maioria dos casos, os indivíduos se localizam em algum ponto

intermediário entre esses dois polos (ibid., p. 38). Por outro lado, há aqueles que estão à margem da sociedade a quem é negado o direito de possuir qualquer identidade, sendo invisibilizados socialmente. Nesse sentido, eles não fazem parte do espectro supracitado, visto que estão à margem das batalhas pelo reconhecimento (ibid., 39):

But even people who have been denied the right to assume the identity of their choice (a universally resented and feared predicament) have not yet landed in the lowermost regions of the power hierarchy; there is a lower space than low - a space underneath the bottom. Into this space fall (or, more correctly, are pushed) people who are denied the right to claim an identity as distinct from an ascribed and enforced classification; people whose petition won't be admitted and whose protests won't be heard even if they do petition for the annulment of the verdict. These are the people recently dubbed the 'underclass': exiled to the netherland out of the bounds of society - outside that assembly inside which identities (and so the right to a legitimate place in the totality) can be claimed, and once claimed are expected to be considered. If you have been assigned to the underclass (because you are a school dropout, or a single mother on welfare, or a current or former drug addict, or homeless, or a beggar, or a member of the other categories left out of the authoritatively endorsed list of those that are proper and admissible) any other identity you may covet and struggle to attain is a priori denied. The meaning of the **'underclass identity' is an absence of identity; the effacement or denial of individuality, of 'face'** – that object of ethical duty and moral care. You are cast outside the social space in which identities are sought, chosen, constructed, evaluated, confirmed or refuted. (ibid., p. 39, *grifo nosso*)

Esse excerto pode ser relacionado ao conceito de “abjeção” desenvolvido por Judith Butler (1993). O abjeto é aquele que não tem sua humanidade reconhecida por meio dos critérios de inteligibilidade em voga: “The abject designates here precisely those ‘unlivable’ and ‘uninhabitable’ zones of social life which are nevertheless densely populated by those who do not enjoy the status of the subject” (BUTLER, 1993, p. 3). Retomando a concepção hegeliana de formação da consciência-de-si<sup>53</sup>, Butler (1993) defende que o processo de identificação do humano ocorre por meio da exclusão do abjeto: ao se chocar com esse, o sujeito se diferencia, desenvolvendo para si uma identidade e um critério de reconhecibilidade, que permite excluir todos aqueles que não se atém a ele. O que não é reconhecível é o abjeto, sendo esse conceito análogo ao que Bauman (2004) classifica de “underclass identity”, a quem é negado o direito de ter uma identidade própria e de participar

---

<sup>53</sup> Segundo Hegel (2003, p. 136-143), a consciência-de-si desenvolve-se a partir do ser-Outro, pois, num primeiro momento, o ser se diferencia dos demais no mundo sensível e, posteriormente, ele cria uma diferença racional para si. A consciência-de-si vê o outro como um seu desdobramento, logo não reconhece essência típica dele. Por se ver como superiora ao outro, forma-se a relação dialética senhor-escravo. Dessa dialética de formação da consciência-de-si, Butler (1993) desenvolve o argumento supracitado: o ser-Outro hegeliano corresponde ao abjeto butleriano, isto é, aquele cuja identidade eu não-reconheço, não me pertencendo, mas que, ao mesmo tempo, define as fronteiras do meu ser.

nas lutas pelo reconhecimento: eles não podem fazê-lo, porque sua humanidade não é reconhecida socialmente, logo suas demandas por uma vida vivível não importam, sendo ignoradas.

Na próxima seção, será abordado o impacto de se valorizar as identidades na pesquisa acadêmica, especialmente em abordagens feministas sobre a objetividade da Economia. O argumento que será endossado é que as autoras feministas se valem do jogo de linguagem da Economia em suas batalhas pelo reconhecimento. Nesse sentido, a pesquisa acadêmica seria uma arena na qual se reformulam conceitos identitários, como feminilidade e função social da mulher. Além disso, a emergência de uma perspectiva destoante em relação ao *mainstream* evidencia que a ortodoxia não é uma abordagem universal e objetiva, mas sim parcial, possuindo verdades contexto-relativas e não absolutas. Uma vez rechaçada a pretensão de universalidade, abre-se espaço para a profusão de identidades expressarem suas visões de mundo na pesquisa acadêmica. Assim, a agenda feminista se fragmenta, surgindo a partir dela novas agendas de pesquisa, como a *Queer Economics*.

### **5.3 Economia e identidades**

Estudando o papel das identidades nas relações econômicas, Akerlof e Kranton (2010) constroem um modelo de decisão ótima, em que os indivíduos maximizam duas funções de utilidade: a tradicional de consumo de bens e a função de identidade. Primeiramente, eles maximizam a identidade, a qual, uma vez escolhida, é usada como restrição na função de utilidade padrão (AKERLOF & KRANTON, 2010, p. 18). Para os autores, a identidade é fruto da escolha ótima do indivíduo, sujeita a restrições dada pelas normas e categorias sociais (ibid., p. 17). As categorias sociais são classificações nas quais cada um pode ser enquadrado, por isso, são dadas a priori em relação à ação individual. As normas sociais são próprias às categorias, pressionando para que os indivíduos de determinada categoria social adequem seu comportamento (ibid., p. 11). Sujeito às restrições das categoriais e normas, os indivíduos escolhem qual identidade adotar. Esse processo de decisão é mais ou menos restrito conforme a categoria social na qual o indivíduo em questão se encaixa:

In our analysis, we sometimes describe people as choosing their identity. [...] Moreover, in many cases, people have limited choice over identity. In any economic analysis, a choice is always paired with a description of the limitations on that choice. Here, social structures can limit choice. In a society where social categories are defined by race, family background, and ethnicity, for example, it may be virtually impossible for an individual to adopt a new identity. Our framework takes account of such situations. (AKERLOF & KRANTON, 2010, p. 23)

Nesse aspecto, nota-se uma convergência entre Bauman (2004) e Akerlof e Kranton (2010): ambas as obras defendem que a hierarquia social é refletida na liberdade relativa que os indivíduos têm para moldarem suas identidades. Apesar desse ponto de convergência, Bauman (2004) e Akerlof e Kranton (2010) se afastam epistêmica e metodologicamente, já que o primeiro adota perspectiva pós-moderna, marcada por uma crítica à modelagem, enquanto Akerlof e Kranton (2010) fazem um modelo para explicar as identidades, adotando metodologia instrumentalista sintetizada pela máxima “*as if*” (AKERLOF & KRANTON, 2010, p. 22). Por isso, mesmo que de fato identidades não sejam escolhidas racionalmente, Akerlof e Kranton (2010) tratam como se assim fossem.

A proposta de Akerlof e Kranton (2010) dialoga com esta pesquisa na medida em que aborda o papel das identidades nas relações econômicas, sendo esse o foco do próximo capítulo. Contudo, por sua vinculação ao Instrumentalismo metodológico e à modelagem, os autores instrumentalizam conceitos, como “identidade”, “categoria” e “norma social”, não problematizando-os: “Our focus, what we mean by identity, is well defined in the context of all models where we use the concept. There is no reason to dispute that meaning” (ibid., p. 23). No caso, os autores modelam a escolha de identidades no trabalho e na escola, conjugada à discriminação de gênero e raça. Conforme será visto a seguir, não problematizar os conceitos sobre os quais se constrói a modelagem é a principal falha de Akerlof e Kranton (2010), visto que, ao fazê-lo, as categorias sociais são reificadas. Além disso, assumir que os indivíduos escolhem racionalmente qual identidade performar é problemático na medida em que o processo de identificação ocorre também em nível inconsciente, como mostra a psicanálise freudiana e laciana (HALL, 2019 [1992], p. 23-24). Assim, o voluntarismo presente em Akerlof e Kranton (2010) na escolha das identidades nega o papel das normas sociais na constituição psíquica do sujeito. Disso, decorre que a concepção desses economistas é limitada, compreendendo as normas sociais como meras restrições impostas ao processo racional de escolha, o qual é marcado por comportamento maximizador.

Mesmo admitindo o voluntarismo, outro problema em Akerlof e Kranton (2010) é que seu modelo de escolha racional de identidades não é adequado para pensar identificações

contínuas, múltiplas e fluídas que marcam o *self* pós-moderno. Similarmente a Gergen (2000), Susen (2015) afirma o povoamento e a multifrenia do indivíduo pós-moderno:

[...] *postmodern individuals* are not only expected to pick and choose from different sources of personal and collective identity; in addition, they are required to exist as *radically contingent, fluid, plural, contradictory, and knowledgeable selves*:

- A. As *contingent selves*, they constantly develop and adjust in relation to rapidly changing social, cultural, and historical context.
- B. As *fluid selves*, they are in a ceaseless state of flux, lacking an ultimate and context-transcending essence.
- C. As *plural selves*, they have a multiplicity of selves living within themselves and are, therefore, equipped with capacity to take on a large variety of social roles, the number increasing with the complexity of the interactional contexts in question.
- D. As *contradictory selves*, they are internally divided by mutually challenging and conflicting selves [...]
- E. As *knowledgeable selves*, they are confronted with the challenging task of being able to mobilize both implicit or explicit, practical and theoretical taken-for-granted and discursive, intuitive and reflexive resources of action and cognition. (SUSEN, 2015, p. 36, *grifo no original*)

A contingência, pluralidade e fluidez do *self* pós-moderno torna o processo de maximização da função de identidade, de que fala Akerlof e Kranton (2010), instável e impossível, visto que os parâmetros funcionais estão continuamente se alterando. Portanto, a teoria de Akerlof e Kranton (2010) complexifica a imagem do *Homo economicus*, possibilitando que ele tenha diversas facetas, porém não supera o arquétipo de indivíduo soberano, racional e moderno.

#### 5.4 Feminismo e Economia

O feminismo na Economia surge como uma reação ao trabalho de Gary Becker (1991 *apud* NELSON, 2008), que trouxe a lógica econômica de mercado para o estudo da alocação de trabalho no interior das famílias. Segundo Becker (1991 *apud* NELSON, 2008), mulheres teriam vantagem comparativa no trabalho doméstico, e homens, no trabalho fora do lar. Isso porque, se trabalhassem, as mulheres teriam que dividir seu tempo e esforço entre trabalho remunerado e doméstico, logo ganhariam menores salários. Com a sua especialização em tarefas domésticas, elas permitem que os homens se especializem em trabalhos de mercado e que a unidade familiar ganhe eficiência alocativa, conforme modelo ricardiano de vantagens

comparativas. Em síntese, mulheres que trabalham fora ganham menos porque são menos produtivas. O salário menor justificaria a especialização feminina em trabalhos domésticos (BADGETT, 2008[1995], p. 28; GALVÃO & ALMEIDA, 2018, p. 17, NELSON, 2008). Como destaca Julie Nelson (2008), trata-se de uma lógica circular: menores salários explicam especialização em tarefas domésticas; responsabilidades com o cuidado da casa e da família explicam os menores salários. Assim, o modelo de Becker reifica a discriminação de mulheres no mercado de trabalho.

Reagindo a essa modelagem, surge, na década de 1990, a Economia Feminista como área de estudo. As feministas questionam conceitos e metodologias do *mainstream*, e mostram que, ao contrário do que se acredita, eles não são objetivos, mas sim, marcados por distinções de gênero (NELSON, 1995, p. 24). Segundo Rosetti (2001) e Julie Nelson (1995), desde o Iluminismo, a ciência se associa a termos vistos culturalmente como masculinos, como rigor metodológico (“*hard science*”), objetividade, lógica dedutiva, razão. Esses termos são opostos a “*soft science*”, subjetividade, humanismo e emoção, sendo tais expressões associadas à feminilidade. Portanto, o binarismo dos gêneros se somaria às dicotomias iluministas estudadas no primeiro capítulo. Dada a vinculação da Economia ao projeto modernista de ciência, trata-se de um campo de estudo masculino, o que se reflete nas análises realizadas, nas quais são valorizadas qualidades associadas à masculinidade em detrimento das qualidades femininas (NELSON, 1995, p. 6-7). Portanto, a dicotomia na Economia pode ser representada pela figura:

Masculino	Feminino
Razão	Emoção
“Hard Science”	“Soft Science”
Lógica dedutiva	Humanismo
Pensamento abstrato	Pensamento aplicado

Figura 2 – Feminilidade vs. Masculinidade como fulcro das dicotomias da ciência econômica

Assim, a lógica dedutiva e o conhecimento abstrato são valorizados ao invés de um conhecimento humanista aplicado a casos concretos; como visto nos capítulos anteriores, isso se desemboca na adoção do formalismo matemático e na busca de aproximações da Verdade por meio do rigor metodológico popperiano. A valorização dos casos particulares, concretos e a análise dos fenômenos sociais de modo amplo e compreensivo são, pois, menosprezadas em

nome de um conhecimento abstrato e ahistórico, que, supostamente, tenderia a se tornar o saber universal e verdadeiro (NELSON, 1995).

Em *Feminism, Objectivity and Economics*, Julie Nelson (1995) questiona a objetividade da Economia: para ela, o *mainstream* fornece uma visão parcial dos fenômenos econômicos por focar questões masculinas e utilizar conceitos e métodos masculinos. Quanto às problemáticas, a Economia estuda as relações que ocorrem na esfera pública – mercado ou Estado –, sendo tais campos tradicionalmente masculinos (ibid., p. 20). Quanto aos conceitos, Julie Nelson (1995) questiona o *Homo economicus*, visto que se trata de um protótipo de indivíduo autocentrado e independente. O *Homo economicus* não tem necessidade sociais nem afetivas, o que somente é viabilizado no caso desse sujeito ter ao seu lado uma mulher que o cuidasse e lhe garantisse a socialização:

“Economic man,” the “agent” of the prototypical economic model, springs up fully formed, with preferences fully developed, and is fully active and self-contained. He has no childhood or old age; no dependence on anyone; no responsibility for anyone but himself. The environment has no effect on him, but rather is merely the passive material, presented as “constraints,” over which his rationality has play. He interacts in society without being influenced by society: his mode of interaction is through an ideal market in which prices form the only, and only necessary, form of communication. *Homo economicus* is the central character in a romance of individuality without connection to nature or to society.

Yet humans do not simply spring out of the earth. Humans are born of women, nurtured and cared for as dependent children, socialized into family and community groups, and are perpetually dependent on nourishment and shelter to sustain their lives. These aspects of human life, whose neglect is often justified by the argument that they are unimportant or intellectually uninteresting or merely “natural,” are, not just coincidentally, the areas of life thought of as “women’s work.” If we grant that connection—to one another, and to nature—is indispensable for human existence, then *homo economicus* appears in a new light. Far from being the rugged individualist whose status as a modeling tool is dictated by rationality and realism, he might well be the projection or dream of a boy who, scared of the powers which might fail to protect his fragile hold on life, denies to himself his own dependence (ibid., p. 31, *grifo no original*).

Nelson (1995) propõe que, ao invés de centrar a análise nas relações de troca de mercado entre homens econômicos, a Economia deveria focar a provisão das necessidades da vida (ibid., p. 34). Caso isso ocorresse, tarefas femininas, como o cuidado com o lar e com a família seriam valorizadas. Esse desejo de valorização da feminidade é compartilhado por outras economistas, que se dedicam ao estudo do trabalho feminino de cuidar dos demais (“*caring work*”), o qual se expressa em atividades domésticas ou em atividades com baixa remuneração como a enfermagem (FOLBRE, 1994; HIMMELWEIT, 1999 *apud* NELSON, 2008)

Como as qualidades masculinas permeiam os conceitos, os métodos e os temas de pesquisa em Economia, essa ciência é vista como menos feminina que outras ciências sociais (NELSON, 1995, p. 25). Dada a valoração positiva de qualidade masculinas e negativa de femininas, isso permite à Economia menosprezar outras ciências sociais, exercendo o “imperialismo metodológico”:

Among social sciences, the masculine identity of economics is more secure. A favorite pastime of economists is dumping on, expressing bewilderment about, or ridiculing the lack of “rigor” in the other social sciences. Classifying a work as “sociology” is an especially quick and surefire way of silencing it by removing it from the territory of serious conversation of economists. The hierarchical relations between the social sciences are especially evident in the ranking of journals within academic culture: having an article accepted for publication in an economics journal seems to be considered a coup for a sociologist or political scientist, but a publication in a political science or sociology journal by an economist (or in a sociology journal by a political scientist) is no harbinger of professional advancement. It may even be seen as an embarrassment. (ibid., p. 25)

O menosprezo por métodos considerados mais “femininos” é uma hipótese explicativa para a baixa penetração de técnicas qualitativas e do Pós-Modernismo na Economia<sup>54</sup>. Julie Nelson (1995) destaca que os trabalhos acadêmicos em Economia seguem um padrão: geralmente, os economistas apresentam em seus artigos modelagem formal do comportamento de mercado, sendo a formalização, por vezes, seguida de seção empírica, onde se analisa os dados utilizando econometria. Apesar dessa seção final, a parte empírica é vista como menos importante, sendo o núcleo duro do artigo a formalização matemática (ibid., 21). Embora esse protótipo não seja seguido *ipsis litteris* pelos economistas, artigos que o desrespeitem totalmente tendem a serem rejeitados pela comunidade acadêmica: “The less a work has in common with the prototype the more it will be considered to be ‘on the fringe’ or ‘not economics at all.’ [...]” (ibid., p. 21). Conclui-se, então, que a adesão ao protótipo abordado por Nelson (1995) constitui uma regra relevante no jogo de linguagem da pesquisa acadêmica em Economia, visto que é preciso aceitar essa regra para participar do jogo, pois somente assim a pesquisa torna-se legítima participante do debate acadêmico.

Julie Nelson (1995) propõe uma abordagem alternativa à tradicional dicotomia entre feminilidade-inferioridade (par simbolizado por: “F-”) vs. masculinidade-superioridade (“M+”). Ao invés dessa associação mecânica, ela acredita que há características positivas

---

<sup>54</sup> “Even when philosophically 'inclined, economists appear to read about as much in professional philosophy as philosophers do in professional economics. It is unsurprising, then, that the news of the decline of modernism has not reached all ears” (MCCLOSKEY, 1983, p. 486)

tanto masculinas quanto femininas. Cada característica positiva se associa a uma versão degenerada de si mesma: por exemplo, o raciocínio lógico é uma qualidade positiva da masculinidade (M+), a qual tem potencial para, no extremo, degenerar-se em “aritmomania” (M-) (GEORGESCU-ROEGEN, 1971, p. 52 *apud* NELSON, 1995, p. 28). O raciocínio lógico é complementar à qualidade feminina positiva do raciocínio dialético (F+), que, por sua vez, pode se degenerar em ilógica (F-). Nesse sentido, a racionalidade lógica seria oposta à ilógica e não ao raciocínio dialético. Ou seja, características M+ são opostas a F- e F+ a M-; por outro lado, M+ são complementares a F+. Embora critique as dicotomias modernistas, Julie Nelson (1995) não supera a lógica dualista em sua exposição. Em substituição à oposição simples entre os pares masculinidade-superioridade e feminilidade-inferioridade, ela propõe uma abordagem “quadritômica”, em que há permanência de dualismos: F+ e M+ são duais e complementares entre si e estão em relação antagonista e dicotômica com M- e F- respectivamente. Portanto, a lógica dualista está presente, não havendo matizes entre uma característica e sua degeneração.

Ademais, Julie Nelson (1995) reifica o conceito de feminilidade: tal qual Akerlof e Kranton (2010), ela não problematiza os conceitos com os quais trabalha. Para ela, feminilidade é o que tradicionalmente se convencionou a classificar como feminino. Ela busca a valorização do que no Ocidente e na contemporaneidade é visto como feminino, mas, por outro lado, não problematiza se somente essas características são de fato femininas, i.e., se não há expressões alternativas do gênero feminino. Como mostra Butler (1990), ao adotar um conceito fechado para feminilidade, o feminismo oprime vivências dissonantes que não se encaixam nos padrões atuais de gênero (BUTLER, 1990, p. 13-14). Portanto, ao não problematizar a feminilidade, Nelson (1995), Rosetti (2001) e outras feministas na Economia naturalizam noções tradicionais de gênero, como se características culturalmente construídas lhes fossem inerentes. A especificidade da “mulher” e do “feminino” só fazem sentido ao se assumir o binarismo de gênero, o que permite às feministas a pensarem gênero de forma separada de outros elementos identitários, como classe e raça, pois ele é visto de modo essencializado. O resultado dessa concepção é a reificação da feminilidade branca/ocidental/heterossexual. Assim, ao estabelecerem um conceito fechado de feminilidade, as feministas se vinculam à matriz heterossexual, que prevê o link automático

entre sexo, gênero e desejo sexual<sup>55</sup>: se o gênero decorre do sexo que é visto como naturalmente dimórfico, então o gênero é binário e se realiza por meio do desejo heterossexual. Assim, do corpo masculino desenvolve-se, pela influência cultural, o homem que deseja a mulher, que, por sua vez, é a expressão cultural do corpo feminino (BUTLER, 1990, p. 32-33). A manutenção desse link organiza as identidades, tornando-as compreensíveis:

In other words, the “coherence” and “continuity” of “the person” are not logical or analytic features of personhood, but, rather, socially instituted and maintained norms of intelligibility. Inasmuch as “identity” is assured through the stabilizing concepts of sex, gender, and sexuality, the very notion of “the person” is called into question by the cultural emergence of those “incoherent” or “discontinuous” gendered beings who appear to be persons but who fail to conform to the gendered norms of cultural intelligibility by which persons are defined  
“Intelligible” genders are those which in some sense institute and maintain relations of coherence and continuity among sex, gender, sexual practice, and desire (BUTLER, 1990, p. 17)

Portanto, economistas feministas como Nelson (1995) não contribuem para inteligibilidade de identidades femininas que não sejam coerentes, i.e., identidades não-heteronormativas. Esse problema é identificado por economistas vinculados à Teoria *Queer*, que, por seu turno, encontram fundamento filosófico em trabalhos como o de Butler (1990). No artigo seminal “Gender, sexuality, and sexual orientation: all in the feminist family?”, M. V. Lee Badgett (2008 [1995]) critica a reificação da heteronormatividade nos estudos de economistas feministas. Ou seja, numa tentativa de explicar e valorizar o papel das mulheres nas relações econômicas, as feministas silenciam feminilidades não-dominantes, essencializando uma vivência de feminilidade branca, heterossexual e de classe média:

Marianne Ferber and Julie Nelson (1993:9) support the practice of many feminist economists and social scientists of using gender rather than biological sex as the primary analytical category to understand women’s experiences, where “gender is the social meaning given to biological differences between sexes.” Simply adding gender as an analytical category, however, risks universalizing “women,” forgetting the very different experiences of women of different racial, ethnic, and class backgrounds and of different sexual orientations. Rhonda Williams (1993) warns of this universalizing tendency in some recent definitions of feminist economics which ignore important racial differences among women (BADGETT, 2008 [1995], p. 20).

Na perspectiva *queer*, sexo, gênero e orientação sexual são socialmente construídos, assim como raça, classe social e quaisquer outras identidades. Assim, gênero não é a mera

---

<sup>55</sup> Colin Danby (2007) mostra como a heteronormatividade influencia o pensamento das economistas feministas, visto que naturalizam o casamento heterossexual, tratando-o como o único possível em seus artigos.

expressão cultural de uma essência biológica dada pelo sexo, visto que ambos são construções sociais, não sendo entidades apriorísticas (BUTLER, 1990, p. 7). Logo, não é possível definir aprioristicamente o que é e o que não é feminino ou uma mulher. Em cada construção de feminilidade, coadunam-se raça, classe social, expressões de gênero, sexo, orientação sexual e outras identidades, as quais determinam experiências e vivências específicas. Portanto, a construção de identidades não é mero produto de um somatório e/ou de um arranjo entre as categoriais sociais, como faz Akerlof e Kranton (2010), sendo um processo de construção contínua em que não há características essenciais que definem cada categoria, visto que tais características são continuamente mudadas pela agência dos sujeitos por meio de performances dessas mesmas normas. Ou seja, ao repetir padrões de gênero dados pelas normas sociais, os indivíduos reinventam essas próprias regras, desfazendo o gênero e refazendo-o de modo a tornar sua vida e seu corpo mais habitável (BUTLER, 2006, p. 16). Assim, ser mulher é um processo de vir a ser, pois o próprio conceito do que é uma “mulher” está em constante reformulação por meio da repetição performática das normas de gênero (BUTLER, 1990, p. 17).

[...] *woman* itself is a term in process, a becoming, a constructing that cannot rightfully be said to originate or to end. As an ongoing discursive practice, it is open to intervention and resignification. [...] It is, for Beauvoir, never possible finally to become a woman, as if there were a *telos* that governs the process of acculturation and construction. Gender is the repeated stylization of the body, a set of repeated acts within a highly rigid regulatory frame that congeal over time to produce the appearance of substance, of natural sort of being. (BUTLER, 1990, p. 32, *grifo no original*)

Assim como as feministas, as economistas vinculadas à Teoria *Queer* dirigem seus esforços para debater os modelos de alocação de tarefas no interior da família e de discriminação de gênero no mercado de trabalho de Gary Becker (1991 *apud* BADGETT, 2008 [1995], p. 21-28). Como destaca Badgett (2008 [1995]), a concepção de “divisão sexual do trabalho” no interior da família em que se baseia a ortodoxia de Becker não é abandonada pelas feministas, as quais apenas enfatizam que essa divisão não está baseada em diferenças biológicas entre os sexos, mas sim em processos de socialização diferentes entre os gêneros. Fora isso, as feministas não rompem com o padrão heteronormativo dos arranjos familiares (DANBY, 2007; BADGETT, 2008 [1995], p. 25):

The neoclassical economists are not the only ones to universalize and privilege the male-female-based family. Some feminists economists, in their attacks on neoclassical models’ assumptions and policy implications, have criticized those models while continuing to locate the roots of women’s unequal economic position

within the gender dynamics of a heterosexual family structure (BADGETT, 2008 [1995], p. 25).

Ou seja, ao explicar a discriminação de gênero, as feministas localizam sua origem na divisão sexual do trabalho no interior da família. Contudo, essa explicação não é suficiente para abarcar a vivência de mulheres lésbicas, homens gays ou ainda de mulheres que não estejam em nenhum relacionamento afetivo, seja homossexual ou heterossexual, que não passam pela mesma divisão sexual do trabalho no interior de seus lares e, mesmo assim, sofrem discriminação (BADGETT, 2008 [1995], p. 25). No capítulo seguinte, a questão da discriminação no mercado de trabalho contra mulheres lésbicas e bissexuais será discutida mais a fundo.

## 5.5 Conclusão

Este capítulo apresentou uma das duas arenas em que o tema das identidades é trabalhado nesta dissertação, qual seja: a academia. Uma vez abandonada a objetividade, permite-se a multiplicação de perspectivas conforme os inúmeros jogos de linguagem em que os economistas estão inseridos em suas vivências cotidianas. Assim, a ortodoxia se apresenta como um regime de verdade que emerge do predomínio social da identidade masculina, branca, heterossexual, de classe média. As feministas liberais na Economia mostram que o *mainstream* é uma perspectiva masculina e, portanto, não é universal, mas sim, parcial, coexistindo com uma perspectiva feminista. Apesar disso, elas não problematizam o aspecto racial, de classe nem a heteronormatividade da ortodoxia. Isso é feito por feministas radicais<sup>56</sup> (no caso de, principalmente, raça e classe) e pela Teoria *Queer* (heteronormatividade),

Portanto, a academia é um campo de batalha pelo reconhecimento. Outro campo em que ocorrem batalhas entre identidades é o mercado de trabalho, sendo esse um dos objetos de estudo prioritários de economistas feministas. Se, neste capítulo, o objetivo foi estudar as

---

<sup>56</sup> Como o Marxismo é a base filosófica do feminismo radical e, como mostra Lyotard (2013 [1979]), é uma teoria modernista, optou-se por não discutir esse tipo de feminismo, visto que ele é incompatível com a epistemologia adotada. Para discutir o feminismo radical, seria necessária outra dissertação para aprofundar o debate, dada a riqueza bibliográfica da literatura disponível.

batalhas que ocorrem dentro da academia, no próximo, serão enfocadas as que ocorrem no mundo do trabalho.

As identidades são, pois, uma característica importante para analisar as pesquisas acadêmicas e as relações econômicas. Dado o processo de saturação social que marca a Modernidade Líquida, essas identidades se multiplicam e se fragmentam, logo o que une todos os economistas é o fato de compartilharem a mesma formação acadêmica e, conseqüentemente, participarem do mesmo jogo de linguagem. Por outro lado, também participam de tantos outros jogos quanto identidades possuem, afastando-se entre si. Essas perspectivas díspares dão suporte à emergência de abordagens distintas de problemas econômicos como a discriminação no mercado de trabalho e a modelagem do *Homo economicus*.

## 6 MERCADO DE TRABALHO COMO LÓCUS DE DISCRIMINAÇÃO CONTRA LGB: SALÁRIO E VIVÊNCIA COTIDIANA

No capítulo anterior, foi visto que a discriminação no mercado de trabalho é o principal objeto de estudo de economistas vinculadas ao Feminismo e à Teoria *Queer*. Se anteriormente foi mostrado como essas duas perspectivas teóricas relativizam a ortodoxia, neste capítulo o objetivo é apresentar uma contribuição empírica. Assim, esta pesquisa reage à provocação de McCloskey (1990, 1994) de que “a Economia precisa se quantificar” (MCLOSKEY, 1994, p. 154), isto é, precisa de mais trabalhos empíricos e não, puramente teóricos. Portanto, este trabalho não se limita a discutir e a defender teoricamente a perspectiva Pós-Moderna, avançando em sua aplicação para estudos de Microeconomia Aplicada. Assim como a Teoria *Queer*, a hipótese levantada é que existe homofobia no mercado de trabalho, a qual se expressa em diferenças de salário e de tratamento por empregadores.

Para analisar a hipótese de homofobia no mercado de trabalho, esta pesquisa contrasta dois modelos explicativos: 1) explicação econométrica e, portanto, compatível com a retórica da Economia (MCCLOSKEY, 1994); 2) explicação qualitativa, usando o método de análise de narrativas de Gergen & Gergen (1988). Na primeira parte, o foco será estudar o diferencial de rendimentos entre os indivíduos casados com o mesmo sexo e os com o sexo oposto. Como nesta primeira parte o objetivo é fazer um estudo que se adeque aos preceitos retóricos da Economia, não é questionada a construção de identidades de lésbicas, gays e bissexuais (LGB). Como afirma Badgett (1995a):

I have found an enormous canyon separating most economists from the "postmodern" theoretical discussions taking place in sociology, anthropology, history, women's studies, English, and comparative literature. To me, it's an intimidating divide that I am inching across, learning a new theoretical vocabulary and moving on to tough theoretical and empirical questions: What does the "deconstruction" of categories like race, sex, gender, and sexual orientation mean in the context of economic theory? How can I run regressions without categorizing people by their "race" or "sex"? (BADGETT, 1995a, p. 63)

Considerando a dificuldade de, ao mesmo tempo, realizar estudo quantitativo e problematizar as categorias sociais, a primeira seção deste capítulo considera como LGB todos aqueles que o Censo 2010 assim o considera, i.e., pessoas que se declararam casadas com indivíduos do mesmo sexo. Já na segunda seção, tanto a metodologia quanto o objeto de

estudo se alteram: agora, não se trata mais de estudar diferenças nos rendimentos entre casados LGBs e heterossexuais, mas sim como mulheres lésbicas ou bissexuais vivenciam suas identidades no mercado de trabalho, se já sofreram discriminação e, em caso de resposta afirmativa, quais as estratégias de resiliência. Para fazer este estudo qualitativo, foi adotada metodologia de análise de narrativa, conforme proposta por Gergen e Gergen (1988). Para coletar os dados, foram utilizadas a técnica de entrevista em profundidade e grupo focal (HOWITT, 2016).

## **6.1 Como os economistas explicam?**

Essa seção está organizada conforme os preceitos retóricos da Economia, quais sejam:

An official arrangement has spread to the social sciences from physics and biology. The arrangement draws on the rhetorical style of the laboratory experiment, though without its rhetorical conclusiveness. [...] A good deal of economic prose implies that the proper arrangement of an empirical essay is Introduction, Outline of the Rest the Article, The Theory, The (Linear) Model, The Results, Suggestions for the Future Research (since nothing ever works), and (again) Summary. (MCCLOSKEY, 1994, p. 124)

Uma vez vinculada à retórica da Economia, esta seção investiga se há diferenças salariais estatisticamente significativas entre indivíduos casados com o sexo oposto em comparação a indivíduos casados com o mesmo sexo (LGB). Esta pesquisa foi viabilizada pelos dados do Censo de 2010 em que foi perguntado aos respondentes qual a relação de parentesco ou de convivência com o responsável pelo domicílio. No caso, o respondente casado poderia ser: 1) O responsável pelo domicílio; 2) Cônjuge ou companheiro(a) de sexo diferente; 3) Cônjuge ou companheiro(a) do mesmo sexo. Neste trabalho, aqueles que reportaram serem os responsáveis foram classificados como “chefes de família”. Já os que responderam 2 ou 3, foram classificados como “cônjuges”.

Ao mesmo tempo em que o Censo 2010 permite investigar se há discriminação contra indivíduos LGB casados no mercado de trabalho brasileiro, ele impossibilita qualquer estudo que compare LGB e heterossexuais solteiros, visto que não é questionada a orientação sexual de cada participante. Essa mesma limitação continuará nas perguntas do Censo 2020.

Embora não contemple LGB solteiros, a amostra do Censo 2010 é a mais ampla possível para o caso brasileiro. Assim, optou-se por fazer um estudo econométrico a fim de

estudar os diferenciais de renda entre casados LGB e heterossexuais. Assim como esta pesquisa quantitativa, Suliano et al. (2016) também definem LGB como casados com indivíduos do mesmo sexo. Isso se deve ao fato de também utilizarem o Censo 2010 e abordagem econométrica similar a este trabalho. Apesar da convergência de metodologias e dados entre Suliano et al. (2016) e o presente trabalho, este não se trata de mera replicação daquele, visto que esta pesquisa avança na medida em que insere *dummies* cruzadas para raça e orientação sexual. Por meio delas, tenta-se isolar o efeito da orientação sexual sobre a renda<sup>57</sup>. Ademais, Suliano et al. (2016) explicam os resultados por meio da teoria da discriminação de Becker. Pela vinculação deste trabalho à Teoria *Queer*, defende-se que o modelo de divisão sexual de trabalho no interior da família proposto por Becker reifica a heteronormatividade, não sendo possível utilizar essa modelagem sem assumir implicitamente que a família nuclear heteronormativa é a única possível (BADGETT, 2008 [1995]; DANBY, 2007).

Na próxima subseção, será feita uma revisão de literatura de pesquisas que investigam a mesma questão em outros países. Para isso, é essencial a sumarização feita por Badgett (2007). Posteriormente, são apresentadas tabelas com a descrição dos dados brasileiros. Em seguida, desenvolve-se a modelagem econométrica utilizada. Por fim, discute-se os resultados e os problemas identificados com tal abordagem quantitativa.

### 6.1.1 Revisão de literatura

A partir do final da década de 80, diversos estudos foram produzidos para investigar a hipótese de homofobia no mercado de trabalho. A maioria dessas pesquisas é norte-americana, utilizando dados do Censo, do General Social Survey (GSS) ou, ainda, do National Health and Social Life Survey (NHSLs). O Censo 1990 foi o primeiro a perguntar se o respondente coabitava com “parceiro não-casado”, i.e., indivíduo do mesmo sexo cuja relação marital não era reconhecida pelo Direito Civil norte-americano (BADGETT, 2007, p. 26). Já

---

<sup>57</sup> Se, nesta seção, fosse problematizada a construção de identidades, inserir *dummies* cruzadas não seria um “avanço” na medida em que a própria ideia de variável *dummy* é problemática, visto que divide a amostra em categorias estanques.

o GSS é uma pesquisa conduzida pelo Departamento de Saúde estadunidense que coleta dados sobre o cotidiano dos cidadãos, como seus comportamentos, atitudes e opiniões. Uma das questões do GSS aborda a orientação e a prática homossexual dos respondentes. Assim como o GSS, o NHSLs foi um estudo publicado pela Universidade de Chicago em 1992 que mostrava o comportamento sexual dos americanos. Portanto, há na literatura econômica estadunidense duas definições possíveis para identidade LGB: os trabalhos que utilizam o Censo tratam como LGB aqueles que coabitam com pessoas do mesmo sexo (“*unmarried partner*”); já os que usam o GSS e o NHSLs tratam como LGB os indivíduos que tiveram mais relações homossexuais do que heterossexuais num período de tempo delimitado pelo pesquisador<sup>58</sup> (ibid., p. 21).

Uma vez escolhida a base de dados e definido o objeto de estudo, procede-se ao teste econométrico tradicional de discriminação, qual seja: medir diferenças salariais entre trabalhadores LGB e heterossexuais, controlando para fatores que influenciam os rendimentos, como idade, escolaridade, experiência, raça, gênero, localização geográfica (BADGETT, 2007, p. 26). Na literatura americana, esse é o procedimento escolhido por Allegretto et al. (2001), Badgett (1995b, 2001), Berg e Lien (2002), Black et al. (2003), Blandford (2003), Chain e Leppel (2001), Klawitter e Flatt (1998). Em sua revisão de literatura, Badgett (2007, p. 27-28) sintetiza os principais resultados dos trabalhos supracitados em uma tabela.

Como mostra Badgett (2007), os estudos que investigam a hipótese de homofobia contra homens gays no mercado de trabalho norte-americano são consistentes entre si e entre as bases de dados. Tanto as pesquisas que usam o Censo quanto o GSS apontam que os gays ganham menos que os heterossexuais. O ponto de divergência entre os autores é a magnitude da diferença salarial e as propostas de explicação para esse fenômeno.

Allegretto et al. (2001) enfocam o preconceito contra homens gays. Para isso, eles retiram da base as mulheres e fazem uma regressão a partir do método de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO). Eles concluem que os homens gays ganham em média 14,4% a menos que heterossexuais casados e 2,4% a menos que homens heterossexuais não-casados. Para eles, o que explica essa diferença é o fato de que homens heterossexuais casados sinalizam

---

<sup>58</sup> Por exemplo, Badgett (1995b, 2001) classifica como LGB o indivíduo que teve pelo menos o mesmo número de relações sexuais com o mesmo sexo como com o sexo oposto depois dos 18 anos. Já Berg e Lien (2002) classificam como LGB os indivíduos que tiveram pelo menos uma relação homossexual nos últimos cinco anos.

características desejáveis para o empregador, o que não é feito por gays nem por solteiros (BADGETT, 2007, p. 29).

Em seus dois trabalhos sobre o mesmo tema, Badgett (1995b, 2001) usa dados do GSS e encontra que tanto homens quanto mulheres LGB ganham menos que seus congêneres heterossexuais, porém o resultado para lésbicas não é estatisticamente significativo. A diferença entre seus dois estudos é o número de controles: no artigo de 2001, ela controla para mais categoriais ocupacionais, aumentando o número de ocupações possíveis. Ao fazê-lo, ela nota que o diferencial salarial diminui: com menos controles, os homens gays ganhavam em média 24% a menos; com mais variáveis de ocupação, eles ganham 17% a menos. No caso das lésbicas, o diferencial diminui de 18% para 11%, porém em ambos o coeficiente não foi significativo. Ao adicionar mais controles ocupacionais, o problema da heterogeneidade da amostra é mitigado em parte, i.e., diferenças salariais que se devem à natureza das profissões escolhidas não são tratadas como sinal de homofobia (BADGETT, 2007, p. 33).

Assim como Badgett (1995b, 2001), Berg e Lien (2002) utilizam dados do GSS e concluem que homens gays ganham menos que heterossexuais (em média, 22% a menos). Contudo, ao contrário de Badgett (1995b, 2001), eles concluem que as lésbicas ganham 30% a mais que as heterossexuais, sendo esse valor estatisticamente significativo. Para explicar esse resultado, Berg e Lien (2002) se valem do modelo de Becker de especialização no interior da família em tarefas não-remuneradas ou em trabalho assalariado. Conforme foi discutido no capítulo anterior, esse modelo defende que os casados maximizam a utilidade agregada da família, sendo uma escolha ótima a especialização da mulher em tarefas domésticas e do homem em trabalho remunerado, visto que, por questões biológicas e sociais, homens e mulheres têm vantagens comparativas diferentes (BADGETT, 2007, p. 33-34). Segundo esse modelo, os homens gays ganhariam menos porque trabalhariam menos que heterossexuais, já que têm mais responsabilidades domésticas; por seu turno, as lésbicas trabalhariam mais que as heterossexuais, porque não teriam filhos nem o suporte financeiro de um homem, e, por outro lado, teriam uma parceira com quem dividir o trabalho doméstico. Badgett (2007) critica essa explicação na medida em que Becker assume que, em casais homoafetivos, não haveria vantagens comparativas, logo não haveria tendência à especialização. Segundo ela, as vantagens comparativas existem mesmo no interior de casais LGB, visto que cada um tem um capital humano diferente (BADGETT, 2008 [1995], p. 28; BADGETT, 2007, p. 35). Portanto, segunda a economista, o modelo de Becker é insuficiente para explicar o diferencial salarial

entre LGB e heterossexuais. Além disso, não explica o fato de a especialização em trabalho doméstico e remunerado ser menos frequente em casais LGB, já que vantagens comparativas existem em arranjos familiares homoafetivos.

Usando dados do GSS e do NHLS, Black et al. (2003) fazem diversas regressões usando MQO e variando a definição de LGB: numa primeira regressão, eles definem LGB como aquele que teve mais parceiros do mesmo sexo que do sexo oposto desde 18 anos de idade; na segunda, como aquele que teve apenas parceiros do mesmo sexo no último ano; na terceira, nos últimos cinco anos. Em todas as regressões, homens gays ganham menos que heterossexuais, variando a magnitude do diferencial de 13% a 19%. Já no caso das lésbicas, ao considerar a primeira definição de LGB, elas ganham 6% a mais, porém o resultado não é significativo. Nas outras duas definições, os resultados são, respectivamente, 22% e 27% a mais, ambos significativos. Assim como Berg e Lien (2002), eles explicam esse resultado recorrendo à lógica de escolha ótima subjacente ao modelo de Becker. Segundo Black et al. (2003), os homens gays ganham menos porque têm menos incentivos para acumular capital humano, visto que têm a expectativa de que não serão a única fonte de renda da família. Já as lésbicas teriam mais incentivos para acumular capital humano, porque teriam que se sustentar. Badgett (2007) contesta essa hipótese, afirmando que a escolaridade média de gays é superior à de heterossexuais tanto no Censo quanto no GSS, o que contraria a explicação de que homens homossexuais ou bissexuais acumulam menos capital humano.

Usando dados do Censo 1990, Chain e Leppel (2001) concluem que homens gays com ensino superior ganham 16% a menos que os heterossexuais casados com mesma escolaridade e 22% a menos que homens solteiros. Já as lésbicas ganham 2,2% a menos que as heterossexuais solteiras sem filhos e ganham a mais que as mulheres casadas apenas no Meio Oeste. Similarmente, Klawitter e Flatt (1998) utilizam o Censo 1990 e encontram como resultado que homens com companheiros do mesmo sexo ganham 13 a 31% a menos que heterossexuais casados, enquanto as lésbicas não apresentam diferença salarial estatisticamente significativa quando se exclui da amostra trabalhadoras que têm jornada parcial (BADGETT, 2007, p. 31). Portanto, para o caso da discriminação contra mulheres lésbicas ou bissexuais no mercado de trabalho norte-americano, há um claro contraste entre os estudos que utilizam o GSS e os tomam como base de dados o Censo: as pesquisas que utilizam o GSS geralmente concluem que as lésbicas ganham a mais que as heterossexuais; já as que usam o Censo concluem que não há diferenças significativas, ou que ganham pouco a

menos. Para os homens gays ou bissexuais, os resultados de regressões que usam o GSS ou o Censo são consistentes, indicando discriminação negativa no mercado de trabalho devido à orientação sexual.

Para o caso brasileiro, Suliano et al. (2016) utilizaram o Censo 2010 para estudar as diferenças salariais entre casados LGB e seus congêneres heterossexuais. Enquanto a literatura norte-americana utiliza como método de estimação o MQO, Suliano et al. (2016) se valem de dois métodos: MQO e o Modelo de Dois Estágios de Heckman de correção de erro de seletividade amostral (GREENE, 1981). Em ambos, eles controlam para idade, idade ao quadrado ( $idade^2$ ), escolaridade, ramos de ocupação, tipos de atividade, raça, região geográfica, horas trabalhadas e se a moradia está na zona urbana. Suliano et al. (2016) segmentam a amostra por sexo. No caso dos homens, eles concluem que, pela regressão por MQO, os gays casados ganham 25,11% a mais que os congêneres heterossexuais. Usando o Modelo de Heckman, a diferença salarial não foi estatisticamente significativa. Já no caso das mulheres, por MQO, as heterossexuais ganham 3,54% a mais que as lésbicas quando não se controla para ramos de atividade profissional. Quando se controla para ramo e tipo de atividade, o coeficiente se torna não significativo. Já na regressão de dois estágios de Heckman, observa-se que as mulheres lésbicas ganham em média 13,84% a mais que as heterossexuais.

Suliano et al. (2016) explicam os resultados encontrados pelo Modelo de Becker de alocação de trabalho:

Como discutido, a alocação do tempo entre produção doméstica e mercado de trabalho eleva a produtividade daqueles homens que são chefes de família ao se especializarem em atividades de mercado, ao mesmo tempo em que reduz a produtividade dos cônjuges mulheres ao dividir o tempo entre as duas atividades Becker (1973).

Dessa maneira, seria possível argumentar que no caso dos casais [femininos] de mesmo sexo a divisão do trabalho doméstico seja mais igualitária, o que penalizaria menos sua produtividade. Essa hipótese pode ainda ser reforçada com base nas tradições culturais, naquilo que ficou conhecido como dupla jornada de trabalho das mulheres.

Para o caso dos homens gays, deve-se também destacar seu menor nível de compromisso com famílias mais numerosas, o que permite maior tempo investido nas carreiras e especialização nas atividades permitindo, por conseguinte, maiores ganhos salariais. (SULIANO ET AL., 2016, p. 210-212)

Outra hipótese comum na literatura para explicar a suposta discriminação positiva em favor das mulheres lésbicas é a de não-conformidade aos padrões de gênero. Segundo essa explicação, mulheres masculinas seriam preferidas às heterossexuais porque reuniriam

qualidades mais masculinas, que sinalizaria maior comprometimento com o trabalho. Já homens gays seriam mais afeminados, logo teriam menos características valorizadas pelo mercado (BADGETT, 2007, p. 37). Essa é a explicação adotada por Blandford (2003), que usa como base de dados o GSS e o NHLSLs estadunidense, encontrando como resultado que homens gays ganham 30 a 32% menos, enquanto mulheres lésbicas ganham 17 a 23% a mais.

Para se contrapor à explicação de Blandford (2003), Weichselbaumer (2008 [2003]) conduziu um Teste de Correspondência (*Matched-Pair audit*), em que tentou separar a homofobia do preconceito relacionado à não conformidade aos padrões de gênero. Seu estudo foi conduzido na Áustria e estava baseado no envio de currículos semelhantes para as mesmas vagas de emprego de secretária (profissão vista como feminina) por quatro tipos de perfis de mulheres: 1) heterossexual, que performa os padrões de gênero; 2) heterossexual, com aparência mais masculina; c) homossexual, que performa feminilidade; d) homossexual, que não a performa. Para indicar nos currículos que a pessoa era provavelmente lésbica, foi incluído na experiência anterior trabalho voluntário em Organização Não-Governamental (ONG) de apoio à comunidade LGBT. Foram contabilizados todos os convites recebidos por cada um dos perfis das candidatas.

Weichselbaumer (2008 [2003]) encontrou como resultado que, independentemente de performar ou não os padrões de gênero, as lésbicas têm, em média 12-13% menos chances de serem chamadas para entrevistas de emprego que suas congêneres heterossexuais. Portanto, performar ou não o padrão social de gênero não seria relevante para explicar diferenças na probabilidade de ser contratado para uma vaga de emprego. O que seria de fato determinante para a empregabilidade é a orientação sexual (WEICHSEIBAUMER, 2008[2003], p. 286).

Comentando a literatura que aponta resultados contraditórios para diferenças salariais entre mulheres lésbicas e heterossexuais, Weichselbaumer (2008 [2003]) afirma:

Previous research investigating discrimination based on sexual orientation has provided ambiguous results for lesbians' earnings, usually indicating higher incomes for lesbians. However, this advantage for lesbian workers could be due to a number of different reasons, e.g. selection bias (only high income lesbians disclose their sexual orientation), insufficient controls for occupations, or unobservable differences in productive characteristics. Furthermore, since the available data does not provide information on disclosure on the job, a large number of investigated individuals might not be "out" on the job and therefore not confronted with an income loss – although discrimination based on sexual orientation does occur to those "outed" to the public. (WEICHSELBAUMER, 2008 [2003], p. 285)

Badgett (2007) aponta como provável explicação para a existência de pesquisas que concluem que mulheres LB ganham mais que heterossexuais, o provável viés dos dados

norte-americanos, visto que LGB mais bem remunerados tenderiam a reportar suas relações homossexuais aos institutos de pesquisa. Portanto, renda e “*self disclosure*” estariam positivamente correlacionados:

Because homosexuality is a stigmatized behavior and identity, respondents may not answer questions truthfully for fear of embarrassment or disclosure beyond the survey takers, even when anonymity or confidentiality is assured.[...]

However, **perhaps the larger question is whether misreporting is correlated with a potential dependent variable, such as income. In that case, the coefficient on an independent variable for being LGB, for instance, will be biased.** Only one study of this possibility exists, in which two convenience samples of cohabiting same-sex couples were asked whether they used the “unmarried partner” option on the 2000 US Census (a dataset that will likely be used extensively by economists to study LGB people) (Badgett and Rogers 2002). Although the unmarried partner category best fit their household situations, 13 percent of couples in one sample and 19 percent of a second sample did not use this option. Respondents with higher income levels (in the first sample) and higher education levels (in the second sample) were more likely to call themselves unmarried partners than those with lower income or lower education. If this reporting bias holds in the overall sample of same-sex couples from the census, we would predict that the income levels of unmarried partners in Census 2000 are *higher* than the actual average. (BADGETT, 2007, p. 22, grifo nosso)

Conforme será visto, este trabalho também privilegia a explicação de que indivíduos com maior renda e escolaridade tendem a reportarem mais suas relações homoafetivas do que aqueles mais pobres e menos escolarizados. Isso justificaria o fato de que, pelos dados do Censo 2010, os LGB parecem ser mais bem remunerados e escolarizados no Brasil, havendo entre eles, inclusive, maior percentual de brancos. Por conseguinte, os resultados dos testes econométricos como o de Suliano et al. (2016) estariam enviesados.

### 6.1.2 Características demográficas da população LGB brasileira

A amostra é composta por 10,2 milhões de indivíduos que responderam ao Questionário da Amostra, pesquisa detalhada por amostragem feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) durante a realização do Censo 2010. Como esta seção do capítulo investiga se há diferenças de rendimentos entre casados LGB e heterossexuais, foram retirados da amostra todos os solteiros e todos os casados que não possuem remuneração. Além disso, por não ter sido reportado casal LGB na zona rural, foram mantidos na amostra apenas casados que vivem nas cidades. Feito isso, a amostra passou a contar com 6.315.306 indivíduos. Desse total, 62,51% são do sexo masculino e 37,48% do feminino. Do total de

homens, 60,37% são chefes de família, i.e., foram reportados como os responsáveis pelo domicílio. Entre as mulheres, essa taxa cai para 18,49%.

No Censo 2010, 4.693 mulheres e 4.349 homens declararam estarem em união estável homoafetiva. Ao todo, isso corresponde 0,148% dos respondentes casados.

	Homem		Mulher	
	HETEROSSEXUAL	LGB	HETEROSSEXUAL	LGB
Chefe	2.381.597	1.961	435.243	2.350
Cônjuge	1.562.167	2.388	1.927.257	2.343
TOTAL	3.943.764	4.349	2.362.500	4.693
PERCENTUAL	99,89%	0,11%	99,80%	0,20%

Tabela 1: Quantitativo de casais heterossexuais e LGB conforme dados do Censo 2010. Fonte: elaboração própria.

Um dos fatores que explicam a pequena quantidade de casados LGB no Censo 2010 é o fato de que, em 2010, a união estável entre pessoas do mesmo sexo ainda não era reconhecida pelo Direito Civil brasileiro, sendo equiparada às uniões heterossexuais apenas em 2011, a partir do julgamento da ADPF 132 pelo Supremo Tribunal Federal. Uma perspectiva de pesquisa futura seria repetir o exercício econométrico usando dados do Censo 2020 para evidenciar se a parte descritiva dos dados e os coeficientes das variáveis explicativas se mantêm.

Quanto à raça, a proporção de não-brancos entre a população heterossexual é maior, especialmente ao se considerar apenas chefes de família (responsáveis pelo domicílio): entre os heterossexuais responsáveis pelo domicílio, 51,18% dos homens e 56,35% das mulheres se declararam não-brancos; já entre chefes LGB, essas taxas foram, respectivamente, 45,99% e 49,27%. Entre aqueles que se declararam cônjuges do responsável pelo domicílio, 56,41% dos homens e 52,94% das mulheres heterossexuais são não-brancos. Entre LGB, as proporções caem para, respectivamente, 50,29% e 50,57%. Comparando a proporção de não-brancos entre LGB e heterossexuais, pode-se concluir que a proporção de não-brancos entre casados com o mesmo sexo é menor que a entre heterossexuais. Assim, pelos dados do Censo 2010, a população LGB parece ser mais branca que a heterossexual.

O nível de escolarização da população casada LGB é superior ao de heterossexuais. Enquanto a maioria dos LGB possui ensino médio ou superior completo, mais de 50% dos

casados com pessoas do sexo oposto não possuem instrução<sup>59</sup>. Os dados de escolaridade estão resumidos na tabela abaixo:

<b>ESCOLARIDADE</b>				
<b>Ensino superior completo</b>				
	Chefes		Cônjuges	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Heterossexuais	7,35%	10,18%	2,72%	6,00%
LGB	29,69%	19,00%	18,60%	12,76%
<b>Ensino médio completo</b>				
	Chefes		Cônjuges	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Heterossexuais	20,96%	23,87%	13,55%	18,26%
LGB	39,06%	38,61%	35,57%	29,27%
<b>Ensino fundamental completo</b>				
	Chefes		Cônjuges	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Heterossexuais	15,09%	16,10%	13,22%	14,22%
LGB	12,22%	17,37%	16,25%	17,96%
<b>Sem instrução formal</b>				
	Chefes		Cônjuges	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Heterossexuais	56,44%	49,60%	69,95%	61,03%
LGB	18,86%	24,58%	29,32%	39,52%

Tabela 2: Nível de escolaridade dos indivíduos casados. Fonte: Elaboração própria, usando dados do Censo 2010

A escolarização mais elevada reforça a tese de que os dados brasileiros estão enviesados, pois, como mostra Badgett (2007) para o caso americano, pessoas mais escolarizadas e mais bem remuneradas reportam relacionamentos homoafetivos mais frequentemente que aqueles que estão na base da pirâmide socioeconômica. Tal viés se reflete numa média salarial mais elevada para casados LGB, sendo a diferença de médias estatisticamente significativa a 5%:

<sup>59</sup> Exceção: mulheres lésbicas não responsáveis pelo domicílio. Nesta subamostra, mais de 50% não possui instrução formal ou apenas curso até o final do ensino fundamental.

	Chefes		Cônjuges	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Heterossexuais	R\$ 1.546,73	R\$ 1.063,30	R\$ 1.012,02	R\$ 930,56
LGB	R\$ 3.099,20	R\$ 1.778,90	R\$ 2.088,92	R\$ 1.351,43
DIFERENÇA	-R\$ 1.552,47 (93,36421)	-R\$ 715,60 (47,64297)	-R\$ 1.076,89 (47,23442)	-R\$ 420,87 (42,16188)

Tabela 3: Rendimento médio por subconjunto amostral e teste de médias. Fonte: Elaboração própria usando dados do Censo 2010

### 6.1.3 Metodologia

Para estimar as diferenças salariais entre casados LGB e heterossexuais, foram utilizadas duas modelagens: o Método de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) e o método de Dois Estágios de Heckman (GREENE, 1981). A variável explicada de ambos é o logaritmo da renda. Já os controles são: raça, orientação sexual, escolaridade, região geográfica, ramo de atividade, idade, idade ao quadrado ( $idade^2$ ), logaritmo das horas trabalhadas. Também foram feitas variáveis *dummies* cruzadas para mensurar diferenças de renda entre LGB brancos e não-brancos. Essa é a principal inovação deste capítulo em relação a Suliano et al. (2016)<sup>60</sup>. Seguindo a literatura de mercado de trabalho, optou-se por dividir a amostra, segmentando-a em chefes-homens, chefes-mulheres, cônjuges-homens e cônjuges-mulheres. Aqui, “chefe” é o responsável pelo domicílio, sendo, geralmente, o membro do casal com maior renda.

A regressão MQO para cada segmento da amostra é especificada por:

$$\ln(w) = \mu_i \alpha_i + \beta X, i \in N \quad (1)$$

Onde  $\alpha$  é um vetor de variáveis *dummy*,  $i$  indica as observações e  $X$  é matriz 4x4 composta pelas variáveis idade,  $idade^2$ , logaritmo das horas trabalhadas e um vetor de constantes.

Em todas as regressões, a categoria base é heterossexual, branco(a), funcionário(a) público, sem instrução formal, morador(a) da região Norte. Pelo fato de, na base, não haver

<sup>60</sup> Conforme dito anteriormente, nesta seção quantitativa, não é problematizada a construção de identidades. Se isso fosse feito, a ideia de variáveis *dummy* seria questionável, pois as identidades não poderiam ser interpretadas de modo fracionado (BUTLER, 1990), logo incluir uma *dummy* para raça não seria uma inovação.

homens gays na zona rural, optou-se por trabalhar apenas com dados da zona urbana, retirando das amostras os habitantes da zona rural. Todos os indivíduos que não possuem remuneração foram retirados da amostra, pois não estão no mercado de trabalho, logo não são objeto dessa seção.

Como os indivíduos muito ricos tendem a subreportar sua renda, enquanto os muito pobres, a sobrereportar, o método de Heckman é preferível ao MQO, visto que corrige para o viés de seleção (GREENE, 1981). Por outro lado, como a literatura norte-americana usa majoritariamente MQO, é importante calcular ambas as regressões e comparar os resultados. A diferença entre MQO e Heckman é a razão inversa de Mills, a qual é o quociente entre a função de densidade normal padrão,  $\phi$ , e a função de distribuição acumulada normal padrão,  $\Phi$ . Conforme especificação dada por Suliano e al. (2016, p. 208), a razão inversa de Mills é:

$$\lambda_i(\theta_\delta) = \frac{\phi\left(\frac{\varphi z_i'}{\sigma_\delta}\right)}{\Phi\left(\frac{\varphi z_i'}{\sigma_u}\right)} \quad (2)$$

Essa razão é adicionada à regressão e, se seu coeficiente for significativo, então conclui-se que há viés de seleção no MQO. Nesse caso, o modelo se torna:

$$\ln(w) = \mu_i \alpha_i + \beta_i x_i + \beta_\lambda \lambda_i(\theta_\epsilon), i \neq j \quad (3)$$

A partir dos dados, nota-se que não há viés de seleção apenas na amostra composta por mulheres-cônjuges, sendo, para esse subconjunto, MQO o modelo mais adequado<sup>61</sup>. Já para os demais subgrupos da amostra, a razão inversa de Mills foi significativa, havendo, pois, viés de seleção. Logo, o Modelo de Dois Estágios de Heckman é o mais adequado para as demais regressões parciais.

#### 6.1.4 Resultados

---

<sup>61</sup> Uma possível explicação para isso é o fato de ser menor o diferencial de escolaridade e renda entre lésbicas e heterossexuais no subconjunto amostral composto por mulheres cônjuges do (a) responsável pelo domicílio.

Os resultados das regressões usando MQO (1) foram semelhantes aos de Heckman (2), sendo centesimal a ordem da diferença. Embora ambos sejam reportados, como a razão de Mills foi significativa para quase todos os segmentos amostrais, privilegia-se o Modelo de Dois Estágios de Heckman.

Variável explicada: logaritmo natural do rendimento mensal total				
Variáveis Explicativas	Homem			
	Chefe		Cônjuge	
	(1)	(2)	(1)	(2)
Não branco	-0,1115 (0,0010838)	-0,1115 (0,0010838)	-0,0921 (0,0012216)	-0,0921 (0,0012216)
Chefe LGB	0,1472 (0,0221204)	0,1472 (0,0221203)	-	-
Cônjuge LGB	-	-	0,2883 (0,0191153)	0,2883 (0,0191148)
Chefe LGB não-branco	-0,0738 (0,0356382)	-0,0738 (0,035638)	-	-
Cônjuge LGB não-branco	-	-	-0,1243 (0,0296689)	-0,1242 (0,0296683)
Idade	0,0442 (0,0002821)	0,0443 (0,0002823)	0,0626 (0,0002523)	0,0627 (0,0002528)
Idade <sup>2</sup>	-0,0004 (3,15e-06)	-0,0004 (3,15e-06)	-0,0006 (3,27e-06)	-0,0006 (3,27e-06)
Logaritmo horas trabalhadas	0,1451 (0,0012912)	0,1451 (0,0012912)	0,1830 (0,0013125)	0,1830 (0,0013124)
Ensino fundamental completo	0,2862 (0,0016199)	0,2862 (0,0016199)	0,2159 (0,0017474)	0,2159 (0,0017473)
Ensino médio completo	0,5473 (0,0014211)	0,5473 (0,0014211)	0,4240 (0,0015789)	0,4239 (0,0015788)
Ensino superior completo	1,3969 (0,0019668)	1,3969 (0,0019668)	1,1376 (0,0025589)	1,1375 (0,0024594)
Centro-Oeste	0,1903 (0,0028215)	0,1903 (0,0028215)	0,1958 (0,0030323)	0,1973 (0,0030323)
Nordeste	-0,2955 (0,0024173)	-0,2955 (0,0024173)	-0,2619 (0,0025589)	-0,2620 (0,0025589)
Sudeste	0,1810 (0,0023002)	0,1810 (0,0023002)	0,1958 (0,0024026)	0,1959 (0,0024026)
Sul	0,1177 (0,0024365)	0,1177 (0,0024364)	0,1609 (0,0025747)	0,1609 (0,0025747)
Trabalho não remunerado	-0,3545 (0,1086731)	-0,3545 (0,1086725)	-0,0409** (0,0922488)	-0,0411** (0,0922467)
Carteira Assinada	0,1569	0,1569	0,2724	0,2724

	(0,0015681)	(0,0015681)	(0,0016009)	(0,0016009)
Militar	0,6689 (0,005706)	0,6689 (0,0057059)	0,6377 (0,0068227)	0,6377 (0,0068225)
Autônomo	0,1123 (0,0017091)	0,1123 (0,0017091)	0,1163 (0,0019002)	0,1163 (0,0019002)
Empregador	0,8284 (0,0032605)	0,8284 (0,0032605)	0,8496 (0,0050783)	0,8496 (0,0050782)
constante	4,8861 (0,0079219)	4,8853 (0,0079247)	4,1842 (0,006497)	4,1826 (0,0065011)
Razão inversa de Mills	-	8907,442 (2180,07)	-	1206,679 (174,9718)
R <sup>2</sup>	0,4065	0,4065	0,4159	0,4159
Tamanho da amostra	1.482.177,00	1.482.177,00	1.028.184,00	1.028.184,00

\*\* Variáveis não significativas a 5%

Tabela 4 - Resultados das regressões para homens. Tabela elaborada pela autora a partir dos dados do Censo 2010<sup>62</sup>

Pela tabela 1, conclui-se que, entre os homens, chefes LGB brancos ganham 14,7% a mais, cônjuges LGB brancos, 28,8% a mais, sendo ambos os coeficientes estatisticamente significativos. Entre os não-brancos, essa aparente discriminação positiva no mercado de trabalho se reverte: pelas regressões, chefes LGB não-brancos ganham 7,3% a menos que a categoria base; cônjuges gays, 12,4% a menos. Comparando com os coeficientes da variável não-branco, nota-se que, no caso dos homens chefes de família, parece que ser gay mitiga os efeitos do racismo sobre o salário: enquanto um homem não-branco heterossexual tem perdas salariais de 11,1%, o gay tem de 7,3%. Isso se altera no caso dos cônjuges: os homens heterossexuais não-brancos ganham 9,2% a menos que a categoria base, enquanto os gays, 12,4% a menos. Portanto, não se pode afirmar que o racismo e a homofobia conjugados impactem uniformemente os rendimentos dos indivíduos. Isso corrobora o pensamento de Butler (1990), que assevera que a identidade não é simples agregação de categorias. Logo, as vivências de homens, mulheres LGB não-brancos são distintas em relação a seus congêneres brancos, afetando heterogeneamente sua remuneração e, conforme será visto na parte qualitativa, suas vivências no mercado de trabalho.

Variável explicada: logaritmo natural do rendimento mensal total

Mulher

<sup>62</sup> Salvo menção em contrário, todas as variáveis são significativas a 5%.

Variáveis Explicativas	Chefe		Cônjuge	
	(1)	(2)	(1)	(2)
Não branco	-0,0875 (0,0022742)	-0,0872 (0,0022746)	-0,0857 (0,0010838)	-0,0856 (0,0010839)
Chefe LGB	0,2773 (0,0205414)	0,2775 (0,0205403)	-	-
Cônjuge LGB	-	-	0,2014 (0,0188872)	0,2014 (0,0188872)
Chefe LGB não-branco	-0,0936 (0,0319336)	-0,0943 (0,031932)	-	-
Cônjuge LGB não-branco	-	-	-0,0594 (0,0294691)	-0,0594 (0,0294691)
Idade	0,0336 (0,0006964)	0,0335 (0,0006969)	0,0411 (0,0002548)	0,0411 (0,0002555)
Idade <sup>2</sup>	-0,0003 (8,40e-06)	-0,0003 (8,41e-06)	-0,0004 (3,31e-06)	-0,0004 (3,31e-06)
Logaritmo horas trabalhadas	0,3201 (0,0021483)	0,3168 (0,0022169)	0,2769 (0,0010606)	0,2769 (0,0010725)
Ensino fundamental completo	0,2541 (0,0037131)	0,2526 (0,0037182)	0,2235 (0,0017735)	0,2234 (0,0017754)
Ensino médio completo	0,5422 (0,0031511)	0,5408 (0,0031596)	0,4687 (0,0015071)	0,4687 (0,0015098)
Ensino superior completo	1,4192 (0,0036592)	1,4178 (0,003666)	1,2262 (0,0017637)	1,2262 (0,0017651)
Centro-Oeste	0,0931 (0,005924)	0,0930 (0,0059237)	0,0625 (0,0029033)	0,0625 (0,0029033)
Nordeste	-0,2670 (0,0049995)	-0,2653 (0,0050063)	-0,2578 (0,0025243)	-0,2577 (0,002552)
Sudeste	0,1110 (0,0047023)	0,1110 (0,0047021)	0,0893 (0,0023616)	0,0893 (0,0023616)
Sul	0,0306 (0,0050078)	0,0307 (0,0050076)	0,0215 (0,0024882)	0,0215 (0,0024882)
Trabalho não remunerado	-0,6336 (0,1468358)	-0,6026 (0,1469159)	-0,1906 (0,0619558)	-0,1901 (0,0619689)
Carteira Assinada	0,2305 (0,002913)	0,2304 (0,0029129)	0,2730 (0,0013388)	0,2730 (0,0013388)
Militar	0,9689 (0,0432812)	0,9690 (0,0432788)	1,0053 (0,0222784)	1,0053 (0,0222784)
Autônomo	0,1063 (0,003461)	0,1061 (0,0034609)	0,1516 (0,0017124)	0,1516 (0,0017125)
Empregador	0,8610 (0,0087951)	0,8617 (0,0087953)	0,8825 (0,0041665)	0,8825 (0,0041667)
constante	4,0475 (0,0162962)	4,0642 (0,0165232)	4,0405 (0,0061599)	4,0409 (0,0062469)

Razão inversa de Mills	-	-32410,35 (5321,38)	-	-546,5638** (1346,807)
R <sup>2</sup>	0,4468	0,4468	0,4385	0,4385
Tamanho da amostra	320.626,00	320.626,00	1.284.391,00	1.284.391,00

\*\* Variáveis não significativas a 5%

Tabela 5: Resultados das regressões para mulheres. Tabela elaborada pela autora a partir dos dados do Censo 2010<sup>63</sup>

Pela tabela 2, nota-se que, entre as mulheres, chefes brancas lésbicas ganham 27% a mais que as responsáveis pelo domicílio heterossexuais. Já as cônjuges brancas homoafetivas ganham 20,1% a mais que suas congêneres. Assim como nas regressões para homens, na subamostra de responsáveis pelo domicílio, as lésbicas não-brancas ganham 9,4% a menos que a categoria base, enquanto heterossexuais não-brancas, 8,7% a menos. Entre as cônjuges, lésbicas não-brancas ganham 5,9% a menos e heterossexuais não-brancas, 8,5% a menos. A *dummy* cruzada entre orientação sexual e raça é a principal contribuição da parte quantitativa deste trabalho, visto que ela permite ver os efeitos de potencial preconceito duplo. Porém, pelos resultados de homens e mulheres, não é possível concluir se o preconceito por orientação sexual mitiga ou agrava diferenças salariais resultantes do racismo.

Embora a direção do resultado seja similar ao de Suliano et al. (2016), a magnitude do diferencial é distinta. Como visto, eles não segmentam a amostra em chefes e cônjuges. Além disso, eles não criam *dummy* cruzada para raça e orientação sexual. Conforme é evidenciado na subseção descritiva dos dados, há maior proporção de não-brancos entre as mulheres homoafetivas do que entre homens gays. Essa é uma possível explicação para a diferença entre as conclusões deste trabalho e as de Suliano et al. (2016): enquanto esta pesquisa conclui que as lésbicas e bissexuais brancas ganham 27,7% a mais (no caso das brancas chefes de família) ou 20% a mais (cônjuges brancas), Suliano et al. (2016) defende que as mulheres homoafetivas ganham, em média, 13,84% a mais que as heterossexuais. Em parte, essa divergência de resultados é explicada porque aqueles autores não segmentam amostra por raça, logo a magnitude do diferencial encontrado por eles é menor, pois em sua amostra não é possível distinguir entre racismo e LGBTfobia. Por outro lado, Suliano et al. (2016) estabelecem mais controles para tipo de ocupação. Conforme aponta a literatura americana, quanto mais controles para atividades profissionais são estabelecidos, menor a magnitude da diferença de rendimentos, pois se mitigam efeitos de heterogeneidade amostral (BADGETT,

<sup>63</sup> Salvo menção em contrário, todas as variáveis são significativas a 5%.

2007). Portanto, embora haja diferenças, os resultados deste estudo são consistentes com Suliano et al. (2016). Assim como no subgrupo amostral de mulheres, no de homens, a direção do diferencial de salário foi semelhante e a magnitude, diferente: enquanto a presente pesquisa prevê que homens brancos, gays, responsáveis pelo domicílio ganham 14,7% a mais, e cônjuges, gays, brancos, 28,8% a mais, Suliano et al (2016) afirmam que os gays ganham 25% a mais, não diferenciando por raça nem entre chefes e cônjuges.

### 6.1.5 Limitações das regressões

Conforme foi visto na descrição dos dados, parece que, no Brasil, LGB casados são mais escolarizados, mais brancos e mais bem remunerados que seus congêneres heterossexuais. Partindo da hipótese de que ser homossexual ou bissexual é uma característica distribuída de modo aleatório pela população, a diferença entre níveis de escolarização, raça e renda média não faria sentido do ponto de vista estatístico. Isso reforça a tese aqui defendida de que indivíduos com maior renda e escolaridade tendem a reportar com mais frequência seus relacionamentos homoafetivos aos institutos de pesquisa (BADGETT, 2007). Portanto, as regressões acima apresentadas e as de Suliano et al. (2016) apresentam viés.

Explicar resultados enviesados por meio de modelos teóricos como o de Becker ao invés de questionar a representatividade da amostra suscita explicações *ad hoc* e construções retóricas que dão validade acadêmica a resultados econométricos. Por exemplo, pelos dados brasileiros, Suliano e al. (2016) concluem que os casados LGB tem renda mais alta que os heterossexuais porque os gays têm menos obrigações com famílias numerosas, logo têm mais tempo disponível para o trabalho e a aquisição de capital humano. Ao invés de questionarem a factibilidade do resultado econométrico (LGB ganharem mais e terem maior escolarização), os economistas buscam dar racionalidade econômica a ele, explicando-o através de um modelo teórico, como o de Becker. Nesse sentido, o modelo de Becker fornece hipóteses *ad hoc* as quais são anexadas às conclusões dos artigos acadêmicos para explicar os resultados econométricos, sendo, portanto, um argumento retórico.

Uma vez constatado o viés do Censo 2010, restam duas alternativas: 1) atuar politicamente para que o governo colete dados melhores; 2) fazer pesquisas que não se

limitem a dados quantitativos. Essa segunda abordagem é a escolhida pela próxima seção, em que se analisa a vivência de mulheres lésbicas no mercado de trabalho por meio de pesquisa qualitativa<sup>64</sup>. Quanto à decisão do IBGE de não perguntar diretamente a orientação sexual de todos os entrevistados, inviabilizando regressões não enviesadas, trata-se de uma opção política de aumentar a precariedade da população LGBT.

Precariedade e condição precária são conceitos de Butler (2018), que os elucida no seguinte excerto de *Quadros de Guerra*:

Tanto precariedade quanto condição precária são conceitos que se entrecruzam. Vidas são, por definição, precárias: podem ser eliminadas de maneira proposital ou acidental; sua persistência não está, de modo algum, garantida. Em certo sentido, essa é uma característica de todas as vidas, e não há como pensar a vida como não precária [...]

A condição precária designa a condição politicamente induzida na qual certas populações sofrem com redes sociais e econômicas de apoio deficientes e ficam expostas de forma diferenciada às violações, à violência e à morte. (BUTLER, 2018, p. 46)

Como estatísticas são usadas para o planejamento de políticas públicas, a omissão do Estado brasileiro neste caso representa iniciativa do biopoder<sup>65</sup> de silenciar e precarizar a vida dessas minorias, visto que, aos olhos do poder público, os LGBT não existem, não sendo possível estimar seu quantitativo total nem fazer estatísticas descritivas não-enviesadas.

## **6.2 Mercado de trabalho como um lócus econômico de vivência de identidades sociais**

Para responder à provocação de McCloskey (1990, 1994), não basta à Economia se quantificar: é preciso também se “qualificar”, ou seja, focar temas de interesse econômico e não apenas questões às quais os métodos quantitativos tradicionais dão respostas satisfatórias.

---

<sup>64</sup> Se a próxima seção adota a segunda alternativa, o objetivo-síntese deste trabalho é a primeira, na medida que, uma vez rejeitada a dicotomia entre Economia Positiva e Normativa, assume-se abertamente o caráter normativo da pesquisa acadêmica, sendo o propósito político do presente trabalho contribuir para a luta por reconhecimento do movimento *queer*, tanto em âmbito acadêmico quanto fora dele. Assim, mobiliza-se argumentos econômicos a fim de deslocá-los, tornando-os mais adequados a vivências contrárias à matriz heterossexual.

<sup>65</sup> Foucault (2009 [1976]) contrasta o biopoder ao poder soberano, que estava baseado no direito do soberano de “fazer morrer ou de deixar viver”. No século XIX, o Estado-nação passa a se preocupar com sua população exercendo o biopoder por meio do qual o Estado “faz viver e deixa morrer”. Um dos instrumentos da biopolítica que surge nesse contexto é a produção de estatísticas demográficas. Utilizando-se desses dados, o Estado escolhe quais segmentos da população irá dar condições de vida dignas. Grupos que não são priorizados pelo Estado tem suas condições de vida precarizadas, estando mais suscetíveis a morte e a vidas não-vivíveis. Portanto, a escolha política de ignorar a população LGBT no Censo é representa iniciativa do biopoder do Estado brasileiro de “deixar morrer”.

Porém, não se trata de adotar um método para cada problema. Na verdade, o que se defende é o uso e exploração de todos os métodos disponíveis para responder à pergunta de pesquisa específica.

The quantitative/qualitative distinction can also be criticized from a utilitarian perspective. In particular, ideological or philosophical commitment to a particular approach can be replaced with the more practical mandate of 'using what works.' From this point of view, choosing a research method is not about deciding right from wrong, or truth from falsehood; instead, the goal should be to select an approach that is suitable for the task at hand. (MARVASTI, 2004, p. 8)

No caso, foi visto na seção anterior que o método quantitativo é insuficiente para elucidar o tema de pesquisa de potencial homofobia no mercado de trabalho. Ademais, esta pesquisa se vincula à abordagem Pós-Moderna, sendo um aspecto essencial a compreensão da construção de identidades e não assumir definições instrumentais a priori como foi feito na seção anterior (GERGEN&GERGEN, 1988; HOWITT, 2016). A formação das identidades lésbica/sapatão e bissexual, bem como os impactos dessas construções narrativas sobre a vivência no mercado de trabalho serão analisados nesta parte do capítulo, em que se intenta construir uma visão mais compreensiva sobre o fenômeno da discriminação contra mulheres homossexuais ou bissexuais (LB) no mercado de trabalho.

### **6.2.1 Desenho de pesquisa**

Diferentemente de Akerlof e Kranton (2010), defende-se que ser LGB ou qualquer outra identidade não é meramente escolher pertencer a determinadas categorias sociais, cujas normas de conduta já estão dadas a priori. Primeiramente, porque esse processo de identificação (seja ele produto de escolhas ou não) é contínuo e, ademais, as normas de conduta estão em constante construção, logo não podem ser interpretadas, como faz Akerlof e Kranton (2010) como restrições às quais a maximização da identidade individual está sujeita. Como visto no capítulo anterior, na perspectiva de Gergen (2000) - endossada pelo presente trabalho -, os indivíduos não têm identidades imutáveis, compostas por essências. Por isso, a função de escolha de identidade de que fala Akerlof e Kranton (2010) está continuamente se alterando, conforme são entabuladas interações sociais. Como tais vínculos sociais ocorrem por meio de atos de fala, os indivíduos constroem continuamente suas identidades por meio de

narrativas. Gergen & Gergen (1988) denominam esse processo de reconstrução das identidades por meio da linguagem de “*self-narratives*”:

We shall employ the term self-narrative (Gergen & Gergen, 1984) to refer to the individual’s account of the relationship among self-relevant events across time. [...] we view self-narratives as properties of social accounts or discourse. Narratives are, in effect, social constructions, undergoing continuous alteration as interaction progresses. The individual in this case does not consult an internal narrative for information. Rather, the self-narrative is a linguistic implement constructed by people in relationships and employed in relationships to sustain, enhance, or impede various actions. (GERGEN&GERGEN, 1988, p. 19-20)

Ao contar uma história pessoal, o indivíduo não acessa o passado tal como esse ocorreu, visto que memória e narrativas são socialmente construídas (ibid., p. 20). Nesse aspecto, Gergen & Gergen (1988) reafirmam a tese do segundo Wittgenstein que, como visto no capítulo 3, rejeita a existência de uma linguagem privada: todo ato de fala é social e, como tal, é passível de influências contextuais ao longo de sua contínua reformulação (GLOCK, 1996). Tendo isso em mente, este estudo se debruça sobre os seguintes temas: a) como mulheres lésbicas ou bissexuais (LB) constroem suas identidades; b) de que forma as identidades construídas influenciam a vivência no mercado de trabalho; c) quais as estratégias de resiliência a esse contexto elas adotam. Portanto, a análise parte de aspectos mais abrangentes para mais específicos: de início, é explorada a construção narrativa da identidade LB; posteriormente, é analisado se afeta e, se sim, como afeta as experiências cotidianas no mercado de trabalho se construir e/ou ser identificado como LB por superiores hierárquicos e colegas; por fim, é enfocada a resiliência, ou seja, mecanismos táticos para lidar com as experiências anteriormente narradas.

### **6.2.2 Participantes**

Esta pesquisa está baseada em oito entrevistas, coletadas com o apoio da organização sem fins lucrativos Rede Lilith, que auxiliou na divulgação e cedeu o espaço físico para a realização da dinâmica. O convite para participar da entrevista foi feito nas redes sociais e era aberto a todas as mulheres LB que quisessem participar.

As entrevistadas têm entre 23 e 40 anos; seis se consideram brancas; uma, negra; uma, não-branca. Quatro possuem Ensino Superior completo; três, Pós-Graduação; uma, Ensino

Médio completo. Embora essa seja uma amostra com alta escolarização, há diversidade profissional e de renda: nela, constam uma cozinheira, uma metroviária, uma técnica de som, uma professora de Ioga, uma professora de Educação Física, duas psicólogas e uma executiva. As rendas variam entre um e oito salários mínimos por mês. As entrevistas foram realizadas em São Paulo/SP na sede da Rede Lilith. Metade das participantes é natural da cidade de São Paulo. Dentre a outra metade, há duas baianas, uma fluminense e uma paulista nascida no interior do estado. Uma tabela com as características demográficas das participantes pode ser visualizada no anexo III.

Por ser uma pesquisa qualitativa, opta-se por uma amostra pequena (HOWITT, 2016, p. 67; MARVASTI, 2004). Portanto, não há a intenção de generalizar o resultado para toda a população LB brasileira, embora seja possível, por meio da leitura e análise da transcrição, obter *insights* relevantes para uma compreensão mais profunda da inserção da comunidade LB no mercado de trabalho. Assim, embora a presente pesquisa não tenha resultados generalizáveis como àqueles da abordagem quantitativa, o método qualitativo permite ampliar a profundidade com que são tratados os temas, possibilitando a formação de um retrato mais compreensivo da vivência de mulheres LB no mercado de trabalho.

Para proteger o anonimato, todos os nomes foram substituídos por pseudônimos. As participantes autorizaram expressamente a utilização das entrevistas na pesquisa e em artigos posteriores que dela decorrerem.

### **6.2.3 Entrevistas**

Para garantir mais horizontalidade, criando um ambiente favorável ao intercâmbio de experiências sensíveis às participantes, foi feita uma roda de conversa ao invés de entrevistas individuais. Nessa roda, foram misturadas as técnicas de entrevista em profundidade e grupo focal (HOWITT, 2016; MARVASTI, 2004). Inicialmente, foi feita uma rodada de perguntas abertas<sup>66</sup> para cada uma das mulheres, permitindo que todas expressassem suas vivências e evitando que algumas participantes pudessem ser eclipsadas por outras. Posteriormente, foi

---

<sup>66</sup> Foi demandado a cada uma das entrevistadas falar sobre como elas se identificam e como vivenciam essas identidades; se essas construções identitárias afetam as relações de trabalho e, se sim, como isso ocorre; como elas lidam com situações de preconceito, como reação. Fora esses tópicos mais gerais, as perguntas para cada uma variaram conforme o *rapport*.

aberto espaço para discussão livre entre as participantes sobre os temas que foram levantados por elas nas entrevistas.

#### **6.2.4 Transcrição**

O áudio das entrevistas foi gravado e transcrito. Como o sistema de transcrição de Jefferson (HOWITT, 2016; MARVASTI, 2004) não se mostrou fundamental à presente análise, optou-se, por simplicidade, pela transcrição *verbatim*, por meio da qual os áudios são transcritos *ipsis litteris* (ibidem.).

Nos extratos das entrevistas que aparecem abaixo, as aspas são usadas para demarcar diálogos passados, isto é, quando a entrevistada faz citação direta à fala de outra pessoa ou a sua própria fala em situação relatada. Optou-se por referenciar diretamente a fala das mulheres entrevistadas ao invés de reportar apenas pequenos excertos do que disseram, como faz Judith MacDonnell (2007).

#### **6.2.5 As construções das identidades LB**

Como destaca Badgett (1995a, 2007), uma questão fundamental em toda pesquisa aplicada é compreender o que se entende por identidade LGB. No caso, será enfocada a construção narrativa das identidades das entrevistadas. A partir da análise da transcrição, é possível encontrar pontos em comum entre as falas, o que permite estabelecer parâmetros para a compreensão do que é ser lésbica ou bissexual para essas mulheres.

##### **a) Lesbianidade e bissexualidade como prática homossexual**

Conforme foi visto na revisão da literatura estadunidense, estudos que usam o GSS ou o NHLS consideram LGB aquele que tem relações sexuais com indivíduos do mesmo sexo. A construção narrativa da identidade lésbica ou bissexual (LB) como a mulher que tem relações sexuais com outras mulheres está presente na vivência das entrevistadas, seja em sua

autoimagem de LB, seja na forma como os outros a identificam:

I: Eu... então... talvez eu vou me destoar um pouquinho, porque eu não sou lésbica e eu acho que tem uma diferença grande em relação a isso [forma como vivencia a identidade]. [...] No sentido da identidade, eu acho importante trazer... se for pensar em orientação sexual, os últimos três anos da minha vida estão sendo muito diferentes. Então, por exemplo, eu era totalmente hétero. Até porque eu era muito católica. MUITO, MUITO mesmo. Eu era professora de Crisma, – nossa, muito da Igreja! –, renovação carismática total. Só que, ao mesmo tempo, eu tinha curiosidade de beijar na boca, depois achei que era mera curiosidade para transar, sempre achei que era mera curiosidade, mas a curiosidade não acabava nunca. Aí nos últimos dois, três anos, mesmo que eu tenha namorado um homem, mas a quantidade de mulheres com quem me envolvi foi muito maior que de homens. [...]Teve uma festa chamada Bier Fest - porque eu gosto muito de cerveja - eu fiquei com uma menina lá na frente de todo mundo numa cidade de 17 mil habitantes. Então parece que eu sou exótica. A gente sempre tem a sensação de ser exótico, o estranho, o objeto a ser pesquisado, o tempo todo. E a gente não quer ser assim. Minha amiga fala: “Você beija tanta mulher que você é bi”. Mas não sei. Nunca quis me enquadrar. (Entrevistada: Irene)

Na fala da amiga de Irene, a definição de bissexualidade está diretamente relacionada à prática reiterada de relações homossexuais. No início de sua narrativa, Irene busca se distanciar do grupo, afirmando que iria diferir das demais, pois não era lésbica. Ao mesmo tempo, ela não se define como bissexual, dizendo-se avessa à rótulos. Contudo, em sua narrativa, ela apresentou receio de ser taxadas como “o exótico”, o que revela como ela valora a identidade LB. Segundo o dicionário *online* Priberam, “exótico” é definido, na Língua Portuguesa, como “[...] [informal] Extravagante, esquisito.”<sup>67</sup> Ou seja, usar essa palavra para caracterizar a identidade LB traz em seu bojo a noção butleriana de abjeção, citada anteriormente. Isto é, o exótico não teria sua condição humana reconhecida socialmente, por isso, na relação sujeito-objeto, apenas poderia ocupar a posição de “objeto a ser pesquisado”. Como a caracterização de Irene a leva a rejeitar a identidade LB, ela receia correlacionar o que ela entende por bissexualidade a sua própria condição. Tanto na construção narrativa de Irene quanto na de sua amiga, ser LGB é ter relações sexuais frequentes com pessoas do mesmo sexo. Logo, deixa de ser LGB o indivíduo que antes se relacionava com o mesmo sexo e que agora está em relação heterossexual. Assim, a orientação sexual seria uma construção do momento, dependendo de seu parceiro atual:

I: Tem um professor da USP que a vida inteira foi casado com homens, namorou homens, e, com 50 anos, está apaixonado por uma mulher. Ele falou: “Nunca

---

<sup>67</sup> EXÓTICO. In: Dicionário Online Priberam. Disponível em: <<https://dicionario.priberam.org/ex%C3%B3tico#:~:text=ex%C3%B3ticoex%C3%B3tico%20%7C%20adj.&text=1,2.>>. Acesso em 15/09/2020.

imaginei. Já namorei uns 300 homens e estou apaixonado por uma mulher”. Então, quando a gente vai discutir isso? Tanto a Butler quanto a Scott, falam da transitoriedade da nossa orientação sexual. E isso me fez refletir muito. Meu, esse homem está com 50 anos! E tem um professor da UNESP e foi a mesma coisa. Ele era casado com um homem e então conheceu uma mulher. Então todo mundo falou: “Pô, meu, você está namorando uma mulher? Mas você não é gay?”. Então, é muito dinâmica. Geralmente acontece o contrário, as pessoas saem do armário, mas com outras é o contrário. (Entrevistada: Irene)

Em seu livro *Gender Trouble: Feminism and the subversion of identity*, Judith Butler (1990) correlaciona sexo, gênero e desejo. Esses três elementos são socialmente construídos, embora sejam naturalizados. Segundo ela:

The institution of a compulsory and naturalized heterosexuality requires and regulates gender as a binary relation in which the masculine term is differentiated from a feminine term, and this differentiation is accomplished through the practices of heterosexual desire. The act of differentiating the two oppositional moments of the binary results in a consolidation of each term, the respective internal coherence of sex, gender and desire. (BUTLER, 1990, p. 22-23)

A entrevistada Irene é vista como “o exótico” – e, portanto, como abjeta – pelos demais e por ela mesma na medida em que rompe a coerência entre sexo, gênero e desejo: se, por um lado, apresenta aparência feminina, por outro, tem desejo não compatível com sua estética, o que causa estranheza.

Como as mulheres LB não respeitam o nexos entre sexo, gênero e desejo, elas são cobradas, muitas vezes, performance social típica da masculinidade padrão. Isso se expressa de duas formas que serão vistas a seguir. A primeira delas refere-se à cobrança social de que as mulheres LB expressem seus desejos sexuais de modo similar aos homens heteronormativos. Caso não o façam, isso deslegitimaria o desejo homossexual ou bissexual das mulheres:

F: Uma vez, eu estava indo para o RU da universidade e eles me deram uma carona e a gente estava conversando, falando várias besteiras. Então passou uma menina com mochila, cabelão - assim, mochila grande, calça jeans - andando normalmente na universidade, provavelmente indo para o mesmo lugar que a gente. E eles olharam e falaram: “Nossa, que menina gostosa”. Aquele jeito hétero. E aí eu falei: “Que menina?” - Tipo: onde? - Sei lá, eu não tinha beijado ninguém ainda. Eu tinha acabado de me assumir bissexual. Eles falaram: “Você não está vendo? Puta bunda gostosa”. Gente, é um cabelo com uma mochila, não tem bunda, sabe? Não tem o que ser visto. [...] “Você não gosta de mulheres? Você não vai olhar? ” (Entrevistada: Flora)

H: Outro dia mesmo, ele [chefe] falou para mim (porque ele sabe que eu sou sapatão): “Ah, Hebe, você acredita que tem alunas que vem aqui sem sutiã para fazer aula? Vai fazer postura para baixo e aparece o seio”. Mano, se a mina vem sem calcinha o problema não é meu! Não precisa chegar em mim e falar isso. Eu saí meio arrasada de lá, porque tipo a gente pensa que no Yoga todo mundo é

iluminado, todo mundo é zen. Mas não existe isso. Existem seres humanos em processo de evolução e acontece escrotices em todos os lugares. Ele é professor de Yoga, ele é um esquerdomacho super escroto. Enfim, um machista enrustido. Esses dias ele veio falar do Jean Willys para mim, nada a ver. (Entrevistada: Hebe)

Se, por um lado, a falta de coerência entre sexo, gênero e desejo deslegitima a diferença do desejo homossexual em relação ao heteronormativo, por outro lado, coloca em xeque a feminilidade daquelas que não se adequam aos padrões sociais de gênero. Logo, no modelo binário, as mulheres LB consideradas de aparência menos feminina são vistas como se performassem a masculinidade. Ou seja, como a sua aparência não respeita o paradigma de feminilidade, elas são taxadas como homens, o que deslegitima sua identidade de gênero feminina. Como visto no capítulo anterior, o feminismo liberal e o feminismo na Economia, ao reforçarem o binarismo, contribuem para a opressão dessas mulheres, visto que lhes negam o direito de terem sua própria condição feminina reconhecida socialmente. Como elas não se identificam o sexo masculino, o não reconhecimento da feminilidade não-padrão causa sofrimento:

D: As pessoas me chamam muito de “moço”. Eu sou confundida o tempo todo. Acho que só o que me ajuda bastante é que eu tenho muitas curvas, né? Tem o fato também de eu ser uma mulher gorda, isso também é uma construção, uma questão na nossa sociedade. É... Mas meu uniforme é um uniforme muito neutro, tipo... faz com que... todo retão. Então, se eu estou de costas, é “moço”, eu me irrita muito com isso, eu não gosto. (Entrevistada: Diana)

G: A primeira vez, ela foi agredida, né? Ela foi agredida dentro da linha 9, Esmeralda, aqui do trem de São Paulo, única e exclusivamente porque ela não performava a feminilidade. Ela não estava agarrada a mim – até porque eu não tenho nenhum problema de ela estar agarrada a mim – e não... O cara nem sabia que eu estava com ela quando ela foi agredida. A única coisa que ele se referia era: “Se você quer ser homem, você vai apanhar e morrer como um homem”. Era a única coisa que ele falava e batendo nela. (Entrevistada: Gaia)

V: [...] aí a dona da clínica – a dona da clínica não, diretora, porque a clínica não tem dona – me chamou e me tratou como um cara. Não sei porquê, ela achou que deveria se referir a mim como um “ele”.

I: Eu até ia perguntar para vocês essa questão.

D: Às vezes dá preguiça...

V: Preguiça total de explicar, de... enfim! Normalmente, dá B.O. por um motivo ou por outro corrigir. [...] (Entrevistadas: Valquíria, Irene e Diana)

Portanto, aos olhos da sociedade, a identidade LB é construída em torno da prática do desejo homossexual. Como o desejo naturalizado é o heterossexual (BUTLER, 1990), mulheres LB rompem a coerência entre sexo, gênero e desejo, em pelo menos um desses pontos. No caso de LB que performam feminilidade padrão, elas mantêm a coerência entre sexo e gênero, logo são identificadas socialmente enquanto mulheres. Por outro lado, elas

violam o desejo heterossexual, visto como o único “natural”. Por isso, quanto ao comportamento sexual, a sociedade tende a cobrar delas o respeito a padrões de desejo heteronormativos masculinos, como foi visto na narrativa de Flora e Hebe. No caso das mulheres LB que, além de desrespeitarem o desejo heterossexual esperado, quebram, por sua aparência não-binária, a coerência entre sexo e gênero, é negado o direito a terem sua feminilidade reconhecida, sendo tratadas socialmente como do gênero masculino, o que causa sofrimento.

### **b) Mulher LB vs. Homem “macho”**

Enquanto na subseção anterior foi enfocada a forma como a sociedade constrói a identidade LB, nesta será abordado como as mulheres LB se constroem enquanto sujeitos históricos. A identidade é entendida como uma construção que se processa por meio da interação entre a forma como se é visto socialmente e a forma como cada grupo ou indivíduo se vê e atua perante a sociedade. Assim, é uma via de mão dupla em que a autoimagem altera a percepção social, a qual, por sua vez, modifica a autoimagem (HALL, 2019 [1992], p. 25; SEIDMANN, 2017).

Duas das entrevistadas que não performam padrões sociais de gênero – Diana e Valquíria – identificaram o feminismo radical como um importante fulcro ideacional para a construção de sua própria identidade. Ao problematizar a feminilidade padrão, o feminismo radical legitima outras expressões da identidade feminina, fornecendo racionalidade e embasamento teórico para escolhas idiossincráticas:

D: Eu geralmente uso cabelo raspado - agora não está. A minha postura na sociedade é de autodefesa. Então eu uso roupas e tenho o cabelo de forma que eu esteja mais protegida. Se eu precisar correr, eu estou com roupas confortáveis para me defender, para correr e ninguém vai me pegar pelo cabelo, porque não tenho cabelo para pegar. A minha vivência se tornou isso, sabe? Se tornou refletir e problematizar todos os meus atos enquanto mulher não submissa, não passiva perante a sociedade. E até meu modo de consumir, né? Eu enquanto consumidora também repenso muito tudo isso, porque eu não consumo, por exemplo, roupas na sessão feminina, eu aprendi a ser um pouco mais inteligente nesse quesito, porque as roupas da sessão masculina têm mais qualidade e são mais baratas e tipo... às vezes, você acha a mesma coisa na sessão feminina, mas com uma qualidade menor e mais caro, o que é burro, sabe? As coisas da sessão feminina são burras, são para emburrecer a gente e... Toda essa forma que eu comecei a articular minha vida, desde meus projetos de estudo, a minha vida artística, a minha vida econômica, todas as formas que eu fui articulando, de ter uma vida mais minimalista também, não ser muito consumidora, tudo começou em 2013, quando conheci o feminismo radical e, a partir dele, eu

comecei a problematizar algumas questões e isso foi só indo, indo, até chegar onde eu estou hoje, que é a vida mais saudável que eu já cheguei perto. Assim... Apesar dos conflitos e dos medos e... até em relação ao respeito que eu imponho na sociedade e na minha família, isso tudo foi se entrelaçando assim. (Entrevistada Diana)

Diana se define como mulher não submissa, sendo a base de sua não submissão o fato de romper a coerência sexo-gênero-desejo. O feminismo radical fornece a ela sustentação ideacional para sua atuação social. Nisso, nota-se a importância de serem desenvolvidas teorias que ultrapassem o binarismo, pois, considerando o binômio saber-poder (FOUCAULT, 1987), teorias que legitimam vivências não binárias ou que questionam o valor normativo da feminilidade/masculinidade padrão empoderam os agentes, assim como o feminismo radical empoderou Diana.

Como afirma Hall (2019 [1992]), a identidade se estrutura a partir do contraste com o outro, estando, assim como o código linguístico, em contínua reformulação:

O significado surge nas relações de similaridade e diferença que as palavras têm com outras palavras no interior do código da língua. Nós sabemos o que é a “noite” porque ela *não é* o “dia”. Observe-se a analogia que existe aqui entre língua e identidade. Eu sei quem “eu” sou em relação com “o outro” (por exemplo, minha mãe) que eu não posso ser. Como diria Lacan, a identidade, como o inconsciente, “está estruturada como a língua”. (HALL, 2019 [1992], p. 25, grifo no original)

Em cinco das oito entrevistas, a palavra “macho” foi utilizada para se contrapor a vivências da identidade LB. Nesse sentido, as entrevistadas constroem suas identidades em oposição à ideia do “macho”, i.e., do homem, que performa a masculinidade binária e heteronormativa. Ou seja, o “macho” seria o estereótipo do homem machista. De modo diametralmente oposto, a identidade LB é construída como mulher, que performa ou não feminilidade padrão e que viola o desejo heterossexual. Assim, a antítese da mulher LB é a figura do “homem macho”:

H: Então tipo... já passei por uma saia justa de homem dar em cima de você dentro da balada LGBT. Isso é muito foda! Você está lá dançando e o **macho** está lá. “Mano, eu sou lésbica”. “Ah se você me beijar, vai mudar”. (Entrevistada: Hebe)

C: Então, o meu chefe, ele é **esquerdomacho**, ele é tipo legalzão, mas ele faz... dá várias assim... A gente vai levando, até uma hora que você fica cheia e tem que pôr para fora de algum jeito, mas são microviolências, não é aquela violência mais explícita. (Entrevistada: Cibele)

G: Aí eu trabalho na parte de análise de seguros, analisando. Aí o que acontece: a casa matriz abraçou uma característica, e você vai ter que manter. Eu sei que os **machos** da França não fazem isso porque eles gostam das mulheres, ou porque

“Tadinha, é lésbica, a gente tem que deixar ela confortável no ambiente de trabalho” [ironia]. (Entrevistada: Gaia)

A: Aí eu estava no ponto de ônibus e estava uma menina que era ativista de algum rolê lá e um cara. Eu falei: “Está foda, estou procurando emprego, tentei uma entrevista agora no mercado lá X”. Aí ele falou assim: “Se você quiser faxinar lá em casa, eu te dou 15 reais”. Eu falei: “Caralho, 15 conto para faxinar república de **macho**. Não está legal”. (Entrevistada: Atena)

## 6.2.6 Vivências LB no mercado de trabalho

Como a construção da identidade LB hegemônica socialmente focaliza a prática sexual com pessoas de mesmo sexo, há hiperssexualização das atitudes e gestos de mulheres LB, inclusive no mercado de trabalho. Atividades profissionais que demandam o toque físico acarretam constrangimento e receio de homofobia pela profissional LB, pois elas temem que sua ação seja interpretada de modo distinto do que foi intencionado. Isso modifica suas atitudes, sendo uma preocupação que profissionais heterossexuais não teriam:

H: [...] essa questão, não sei quem levantou aqui, de tocar nas alunas, porque algumas alunas sabem que eu sou lésbica, tipo assim... de eu tocar nas alunas. Eu tenho certa distância assim, porque, tipo, aí vou tocar... parece que eu estou dando em cima. Eu tenho isso comigo ainda, preciso me libertar um pouco disso. (Entrevistada Hebe)

Práticas rotineiras no ambiente de trabalho, como trocar de roupa em vestiários e banheiros, também são realizadas de modo diferente pelas mulheres LB e pelas heterossexuais devido à hiperssexualização da identidade LB:

D: Tem vestiário lá. Eu vivo uma dupla questão: com os homens, eu não quero contato físico – nossa, nada! -; com as mulheres, eu olho para frente, eu me troco rapidinho, eu não olho para nenhuma mulher que está se trocando porque eu não quero que elas achem que eu estou dando em cima delas. São sofrimentos diversos que a gente vai passando. (Entrevistada Diana)

Se, por um lado, a atitude das entrevistadas se altera devido à narrativa social que equaliza identidade LB à prática sexual homoafetiva, por outro lado, a forma como essas profissionais são tratadas por chefes, colegas e clientes se altera devido ao fato de romperem a coerência entre sexo, gênero e desejo. Entre as entrevistadas, aquelas que não performam a

feminilidade padrão foram as que mais reportaram terem sido preteridas em promoções e recebido avaliações negativas.

D: Anualmente, eles fazem uma avaliação para te avaliar como funcionário mesmo e a minha avaliação foi baixa. Eu tirei nota 6 e, para prestar concurso interno, eu tenho que ter pelo menos 7,5. Minha amiga falou que o chefe que estava na reunião falou para ela que estavam metendo o pau em mim na reunião e daí ela falou que era porque “você é sapatão”. Foi por terceiros que eu fiquei sabendo, mas não é muito difícil de... eu incomodo, gente, é perceptível que a minha presença incomoda. (Entrevistada: Diana)

G: Eu fui casada com uma mulher por 9 anos. Ela não performava feminilidade e nós trabalhávamos no mesmo ambiente. Ela é muito inteligente, muito inteligente, escreve muito bem, fala muito bem e tem uma mente assim máster mesmo, só que ela fazia todos os processos seletivos possíveis dentro da empresa e ela não passava. E a gente sabia por que ela não passava. Porque assim... existiam pessoas burras, né? Na fala, na escrita, na postura, que não conseguiam a vaga e ela só não conseguia por aquele motivo. E como ela era hirsuta, então, ela era peludinha, o rosto dela era uma barba fechada - existem níveis de hirsutismo que deixa a pessoa com o rosto fechado mesmo, né? A barba. E como eu nunca tive problema com isso, eu não alimentava que ela tirasse a barba: “Não, você não vai tirar. Isso não tem nenhum problema. Tem algum problema para você?”. “Ah, Gaia, eu percebo que as pessoas olham com nojo”. “Ué, foda-se as outras pessoas”. E um dos comentários que ela teve que escutar no corredor foi isso: “Olha a forma como ela se veste, olha os pelos! Se ela quer a vaga mesmo, por que ela não muda? ”. Ela sendo ela, né? Ela teria que mudar, sendo que os pré-requisitos para conseguir a vaga já estavam ali, junto com ela, né? E assim... sobre andar em ambientes e me sentir desconfortável, como estou aqui camuflada, eu passo ilesa. (Entrevistada: Gaia)

Portanto, não performar a feminilidade conforme o modelo binário atua como um marcador social da orientação sexual<sup>68</sup>. Mulheres LB que performam a feminilidade padrão têm maiores probabilidades de conseguir ocultar sua orientação sexual no mercado de trabalho, o que tem potencial de minimizar a homofobia, visto que conseguem controlar o processo de abertura de sua orientação sexual no ambiente profissional. Em sua pesquisa qualitativa sobre enfermeiras LB no Canadá, Judith MacDonnell (2007) também identifica que, mulheres que performam a feminilidade, tem maior potencial de controlar a exposição de sua orientação sexual no ambiente de trabalho, o que as beneficia:

These LBQ nurses interpret gender nonconformity of appearance in different ways

---

<sup>68</sup> Segundo pesquisa de Weichselbaumer (2008 [2003]) vista na revisão de literatura, não é a aparência que determina a empregabilidade de mulheres LB, mas sim a orientação sexual. Logo, mulheres homossexuais que performam feminilidade sofreriam preconceito no mercado de trabalho da mesma forma que as lésbicas que não performam. Contudo, o desenho de pesquisa de Weichselbaumer (2008 [2003]) levava o empregador a inferir a orientação sexual tanto de candidatas de aparência feminina quanto masculina, o que não ocorre na prática. Por isso, não performar a feminilidade aproxima a mulher LB da visão estereotipada, funcionando como um marcador da orientação sexual no mercado de trabalho. Nesse sentido, uma tese que pode ser levantada é que lésbicas e bissexuais não-binárias sofrem mais preconceito no mercado de trabalho porque sua orientação sexual é identificada mais facilmente.

as they negotiate their identities. Although professional dress codes have relaxed in some nursing settings, unwritten gender codes continue to define nurses' workplaces and LBQ nurses' lives. These career histories suggest that several groups of LBQ nurses may consciously choose conforming dress and are vigilant about not revealing details of partners or personal issues.

They avoid any affiliation with sexual minorities to minimize homophobic reaction from heterosexuals or discriminatory workplace impacts. These groups include LBQ nurses who have previously experienced negative career consequences, and visible ethnoracial minorities who are vulnerable to career repercussions because of racialization processes. As well, nurses identified as bisexual or questioning and who are on the margins of sexual minority communities may also be more likely to conform to gender norms of appearance to avoid homophobic discrimination. (MACDONNELL, 2007, p.124)

MacDonnell (2007) identifica que mulheres lésbicas pertencentes a minorias raciais e étnicas têm menos probabilidade de assumir sua homoafetividade no ambiente de trabalho. Na pesquisa de MacDonnell (2007), foi verificado que pertencer a outras minorias altera a percepção de segurança relativa para se assumir. Similarmente, neste trabalho, foi observado que as entrevistadas brancas e naturais do Centro-Sul se sentiam mais seguras nos ambientes profissionais e acadêmicos do que as não-brancas e nordestinas. Falando de sua vivência, Irene contrasta o mundo acadêmico em que vive e trabalha com a “realidade lá fora”, em que o primeiro se apresenta como um ambiente seguro e protegido em que ela pode expressar sua orientação sexual livremente:

I: Se for ver, tem que entender que eu sou branca, os ambientes que eu frequento são muito LGBT, mundo acadêmico. A minha experiência não reflete **a realidade lá fora** [...]. Eu estou falando muito de uma mulher que está no mundo acadêmico e que tem privilégios por isso. Muitos privilégios. (Entrevistada Irene)

G: Quando eu saí de Salvador para morar em Eunápolis, no extremo Sul da Bahia, como tinha muito capixaba e mineiro, então eu já tive um baque, né? Eles achavam que eles não estavam na Bahia. Eles rechaçavam o tempo todo o baiano e eu meio que falava: “Cara, você está na Bahia. Isso aqui não está fora da Bahia. Acorda”. E aí eu fui criando essa proteção. Foi horrível ali em Eunápolis. Foi horrível me deparar com aquela realidade de comentários sobre pessoas negras, sobre o Nordeste, sobre as lésbicas. Isso dentro da própria universidade. Era ridículo. Você não estava esperando aquilo do ambiente acadêmico, de professores, de alunos, de alunas... era ridículo. (Entrevistada Gaia)

A: A questão do Nordeste também. Na faculdade foi tenso, porque... - foi na Unesp, no interior - ...tinha uma mina que era do Norte e só eu de nordestina, pelo menos na sala em que eu estava e, depois, fui ver, do curso mesmo. Das Ciências Sociais, só tinha eu. E tinha uma baiana no curso de Pedagogia que também sofria para caramba. [...] Uma vez, uma menina falou assim: “Ah, Atena, usa desodorante de preto, você está fedendo, você fede”. Gente, escola, faculdade são os piores lugares do mundo. (Entrevistada Atena)

Enquanto Irene se sente protegida pelo mundo acadêmico, Gaia e Atena não o sentem, na medida em que, além de serem homoafetivas, são não-brancas e baianas, e moram em São

Paulo. Assim, emerge a tese de que a experiência de mulheres LB não-brancas, não originárias do Centro-Sul é distinta de suas congêneres em São Paulo. Por conseguinte, isso modifica a percepção do preconceito, a vivência, as atitudes e o sentimento de segurança no espaço acadêmico ou profissional. Isso reforça a tese de Butler (1990) de que é preciso entender as identidades como uma construção que envolve questões de gênero, orientação sexual, raça, classe social, dentre outros elementos, de forma dinâmica e complexa.

Uma hipótese que se levanta da entrevista de Atena é se, ser negra e lésbica, aumenta a hiperssexualização da mulher. Se sim, isso, associado a classe social menos favorecida, propiciaria que essas mulheres sejam vistas/representadas como potenciais prostitutas<sup>69</sup>:

A: Ah, então, eu sempre trabalhei com comida. Eu lembro que em 2007 – outra coisa interessante – eu estava vendendo acarajé, né? Aí era um espaço novo onde eu estava vendendo acarajé, periferia. Surgiu uma mina – sei lá – surgiu alguém dando um panfleto, tipo: “Procura-se baianas”. Só que era um negócio de prostituição. Tá ligado? E caiu na minha mão. E... teve outras questões também lá em Marília, de eu estar só esperando meu lanche e chegar gente perguntar quanto eu cobrava. Tipo... me chamou de puta, tá ligado? E eu só estava existindo, eu era maior hippie, tipo... com saia de hippie, saca? Não estava nem.... Nada. (Entrevistada Atena)

Outra questão que se coloca é a vivência de mulheres LB em profissões tradicionalmente ocupadas por homens. Aqui, coadunam-se elementos de misoginia e machismo, não sendo, possível identificar qual forma de discriminação é mais atuante. Na visão da entrevistada Cibele, técnica de som, ambas as discriminações seriam indissociáveis, atuando de modo sincrônico. Profissionais LB atuando nesses espaços tradicionalmente masculinos e heteronormativos tendem a ter seus conhecimentos técnicos deslegitimados:

C: Eu sou lésbica e trabalho como técnica de som. Então é muito homem! Às vezes, é um saco. Às vezes, dá muita raiva. Tem que ficar... Primeiro, a galera já chega e fala: “Cadê o técnico de som?”. Né? É sempre O técnico. No caso, A técnica sou eu. E assim... e aí você monta todo o esquema de som, aí está lá e acontece um problema no ar condicionado, por exemplo. O ar condicionado está fazendo barulho. Aí tem um cara lá que não é de som, que não entende nada de som, mas ele se sente no direito de vir na minha mesa e falar: “Acho que se você diminuir aqui...”. “Velho, se você é técnico de som, assume aqui então! Assume a mesa aí! Vai lá, filhão!” [...] Eu acho que é um pacote mesmo. Junta várias coisas, por ser mulher e por ser lésbica. Por ser mulher, já tem essa abertura do cara se sentir no direito de invadir seu espaço, né? Porque os homens acham que todos os espaços são deles. Então eles já se sentem no direito de falar [...]. Antes eu trampava com um cara nesse mesmo trampo, Emerson, que ele era muito de boas. Então às vezes rolava essas coisas e ele falava: “A técnica é ela”. Tipo, só porque ele é cabeludo e barbudo, já achavam que ele é que manjava, sabe? (Entrevistada: Cibele)

---

<sup>69</sup> Essa hipótese levantada demanda estudo mais aprofundado sobre os efeitos das intersecções entre orientação sexual, raça e classe social.

Os excertos desta subseção contrastam a tese da Economia neoclássica de que o salário é dado pela produtividade marginal do trabalho. Se assim o fosse, características pessoais que não afetam a capacidade produtiva - como ser homem ou mulher, performar ou não padrões de gênero - não afetariam a probabilidade de ser promovido nem a percepção de empregadores, colegas e clientes da produtividade marginal do trabalhador.

Estes relatos contrastam com a tese de Arrow (1998). No artigo “What has economics to say about racial discrimination?”, ele defende que empregadores que discriminam ao contratarem ou ao promoverem funcionários são irracionais. Logo, tenderiam a sair do mercado, visto que não estariam maximizando seu lucro (ARROW, 1998, p. 94-96).<sup>70</sup> Porém, pelos relatos de Diana, Gaia, Atena e Cibele, nota-se que a vivência do preconceito no mercado de trabalho não se resume à irracionalidade individual, sendo uma prática social reiterada. Portanto, a teoria neoclássica não consegue analisar a experiência dessas mulheres LB no mercado de trabalho, tornando-se necessário avançar com outros modelos explicativos, como o que propõe este trabalho.

### **6.2.7 Resiliência – estratégias de superação da discriminação no mercado de trabalho**

Entre as entrevistadas, podem ser identificadas duas estratégias principais de resiliência à homofobia no mercado de trabalho: 1) evitar a exposição da própria identidade; 2) recorrer a meios institucionais para que atos de discriminação sejam punidos. O tipo de estratégia adotado pode variar conforme o ambiente de trabalho específico: as entrevistadas que trabalham em empresas comprometidas com imagem de inclusão social tendem a recorrer mais à segunda estratégia. Se as empresas não adotassem essa imagem, talvez elas recorressem à primeira opção. Apesar disso, as estratégias adotadas também dependem de idiossincrasias tanto da personalidade das entrevistadas quanto do contexto e momento em

---

<sup>70</sup> Arrow (1998) aponta que, sob o ponto de vista da teoria da escolha racional, a discriminação do empregador não faz sentido, visto que ela seria incompatível com a racionalidade econômica, pois o empregador racista não maximizaria lucro. Portanto, o racismo seria incompatível com o equilíbrio competitivo de mercado (ARROW, 1998, p. 94). Devido a essa incompatibilidade, a Economia não teria nada a dizer quanto ao racismo no mercado de trabalho, pois ele foge de seu escopo teórico. Por exemplo, na perspectiva de Arrow (1998), o presente trabalho não seria classificado como de Economia.

que ocorre o evento homofóbico.

#### a) Autopreservação como estratégia de proteção

As entrevistadas que adotam essa estratégia costumam usar repetidas vezes palavras do campo semântico de “proteger”. Infere-se de suas falas um sentimento de insegurança, que influencia à opção por se resguardar, evitando exposição da própria identidade em processos administrativos movidos contra superiores hierárquicos ou colegas. Essa é a estratégia de resiliência adotada por Diana que, em outras esferas de sua vida, busca autoproteção circulando em ambientes onde é aceita, mas que, no trabalho, supera situações de discriminação de sua feminilidade não-padrão silenciando-se:

D: Eu ando muito com fone de ouvido para não ouvir nada. Eu não quero... passar por essas... o que meus olhos não veem, o coração não sente mesmo. Eu tento usar isso para **me proteger**. Os meus ambientes são muito **protegidos**, então eu ando só com sapatão, em um universo só lésbico. É... mas tem meu trabalho. [...] Eu trabalho com muitos homens, o Metrô de São Paulo é majoritariamente masculino. Tem os seguranças também que são – além de tudo – geralmente mais escrotos, mais que os funcionários de operação. Eles não sabem se me dão a mão, se me cumprimentam com beijo no rosto. Assim... eu dou um *bug* no cérebro deles bizarro. Em média, eu tento fingir que nada está acontecendo. (Entrevistada: Diana)

Flora, a mais jovem do grupo, ainda não possui estratégia definida de como é melhor se posicionar no ambiente profissional. Pelo fato dessa entrevistada possuir aparência socialmente considerada feminina, ela consegue controlar o nível de exposição da própria orientação sexual. Por isso, a autopreservação é adotada como uma tática de resiliência temporária que pode se tornar definitiva caso Flora se convença de que é a melhor forma de se proteger. Também essa entrevistada demonstrou preocupação com a própria segurança caso se assumisse no ambiente de trabalho.

F: Eu ainda não tenho uma postura do que é melhor ou do que é **mais seguro** também. Ao mesmo tempo, não é que eu queira esconder, mas a violência está aí, sabe? Teve um lugar, no último estágio que eu fiz em escola, eu achei que era **mais seguro** não me assumir, não falar nada. (Entrevistada Flora)

As estratégias de resiliência à homofobia no ambiente de trabalho são contexto-relativas. Isso é, entrevistadas que adotam determinada postura num contexto podem reagir de modo diferente em outros. Exemplo disso é Valquíria. Inicialmente, ela narra como optou por

se especializar no atendimento psicológico de portadores do espectro autista, visto que esse grupo provê o distanciamento terapeuta-paciente que ela necessitava para realizar seu trabalho. Isso também é uma estratégia de resiliência na medida em que ela encontrou um nicho de mercado no qual se sentiu mais aceita e segura para trabalhar:

V: Eu trabalho com autismo, porque eu não quero... tem um lance no autismo que eu acho legal. Se eu trabalhasse com mulheres, acho que ia ter múltiplas relações, de ser amiga, de conversar e de a menina se abrir... mas, você está no mesmo círculo, eu tenho algumas questões de trabalhar isso no meu dia-a-dia. Algumas **reservas**. Sei lá! Eu não daria conta. Então eu achei que trabalhar com o autismo era... é... Tem um lance no autismo, que já foi uma coisa que eu ouvi de uma mulher: “Ai se a minha preocupação pudesse ser se ele fosse gay, porque ele nem fala, não tem autonomia nenhuma. Então essas pessoas que ficam se preocupando com a filha lésbica nã-nã-nã, não tem noção do que pega para mim”. O que eu acho um comentário interessante por vários motivos, né? Tipo, eu sou um Dumbo, eu sou um elefante, mas pelo menos eu voa. É meio por aí. É isso, né? A sua filha é lésbica, mas pelo menos ela pode ser lésbica. Pelo menos, ela pode ter uma orientação sexual, porque ela fala, ela tem autonomia de alguma forma para ir ao banheiro. Então é isso. Assim... é um campo que tem alguns pais que me recebem bem e tem alguns que não. Não me recebem e tal, que acham que eu sou um mau-exemplo para as crianças. Tem tudo. Mas, de maneira geral, é uma área bem... que eu achei que fosse **mais receptiva**. Do contrário, na clínica, eu tenho várias **reservas**. Não gostaria muito de trabalhar na clínica. (Entrevistada Valquíria)

Conforme será visto na próxima subseção, Valquíria reagiu de modo diverso quando instada por outrem a se expor e a recorrer aos meios institucionais para solucionar situações de discriminação, o que reforça a tese de que a estratégia de resiliência escolhida é contexto-relativa.

## **b) Mobilização de meios institucionais de combate à discriminação**

Em episódio específico de homofobia no local de trabalho narrado por Valquíria, ela apresentou duas reações: num primeiro momento, ela se calou, preferindo não se expor; ao ser instada por colegas de trabalho a abrir reclamação formal contra quem a discriminou, Valquíria alterou sua postura, registrando denúncia do ocorrido e relatando o evento para sua superiora hierárquica. A mudança de estratégia de resiliência de Valquíria suscita a hipótese de que o apoio dos pares é variável relevante para a escolha de uma ou de outra estratégia.

V: Uma vez eu fui atender uma mulher, lá na clínica da universidade que eu estou, e eu passei por um cara que trabalha na clínica e que já ficava me fitando, olhando meus atendimentos, entrando na sala no meio dos meus atendimentos e tal. Aí nesse,

ele... aí eu: “O que você está olhando? Perdeu alguma coisa e tal?”. Aí ele continuava. Aí eu passei com uma mulher e, na hora que eu passei, ele falou “Eu vi duas minas se pegando ali, em tal lugar na universidade. Que nojo, que absurdo”. E eu estava passando, eu fiquei constraidíssima! Assim, eu comecei o atendimento e acho que eu nem ouvi o que a mulher falou, te juro, eu nem sabia o que dizer, porque eu estava em outra. Aí eu saí e me falaram: “Ó, registra no livro, porque já tem várias reclamações desse cara”. Aí eu registrei, tanto de ele entrar no meu atendimento como o outro. Aí a dona da clínica – a dona da clínica não, diretora, porque a clínica não tem dona – me chamou e me tratou como um cara. Não sei por que, ela achou que devia se referir a mim como um “ele”.

I: Eu até ia perguntar para vocês essa questão.

V: É, ela se referiu a mim como “ele” e eu não corriji, porque preguiça, né?

D: Às vezes, dá preguiça.

V: Preguiça total de explicar, de... enfim... normalmente dá B.O., por um motivo ou por outro, corrigir. E aí... ela falou: “Estou tentando transferir ele, porque demitir não dá, né?”. Então ela transferiu ele. Ele saiu da Clínica Psicológica pelo menos, mas ele trabalha na Universidade. Eu cruzo com eles às vezes. Mas... eu lembrei disso, assim, graças as coisas que foi contando, que eu documentei e a minha documentação foi a cereja do bolo de tantas outras. (Entrevistadas Valquíria, Irene e Diana)

Antes de sugerirem a Valquíria que fizesse uma reclamação formal contra o funcionário que entrava em seus atendimentos, ela estava constrangida, sem apresentar queixa contra a situação de homofobia vivenciada mesmo após recorrentes interrupções em suas consultas psicológicas. Após lhe sugerirem registrar o ocorrido, ela alterou sua postura, falando todas as situações vivenciadas para sua supervisora quando ela a chamou para conversar. Apesar disso, Valquíria não reclamou por ter sido tratada por pronome pessoal masculino, o que, como visto anteriormente, deslegitima sua feminilidade não binária. Portanto, ao ter seu gênero confundido, ela preferiu a primeira estratégia de autoproteção, evitando questionar a diretora. Por sua vez, a superiora hierárquica de Valquíria ao mesmo tempo em que combate a homofobia, deslegitima a expressão de feminilidade não-padrão da entrevistada, interpretando-a sob a ótica do binarismo, em que tudo que foge da feminilidade padrão é visto como masculino.

Cibele trabalha na produção de eventos corporativos de um banco multinacional. Assim como Cibele, a entrevistada Gaia trabalha numa grande empresa do setor financeiro. Ambas narraram episódios em que denunciaram homofobia vivenciada no ambiente de trabalho. Gaia, em especial, ressaltou a importância de políticas de inclusão nas empresas. Segundo ela, a maioria das corporações mantém imagem de inclusivas como estratégia de mercado, ao passo que acarreta, como efeito colateral, a vedação à discurso explicitamente preconceituoso:

G: Eu trabalho na parte de análise de sinistros de um banco [francês]. É um banco e uma seguradora – é sempre assim, né?, – aí eu trabalho na parte de análise de seguros, analisando. Aí o que acontece: a casa matriz abraçou uma característica e você vai ter que manter. Eu sei que os machos da França não fazem isso porque eles gostam das mulheres ou porque: “Tadinha, é lésbica! A gente tem que deixar ela confortável no ambiente de trabalho!”. Não, não é isso. É porque eles precisam manter uma imagem que eles criaram e está aí para o mundo todo. Existe todo um aparato, uma política para isso, para eles dizerem: “Não, a gente está num mundo em mudança, em inclusão”. Essa parada toda. (Entrevistada Gaia)

As políticas de inclusão adotadas pelas empresas favorecem que a homofobia seja cada vez menos aceita socialmente como ato de fala primário. Segundo teoria dos atos de fala vista no capítulo 4, ato de fala primário é aquele cujo objetivo ilocucionário está literalmente expresso no enunciado (SEARLE & VANDERVEKEN, 1985). Como explicitar a homofobia não é aceitável, episódios de discriminação ocorrem por meio de atos de fala indiretos: através da execução de ato primário sem conteúdo explicitamente discriminatório, atinge-se o real objetivo ilocucionário da sentença. São exemplos de atos de fala indiretos todos os tipos de não-literalidades, como metáforas, ironias, metonímias (SEARLE & VANDERVEKEN, 1985). No caso da narrativa de Gaia, seu superior foi homofóbico na medida em que, por meio da ironia, buscou discriminar a entrevistada:

G: Ele teve que pedir para sair. Na verdade, a gente sabia que ele ia ser mandado embora, mas – para ficar mais bonito para a cara dele – ele falou que estava pedindo para sair, porque “já não estava se sentindo mais confortável”. [...] E... o que ele fazia? Ele foi o chefe que falou da minha roupa: **“Gaia, você está parecendo uma nordestina”**. Mas aí eu falei: “Mas eu sou nordestina e não tenho o menor problema”. Outro caso foi quando ele foi comentar que **o ambiente estava muito gay, estava muito LGBT, que não era daquele jeito que ele queria**. Aí eu tive que barrar ele. Levantei e falei – levantei da mesma forma que ele se expôs: “Todo mundo sabe aqui que eu sou lésbica. Eu sou lésbica e não tem problema nenhum em um ambiente parecido, né? Pelo contrário. É muito lindo, né? Então você não pode ter essa fala, me desculpe”. **Eu me senti segura em falar aquilo naquele momento porque, se ele se voltasse e me mandasse embora, no outro dia, eu ia ter respaldo de sobra - né?, – para me voltar contra ele**. Então assim, eu falei na frente de todo mundo: “Você não pode falar isso, porque você aqui é o gerente, você está gerindo 29 pessoas. Então, por mais que você não suporte, você vai ter que engolir”. Foi um dos comportamentos vivenciados no ambiente corporativo por uma mulher lésbica. (Entrevistada Gaia)

Gaia se sentiu segura para adotar como estratégia de resiliência enfrentar o chefe verbalmente e via processo administrativo, porque havia em sua empresa cultura organizacional e exploração mercadológica da imagem de inclusão social. Isto posto, a homofobia explícita tende a ser menos aceita. Outras entrevistadas citam, em suas narrativas, que a discriminação no ambiente de trabalho ocorre de modo “não explícito”, sendo esse termo utilizado diversas vezes, como:

C: É muito louco porque eles [empresa] têm aquela coisa que a gente estava falando “Ah, eu sou de boa, você pode, a gente apoia a diversidade”. Aí eu vou trancar de bermuda com minha perna peluda... Cara, pensa numa galera olhando! Só os caras engravatados! [...] o meu chefe, ele é esquerdomacho, ele é tipo legalzão, mas ele faz... dá várias assim... A gente vai levando até uma hora que você fica cheia e tem que pôr para fora de algum jeito. Mas são microviolências, **não é aquela violência mais explícita**. (Entrevistada Cibele)

R: Você disse que sofreu avaliações ruins no seu trabalho em resposta à lesbofobia. Como foi isso?

D: **Não foi explícito, até porque eles não podem fazer isso**. (Entrevistada Diana)

Portanto, a homofobia explícita tende a ser proscrita nos discursos das corporações, embora permaneça em atos de fala indiretos e na vivência das trabalhadoras lésbicas. Como estratégia de resiliência ao preconceito vivenciado, Cibele e Gaia mobilizam as imagens de inclusão de minorias das empresas em seu favor, abrindo processos contra superiores hierárquicos e colegas:

C: Eu denunciei. Denunciei. Eu denunciei ele [um dos chefões do banco]. Falei com o superintendente do banco, com o vice-diretor do banco. No final, não deu em nada, mas todo mundo ficou sabendo, pelo menos. (Entrevistada Cibele)

G: É por isso que eu falo: se tem um ambiente, se tem um canal no espaço que você trabalha em que você pode denunciar, denuncie, porque depois isso vai virar insumo para outras pessoas que vão falar. Olha a quantidade de denúncias que tinha nessa empresa, né? Porque... e é interessante você ressaltar o que você é mesmo: “Olha, eu sou isso e isso e isso”. “Ah, mas não vai dar em nada, ele é costa-quente”. Cara, uma hora vai chegar no ouvido da pessoa certa e ele vai ter que fazer alguma coisa, porque toda empresa agora quer ser inclusiva, agora é bonito – é igual desodorante para negro, né? O sabonete para o preto. Lembra dessa época? – Que todo mundo lá... Virou comércio: todas as empresas abrem “Comitê de inclusão”: Vamos colocar um viado, uma sapatão, um trans, aí coloca todo mundo bonitinho lá e fala: “Aqui somos inclusivos”. E meu chefe teve a cara de pau de virar para mim e falar: “E a minha equipe já é 100% inclusiva: eu tenho uma negra, nordestina, lésbica e mulher aqui!”. Eu falei: “Não acredito que ele está fazendo isso!” – Né? – “Está pegando todo um contexto e fazendo isso”. Mas é uma coisa que eu ouvi, uma palestra de inclusão da Ituran, que eles falaram assim, eles comentaram assim: “Por mais que a pessoa faça ‘para inglês ver’” – aquele termo ‘para inglês ver’, maquiado – “vai chegar uma hora que eles vão ser cobrados, porque eles estão vendendo uma imagem. Existe um *compliance* para isso. Existe uma galera por trás disso”. Se uma empresa... essa Ituran, o chefe entrou para fazer um comentário sobre trans e falou assim: “Eu até aceito que ele seja horizontal comigo, mas, se ele for vertical, eu não aceito que ele seja superior a mim”, da comunidade LGBT. Na hora - em questão de dois minutos – ele foi desligado da Ituran. A Ituran só desligou porque a Ituran se colocou no papel de inclusiva. Só por isso. Porque, se não fosse, ia sair como mais um comentário, apagava - blá-blá-blá – e o cara continuava ali. Mas, como o débil mental fez direito – eu falo: porra cara, ele fez direito: ele entrou no LinkedIn e comentou isso! Muito bom, né? Muito burro, ele fez direitinho! -, o que acontece? É isso! Tem que respaldar mesmo. (Entrevistada Gaia)

No relato de Gaia acima, contrastam-se duas respostas a episódios discriminatórios: por um lado, o chefe da entrevistada foi objeto de várias denúncias até ser demitido; por outro lado, o funcionário da Ituran foi desligado imediatamente após o ato de transfobia. O que difere um e outro é que, enquanto o chefe de Gaia restringiu a publicidade de seus comentários ao ambiente interno da empresa, o funcionário da Ituran publicizou sua transfobia em rede social. Portanto, a atitude desse, ao contrário daquele, poderia manchar imediatamente a imagem de inclusão de minorias que a empresa adota. Por seu turno, os diversos atos de fala indiretos imbuídos de preconceito do chefe de Gaia ameaçavam apenas indiretamente a imagem da multinacional em que ela trabalha, pois pessoas externas à empresa não teriam ciência daqueles comentários a princípio. Entretanto, como destaca a entrevistada, mesmo que a aparência de aceitação das diferenças seja direcionada para o público externo, com o passar do tempo, ela gera uma estrutura administrativa e normativa que garantem o *compliance*. Ademais, a cultura organizacional é afetada no longo prazo, propiciando a mobilização de processos administrativos por mulheres LB como estratégia de resiliência ao preconceito no ambiente de trabalho, pois haveria mais apoio de colegas e de casos passados para respaldar suas contendas.

### 6.3 Conclusão

Comparando os resultados das pesquisas econométrica e qualitativa realizadas, há aparente contradição: se, por um lado, os métodos quantitativos indicam que há discriminação positiva a favor da população LGB, a parte qualitativa realça a existência de homofobia no cotidiano das trabalhadoras lésbicas. Portanto, numa primeira leitura, parece que há incompatibilidade entre as explicações dadas pelas duas abordagens empíricas adotadas. Contudo, como foi visto nas estatísticas descritivas, os dados do Censo 2010 provavelmente estão enviesados, logo não é possível confirmar a discriminação positiva indicada pelo exercício econométrico. Disso, decorre a conclusão de que, pelos dados qualitativos, a lesbofobia impacta a vivência laboral das trabalhadoras analisadas. Por outro lado, os métodos quantitativos foram inconclusivos, não sendo possível afirmar se a homofobia impacta os rendimentos dos trabalhadores LGB.

Métodos quantitativos e qualitativos geram explicações a problemas empíricos de

natureza diferente e, portanto, embora possam se reforçar ou se contradizer (como é o caso do presente trabalho), eles não podem se refutar<sup>71</sup>. Por isso, são explicações que se somam para construir uma narrativa mais completa sobre uma realidade complexa e multidimensional, como é a LGBTfobia. Assim, se os dados brasileiros fossem menos enviesados, seria possível contar uma história mais fidedigna da vivência dos LGB no mercado de trabalho, em que a parte quantitativa daria resultados generalizantes, mas superficiais, enquanto a qualitativa enfocaria o específico, dando voz e corpo aos LGB com resultados não-generalizáveis.

Enquanto a primeira seção tratou LGB como identidade dada (assim como a Economia normalmente faz), a segunda seção construiu uma imagem do que é vivenciado pelas mulheres lésbicas e bissexuais, tanto na forma como elas constroem a própria identidade em oposição à ideia do homem “macho”, quanto na forma como elas são identificadas pelos demais (mulheres que têm relações sexuais com o mesmo sexo). Como visto, a segunda definição impacta a vivência no mercado de trabalho das entrevistadas na medida em que o foco no aspecto sexual da identidade acarreta hiperssexualização das atitudes das profissionais. Também foram vistas as estratégias de resiliência adotadas, em que se destaca a importância da valorização da imagem de inclusão social pelas empresas como estratégia mercadológica ao mesmo tempo em que proscree atos de falas imbuídos de homofobia explícita, pelo menos em mensagens cujo conteúdo é acessível ao público externo. Desse modo, a lesbofobia subsiste em discursos proferidos no meio laboral, porém como atos de fala indiretos.

---

<sup>71</sup> Vale ressaltar que contradizer não é o mesmo que refutar. Por isso, por maior que seja a contradição aparente entre explicações provenientes de métodos quantitativos e qualitativos, elas não se refutam, pois, como dito, são de natureza distinta. No presente estudo quantitativo, a conclusão de que os dados do Censo 2010 estão enviesados não é proveniente das entrevistas, mas sim das estatísticas descritivas. Ou seja, a análise das características demográficas da amostra embasa a conclusão de que há viés, estando positivamente correlacionados renda/escolaridade e autodeclaração como casado com o mesmo sexo.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar o Pós-Modernismo na Economia é inseri-la no século XXI e abrir novas frentes de diálogo com outras Ciências Sociais. Ao longo da história do pensamento econômico, a objetividade na Economia mostrou-se um ideal normativo, que, para ser alcançado, exigia que seus defensores aplicassem o refutacionismo popperiano ou o formalismo matemático. Esse ideal também consolidou o estudo do comportamento individual como o principal objeto de estudo da Economia. Assim, não se estuda o processo de escolha que ocorre na mente humana, mas sim a “preferência revelada” pelas escolhas racionais.

Porém, como mostra Myrdal (1970 [1969]), a objetividade é impossível, pois restam subjacentes crenças e valores. Ou, nos termos de Lyotard (2013 [1979]), as regras do jogo de linguagem definem o que é legítimo e o que pode ou não ser julgado como verdadeiro, por isso, proposições aceitas são aquelas que se adequam às regras do jogo, as quais são moldadas pelos valores e crenças da comunidade de economistas. Portanto, mesmo na análise aparentemente objetiva restam elementos valorativos compartilhados pela comunidade acadêmica. Ademais, relações de poder estão presentes na academia, sendo esse um lócus de luta entre identidades pelo regime de verdade dominante (FOUCAULT, 1984). Apesar disso, rejeitar a objetividade não significa impossibilidade de se escolher entre teorias concorrentes. Ao invés disso, trata-se de um reconhecimento do caráter social da pesquisa científica, logo teorias que se adequam melhor aos valores e ao regime de verdade vigentes são mais aceitas e, portanto, preferidas pela comunidade acadêmica.

Com a globalização, o número de identidades vistas como legítimas se proliferou, o que resultou em mais lutas pelo reconhecimento (BAUMAN, 2004). Dentro da academia, essas lutas se expressam em questionamentos do *mainstream*, como aqueles que são feitos, na Economia, por autoras feministas e/ou vinculadas à Teoria *Queer*. Já no mercado de trabalho, as lutas pelo reconhecimento são legitimadas por políticas de valorização da diversidade de empresas, sendo essas políticas utilizadas por mulheres entrevistadas como estratégia de resiliência. Nas entrevistas, revelou-se o caráter dinâmico e múltiplo das identidades e, na parte quantitativa, os limites de se trabalhar quantitativamente sem categorizar os indivíduos de modo estanque, como aponta Badgett (1995a). Assim como outras pesquisas quantitativas, esta concluiu que, pelos dados do Censo 2010, a renda média dos gays e lésbicas casados é maior que a de seus congêneres heterossexuais, quando controlado para raça, idade, região de

moradia, área de atuação profissional, escolaridade. Porém, por adotar o Pós-Modernismo, não foi construída explicação *ad hoc* para dar sentido econômico a esse resultado, mas sim foi questionada a qualidade dos dados.

Na roda de conversa com mulheres lésbicas ou bissexuais, foram evidenciadas as vivências distintas dessas profissionais no mercado de trabalho, com necessidades e queixas específicas. Isso corrobora os limites interpretativos de se trabalhar com um arquétipo de *Homo economicus*: os corpos, i.e., a orientação sexual, a raça, a expressão de gênero importam para a compreensão de relações econômicas, como é aquela entre patrão e trabalhadora LB. Uma vez que os corpos e as identidades importam, variáveis econômicas como o salário não é simples expressão monetária da produtividade marginal.

Para inserir diferentes corporalidades e vivências na teoria econômica, é preciso diversificar a produção acadêmica, valorizando pesquisadoras e pesquisadores com identidades não-hegemônicas, pois, na maioria das vezes, homens brancos, anglo-saxões, heterossexuais não conseguirão analisar problemáticas tão distintas das suas, assim como Arrow (1998) não o conseguiu. Contudo, tal dificuldade não se trata de uma decisão consciente, sendo, fundamentalmente, baseada em limites epistêmicos dados pela identidade hegemônica à qual pertencem. Dessa forma, faz-se necessário valorizar a expressão de identidades subordinadas na academia para que a Economia supere o Modernismo. Entretanto, tal valorização só é possível se, antes, for rejeitada a concepção essencialista de verdade e a objetividade das pesquisas que se atêm ao rigor do método. Assim, na contemporaneidade, o ideal de uma Economia puramente positiva e não normativa se reflete no silenciamento de vozes dissonantes (MCCLOSKEY, 1998) e na restrição das perguntas de pesquisa aos temas que o método tradicional consegue responder.

Incluir identidades não-hegemônicas como sujeito e objeto de estudo enriquece a Economia, permitindo-a ter novos conceitos e teorias sobre temas tradicionais ou inovadores. Tal enriquecimento não significa, porém, “progresso” no sentido modernista, pois não se trata de superação positiva, mas sim de alargamento da Economia. Logo, teorias baseadas em diferentes verdades contexto-relativas podem e devem conviver. Por conseguinte, a conclusão deste trabalho é normativa, pois se faz um apelo para que haja tolerância dentro da academia e autocrítica em relação aos próprios valores e aos resultados quantitativos: ao contrário do que comumente se acredita, os dados não falam por si. Por outro lado, como a Economia estuda o ser humano e o processo da mente de escolha entre alternativas excludentes, os objetos de

estudo de fato “falam por si”, sendo relevante dar voz a eles por meio de pesquisas qualitativas. Desse modo, novos métodos, teorias e conceitos podem ser elaborados, favorecendo o desenvolvimento de visões alternativas dos problemas econômicos.

## 8 BIBLIOGRAFIA

ALLEGRETTO, Sylvia; ARTHUR, Michelle M. An Empirical Analysis of Homosexual-Heterosexual Male Earnings Differentials: Unmarried and Unequal?. **Industrial and Labor Relations Review**, v. 54, n. 3, 2001, pp. 631-646.

AKERLOF, George A. & KRANTON, Rachel E. **Identity Economics: How our identities shape our work, wages, and well-being**. Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2010.

AMARIGLIO, Jack. The body, economic discourse, and power: an economist's introduction to Foucault. **History of Political Economy**, v. 20, n. 4, 1998, pp. 583-613.

\_\_\_\_\_. Economics as a Postmodern Discourse, In: CULLENBERG, Stephen; AMARIGLIO, Jack; RUCCIO, David. **Postmodernism, Economics and Knowledge**. London and New York: Routledge Taylor & Francis Group, 2001, pp. 15-46.

ANGELI, Eduardo. Uma discussão sobre o individualismo na Economia. **Anais do XXXIX Encontro Nacional de Economia**, 2011, pp. 1-16. Disponível em: <<https://en.anpec.org.br/previous-editions.php?r=encontro-2011>>. Acesso em: 25 abr. 2020.

ARROW, Kenneth. Methodological Individualism and Social Knowledge. **The American Economic Review**, v. 84, n. 2, (Paper and proceedings of the Hundred and Sixth Annual Meeting of the American Economic Association), 1994, pp. 1-9.

\_\_\_\_\_. What has Economics to say about Racial Discrimination? **Journal of Economic Perspectives**, v. 12, n. 2, 1998, pp. 91-100.

AUSTIN, J. L. **How do Things with Words?** Oxford: Cambridge University Press, 1962.

BADGETT, M. V. Lee. Gender, Sexuality, and Sexual Orientation: All in the Feminist Family?, In: JACOBSEN, Joyce; ZELLER, Adam. **Queer Economics: A Reader**. London and New York: Routledge Taylor & Francis Group, 2008 [1995], pp. 19-37.

\_\_\_\_\_. Discrimination based on sexual orientation: A Review of the literature in Economics and Beyond, In: BADGEET, M. V. Lee; FRANL, Jefferson. **Sexual Orientation Discrimination: An International Perspective**. London and New York: Taylor & Francis Group, 2007, pp. 19-43.

\_\_\_\_\_. The Last of Modernists? **Feminist Economics**, v. 1, n. 2, 1995a, pp. 63-65.

\_\_\_\_\_. The wage effects of sexual orientation discrimination. **Industrial and Labor Relations Review**, v. 49, n. 4, 1995b, pp. 726-738.

\_\_\_\_\_. **Money, Myths, and Change: The Economic Lives of Lesbians and**

**Gay Men.** Chicago: University of Chicago Press, 2001.

BARTLEY, W. W. The Philosophy of Karl Popper Part I: Biology & Evolutionary Epistemology. **Philosophia**, v. 6, n. 3-4, 1976, pp. 463-491.

BAUMAN, Zygmunt. **Identity: Conversations with Benedetto Vecchi.** Cambridge: Polity Press, 2004.

\_\_\_\_\_. **Liquid Modernity.** Cambridge: Polity Press, 2000.

BENHABIB, Seyla. Epistemologies of Postmodernism: A Rejoinder to Jean-François Lyotard. **New German Critique**, n. 33, 1984, pp. 103-126.

BENTON JR, Raymond. A hermeneutic approach to Economics: if Economics is not a science, and if is not merely mathematics, then what could it be?, In: SAMUELS, Warren J. **Economics as Discourse: An Analysis of the Language of Economists.** Michigan: Springer Science +Business Media, LLC, 1990, pp. 65-89.

BERG, N.; LIEN, D. Measuring the effect of sexual orientation on income: evidence of discrimination?. **Contemporary Economic Policy**, v. 20, n. 4, 2002, pp. 394-414.

BLACK, D. A.; MAKAR, H. R.; SANDERS, S. G.; TAYLOR, L. J. The effects of sexual orientation on earnings. **Industrial and Labor Relations Review**, v. 56, n 3, 2003, pp. 449-469.

BLANDFORD, J. M. The Nexus of Sexual Orientation and Gender in the Determination of Earnings. **Industrial and Labor Relations Review**, v. 56, n. 4, 2003, pp. 622-642.

BLAUG, Mark. The Problems with Formalism. **Challenge**, v. 41, n. 3, 1998, pp. 35-45.

\_\_\_\_\_. From the received view to the views of Popper; The distinction between positive and normative Economics, In: **The Methodology of Economics or How Economists Explain.** Cambridge: Cambridge University Press, 1992, pp. 3-26; 112-134.

BUTLER, Judith. Foucault and the Paradox of Bodily Inscriptions. **Journal of Philosophy**, v. 86, n. 11, 1989, pp. 601-607.

\_\_\_\_\_. Subjects of Sex/Gender/Desire, In: **Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity.** London and New York: Routledge, 1990, pp. 1-34.

\_\_\_\_\_. Introdução: Vida Precária, vida passível de luto, In: **Quadros de Guerra: Quando a vida é passível de luto?**. Tradução de Sérgio Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, pp. 13-56.

\_\_\_\_\_. **Deshacer el género.** Tradução de Patricia Soley-Beltrán. Barcelona:

Paidós, 2006.

\_\_\_\_\_. **Bodies that Matter: On the discursive limits of “sex”**. London and New York: Routledge, 1993.

CALDWELL, Bruce J. A critique of Friedman’s methodological instrumentalism. **Southern Economic Journal**, 1980, v. 47, n. 2, 1980, pp. 366-374.

\_\_\_\_\_. Clarifying Popper. **Journal of Economic Literature**, v. 29, n. 1, 1991, pp. 1-33.

CAVASSANE, Ricardo Peraça. A crítica de Wittgenstein ao seu “Tractatus” nas “Investigações Filosóficas”. **RIC-FFC Unesp**, v. 10, n. 2.

CHIAPPIN, José Raimundo Novaes. Reconstrução Racional da Concepção Popperiana de Ciência – o Racionalismo Crítico como um termo médio entre o Dogmatismo e o Relativismo. **Khronos**, n. 1, 2008, pp. 149-191.

CLAIN, S. H; LEPPEL, K. An Investigation into Sexual orientation Discrimination as an Explanation for Wage Differences. **Applied Economics**, v. 33, 2001, pp. 37-47.

COSTA, Rogério S. Caracterização do pensamento epistemológico de Sir Karl Popper, In: **A Epistemologia Pós-Darwiniana de Sir Karl Popper**. 2007. 14-37 f., il. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Departamento de Filosofia. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

CULLENBERG, Stephen; AMARIGLIO, Jack; RUCCIO, David. Introduction, In: **Postmodernism, Economics and Knowledge**. London and New York: Routledge Taylor & Francis Group, 2001, pp. 3-57.

DANBY, Colin. Political Economy and the Closet: Heteronormativity in Feminist Economics. **Feminist Economics**, v. 13, n. 2, 2007, pp. 29-53.

DERRIDA, Jacques. Structure, Sign, and Play in the Discourse of the Human Sciences, In: **Writing and Difference**. Tradução de Alan Bass. Chicago: The University of Chicago Press, 1978 [1967], 278-293.

\_\_\_\_\_. Semiology and Grammatology, In: **Positions**. Tradução de Alan Bass. Phoenix: The University of Chicago Press. 1982, pp. 15-36.

\_\_\_\_\_. **A voz e o fenômeno: Introdução ao problema do signo na fenomenologia de Husserl**. Tradução de Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994 [1967].

DOW, Sheila. Modernism and Postmodernism: A dialectical analysis, In: CULLENBERG, Stephen; AMARIGLIO, Jack; RUCCIO, David. **Postmodernism, Economics and Knowledge**. London and New York: Routledge Taylor & Francis Group, 2001, pp. 61-76.

ELLENBOGEN, Sara. From “meaning is use” to the rejection of transcendent truth, In: **Wittgenstein’s Account of Truth**. New York: State University of New York Press, 2003, pp. 1-23.

EXÓTICO. In: Dicionário Online Priberam. Disponível em: <<https://dicionario.priberam.org/ex%C3%B3tico#:~:text=ex%C3%B3ticoex%C3%B3tico%20%7C%20adj.&text=1.,2.>>. Acesso em 15/09/2020.

FONSECA, E. G. **Felicidade: Diálogos sobre o bem-estar na civilização**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

FOUCAULT, Michel. Part I: Truth and Method, In: RABINOW, Paul (ed.). **The Foucault Reader**. New York: Pantheon Books, 1984, pp. 32-120.

\_\_\_\_\_. Aula de 17 de março de 1976, In: **Em defesa da Sociedade: Curso no Collège de France (1975-1976)**. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005 [1976], pp. 285-315.

FRANKS, David D.; KELLER, Carol. Thoughts on the Postmodern Rejection of Truth. **Michigan Sociological Association**, n. 10, 1996, pp. 32-50.

FRIEDMAN, Milton. The Methodology of Positive Economics, In: **Essays in Positive Economics**. Chicago: University of Chicago Press, 1966, pp. 3-43.

GALVÃO, Maria Cristina; ALMEIDA, Alexandre Nunes. O padrão de consumo de comportamento familiar por gênero no Brasil: uma análise usando a pesquisa de orçamentos familiares 2008/2009. **Planejamento e Políticas Públicas (PPP)**, n. 50, 2018, pp. 13-45.

GERBER, Judith. Beyond Dualism – The social construction of nature and the natural and social construction of human beings. **Progress in Human Geography**, v. 21, n. 1, 1997, pp. 1-17.

GERGEN, Kenneth J. **The Saturated Self: Dilemmas of Identity in Contemporary Life**. 2. ed. New York: Basic Books, 2000.

GERGEN, Kenneth J.; COLLEGE, Swarthmore. Psychological Science in a Postmodern Context. **American Psychological Association**, 2001, pp. 803-813.

GERGEN, Kenneth J; GERGEN, Mary M. Narrative and the self as relationship, In: **Advances in Experimental Social Psychology**. Academic Press, 1988, pp. 17-56.

GLOCK, Hans-Johann (ed.). **A Wittgenstein Dictionary**. Oxford: Wiley Blackwell, 1996.

GREENE, William H. Sample Selection Bias as a Specification Error: A Comment.

**Econometrica**, v. 49, n. 3, 1981, pp. 795-798.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. 12. ed. Tradução de Tomaz Tadeu Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2019 [1992].

HANDS, Wade D. The Positive-Normative Dichotomy and Economics, In: MÄKI, U. (ed.). **Philosophy of Economics**. Amsterdam: Elsevier, 2012, pp. 219-239.

HAUSMAN, D. M.; MCPHERSON, M. S. THE Philosophical Foundations of Mainstream Normative Economics, In: HAUSMAN, Daniel (ed.). **The Philosophy of Economics: An Anthology**. New York: Cambridge University Press, 2008, pp. 226-250.

HEGEL, Georg Wihelm Friedrich. A verdade da Certeza de si mesmo, In: **Fenomenologia do Espírito**. Tradução de Paulo Meneses. Petrópolis: Editora Vozes, 2003, pp. 135-151.

HOSKING, Dian Marie. Constructing changes: A social constructionist approach to chan work (and beetles and witches). **Katholoeke Universiteit Brabant**, 2012, pp. 1-20.

HOWITT, Dennis. **Introduction to Qualitative Research Methods in Psychology**. London: Pearson Education Limited, 2016.

KEYNES, John Neville. **The Scope and Method of Political Economy**. Batoche Books, 1999 [1891].

KLAWITTER, Marieka M.; FLATT, Victor. The Effects of State and Local Antidiscrimination Policies for Sexual Discrimination. **Journal of Policy Analysis and Management**, v. 17, n. 4, 1998, pp. 658-686.

LECLERC, André. Contextualismo, Pragmatismo e Determinação do Sentido. **Cognitio**, v. 11, n. 1, 2010, pp. 48-57.

LIPSEY, Richard G. Positive Economics, In: VERNEGO, M.; CALDENTEY, E.; ROSSE, B. (eds.). **The New Palgrave Dictionary of Economics**. 2. ed. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2008.

LYOTARD, Jean-François. **A Condição Pós-Moderna**. Tradução de Ricardo Côrrea Barbosa. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2013 [1979].

MACDONNEL, Judith A. Comparative life histories of nurses who advocate for lesbian health in Canadian context: Sexual orientation discrimination as a factor in career and workplace dynamics. In: BADGETT, M. V. Lee; FRANK, Jefferson. **Sexual Orientation Discrimination: An International Perspective**. London and New York: Routledge Taylor & Francis Group, 2007, pp. 118-135.

MACEDO, Lídia Suzana R.; SILVEIRA, Amanda C. *Self*: Um conceito em Desenvolvimento. **Paidéia**, v. 22, n. 52, 2012, pp. 281-289.

- MARVASTI, Amir B. **Qualitative Research Sociology: An Introduction**. London: SAGE Publications, 2004.
- MCCLOSKEY, Deirdre. Formalism in the Social Sciences, Rhetorically Speaking. **The American Sociologist**, v. 21, n. 1, 1990, pp. 3-19.
- \_\_\_\_\_. **Knowledge and Persuasion in Economics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- \_\_\_\_\_. The rhetoric of Economics. **Journal of Economic Literature**, v. 21, n. 2, 1983, pp. 481-517.
- \_\_\_\_\_. **The rhetoric of Economics**. 2. ed. Wisconsin: The University of Wisconsin Press, 1998.
- MCNAY, Lois. The Foucaultian Body and the Exclusion of Experience. **Hypatia**, v. 6, n. 3, 1991, pp. 125-139.
- MEYER, Paul L. **Probabilidade: Aplicações à Estatística**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1987.
- MILL, John Stuart. On the Definition and Method of Political Economica, In: HAUSMAN, Daniel. **The Philosophy of Economics: an anthology**. New York: Cambridge University Press, 2008 [1836], pp. 41-72.
- \_\_\_\_\_. Essay V: Om the definition of Political Economy. In: **Essays on Some Unsettled Questions of Political Economy**. London: Longmans, Green, Reader, And Dyer, 1874 [1844].
- MIROWSKI, Philip. The When, the How and the Why of Mathematical Expression in the History of Economic Analysis. **The Journal of Economic Perspectives**, v. 5, n. 1, 1991, pp. 145-157.
- MONGIN, Philippe. Les origins de la Distinction entre Positif et Normatif en Économie. **HEC Paris Research Paper Forthcoming**, 2018, pp. 1-30. Disponível em: <[https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=3106604](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3106604)>. Acesso em: 26 abr. 2020.
- MYRDAL, Gunnar. **Objetividad en la Investigación Social**. Tradução de Remigio Jasso. México: Fondo de Cultura Económica, 1970 [1969].
- NELSON, Julie A. Part I – Theory, Feminist and Economic, In: **Feminism, Objectivity and Economics**. London and New York: Routledge, 1995.
- \_\_\_\_\_. Feminist Economics, In: VERNEGO, M.; CALDENTEY, E.; ROSSE, B. (eds.). **The New Palgrave Dictionary of Economics**. 2. ed. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2008, pp. 282-283.

POPPER, Karl Raimund. **Conhecimento Objetivo: Uma Abordagem Evolucionária**. Tradução de Milton Amado. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1975 [1973].

\_\_\_\_\_. Three Worlds. **The Tanner Lecture on Human Values**, University of Michigan, 1978, pp. 140-167. Disponível em: <[https://tannerlectures.utah.edu/\\_documents/a-to-z/p/popper80.pdf](https://tannerlectures.utah.edu/_documents/a-to-z/p/popper80.pdf)>. Acesso em: 26 abr. 2020.

\_\_\_\_\_. Science as Falsification, In: **Conjectures and Refutations**. London: Routledge and Keagan Paul, 1963, pp. 33-39.

\_\_\_\_\_. **The Logic of Scientific Discovery**. London and New York: Routledge Taylor & Francis Group, 2002 [1935].

POZZOBON, Adriane. **Etimologia e Abreviaturas de Termos Médicos: Um guia para estudantes, professores, autores e editores em medicina e ciências relacionadas**. Lajeado: Editora Univates, 2011.

PUNZO, Lionello. The School of Mathematical Formalism and the Viennese Circle of Mathematical Economists. **Journal of the History of Economic Thought**, v. 13, n. 1, 1991, pp. 1-18.

RECANATI, François. **Literal Meaning**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

ROBBINS, Lionel. **An Essay on the Nature and Significance of Economic Science**. London: Macmillan and Co., 1935.

RODRIGUES, Sérgio Murilo. A relação entre o corpo e o poder em Michel Foucault. **Psicologia em Revista**, v. 9, n. 13, 2003, pp. 109-124.

RORTY, Richard. ¿Es la ciencia natural un género natural?, In: **Objetividad, Relativismo y Verdad – Escritos Filosóficos 1**. Tradução de Jorge Vigil Rubio. Barcelona: Paidós, 1996 [1991], pp. 71-92.

\_\_\_\_\_. **Philosophy and the Mirror of Nature**. Princeton: Princeton University Press, 1979.

ROSETI, Jane. Postmodernism and Feminist Economics, In: CULLENBERG, Stephen; AMARIGLIO, Jack; RUCCIO, David. **Postmodernism, Economics and Knowledge**. London and New York: Routledge Taylor & Francis Group, 2001, pp. 305-326.

RUCCIO, David F. Postmodernism and Economics. **Journal of Post Keynesian Economics**, v. 13, n. 4, 1991, pp. 495-510.

SCHILDBERG-HÖRISCH, Hannah. Are risk preferences stable? **Journal of Economic Perspectives**, v. 32, n. 2, 2018, pp. 135-154.

- SCHMIDT, Paulo; SANTOS, José Luiz. O Pensamento Epistemológico de Karl Popper. *ConTexto*, v. 7, n. 11, 2007, pp. 1-15.
- SCHUMPETER, Joseph. Science and Ideology, In: HAUSMAN, Daniel. **The Philosophy of Economics: an anthology**. New York: Cambridge University Press, 2008 [1949], pp. 207-221.
- SEARLE, John Rogers. **Speech Acts: An essay in the philosophy of language**. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.
- SEARLE, John Rogers; VANDERVEKEN, Daniel. **Foundations of Illocutionary Logic**. Cambridge: Cambridge University Press Archive, 1985.
- SEIDMANN, Susana. Between Personal Identity and Social Subjectivity: Practices and dialogues in different social groups. *Annual Review of Critical Psychology*, v. 13, 2017, pp. 1-11.
- SULIANO, Daniel; IRFI, Guilherme; CÔRREA, Márcio; CAVALCANTE, Alexandre; OLIVEIRA, Jimmy. Orientação Sexual e Diferencial de Salários no Mercado de Trabalho Brasileiro. *Economia Aplicada*, v. 20, n. 3, 2016, pp. 195-221.
- SUSEN, Simon. Introduction; From Modern to Postmodern Epistemology? The ‘Relativist Turn’, In: The ‘Postmodern Turn’ in the Social Sciences. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2015, pp. 1-63.
- TAOUIL, Rédouane. Max Weber, Gunnar Myrdal et le statut de la normativité. *Cahiers d’Économie Politique*, n. 36, 2000, pp. 59-70.
- TARSKI, A. Concept of Truth in Formalized Languages, In: **Logic, Semantics, Meta mathematics – Papers from 1923 to 1938**. New York: Hackett Publishing Company, 1983, pp. 152-278.
- TREPANIER, Lee. Response to Steven F. McGuire, In: SNELL, R. J.; MCGUIRE, S. F., **Subjectivity: Ancient and Modern**. Lexington Books, 2016.
- UDEHN, Lars. *Methodological Individualism: Background, History and Meaning*. London and New York: Routledge Taylor & Francis Group, 2001.
- WEBER, Max. Objectivity and Understanding in Economics. In: HAUSMAN, Daniel. **The Philosophy of Economics: an anthology**. New York: Cambridge University Press, 2008 [1949], pp. 59-72.
- WEICHSELBAUMER, Doris. Sexual orientation Discrimination in Hiring. In: JACOBSEN, Zeller; ZELLER, Adam. **Queer Economics: A Reader**. London and New York: Routledge Taylor & Francis Group, 2008 [2003], pp. 275-290.

## 9 ANEXO I – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

### UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

#### A U T O R I Z A Ç Ã O

Eu, \_\_\_\_\_, autorizo a gravação de áudio por Raquel Mesquita Almeida, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE) da Universidade de Brasília (UnB), que poderá ser contactada a qualquer momento pelo e-mail e telefone: r.mesquita.almeida@gmail.com, (61) 9 [REDACTED]. Em quaisquer fases da pesquisa, resguardo meu direito de entrar em contato com a pesquisadora e retirar minha autorização, sem qualquer penalização. Caso eu faça isso, a pesquisadora se compromete a retirar toda e qualquer fala minha do resultado final da pesquisa.

A qualquer tempo, o Comitê de Ética de Pesquisa (CEP/CHS) poderá ser contactado pelo e-mail cep\_chs@unb.br ou pelo telefone (61) 3107-1592.

Autorizo o uso dos diálogos aferidos na Roda de Conversa na dissertação de mestrado “Identidades e Economia: Valorizando o papel de subjetividades não-hegemônicas na pesquisa acadêmica nas vivências cotidianas de trabalhadoras lésbicas e bissexuais”. O método utilizado será o de análise de narrativa mesclado com grupo focal, sendo o resultado transcrito *ipsis literis*, cujo conteúdo poderá ser utilizado parcial ou integralmente na dissertação e em potenciais trabalhos acadêmicos que a pesquisadora venha a desenvolver depois do mestrado. Minha participação se dará de forma ANÔNIMA, estando minha identidade resguardada por pseudônimo. O sigilo será resguardando durante e após a pesquisa, podendo acarretar indenização diante de eventuais danos gerados pela pesquisa.

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa.

São Paulo, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

---

Assinatura do entrevistado

## **10 ANEXO II – ROTEIRO DE ENTREVISTAS**

### **BLOCO 1: IDENTIDADES – CONTÍNUA CONSTRUÇÃO**

1. Como você se identifica?
2. Como você a sua identidade se reconstruiu ao longo de sua vida? Exemplos.

### **BLOCO 2: TRABALHO E IDENTIDADES**

3. Você já foi discriminado no mercado de trabalho? Como foi essa experiência?
4. Quais suas estratégias de resiliência? Como você superou?

## 11 ANEXO III – QUADRO GERAL DAS ENTREVISTADAS

<b>Pseudônimo</b>	<b>Naturalidade</b>	<b>Idade</b>	<b>Ocupação</b>	<b>Escolaridade</b>	<b>Raça</b>
Atena	Salvador/BA	32	Cozinheira/Terapeuta holística	Ensino Superior	Não-branca
Cibele	São Paulo/SP	32	Técnica de áudio	Ensino Superior	Branca
Diana	São Paulo/SP	29	Metroviária	Ensino Médio	Branca
Flora	Teresópolis/RJ	23	Professora de Educação Física	Ensino Superior	Branca
Gaia	Salvador/BA	34	Analista	Ensino Superior	Negra
Hebe	São Paulo/SP	40	Professora de Yoga	Pós-graduação	Branca
Irene	Ribeirão Preto/SP	29	Psicanalista	Pós-graduação	Branca
Valquíria	São Paulo/SP	28	Psicóloga/Professora de defesa pessoal	Pós-graduação	Branca